



PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

Organizador
Felix Garcia Lopez

ipea



PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

Organizador
Félix García López

ipea

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministro Esteves Pedro Colnago Junior

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Rogério Boueri Miranda

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

Fabiano Mezadre Pomper Mayer

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>



PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

Organizador
Felix Garcia Lopez

ipea
Brasília, 2018

Coordenação e elaboração dos textos analíticos

Felix Garcia Lopez (Ipea)

Programação, execução do plano tabular e dos gráficos

André de Holanda Vieira (Ipea)

Pedro Gomes Andrade (Ipea)

Grupo consultivo de apoio à análise dos dados

Aline Souza (FGV/SP)

Graziela Silva (Gife)

Ana Camila Ribeiro (Ipea)

Iara Rolnik (Instituto Ibirapitanga)

Andre Degenszajn (Instituto Ibirapitanga)

Janine Mello (Ipea)

Anna Peliano (Ipea)

José Carlos dos Santos (Ipea)

Diana Melo (Ipea)

José Szwako (UERJ)

Eleutéria Amora (Abong)

Lais Vanessa de Figueirêdo Lopes (Ipea)

Erivelton Guedes (Ipea)

Patrícia Mendonça (USP)

Fabricao Bonecini (Ipea)

Silvio Sant'Ana (Fundação Grupo Esquel Brasil)

Francisco Marta (IBGE)

Vinicius Fonseca (IBGE)

A obra retratada na capa desta publicação é Paz, de Candido Portinari (1903-1962), datada de 1952-1956. Além da inegável beleza e expressividade de suas obras, Portinari tem importância conceitual para um instituto de pesquisas como o Ipea. O “pintor do novo mundo”, como já foi chamado, retratou momentos-chave da história do Brasil, os ciclos econômicos e, sobretudo, o povo brasileiro, em suas condições de vida e trabalho: questões cujo estudo faz parte da própria missão do Ipea. O instituto agradece ao Projeto Portinari pela honra de usar obras do artista em sua produção.

Direito de reprodução gentilmente cedido por João Candido Portinari.

Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil / organizador: Felix Garcia Lopez. – Brasília : Ipea, 2018.
176 p. : il., gráfs., maps. color.

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-85-7811-329-2

1. Sociedade Civil. 2. Organizações Não-Governamentais. 3. Participação Social. 4. Políticas Públicas. 4. Brasil. I. Lopez, Felix Garcia. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 351.06

Ficha catalográfica elaborada por Norma Stenzel CRB-1/105

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 METODOLOGIA	13
CAPÍTULO 2 RESUMO DOS RESULTADOS.....	21
CAPÍTULO 3 AS OSCs NO TERRITÓRIO	27
CAPÍTULO 4 AS FINALIDADES DE ATUAÇÃO DAS OSCs.....	35
CAPÍTULO 5 A NATUREZA JURÍDICA DAS OSCs	45
CAPÍTULO 6 O MERCADO FORMAL DE TRABALHO DAS OSCs.....	55
CAPÍTULO 7 O PORTE DAS OSCs.....	85
CAPÍTULO 8 AS OSCs E A ESCOLARIDADE DO PESSOAL OCUPADO.....	93
CAPÍTULO 9 AS OSCs E AS REMUNERAÇÕES	99
CAPÍTULO 10 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PÚBLICOS PARA AS OSCs	119

CAPÍTULO 11	
EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DAS OSCs	139
CAPÍTULO 12	
AUSÊNCIA DE DADOS, LACUNAS DAS ANÁLISES E UMA AGENDA DE PESQUISA SOBRE AS OSCs DO PAÍS	149
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICES	161

APRESENTAÇÃO

O Ipea, desde 2010, desenvolve uma agenda de pesquisas sobre o funcionamento das estruturas do Estado brasileiro e como estas se articulam com a sociedade civil organizada. Esta agenda ampliou o conhecimento sobre as instituições participativas federais, as conexões entre burocracias e grupos de interesse e o papel e a relevância das organizações da sociedade civil (OSCs) na formulação, na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas.

A publicação aqui apresentada dá continuidade a este esforço. Os dados e as análises que constam nas páginas seguintes apresentam retrato atualizado inédito sobre o universo das 820 mil OSCs com Cadastros Nacionais de Empresas Jurídicas (CNPJs) ativos no Brasil, em 2016, com dados detalhados do pessoal ocupado referentes a um grupo menor, 525 mil OSCs, referentes a 2015. Esta fotografia é necessária porque o perfil e a diversidade das OSCs no território brasileiro proveem insumos para o gestor público formular mais qualificadas e efetivas políticas públicas em parceria com as organizações, entregam ao pesquisador um conjunto de dados para formular novas questões sobre o tema, e possibilitam às OSCs e à sociedade conhecerem melhor este universo. Ao lado da gestão pública, o setor empresarial privado e as agências internacionais constroem estratégias de parceria, investimento e formulação de políticas a partir de informações estruturadas sobre o setor. Todos encontrarão nesta publicação informações para subsidiar suas análises e respectivas decisões, quando for o caso.

Este trabalho contou com a equipe de desenvolvimento do Mapa das Organizações da Sociedade Civil, sob gestão do Ipea, e sua construção envolveu também a colaboração de um grupo de discussão constituído por especialistas no tema vinculados a órgãos de pesquisa, universidades ou coletivos das OSCs.¹ O grupo reuniu-se ao longo do segundo semestre de 2017, no Rio de Janeiro, para debater a estrutura da publicação e seus resultados. Boas contribuições vieram do grupo, mas a responsabilidade pelos dados gerados e pelas análises correspondentes são dos autores desta publicação.

1. Integraram este grupo de discussão Aline Souza (FGV/SP), Ana Camila Ribeiro (Ipea), Andre Degenszajn (Instituto Ibirapitanga), André Vieira (Ipea), Anna Peliano (Ipea), Diana Melo (Ipea), Eleutéria Amora (Abong), Erivelton Guedes (Ipea), Fabrício Bonecini (Ipea), Felix Lopez (Ipea), Francisco Marta (IBGE), Graziela Silva (Gife), Iara Rolnik (Instituto Ibirapitanga), Janine Mello (Ipea), José Carlos dos Santos (Ipea), José Szwako (Uerj), Lais de Figueirêdo Lopes (Ipea), Patrícia Mendonça (USP), Pedro Andrade (Ipea), Silvio Sant'Ana (Fundação Grupo Esquel Brasil) e Vinicius Fonseca (IBGE).

INTRODUÇÃO

As organizações da sociedade civil (OSCs) no Brasil definem temas centrais em discussões na esfera pública e exercem atividades de interesse coletivo que ecoam os setores mais diversos da sociedade. Irradiar campanhas para enfrentar a violência de gênero, ampliar a oferta de leitos no sistema nacional de saúde, propor metodologias de ensino alternativas em escolas, preservar a fauna e a flora das ameaças da intervenção humana são exemplos do amplo e diverso espectro de políticas sob alçada das OSCs e constituem parte essencial das capacidades de formular e implementar do próprio poder público. Mesmo o Estado equipado com os mais abrangentes e criativos quadros da burocracia, requer essa colaboração.¹

Entretanto, o escopo dessas ações e o perfil das OSCs que a elas dão vida carecem de conhecimento detalhado e informações sistemáticas. Tais informações são fundamentais para formular ações direcionadas a este setor, para apoiar gestores públicos a definirem políticas mais efetivas em parcerias com as OSCs e para fomentar uma agenda de novas pesquisas sobre o tema dessas organizações. Também é fundamental para qualificar o debate público sobre o papel e a relevância das OSCs.

Um debate público de qualidade requer dados consistentes para apoiar narrativas mais realistas sobre os papéis das OSCs no país, que suplantem imagens difundidas em análises parciais ou preconceitos pouco fundamentados.

Este *Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil* é um esforço nesse sentido.

O ambiente legal do país também demanda mais informações sobre as organizações. Em 2014 aprovou-se uma nova lei nacional, também conhecida como novo marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei nº 13.019/2014),² que definiu regras mais claras para nortear as relações de parceria entre OSCs e poder público, definindo regras de transparência e acesso à informação. À medida que a lei vai sendo implementada no território nacional, espera-se que a atuação conjunta de órgãos governamentais e OSCs amplie-se em todos os níveis de governo.

O Decreto Federal nº 8.726/2016, que regulamenta a Lei nº 13.019/2014 no âmbito federal, reconheceu a institucionalidade do Mapa das Organizações da Sociedade Civil³ como ferramenta de gestão pública que tem por *finalidade dar*

1. A limitação dos dados não possibilita afirmações definitivas, mas é provável que a maior parte das organizações hoje existentes atue sem financiamento público direto e conte com recursos próprios ou recursos do setor privado.

2. A história de construção da Lei nº 13.019/2014 consta em Lopes, Santos e Xavier (2015).

3. Para acessar o Mapa das Organizações da Sociedade Civil, entre em: <<https://goo.gl/RnvPb2>>.

transparência, reunir e publicizar informações sobre as OSCs e as parcerias celebradas com a administração pública federal a partir de bases de dados públicos. Atribuiu ao Ipea a sua gestão.

Como parte do esforço dessa gestão, o Ipea lança esta publicação construída a partir da reunião de diversas bases de dados sobre OSCs.

As informações apresentadas neste *Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil* não se limitam a esta publicação. São um recorte de grande parte dos dados georreferenciados disponibilizados no Mapa das Organizações da Sociedade Civil, plataforma de transparência *on-line* que traz, entre outras funcionalidades, ferramenta específica para consultas personalizadas. Este recurso vai facilitar o trabalho dos pesquisadores e interessados no tema e eventualmente fomentará maior colaboração em análises mais minuciosas que envolvam as OSCs.⁴

Os recursos próprios, privados e oriundos dos estados e municípios para financiamento de projetos e atividades das organizações, constituem um dos aspectos da existência das organizações que continuam a carecer de maior informação.⁵ Pelas regras de sigilo fiscal existentes no país, não é possível desagregar esses dados existentes na Receita Federal, sendo necessário o autopreenchimento das informações pelas organizações, que o Ipea tem buscado induzir por meio de campanhas públicas e cooperação com entes federados para envio de dados para preencher essas lacunas. O portal público do Mapa das Organizações da Sociedade Civil agora passa a ofertar módulo para integrar as informações das parcerias celebradas nos níveis estadual e municipal com OSCs. Ter mais conhecimento sobre as fontes de financiamento das organizações é fundamental para melhor conhecer o setor.

Os dados aqui apresentados e analisados fornecem subsídios importantes para planejar políticas públicas em cada região ou localidade. Avançam em cruzar mais informações do que as que existiam até então. Incorpora-se o esforço nacional anterior do Ipea com o IBGE, que consolidou critérios de identificação e classificação de OSCs na pesquisa *Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – Fasfil*, cuja última edição utilizou dados de 2010. A adoção desses critérios permite comparar os resultados apresentados com estatísticas de outras publicações. No entanto, é importante destacar que o uso do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal como fonte principal do universo de OSCs, complementando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), implicou contagens e distribuições divergentes daquelas até então disponíveis.

A publicação está estruturada em doze capítulos.

4. As consultas estão disponíveis na ferramenta *extrator de dados* do Mapa das Organizações da Sociedade Civil.

5. A limitação dos dados não possibilita afirmações definitivas, mas é provável que a maior parte das organizações hoje existentes atue sem financiamento público direto e conta com recursos próprios ou recursos do setor privado.

O capítulo 1 detalha a metodologia para construir e analisar os dados e as informações. Explicita os procedimentos adotados, incluindo as escolhas conceituais, para tornar claras as limitações e as potencialidades de cada alternativa.

No capítulo 2 apresentam-se os resultados mais relevantes da pesquisa, detalhados em cada capítulo subsequente, os quais abrangem dimensões relevantes para constituir um sumário executivo do perfil das OSCs no país.

O capítulo 3 analisa a distribuição das OSCs no território, por Grandes Regiões e estados. Apresenta também a densidade das OSCs, a presença destas nas capitais e os dados sobre desenvolvimento humano municipal das regiões do país.

O capítulo 4 apresenta uma análise sobre as finalidades de atuação das OSCs, construída com base na combinação a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) e os critérios propostos pelo Ipea.

O capítulo 5 discute as naturezas jurídicas que constituem o universo das OSCs – conforme metodologia adotada e especificada na seção correspondente –, a localização no território, bem como áreas e subáreas de atuação.

O capítulo 6 apresenta dados sobre os trabalhadores com carteira assinada das OSCs, ou seja, referentes ao mercado formal de trabalho.

O capítulo 7 analisa o tamanho das OSCs, com base no número de vínculos formais de trabalho. As informações apresentadas são relevantes para dimensionar o tamanho das organizações e identificar, de modo aproximado, suas capacidades institucionais de intervir em ações de interesse público.

O capítulo 8 provê informações sobre a escolaridade das pessoas formalmente empregadas nas OSCs, utilizando diferentes critérios, entre os quais o território e as finalidades de atuação.

O capítulo 9 analisa a evolução das remunerações médias no setor a partir das finalidades de atuação, localidade, sexo, raça e escolaridade. Constam neste capítulo informações originais sobre as principais ocupações das pessoas com vínculos formais em OSCs e suas remunerações.

O capítulo 10 trata da destinação de recursos públicos federais para as OSCs por ângulos que incluem as áreas de políticas, o porte das organizações, as modalidades orçamentárias e outras. Neste capítulo também se apresentam séries anuais mais amplas que facilitam identificar tendências das transferências federais de recursos para as OSCs.

O capítulo 11 analisa a evolução das OSCs com base em informações principalmente do ano de fundação delas, no período de 2010 a 2015. Analisa-se

este aspecto a partir das finalidades de atuação, décadas de fundação, regiões e outros critérios relevantes. Entretanto, os dados impedem que se analise o tamanho do setor anualmente, já que não é possível ter segurança sobre a frequência de encerramentos de atividades das OSCs.

O último capítulo apresenta uma agenda de pesquisa sobre as OSCs. A agenda relaciona-se tanto a um detalhamento das análises gerais apresentadas em cada capítulo quanto a aspectos não mencionados nesta publicação, mas que contribuiriam para compreender as atividades desempenhadas por OSCs. Apresenta também como o Mapa das Organizações da Sociedade Civil, que ensejou a integração dos dados que baseiam as análises da publicação, construiu ferramentas para auxiliar a superar parte das limitações informacionais atuais e colaborar para que se conheça de modo mais detalhado e preciso as OSCs do Brasil. Fica o convite à colaboração de todas as formas, em especial da manutenção e do aprimoramento pelos órgãos e entidades da administração pública federal do envio dos dados necessários para a consecução dos objetivos do Mapa, tratamento e envio de bases de dados de estados, municípios e redes de organizações, bem como com informações autodeclaratórias das próprias OSCs. O avanço dessa agenda virá com o engajamento de todos os atores em caracterizar melhor esse universo de OSCs no Brasil.

METODOLOGIA

1 INTRODUÇÃO

A presente publicação utiliza duas fontes principais de informações para estimar o número total de organizações da sociedade civil (OSCs): o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), da Secretaria da Receita Federal (SRF), referente ao ano de 2016, e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), de 2010 a 2015, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).¹

O CNPJ compreende as informações cadastrais das entidades de interesse das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.² Sua administração é de responsabilidade da SRF.

As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos adquirem sua personalidade jurídica por meio de registro de seus atos constitutivos no respectivo Cartório de Registro Civil da sua sede. Após o seu “nascimento” é que a OSC inscreve-se no CNPJ, de forma autodeclaratória, a partir de sua natureza jurídica e das suas finalidades institucionais.

A Rais é um registro administrativo, de âmbito nacional, instituído em 1975, pelo Decreto nº 76.900/1975, que contabiliza anualmente os vínculos de trabalhos formais em todos os estabelecimentos brasileiros.³ Além disso, a Rais coleta informações socioeconômica e demográficas dos trabalhadores e informações específicas sobre os estabelecimentos, como localização geográfica, número de empregados e área de atuação. Nesta publicação foram utilizados dois estratos populacionais para caracterizar o mercado de trabalho formal das OSCs: os vínculos empregatícios e o pessoal ocupado. O que difere os dois estratos é a possibilidade de múltiplas contagens, ou seja, os vínculos configuram a força de trabalho envolvida no mercado formal das OSCs e o pessoal ocupado, o indivíduo,

1. Em todas as análises considerou-se o percentual válido de resposta e descartaram-se as omissões, que foram residuais em todas as tabulações aqui apresentadas.

2. Disponível em: <<https://goo.gl/usgptz>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

3. Governo, prefeituras, comissões estaduais e municipais de empregos, sindicatos, pesquisadores, estudiosos, universidades, institutos de pesquisa, órgão produtores de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho, fundações de estudos, secretarias de governo, ministérios, sociedade em geral, interessados (estudantes) etc. Disponível em <<https://goo.gl/qfwVvx>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

sem que este seja contabilizado mais de uma vez, caso tenha mais de um vínculo empregatício. Os trabalhadores contabilizados na Rais são os seguintes:

- empregados contratados por empregadores, pessoa física ou jurídica, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por prazo indeterminado ou determinado, inclusive a título de experiência;
- servidores da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como das fundações supervisionadas;
- trabalhadores avulsos (aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão de obra, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, ou do sindicato da categoria);
- empregados de cartórios extrajudiciais;
- trabalhadores temporários, regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;
- trabalhadores com contratos de trabalho por prazo determinado, regidos pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998;
- diretores sem vínculo empregatício, para os quais o estabelecimento/entidade tenha optado pelo recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Circular Caixa Econômica Federal (CEF) nº 46, de 29 de março de 1995;
- servidores públicos não efetivos (demissíveis *ad nutum* ou admitidos por meio de legislação especial, não regidos pela CLT);
- trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973);
- aprendiz (maior de 14 anos e menor de 24 anos), contratado nos termos do Artigo 428 da CLT, regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005;
- trabalhadores com contratos de trabalho por tempo determinado, regidos pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.849, de 26 de outubro de 1999;
- trabalhadores com contratos de trabalho por prazo determinado, regidos por lei estadual;
- trabalhadores com contratos de trabalho por prazo determinado, regidos por lei municipal;
- servidores e trabalhadores licenciados;

- servidores públicos cedidos e requisitados;
- dirigentes sindicais.⁴

Após criteriosa análise, optou-se por utilizar os dados da SRF como fonte de informações sobre o universo das OSCs com existência formal no país, mas os dados disponíveis referem-se apenas ao ano de 2016. Justifica esta decisão principalmente o fato de esta fonte apresentar maior consistência nos dados.

As análises relacionadas ao perfil do mercado formal de trabalho das OSCs utilizaram a Rais,⁵ que é o único registro anual disponível, de âmbito nacional, sobre características da população de empregados formais do país, embora existam omissões cujas implicações são discutidas adiante.

Todas as bases de dados utilizadas neste estudo contêm o código completo do CNPJ (quatorze dígitos), que é o registro identificador comum para o cruzamento das informações extraídas das diferentes fontes.

2 DEFINIÇÃO CONCEITUAL

Adotam-se critérios de identificação e classificação de OSCs, em grande medida inspirados em estudos nacionais (em particular, *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – Fasfil*) e internacionais (em particular, a Classification on the Purpose of Non-Profit Institutions Serving Households – Copni, da Organização das Nações Unidas – ONU). Embora a adoção desses critérios permita, em alguma medida, comparar os resultados apresentados com estatísticas de outras publicações, o uso do CNPJ como fonte do universo de OSCs implicou contagens e distribuições divergentes daquelas até então disponíveis, sendo a última delas relativa ao ano de 2010 (IBGE, 2012).

Adotando como referência definições conceituais bem estabelecidas na literatura – novamente, Fasfil/IBGE (2012) e Copni/ONU (United Nations, 2018) –, considerou-se OSCs apenas as entidades que se enquadravam simultaneamente nos cinco critérios seguintes:

- a) são privadas e não estão vinculadas jurídica ou legalmente ao Estado;
- b) não possuem finalidades lucrativas, ou seja, não distribuem o excedente entre proprietários ou diretores, e, se houver geração de superávit, este é aplicado em atividades-fim da organização;
- c) são legalmente constituídas, ou seja, possuem personalidade jurídica e inscrição no CNPJ;

4. Disponível em <<https://goo.gl/YxN9fj>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

5. As análises de OSCs no período de 2010 a 2015 são possíveis na medida em que o Ipea tem acesso aos microdados da Rais, com a identificação do CNPJ e do CPF, o que depende de autorização especial do MTE.

- d) são autoadministradas⁶ e gerenciam suas próprias atividades de modo autônomo;
- e) são constituídas de forma voluntária por indivíduos, e as atividades que desempenham são de livre escolha por seus responsáveis.

No país, esses critérios correspondem a três tipos jurídicos do Código Civil brasileiro: as associações privadas, as fundações privadas e as organizações religiosas.

A Lei nº 13.019/2014, ao conceituar OSCs, incluiu, além das clássicas pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, as denominadas *cooperativas sociais* e as *sociedades cooperativas* integradas por trabalhadores em situação social vulnerável, fomento e capacitação de trabalhadores rurais ou ações de cunho social. Para a classificação do CNPJ, as cooperativas em geral, sociais ou não, constituem uma natureza jurídica do tipo *entidade empresarial*.

Não há um registro oficial que reúna as cooperativas sociais e as demais que atuem em prol do interesse público. Devido a esta limitação, as cooperativas estão excluídas do universo de OSCs aqui utilizado, e, portanto, de toda a análise. Pela definição legal, não seria bastante identificar uma cooperativa; seria preciso analisar caso a caso a finalidade específica de atuação delas, o que excede as possibilidades deste estudo.

3 IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS OSCs

Ainda a fim de construir estatísticas comparáveis com a literatura pertinente e em acordo com o conhecimento consolidado sobre o tema, adaptou-se a classificação de finalidades de atuação das OSCs utilizada na Fasfil (IBGE, 2012), por sua vez inspirada na Copni, elaborada pela Divisão de Estatísticas da ONU (United Nations, 2018). Para identificar OSCs no CNPJ, da SRF, foram realizados os dois procedimentos a seguir descritos.

- 1) Seleção de CNPJs em situação ativa e que pertencem às quatro naturezas jurídicas que atendem à definição conceitual deste estudo, procedentes do grande grupo das entidades sem fins lucrativos da Tabela de Natureza Jurídica 2014:⁷ fundação privada (306-9), organização religiosa (322-0), organização social⁸ (330-1) e associação privada (399-9).

6. Significa que a organização é quem define como será sua governança, sem estar submetida a regramentos externos, tal como ocorre com os condomínios ou cartórios, os quais são, por isso, excluídos do universo das OSCs. Pede-se consultar o apêndice B deste livro para detalhes.

7. Disponível em: <<https://goo.gl/ygikxq>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

8. A natureza "organização social", a rigor, trata-se de um erro classificatório. As razões são explicadas no capítulo correspondente às naturezas jurídicas. Em todo caso, representa um número reduzido de OSCs.

- 2) Exclusão de organizações inconsistentes com a definição conceitual de OSC adotada: partidos políticos, sindicatos, cartórios, caixas escolares, condomínios, Sistema S, entidades de mediação e arbitragem, comissão de conciliação prévia, conselhos, fundos e consórcios municipais e cemitérios e funerárias. Esta etapa implicou criação de filtros extensos a partir de razão social e código da CNAE –subclasses versão 2.2.⁹
- 3) Cruzamento das informações das razões sociais e dos códigos da CNAE – subclasses 2.2 – com as bases de dados federais setoriais de OSCs, para validar a consistência dos códigos da CNAE reportados na base da SRF.¹⁰

O apêndice B da publicação justifica as exclusões das demais naturezas jurídicas e especifica as razões sociais eventualmente excluídas, por inconsistências nas informações autodeclaradas, especialmente da Rais/MTE.

Para identificar OSCs na Rais 2015, foram adotados os procedimentos citados anteriormente, mas com uma diferença relevante. Na ausência do campo que classifica a situação do CNPJ em ativo ou inativo, disponível na SRF, mas não na Rais, considerou-se o seguinte para definir a condição de atividade das OSCs:

- organizações que possuíam pelo menos uma pessoa ocupada assalariada em 31/12 do ano de referência da Rais (2015), independentemente do indicador de atividade no ano de referência;
- organizações sem pessoas ocupadas assalariadas, mas que se declararam como “em atividade” na Rais no ano de referência¹¹ (2015).

Além das etapas de tratamento dos dados listadas anteriormente, dois procedimentos adicionais foram executados na Rais. O primeiro passo foi recuperar as organizações que não apareceram ou deixaram de aparecer nas edições da relação anual,¹² adicionando-se organizações seguindo duas etapas.

- 1) As organizações que já existiam em anos anteriores, de acordo com o ano de criação da organização, mas que não apareceram em até duas edições passadas da Rais: por exemplo, uma organização criada em 2012 presente na Rais 2015, mas ausente das Rais 2013 e 2014, foi incluída nas bases desses anos.

9. Pede-se consultar o apêndice B deste livro para detalhes.

10. As bases setoriais utilizadas, extraídas do Mapa das Organizações Sociais da Sociedade Civil foram as seguintes: Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – Educação (Cebas – Educação), Cebas – Saúde, Cebas – Assistência Social, Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUS), Cadastro Nacional das Entidades de Assistência Social, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, Cadastro Nacional de Entidades Ambientais, Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura, Sistema da Lei de Incentivo ao Esporte. Informações detalhadas de cada base estão disponíveis em: <<https://goo.gl/MsAvdx>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

11. Ver-se-á que a maioria das OSCs não possui vínculos de trabalho.

12. Apesar de ser obrigatório, pode haver organizações que não tenham entregue a Rais ao MTE. Os procedimentos de “baixa” também podem demorar, e isso pode ocasionar esse tipo de situação.

- 2) As organizações que apareceram em até dois anos anteriores à Rais do ano de referência (2015), mas que não encerraram atividades ou realizam “baixa” no CNPJ: por exemplo, uma organização presente na Rais 2013, mas que não encerrou ou não deu baixa nem nesse ano nem no ano seguinte, foi incluída na Rais 2015.

Dessa forma, optou-se por chamar de Rais Ampliada a base de dados gerada ao final das etapas de tratamento dos dados.¹³ A tabela 1 apresenta o resultado das três etapas de tratamento dos dados nas contagens do universo de OSCs em cada ano da série utilizada neste estudo.

TABELA 1

Etapas de tratamento dos dados e universo de OSCs: Brasil (2010-2016)

Ano	Etapas de tratamento dos dados		
	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3
	Seleção de naturezas jurídicas de OSCs	Limpeza, por razão social e CNAE	Recuperação de CNPJs e correção de inconsistências ²
	Total	Total	Total
2010	461.854	412.580	530.986
2011	479.202	426.042	554.625
2012	483.492	438.263	574.055
2013	484.442	436.088	568.961
2014	484.375	439.097	552.575
2015	491.452	446.176	525.591
2016 ¹	877.895	820.186	-

Fonte: Rais (2010 a 2015) e SRF (Brasil, 2016).
Elaboração do Ipea.

Notas: ¹ Os dados referentes ao ano de 2016 são provenientes do banco de dados da SRF. A Rais/MTE referente ao ano de 2016 não estava disponível quando os dados foram tabulados.

² As organizações que deixaram de aparecer na série da Rais, mas para as quais havia indícios convincentes que de fato existiam – conforme o passo 2, acima –, foram incluídas nos anos correspondentes da série histórica de acordo com os passos descritos anteriormente.

A fonte da informação mais segura sobre o *universo* das OSCs é a ficha cadastral do CNPJ, sob gestão da SRF. Utilizou-se esta base de dados, disponível para o ano de 2016. Com base nela, o número total de OSCs com CNPJs ativos no Brasil, em 2016, era de 820 mil. Embora esta seja a fonte mais segura de informação e próxima da realidade observada, deve-se esclarecer dois aspectos, a seguir.

Primeiro, é razoável presumir que uma parte das OSCs, cujos CNPJs constem como formalmente ativos, na prática esteja inoperante mesmo sem cancelar seus registros formais.

13. Esta denominação será utilizada ao longo de toda a publicação, e a fonte reportada será Rais Ampliada (Ipea, 2018). Deve estar claro que ela tem origem no tratamento das Rais originais, que é do MTE.

Segundo, o número total de OSCs registradas na Rais 2015, 446 mil (tabela 1, etapa 2) está subestimado, e a principal razão é que milhares de OSCs não preenchem esta declaração anual.

Uma justificativa para tantas omissões é que a maior parte das OSCs não possui vínculos formais de trabalho,¹⁴ e a Rais dirige-se principalmente – mas não exclusivamente – aos estabelecimentos com vínculos de emprego. É, de resto, a certeza dessas compreensíveis omissões e lacunas de preenchimento dos estabelecimentos que aparecem e desaparecem de sucessivas edições da Rais que se adotou o procedimento de resgatar e incluir na Rais 2015 os CNPJs de OSCs que constaram nas Rais 2013 e 2014, mas estavam ausentes da Rais 2015 – além de constarem com CNPJ ativo na SRF.¹⁵

Uma particularidade adicional contribui para as dificuldades de estimar o número correto de OSCs em atividade no país. Como as entidades sem fins lucrativos, em geral, e as OSCs, em especial, não são objeto de geração de dados e produção sistemática de informações – pelo menos se comparado ao esforço de captar informações seguras de empresas com fins lucrativos –, não há fontes adicionais que complementem lacunas informacionais dos grandes bancos de dados nacionais (Rais/MTE e SRF). A esta dificuldade soma-se a reduzida proporção de OSCs que apresentam vínculos de trabalho formal, que resultaria no aparecimento destas em outros cadastros oficiais.¹⁶

Em virtude de termos um registro oficial de 820 mil OSCs em 2016, mas dados detalhados do pessoal ocupado referentes a um grupo menor, 525 mil OSCs (etapa 3, tabela 1) – referentes a 2015 –, adota-se neste trabalho o seguinte procedimento: *os dados sobre as 820 mil OSCs serão sempre preferidos e utilizados. Os dados com as 525 mil OSCs serão utilizados em análises sobre dimensões do perfil das OSCs que só podem ser capturadas por meio da Rais.* Este é o caso das análises sobre vínculos de trabalho, remunerações médias, distribuição de gênero e raça do pessoal ocupado, entre outras.

Como são, em sua maior parte, análises de médias e tendências, não há maiores problemas, mas não é possível saber se há e qual a magnitude dos vieses produzidos pela omissão de OSCs eventualmente em atividade e com cadastro ativo no CNPJ, mas ausentes da Rais.

14. Análise detalhada sobre este aspecto encontra-se no capítulo 7.

15. Este procedimento de imputações com base em edições passadas é metodologicamente justificável em análises da Rais aplicadas a outros setores e, talvez ainda mais, no caso das OSCs. Os milhares de erros de autodeclaração capturados pelo algoritmo de limpeza da edição original da Rais reforçam a necessidade de estratégias alternativas para construir informações mais seguras sobre o universo das OSCs.

16. Por exemplo, nos dados do Cadastro Geral de Empregado e Desempregados (Caged), mensalmente produzido pelo MTE.

TABELA 2
Comparação do número e do percentual de OSCs da base de dados da SRF (2016) e da Rais/MTE (2015), por finalidades de atuação

Finalidade de atuação	N (SRF)	N (Rais)	Percentual (SRF)	Percentual (Rais)	Percentual no grupo (SRF)	Percentual no grupo (Rais)
Saúde						
Hospitais	2.646	2.068	0,3	0,4	19,3	23,1
Outros serviços de saúde	4.195	2.411	0,5	0,5	30,7	26,9
Cultura e arte						
Esportes e recreação	55.246	27.277	6,7	5,2	34,6	31,1
Cultura e arte	24.671	16.544	3,0	3,1	15,4	18,9
Educação e pesquisa						
Educação infantil	8.381	4.189	1,0	0,8	2,6	2,0
Estudos e pesquisas	1.268	710	0,2	0,1	0,4	0,3
Educação profissional	972	536	0,1	0,1	0,3	0,3
Ensino médio	1.941	1.712	0,2	0,3	0,6	0,8
Ensino fundamental	9.509	8.188	1,2	1,6	3,0	3,8
Educação superior	3.242	2.445	0,4	0,5	1,0	1,1
Outras formas de educação/ensino	6.208	3.450	0,8	0,7	2,0	1,6
Atividades de apoio à educação	8.148	5.559	1,0	1,1	2,6	2,6
Assistência social						
Assistência social	27.383	13.989	3,3	2,7	100,0	100,0
Religião						
Religião	208.325	136.785	25,4	26,0	100,0	100,0
Associações patronais e profissionais						
Associações profissionais	14.276	7.757	1,7	1,5	32,1	29,5
Associações empresariais e patronais	7.985	5.386	1,0	1,0	17,9	20,5
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	-	2.081	-	0,4	-	2,4
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses ¹	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	339.104	168.953	41,3	32,2	100,0	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente						
Associações de atividades não especificadas anteriormente	77.550	73.336	9,5	14,0	100,0	100,0
Outras organizações da sociedade civil						
Outras organizações da sociedade civil	19.136	42.099	2,3	8,0	100,0	47,6
Total	820.186	525.475	100,0	100,0	-	-

Fonte: Rais Ampliada (Ipea, 2018), Rais/MTE (Brasil, 2015) e SRF (Brasil, 2016).
 Elaboração do Ipea.

Nota: ¹ Esta finalidade foi reclassificada de modo mais detalhado, mas como todas as subfinalidades estão ausentes de classificações formais da Rais e da SRF, não foram reportadas nesta tabela.

CAPÍTULO 2

RESUMO DOS RESULTADOS

Este capítulo resume algumas das principais informações e análises apresentadas ao longo dos demais capítulos.

Em 2016, havia 820 mil organizações da sociedade civil (OSCs) com Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJs) ativos no país. As OSCs expandiram-se nos últimos anos, embora se observe contração em 2014. Os novos dados retratam um setor amplo, com importância econômica no mercado de trabalho, além da conhecida relevância em ações de interesse público.

A distribuição das OSCs no território acompanha, em geral, a distribuição da população. A região Sudeste abriga 40% das organizações, seguida pelo Nordeste (25%), pelo Sul (19%), pelo Centro-Oeste (8%) e pelo Norte (8%). Vale registrar que todos os municípios do país possuem pelo menos uma OSC.

Há equivalência entre a proporção da população que vive e as OSCs que atuam nas capitais dos estados. Por isso, não há concentração de OSCs nas capitais, as quais abrigam 24% da população brasileira e 22,5% das OSCs. Aproximadamente um em cada quatro brasileiros vive nas capitais e um em cada quatro OSCs também.

As organizações que tem como finalidade *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses* e as organizações com finalidade *religiosas* são os principais grupos de OSCs do país e representam mais de seis em cada dez organizações em atividade.

Na população de OSCs, 709 mil (86%) são associações privadas, 99 mil (12%) são organizações religiosas e 12 mil (2%) são fundações privadas.

Com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) Ampliada, 83% das OSCs não apresentam vínculos formais de emprego; outras 7% delas têm até dois vínculos de trabalho, totalizando 90% de OSCs que possuem até dois vínculos. Daí ser possível presumir que o universo das OSCs é massivamente formado por micro-organizações, mesmo considerando que o desconhecido número de trabalhadores voluntários possa atenuar esta característica.

Em 2015, havia quase 3 milhões de pessoas com vínculos de emprego em OSCs. Este total equivalia, em dezembro de 2015, a 3% da população ocupada do país e a 9% do total de pessoas empregadas no setor privado com carteira assinada.

Para ampliar a comparação e melhor situar as OSCs, o total de pessoas ocupadas com vínculos formais – sem considerar o voluntariado, que não é parte da análise – equivale a mais de 30% do que empregava o setor da agricultura, 26% do total empregado na indústria e 26% do total de pessoas empregadas no setor público (incluindo civis e militares) (IBGE, 2015).

Quase 60% das pessoas ocupadas em OSCs residiam na região Sudeste e mais de 50% das organizações com vínculos de emprego também. O número é superior à proporção de OSCs localizadas nesta região, o que indica que esta abriga as OSCs com maior número médio de vínculos. Somente o estado de São Paulo possui quase um terço das OSCs com vínculos de trabalho e mais de 35% das pessoas empregadas nas organizações.

As OSCs de saúde e educação são as que mais empregam e apresentam o maior porte médio. Embora correspondam a menos de 10% do universo de OSCs na Rais (3% e 7%, respectivamente), respondiam por 40% do total de pessoas ocupadas, em 2015.

As organizações com maior porte atuam nas áreas de saúde, assistência social e educação. Quarenta e quatro por cento das organizações de saúde possuem mais de dez vínculos. É esperado que assim seja, porque parte expressiva das organizações que atuam nesta área presta atendimento de saúde ou, no caso da educação, é instituição de ensino.

A contratação de pessoas com deficiência varia de modo significativo em OSCs de diferentes finalidades e entre grupos de uma mesma finalidade. O percentual de contratação encontra o seu máximo no subgrupo *defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas*, e seu mínimo em associações de produtores rurais.

Em 2015, 66% das 3 milhões de pessoas com atividade remunerada em OSCs não detinham nível superior completo; 13% possuíam o nível fundamental; e 49% detinham o nível médio completo. A variação não é grande entre regiões ou Unidades Federativas (UFs).

A remuneração média para o universo dos trabalhadores assalariados em OSCs era de R\$ 2.869, equivalente a 3,2 salários mínimos (SMs).¹

A remuneração média é maior nas organizações cuja finalidade de atuação é a saúde (3,8 SMs), associações patronais e profissionais (3,7 SMs) e educação e pesquisa (3,7 SMs), e menor em organizações da finalidade *assistência social* (1,9 SM).

1. A adoção do método de Tukey (1977) para tratar os dados da remuneração média mensal contidos na Rais Ampliada identificou 8% de observações atípicas (*outliers*) e média de R\$ 42.626. Mas esse método excluiria remunerações mensais plausíveis, a partir de R\$ 6 mil. Decidiu-se excluir do cálculo apenas as remunerações mensais médias superiores a R\$ 100 mil ou iguais a zero. Esse conjunto de valores atípicos representa 3,3% das observações. Após a exclusão destas, o valor médio mensal das remunerações diminuiu de R\$ 5.282 para R\$ 2.869.

A remuneração média dos ocupados nas regiões Sul e Sudeste (respectivamente R\$ 2.798 e R\$ 2.881) é superior às demais. Rio de Janeiro e Distrito Federal são os que pagam a maior remuneração média (R\$ 3.396 e R\$ 3.300, respectivamente); o Amapá e o Acre, as menores (R\$ 1.842 e 1.879, respectivamente).

As mulheres predominam entre as pessoas empregadas em OSCs: representam 65%. Embora existam variações entre regiões e estados, elas sempre são maioria em quaisquer dessas unidades geográficas. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina encontra-se a maior proporção de mulheres ocupadas, e no Amazonas, a menor.

Em relação às ocupações, *auxiliares de escritório*, *assistentes administrativos*, *faxineiros*, bem como as *atividades vinculadas à enfermagem*, totalizam mais de um terço dos vínculos de trabalho em OSCs.

A distribuição por sexo varia de modo significativo entre as finalidades de atuação das organizações, o que revela forte associação entre o sexo e alguns tipos específicos de ocupações. Por exemplo, as mulheres representam 85 de cada cem profissionais nas ocupações *atividades de enfermagem*, *técnico de enfermagem* e *auxiliar de enfermagem*. Em geral a presença de mulheres é proeminente em todas as atividades que remetem à imagem do cuidado (infantil ou idoso) e à assistência, a exemplo de *assistentes sociais* (93% mulheres), *cuidadoras de idosos* (85% mulheres), *professoras da educação infantil* (94%) e *auxiliar de desenvolvimento infantil* (95%).

A distribuição das ocupações pelo critério de raça revela um cenário igualmente hierárquico. As pessoas ocupadas negras estão em maiores proporções nas ocupações em posições inferiores da hierarquia de prestígio ocupacional. Nos extremos das 25 principais ocupações estão, por exemplo, o *contínuo* (54% negros e 46% brancos) e o *professor de ensino superior* (82% brancos e 18% negros).

Sessenta e três por cento das pessoas ocupadas são brancas e 37% negras. Há variação grande entre estados, seguindo em parte a distribuição da população brasileira. Nas regiões Norte e Nordeste, há predominância de negros: 75% e 70%, respectivamente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015 (IBGE, 2015) apontou que nas duas regiões o percentual de negros era 77% e 63%. Nas regiões Sul e Sudeste, há predominância de brancos empregados nas OSCs (89% e 59%, respectivamente).

De modo geral, os salários médios reproduzem as desigualdades do mercado de trabalho brasileiro, principalmente as desigualdades na remuneração por raça e por gênero. Há tanto características da segregação ocupacional de raça e sexo quanto segregação hierárquica.²

2. "Entende-se a segregação hierárquica como algo distinto da segregação ocupacional, que se refere à tendência à alocação de homens e mulheres [e brancos e negros] em segmentos ocupacionais distintos do mercado de trabalho. Na prática, no entanto, os efeitos destes fenômenos se confundem, pois as próprias ocupações podem ser hierarquizadas conforme o prestígio e a remuneração que lhes são atribuídos, observando-se a preponderância feminina nas atividades menos prestigiadas e pior remuneradas" (Vaz, 2010, p. 27).

Em média, as mulheres recebem 85% do salário de homens, mas há grandes variações entre finalidades de atuação e regiões.

A remuneração das pessoas agrupadas por diferentes raças também é desigual em quase todas as áreas de atuação. Pessoas ocupadas de cor branca recebem salário médio mensal de R\$ 3.039, e negros de R\$ 2.380, 78% da remuneração dos brancos. As diferenças, uma vez mais, variam entre OSCs com finalidades de atuação distintas. Enquanto na assistência social não há diferença observada, na área da saúde a remuneração dos negros é 76% da remuneração média mensal dos brancos.

A escolaridade é um fator determinante das remunerações. A remuneração das pessoas ocupadas sem nível superior, cuja média é R\$ 1.912 (2,0 SMs) é 45% da média do pessoal ocupado com nível superior, cujo valor de remuneração médio é R\$ 4.237 (4,9 SMs).

Entretanto, os níveis de escolaridade variam significativamente entre as finalidades de atuação das OSCs. As mais díspares encontram-se entre OSCs de educação e pesquisa, em que a escolaridade superior corresponde a 67%, e esportes e recreação, em que o nível superior completo corresponde a 15% dos vínculos de trabalho.

Em relação à transferência federal de recursos para OSCs, o valor total alcançou R\$ 75 bilhões, de 2010 a 2017.

Constata-se que, desde 2001, houve tendência de redução do percentual referente às transferências de recursos federais, dentro das quais se incluem as OSCs, no Orçamento Geral da União. Embora não tenha sido linear, essas transferências passaram de 0,71% a 0,35% do orçamento. Os valores reais e absolutos, contudo, apresentaram trajetória de crescimento até 2014, e, desde então, forte trajetória de queda. A queda foi contrabalançada – e, pelo menos em parte, justificada – por expressiva ampliação dos recursos destinados a essas entidades por governos estaduais e, sobretudo, municipais. Nos municípios, houve notável expansão de mais de 500% nos valores transferidos para entidades sem fins lucrativos (ESFLs).³

As funções orçamentárias *saúde e educação* receberam quase 50% do total de recursos destinados para OSCs de 2010 a 2017.

Os destinos dos recursos federais, por região, são mais concentrados que a localização territorial das OSCs. A região Sudeste sedia 42% das OSCs, mas recebeu 61% do total de recursos a elas destinados. Concentração ainda mais alta ocorreu

3. No capítulo 10 são detalhadas as razões de, para alguns casos, ser necessário observar recursos destinados para ESFL. Resumidamente, não é possível separar o subgrupo OSCs do grupo das ESFLs.

no interior da região Centro-Oeste. As OSCs do Distrito Federal receberam 83% de todos os recursos destinados à região, embora abriguem apenas 22% destas.⁴

A destinação de recursos por finalidades de atuação aponta que organizações de defesa de direitos e interesses recebem a maior proporção de recursos (38%), no total da série em análise, mas houve acentuada redução a partir do ano de 2016.

Proporcionalmente, a maior parte das transferências destinou-se às pequenas organizações, sem vínculos formais de trabalho. De 2010 a 2015, estas transferências abrangeram mais de 30% do total. A partir de 2016 os valores reduziram-se de modo acentuado, devido à redução das transferências para OSCs da finalidade de atuação *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses*, principalmente. Esta mudança ampliou o percentual que coube às OSCs de maior porte, que estão na área de saúde.

Durante o período analisado, o número de OSCs que recebeu recursos federais caiu de 13 mil para 7 mil. A cooperação federal com OSCs também se reduziu sob este prisma, portanto.

Os capítulos a seguir apresentam e analisam os aspectos anteriormente indicados em detalhe e discutem outras características do perfil das OSCs.

4. Há sempre que se ter em mente que a localização das OSCs pode não corresponder ao raio de suas ações, embora em geral esta seja uma aproximação razoável à falta de dados sistemáticos sobre a localização das atividades das OSCs para além do endereço. Vale destacar que a unidade de análise são CNPJs únicos. No caso de haver uma estrutura administrativa ao modo de uma "sede" e de "filiais", todas as unidades são incluídas.

AS OSCs NO TERRITÓRIO

Este capítulo trata da distribuição regional e estadual das organizações da sociedade civil (OSCs),¹ a densidade de organizações no território, seus graus de concentração e a presença nas capitais, bem como os Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) das regiões em que estão localizadas.

A localização da organização nem sempre é suficiente para indicar seu raio de atuação, por meio de ações, atividades e projetos, pois ela pode ter sede em um lugar e atuar adicionalmente em outros. Por isso, é necessário ter cautela ao se associar o potencial de OSCs executarem políticas territoriais e sua localização de fato, e qualquer análise nesse sentido será uma aproximação à falta de dados sistemáticos sobre a localização das atividades das OSCs, e não de seu endereço.²

A localização das OSCs acompanha, em geral, a distribuição da população. A região Sudeste abriga 40% das organizações, seguida pelo Nordeste (25%), pelo Sul (19%), pelo Centro-Oeste (8%) e pelo Norte (8%).

A região Sul apresenta percentual superior de OSCs (19%) se comparado ao percentual da população nacional que ali reside (14%). A equivalência entre população e OSCs indica, à primeira vista, que não há aspectos regionais potencialmente conducentes ou restritivos à existência das OSCs, pelo menos se consideradas em seu conjunto.

TABELA 1
Número e percentual de OSCs, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação: Brasil (2016)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	OSCs		População		OSCs por mil habitantes
	Total	(%)	Total	(%)	
Brasil	820.186	100,0	206.081.432	100,0	4,0
Norte	67.370	8,2	17.707.783	8,6	3,8
Acre	3.471	0,4	816.687	0,4	4,3
Amapá	2.645	0,3	782.295	0,4	3,4
Amazonas	11.624	1,4	4.001.667	1,9	2,9

(Continua)

1. Disponibiliza-se no Mapa das Organizações da Sociedade Civil o banco de dados com a informações do total e densidade das OSCs, por municípios, estados e regiões, de 2010 a 2015, para explorações mais específicas.

2. Pede-se ver a nota 22.

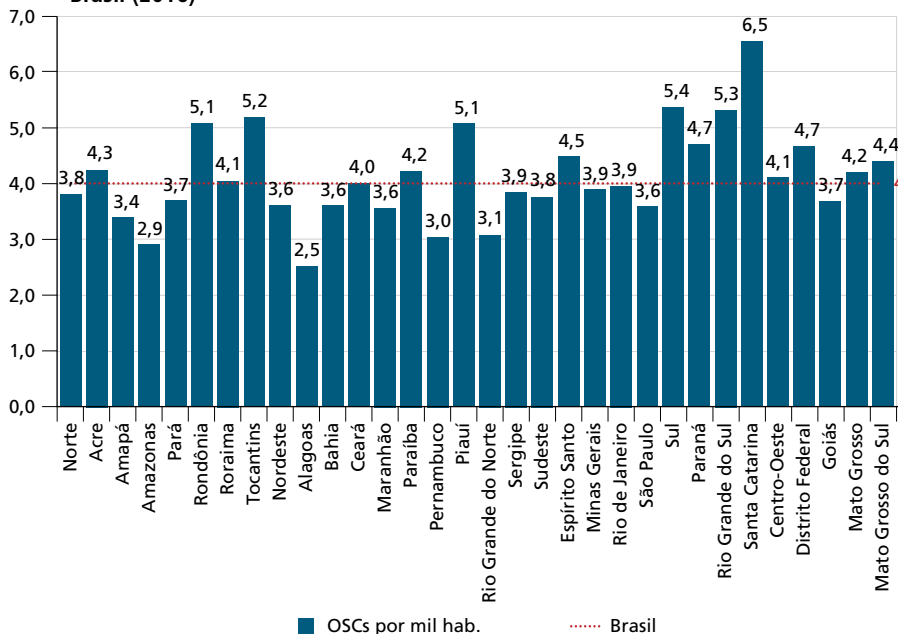
(Continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	OSCs		População		OSCs por mil habitantes
	Total	(%)	Total	(%)	
Pará	30.517	3,7	8.272.724	4,0	3,7
Rondônia	9.073	1,1	1.787.279	0,9	5,1
Roraima	2.086	0,3	514.229	0,2	4,1
Tocantins	7.954	1,0	1.532.902	0,7	5,2
Nordeste	205.300	25,0	56.915.936	27,6	3,6
Alagoas	8.448	1,0	3.358.963	1,6	2,5
Bahia	54.959	6,7	15.276.566	7,4	3,6
Ceará	35.835	4,4	8.963.663	4,3	4,0
Maranhão	24.740	3,0	6.954.036	3,4	3,6
Paraíba	16.872	2,1	3.999.415	1,9	4,2
Pernambuco	28.694	3,5	9.410.336	4,6	3,0
Piauí	16.287	2,0	3.212.180	1,6	5,1
Rio Grande do Norte	10.732	1,3	3.474.998	1,7	3,1
Sergipe	8.733	1,1	2.265.779	1,1	3,9
Sudeste	325.376	39,7	86.356.952	41,9	3,8
Espírito Santo	17.782	2,2	3.973.697	1,9	4,5
Minas Gerais	81.539	9,9	20.997.560	10,2	3,9
Rio de Janeiro	65.689	8,0	16.635.996	8,1	3,9
São Paulo	160.366	19,6	44.749.699	21,7	3,6
Sul	157.898	19,3	29.439.773	14,3	5,4
Paraná	52.789	6,4	11.242.720	5,5	4,7
Rio Grande do Sul	59.918	7,3	11.286.500	5,5	5,3
Santa Catarina	45.191	5,5	6.910.553	3,4	6,5
Centro-Oeste	64.242	7,8	15.660.988	7,6	4,1
Distrito Federal	13.887	1,7	2.977.216	1,4	4,7
Goiás	24.667	3,0	6.695.855	3,2	3,7
Mato Grosso	13.868	1,7	3.305.531	1,6	4,2
Mato Grosso do Sul	11.820	1,4	2.682.386	1,3	4,4

Fonte: SRF (Brasil, 2016) e IBGE (2017b).
Elaboração do Ipea.

A densidade de OSCs no território é um indicativo da propensão comparada ao associativismo, em diferentes áreas do país. Em 2016, havia no Brasil quatro OSCs por mil habitantes. A região Sul e Santa Catarina são respectivamente a região e o estado com maior densidade de OSCs; o estado sulista apresenta densidade 64% acima da média nacional (tabela 1 e gráfico 1). Somente a região Sul apresenta estados com densidade superior à média nacional.

GRÁFICO 1
Número de OSCs por mil habitantes, por Grandes Regiões e Unidades da Federação: Brasil (2016)



Fonte: SRF (Brasil, 2016) e IBGE (2017b).
 Elaboração do Ipea.

O número de OSCs nas capitais detalha um pouco melhor o padrão de localização territorial das OSCs, além de esclarecer, por exemplo, qual é a capilaridade das OSCs e sua capacidade de irradiar no território ações ou políticas de interesse público.

Os resultados descritos na tabela 2 e no gráfico 2 indicam equivalência entre a proporção da população e das OSCs que atuam e vivem nas capitais em relação aos totais dos respectivos estados. Não há concentração de OSCs nas capitais. Estas abrigam 24% da população brasileira e 22,5% das OSCs. Aproximadamente um em cada quatro brasileiros vive nas capitais, e uma em cada quatro OSCs também.³ O resultado desfaz a expectativa de que essas localidades, que são também os centros econômicos dos estados, concentrariam número superior de OSCs. Entretanto, há variação relevante no número de OSCs por habitante nas capitais. A maior concentração está em Florianópolis (nove OSCs/mil habitantes) e a menor está em Manaus (2,5 OSCs/mil habitantes).

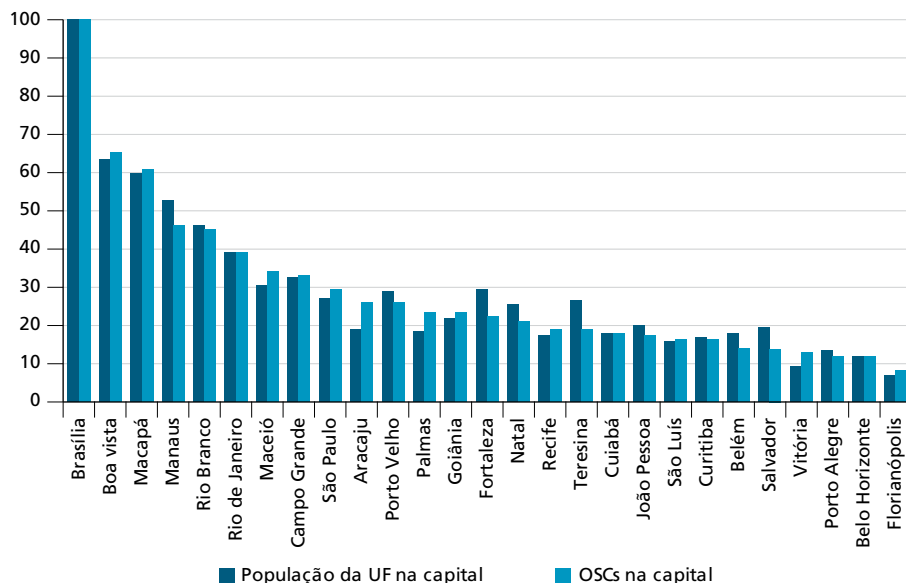
3. A desconcentração de OSCs sugere também que, para abranger o maior número de OSCs, a Lei nº 13.019/2014 precisará ser regulamentada e devidamente aplicada em uma extensão de municípios que vá além das capitais.

TABELA 2
Número de OSCs, OSCs por mil habitantes e percentual de OSCs nas capitais do país (2016)

Capitais	OSCs			População			OSCs por mil habitantes	
	Capital	UF	Capital (%)	Capital	UF	Capital (%)	Capital	UF
Brasília (DF)	13.887	13.887	100,0	2.977.216	2.977.216	100,0	4,7	4,7
Boa Vista (RR)	1.352	2.086	64,8	326.419	514.229	63,5	4,1	4,1
Macapá (AP)	1.612	2.645	60,9	465.495	782.295	59,5	3,5	3,4
Manaus (AM)	5.305	11.624	45,6	2.094.391	4.001.667	52,3	2,5	2,9
Rio Branco (AC)	1.577	3.471	45,4	377.057	816.687	46,2	4,2	4,3
Rio de Janeiro (RJ)	25.323	65.689	38,5	6.498.837	16.635.996	39,1	3,9	3,9
Maceió (AL)	2.889	8.448	34,2	1.021.709	3.358.963	30,4	2,8	2,5
Campo Grande (MT)	3.924	13.868	28,3	863.982	2.682.386	32,2	4,5	5,2
São Paulo (SP)	46.254	160.366	28,8	12.038.175	44.749.699	26,9	3,8	3,6
Aracaju (SE)	2.297	8.733	26,3	641.523	3.358.963	19,1	3,6	2,6
Porto Velho (RO)	2.369	9.073	26,1	511.219	1.787.279	28,6	4,6	5,1
Palmas (TO)	1.848	7.954	23,2	279.856	1.532.902	18,3	6,6	5,2
Goiânia (GO)	5.638	24.667	22,9	1.448.639	6.695.855	21,6	3,9	3,7
Fortaleza (CE)	7.906	35.835	22,1	2.609.716	8.963.663	29,1	3,0	4,0
Natal (RN)	2.234	10.732	20,8	877.662	3.474.998	25,3	2,5	3,1
Recife (PE)	5.554	28.694	19,4	1.625.583	9.410.336	17,3	3,4	3,0
Teresina (PI)	3.102	16.287	19,0	847.430	3.212.180	26,4	3,7	5,1
Cuiabá (MS)	2.517	11.820	21,3	585.367	3.305.531	17,7	4,3	3,6
João Pessoa (PB)	2.846	16.872	16,9	801.718	3.999.415	20,0	3,5	4,2
São Luís (MA)	4.021	24.740	16,3	1.082.935	6.954.036	15,6	3,7	3,6
Curitiba (PR)	8.162	52.789	15,5	1.893.997	11.242.720	16,8	4,3	4,7
Belém (PA)	3.799	30.517	12,4	1.446.042	8.272.724	17,5	2,6	3,7
Salvador (BA)	7.575	54.959	13,8	2.938.092	15.276.566	19,2	2,6	3,6
Vitória (ES)	2.338	17.782	13,1	359.555	3.973.697	9,0	6,5	4,5
Porto Alegre (RS)	6.955	59.918	11,6	1.481.019	11.286.500	13,1	4,7	5,3
Belo Horizonte (MG)	9.395	81.539	11,5	2.513.451	20.997.560	12,0	3,7	3,9
Florianópolis (SC)	3.781	45.191	8,4	477.798	6.910.553	6,9	7,9	6,5
Total	184.460	820.186	22,5	49.084.883	207.174.616	23,7	3,8	4,0

Fonte: SRF (Brasil, 2016), Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal (2017) e IBGE (2017b).
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 2
Habitantes e OSCs nas capitais em relação ao total da população e OSCs da Unidade Federativa (2016)
 (Em %)



Fonte: SRF (Brasil, 2016), Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal (2017) e IBGE (2017b).
 Elaboração do Ipea.

É uma indagação plausível se a presença de OSCs nos territórios relaciona-se aos IDHs locais. Os mecanismos causais nem sempre são explicitados, mas a intuição que associa mais OSCs e maior IDH decorreria da expectativa de que as primeiras promovem ações multidimensionais conducentes ao desenvolvimento dos fatores que integram o IDH. Tais ações desdobrar-se-iam em maior progresso local. Entretanto, justificativa contrária também poderia ser aplicada: regiões em que há maior carência de ações visando ampliar o IDH demandariam maior intervenção das OSCs, que floresceriam de modo mais frequente em regiões com menores índices, portanto.

A tabela 3 lista os níveis de IDH calculados para as Unidades Federativas. Os mapas retratados na figura 1 sugerem a importância de análises mais detidas sobre densidade associativa e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).⁴

4. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o “Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira” (ONU, [s.d.]).

Observa-se, primeiro, que a região Sul apresenta alta densidade de OSCs e alto nível de IDH. Entretanto, também a região Nordeste apresenta regiões com alta densidade associativa, embora alta proporção de municípios com IDH baixo.

Considerando a totalidade dos municípios brasileiros, o número de OSCs *per capita* a cada mil habitantes colabora para explicar 51,4%⁵ do total da variabilidade do IDHM, indicando que, quanto maior a concentração de OSCs, maior o desenvolvimento local. Contudo, esta análise carece de maior detalhamento, considerando outros fatores, ou ainda uma segmentação regional, dada a constatação de padrões regionais de intensidade da relação do IDH com o número de OSCs a cada mil habitantes diferenciados dentro de cada Grande Região (ver figura 1).

Outro aspecto importante é que esta relação pode ter sentido duplo, correspondendo também a quanto maior o desenvolvimento local, mais propício é o ambiente para o estabelecimento de OSCs. Nesse sentido, esta breve análise corrobora para identificar que tal relação é significativa, mas que outros fatores podem estar interagindo.

A densidade das organizações da finalidade “defesa de direitos e interesse”, indica que a presença *per capita* desta é maior em regiões com menor IDH (figura 1). Ainda assim, desagregações das OSCs abrangidas por esta e outras finalidades – que reúnem OSCs com propósitos e naturezas bem diversas – são necessárias para compreender de modo claro se há e qual a associação entre IDHM e OSCs.

TABELA 3

Número de OSCs, densidade de organizações por mil habitantes e IDHM nas capitais dos estados (2016)

Unidade da Federação	OSCs	OSCs por mil habitantes	IDHM
Acre	3.471	4,7	0,663
Alagoas	8.448	2,7	0,631
Amapá	2.645	4,0	0,708
Amazonas	11.624	3,3	0,674
Bahia	54.959	3,9	0,660
Ceará	35.835	4,2	0,682
Distrito Federal	13.887	5,4	0,824
Espírito Santo	17.782	5,1	0,740
Goiás	24.667	4,1	0,735
Maranhão	24.740	3,8	0,639
Mato Grosso	13.868	4,6	0,725
Mato Grosso do Sul	11.820	4,8	0,729
Minas Gerais	81.539	4,2	0,731

(Continua)

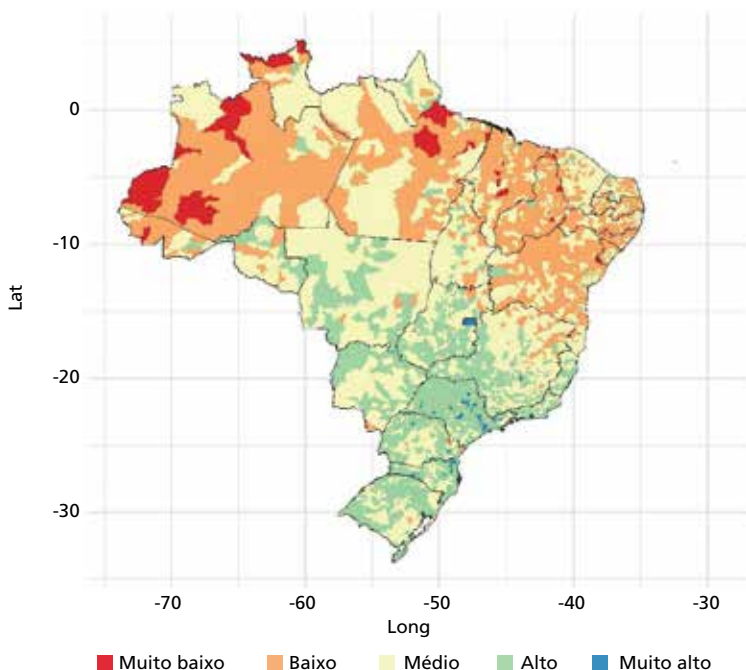
5. Coeficiente de múltipla determinação (R²), a partir do modelo de regressão espacial, *spatial lag model*, com matriz de vizinhança espacial baseada no método *queen*.

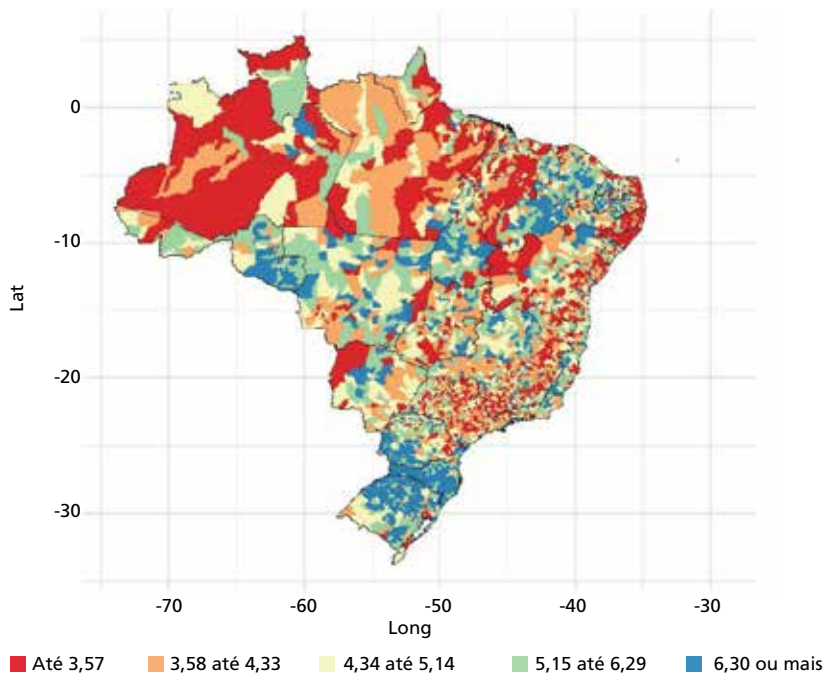
(Continuação)

Unidade da Federação	OSCs	OSCs por mil habitantes	IDHM
Pará	26.599	3,5	0,646
Paraíba	16.872	4,5	0,658
Paraná	52.789	5,1	0,749
Pernambuco	28.694	3,3	0,673
Piauí	16.287	5,2	0,646
Rio de Janeiro	65.689	4,1	0,761
Rio Grande do Norte	10.732	3,4	0,684
Rio Grande do Sul	59.918	5,6	0,746
Rondônia	9.073	5,8	0,690
Roraima	2.086	4,6	0,707
Santa Catarina	45.191	7,2	0,774
São Paulo	160.366	3,9	0,783
Sergipe	8.733	4,2	0,665
Tocantins	7.954	5,7	0,699

Fonte: Ipea, IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano.
Elaboração do Ipea.

FIGURA 1
IDHM e número de OSCs por mil habitantes, por municípios
1A – IDHM (2010)



1B – OCSs *per capita* por mil habitantes (2016)

Fonte: Ipea, IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano.

Elaboração do Ipea.

Obs.: Categorização do IDHM: muito baixo até 0,499; baixo de 0,5 até 0,599; médio de 0,6 até 0,699; alto de 0,7 até 0,799; e muito alto de 0,8 até 1. Categorização do indicador de OCSs *per capita* a cada mil habitantes baseada em quintis.

AS FINALIDADES DE ATUAÇÃO DAS OSCs

As organizações da sociedade civil (OSCs) apresentam grande diversidade nos objetivos organizacionais e é difícil encontrar uma forma de classificá-las de modo a reuni-las em grupos conceitualmente razoáveis e empiricamente realistas. Contribui para a dificuldade a inexistência de dados sistemáticos e sistemas classificatórios oficiais que detalhem a contento os campos de atuação das OSCs. O maior esforço neste sentido tem sido o realizado na publicação *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – Fasfil* (IBGE, 2012).

Para classificar as OSCs em diferentes finalidades de atuação, adotou-se classificação semelhante àquela (IBGE, 2012), que, por sua vez, adaptou a Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias (conhecida como Copni, em função do acrônimo da denominação em língua inglesa – Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households). Aqui, bastará lembrar, como se mencionou na metodologia, que o critério para definir uma OSCs é que a organização enquadre-se simultaneamente nos seguintes critérios:

- ser privada, sem vínculo jurídico ou legal com o Estado;
- não ter finalidade lucrativa;
- ser legalmente constituída, ou seja, ter inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- ser autoadministrada;
- ser constituída de forma voluntária por indivíduos, e as atividades que desempenham devem ser de livre escolha por seus responsáveis (IBGE, 2012).

Com base nestes critérios, excluíram-se as entidades sem fins lucrativos que não atendiam simultaneamente aos cinco critérios (ver capítulo metodológico e apêndice B).

Para a finalidade de atuação, adotaram-se oito grandes áreas, dividindo-as em diferentes finalidades de atuação, quando a divisão foi possível: saúde, educação e pesquisa, cultura e recreação, assistência social, religião, associações patronais e profissionais, defesa de direitos e interesses, outras atividades associativas e outras OSCs.

As finalidades foram delimitadas com base nos princípios da atividade principal, estabelecidos pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). O conceito relacionado à “finalidade de atuação” tratado nesta publicação está associado a um dos critérios definidos pela CNAE para classificar a principal atividade econômica de empresas ou de outras formas de organizações. Deve-se ressaltar que o critério de finalidade utilizado para caracterização de uma atividade econômica, em boa parte dos casos, é tratado pela CNAE de forma mais ampla e genérica, não possibilitando um maior nível de detalhamento das finalidades, necessário para compreender a forma de atuação das OSCs por meio dos dados disponíveis. Discute-se uma ação para contorná-la no capítulo 12.

A finalidade “desenvolvimento e defesa de direitos e interesses” requer explicação mais detalhada. Esta finalidade abrange mais de 40% do universo e baseia-se na classificação reportada da CNAE do grupo 943, “atividades de associações de defesa de direitos sociais”, que apresenta uma única classe (9430-8), denominada “atividades de associações de defesa de direitos sociais”, e uma única subclasse, homônima.¹ Em outros termos, para as OSCs com esta finalidade, a CNAE não possui um maior nível de detalhamento em classes mais específicas. Para contornar a dificuldade, adotou-se um conjunto de procedimentos para atribuir finalidades de atuação mais específicas para as OSCs desta classe da CNAE, ou, o que vem a ser o mesmo, da finalidade aqui definida, “desenvolvimento e defesa de direitos e interesses”, que é classificação idêntica à adotada na Fasfil/IBGE (2012).

Primeiro, decidiu-se manter a vinculação ao grupo/subgrupo CNAE como principal critério de classificação, ou seja, qualquer outro critério de classificação para encontrar subgrupos os mantiveram dentro deste grupo. O que justifica este procedimento é o fato de a informação ser proveniente de um cadastro mais seguro do que os demais à disposição do Ipea: o CNPJ, da Secretaria da Receita Federal (SRF). Não há por que retirar da CNAE a primazia classificatória – pelo menos diante das alternativas disponíveis. Uma segunda razão é que aplicar critérios alternativos, como a “razão social” ou o “nome fantasia” para realocar OSCs entre os grandes grupos (saúde, educação, religião etc.), exigiria que o mesmo critério fosse aplicado ao universo, o que não se considerou apropriado e conveniente.²

1. A CNAE apresenta a seguinte nota explicativa das organizações que devem constar nesta classe: “Esta classe compreende as atividades de associações que são criadas para atuar em causas de caráter social, tais como a defesa dos direitos humanos, defesa do meio ambiente, defesa das minorias étnicas, etc.” (IBGE, 2018a).

2. Por exemplo, se uma OSC tem razão social ou nome fantasia com as palavras “associação de moradores”, será classificada na finalidade correspondente. Quando há bancos de dados de OSCs setoriais, que indicam vinculação a uma área específica, eles foram utilizados de modo classificatório ou confirmatório. Desse modo, uma OSC cuja razão social ou nome fantasia indique atuação em ações de assistência social, ou se ela consta em um banco temático, como a lista de OSCs com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas – Assistência Social) (ou ambos), é automaticamente reclassificada nesta subfinalidade.

Considerando, então, que as 339 mil OSCs do grupo “desenvolvimento e defesa de direitos de interesses” permaneceriam neste grupo, procedeu-se à criação de algoritmo de reclassificação destas OSCs, visando atribuir-lhes finalidades de atuação mais específicas. Este algoritmo opera com base na razão social, no nome fantasia da organização e, quando houver, na vinculação das OSCs em nove diferentes bases setoriais de OSCs, que são utilizadas no Mapa das Organizações da Sociedade Civil.³ O algoritmo de reclassificação valeu-se também do conjunto de informações disponibilizado no anexo 4 da Fasfil/IBGE (2012).

Por fim, a este algoritmo se juntou o algoritmo de limpeza de inconsistências, aplicado sobre as diferentes edições da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais/MTE). A unificação de ambos teve por objetivo realizar uma dupla verificação de possíveis incongruências.

Inicialmente, foram construídos dezoito subgrupos – mais precisamente, subfinalidades – de OSCs dentro da finalidade “desenvolvimento e defesa de direitos e interesses”. Posteriormente foram unificados alguns subgrupos, reduzindo-os para doze. O critério utilizado para reduzi-los foi a proximidade temática das finalidades e a preservação dos subgrupos já estabelecidos na Fasfil/IBGE, para manter, onde possível, a comparabilidade. A redução do número de grupos também visou tornar operacionais a análise e a construção das tabelas. Detalham-se as OSCs que compõem estes grupos no apêndice A desta publicação e, eventualmente, nos capítulos temáticos específicos.

A tabela 1 apresenta os subgrupos e os percentuais da finalidade de atuação “desenvolvimento e defesa de direitos e interesses”.

TABELA 1
Finalidade “desenvolvimento e defesa de direitos”, após reclassificação para desagregá-la

Finalidade, com base na reclassificação	(%)
<i>Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos</i>	43,94
Defesa de direitos – múltiplas áreas	10,78
Associações de pais, professores, alunos e afins	9,77
<i>Associação de moradores</i>	9,71
Associações patronais e profissionais	6,88
<i>Centros e associações comunitárias</i>	6,44
Cultura e recreação	4,33
Saúde, assistência social e educação	4,10
Religião	1,69
Meio ambiente e proteção animal	1,01
<i>Desenvolvimento rural</i>	0,74
<i>Defesa de direitos de grupos e minorias</i>	0,62
Total	100,00

Fonte: Ipea, SRF (Brasil, 2016) e Fasfil/IBGE (2012).

Elaboração do Ipea.

Obs.: As finalidades em itálico são idênticas às da publicação Fasfil/IBGE (2012), embora os sistemas de classificação difiram.

3. Pede-se ao leitor interessado na lista destas bases consultar a nota 5.

O apêndice A detalha tipos de OSCs abrangidas por cada uma das subfinalidades de atuação anteriormente listadas.

As organizações da finalidade *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses* e as organizações com finalidade *religiosas* são os dois principais grupos de OSCs do país e representam mais de seis em cada dez organizações em atividade. A tabela 2 apresenta a distribuição em números absolutos e percentuais das OSCs por áreas e subáreas de atuação.

Destaca-se ainda a proporção relativamente pequena, neste universo, do número de organizações de três áreas estruturantes do estado de bem-estar, institucionalizadas no aparato constitucional e nos Sistemas Nacionais de Saúde (SUS), Assistência Social (Suas) e na rede nacional de educação pública. As OSCs destas finalidades respondem por somente 9% do total.⁴ Estas organizações, contudo, são de grande porte e abrangem mais de 50% do pessoal ocupado assalariado das OSCs, como se analisa no capítulo 6.

TABELA 2
Número de OSCs, segundo a finalidade de atuação: Brasil (2016)

Finalidade das OSCs	Total	(%)	
		Em relação ao total	Em relação ao grupo
Saúde	6.841	0,8	100,0
Hospitais	2.646	0,3	38,7
Outros serviços de saúde	4.195	0,5	61,3
Cultura e recreação	79.917	9,7	100,0
Esportes e recreação	55.246	6,7	69,1
Cultura e arte	24.671	3,0	30,9
Educação e pesquisa	39.669	4,8	100,0
Educação infantil	8.381	1,0	21,1
Estudos e pesquisas	1.268	0,2	3,2
Educação profissional	972	0,1	2,5
Ensino médio	1.941	0,2	4,9
Ensino fundamental	9.509	1,2	24,0
Educação superior	3.242	0,4	8,2
Outras formas de educação/ensino	6.208	0,8	15,6
Atividades de apoio à educação	8.148	1,0	20,5

(Continua)

4. A reduzida participação é possivelmente resultado do arranjo institucional no provimento desses serviços, que, em linha com as diretrizes de universalização previstas na Constituição Federal de 1988, são ofertadas em grande parte por organizações públicas vinculadas ao Estado, e, quando não é este o caso, por instituições com finalidades de lucro, em especial nas áreas de educação e saúde.

(Continuação)

Finalidade das OSCs	Total	(%)	
		Em relação ao total	Em relação ao grupo
Assistência social	27.383	3,3	100,0
Assistência social	27.383	3,3	100,0
Religião	208.325	25,4	100,0
Religião	208.325	25,4	100,0
Associações patronais e profissionais	22.261	2,7	100,0
Associações profissionais	14.276	1,7	64,1
Associações empresariais e patronais	7.985	1,0	35,9
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	339.104	41,3	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	41.611	5,1	12,3
Associações de pais, professores, alunos e afins	40.697	5,0	12,0
Associação de moradores	33.460	4,1	9,9
Associações patronais e profissionais	29.882	3,6	8,8
Centros e associações comunitárias	20.630	2,5	6,1
Cultura e recreação	14.091	1,7	4,2
Saúde, assistência social e educação	13.837	1,7	4,1
Religião	5.448	0,7	1,6
Meio ambiente e proteção animal	3.268	0,4	1,0
Desenvolvimento rural	2.288	0,3	0,7
Defesa de direitos de grupos e minorias	1.406	0,2	0,4
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	132.486	16,2	39,1
Outras atividades associativas	77.550	9,5	100,0
Associações em atividades não especificadas anteriormente	77.550	9,5	100,0
Outras organizações da sociedade civil	19.136	2,3	100,0
Outras organizações da sociedade civil	19.136	2,3	100,0
Total	820.186	100,0	100,0

Fonte: SRF (Brasil, 2016).
Elaboração do Ipea.

A distribuição territorial das OSCs por áreas de atuação reproduz a já conhecida concentração de organizações na região Sudeste, onde estão mais de quatro em cada dez OSCs.

A região Sudeste apresenta número de “organizações de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses” menor, quase 10 pontos percentuais (p.p.) inferiores à média nacional, e a região Nordeste é a que apresenta a maior proporção dessas organizações entre as regiões (53%). Esse é um aspecto que demanda análise futura mais detalhada. Os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHMs) e o número de OSCs que atuam nesta finalidade corroboram o fato de a densidade destas OSCs ser maior em regiões com menor IDHM. As tabelas 3 e 4 detalham os números absolutos e os percentuais.

Nota-se que na região Sudeste há uma proporção comparativamente alta de organizações religiosas: 35%, comparada aos totais abaixo de 20% das demais Grandes Regiões. O estado do Rio de Janeiro possui a maior densidade dessas organizações, como se vê na figura 1. Os valores contrastam com o Sul e o Nordeste, cujos percentuais são bem inferiores (17% para ambos).

TABELA 3
Número de OSCs, por regiões, segundo a finalidade de atuação: Brasil (2016)

Finalidade das OSCs	Grandes Regiões					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Saúde	6.841	318	1.189	3.424	1.412	498
Hospitais	2.646	121	473	1.194	693	165
Outros serviços de saúde	4.195	197	716	2.230	719	333
Cultura e recreação	79.917	4.999	14.308	31.901	23.394	5.315
Esportes e recreação	55.246	3.177	7.950	22.328	18.271	3.520
Cultura e arte	24.671	1.822	6.358	9.573	5.123	1.795
Educação e pesquisa	39.669	3.536	11.716	15.497	5.206	3.714
Educação infantil	8.381	453	1.456	4.517	1.287	668
Estudos e pesquisas	1.268	86	221	636	209	116
Educação profissional	972	77	186	484	150	75
Ensino médio	1.941	145	394	798	393	211
Ensino fundamental	9.509	981	4.163	2.501	1.138	726
Educação superior	3.242	194	532	1.732	499	285
Outras formas de educação/ensino	6.208	459	1.343	2.717	1.067	622
Atividades de apoio à educação	8.148	1.141	3.421	2.112	463	1.011
Assistência social	27.383	1.132	5.684	13.523	4.915	2.129
Assistência social	27.383	1.132	5.684	13.523	4.915	2.129
Religião	208.325	13.557	35.025	112.713	27.677	19.353
Religião	208.325	13.557	35.025	112.713	27.677	19.353
Associações patronais e profissionais	22.261	2.030	4.743	8.749	4.474	2.265
Associações profissionais	14.276	1.544	3.356	5.341	2.576	1.459
Associações empresariais e patronais	7.985	486	1.387	3.408	1.898	806
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	339.104	31.950	108.337	104.526	71.424	22.867
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	41.611	5.860	13.822	10.166	9.483	2.280
Associações de pais, professores, alunos e afins	40.697	4.930	12.733	12.156	7.740	3.138
Associação de moradores	33.460	2.485	11.529	10.647	7.061	1.738
Associações patronais e profissionais	29.882	4.365	12.919	4.952	5.591	2.055
Centros e associações comunitárias	20.630	965	11.792	4.424	2.868	581
Cultura e recreação	14.091	997	3.302	4.751	4.240	801

(Continua)

(Continuação)

Finalidade das OSCs	Grandes Regiões					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Saúde, assistência social e educação	13.837	675	3.021	5.613	3.713	815
Religião	5.448	436	990	2.426	1.036	560
Meio ambiente e proteção animal	3.268	291	588	1.396	680	313
Desenvolvimento rural	2.288	257	1.507	228	97	199
Defesa de direitos de grupos e minorias	1.406	66	269	571	299	201
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	132.486	10.623	35.865	47.196	28.616	10.186
Outras atividades associativas	77.550	7.742	19.076	28.849	16.036	5.847
Associações de atividades não especificadas anteriormente	77.550	7.742	19.076	28.849	16.036	5.847
Outras organizações da sociedade civil	19.136	2.106	5.222	6.194	3.360	2.254
Outras organizações da sociedade civil	19.136	2.106	5.222	6.194	3.360	2.254
Total	820.186	67.370	205.300	325.376	157.898	64.242

Fonte: SRF (Brasil, 2016).
Elaboração do Ipea.

TABELA 4
OSCs por Grandes Regiões, segundo a finalidade de atuação: Brasil (2016)
(Em %)

Finalidade das OSCs	Grandes Regiões					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Saúde	0,83	0,47	0,58	1,05	0,89	0,78
Hospitais	38,68	38,05	39,78	34,87	49,08	33,13
Outros serviços de saúde	61,32	61,95	60,22	65,13	50,92	66,87
Cultura e arte	9,74	7,42	6,97	9,80	14,82	8,27
Esportes e recreação	69,13	63,55	55,56	69,99	78,10	66,23
Cultura e arte	30,87	36,45	44,44	30,01	21,90	33,77
Educação e pesquisa	4,84	5,25	5,71	4,76	3,30	5,78
Educação infantil	21,13	12,81	12,43	29,15	24,72	17,99
Estudos e pesquisas	3,20	2,43	1,89	4,10	4,01	3,12
Educação profissional	2,45	2,18	1,59	3,12	2,88	2,02
Ensino médio	4,89	4,10	3,36	5,15	7,55	5,68
Ensino fundamental	23,97	27,74	35,53	16,14	21,86	19,55
Educação superior	8,17	5,49	4,54	11,18	9,59	7,67
Outras formas de educação/ensino	15,65	12,98	11,46	17,53	20,50	16,75
Atividades de apoio à educação	20,54	32,27	29,20	13,63	8,89	27,22
Assistência social	3,34	1,68	2,77	4,16	3,11	3,31
Assistência social	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(Continua)

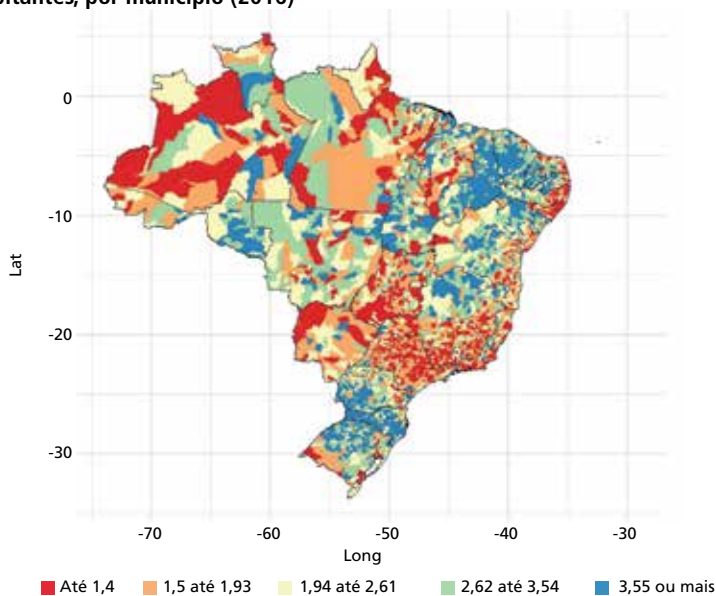
(Continuação)

Finalidade das OSCs	Grandes Regiões					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Religião	25,40	20,12	17,06	34,64	17,53	30,13
Religião	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Associações patronais e profissionais	2,71	3,01	2,31	2,69	2,83	3,53
Associações profissionais	64,13	76,06	70,76	61,05	57,58	64,42
Associações empresariais e patronais	35,87	23,94	29,24	38,95	42,42	35,58
Defesa de direitos e interesses	41,34	47,42	52,77	32,12	45,23	35,60
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	12,27	18,34	12,76	9,73	13,28	9,97
Associações de pais, professores, alunos e afins	12,00	15,43	11,75	11,63	10,84	13,72
Associação de moradores	9,87	7,78	10,64	10,19	9,89	7,60
Associações patronais e profissionais	8,81	13,66	11,92	4,74	7,83	8,99
Centros e associações comunitárias	6,08	3,02	10,88	4,23	4,02	2,54
Cultura e recreação	4,16	3,12	3,05	4,55	5,94	3,50
Saúde, assistência social e educação	4,08	2,11	2,79	5,37	5,20	3,56
Religião	1,61	1,36	0,91	2,32	1,45	2,45
Meio ambiente e proteção animal	0,96	0,91	0,54	1,34	0,95	1,37
Desenvolvimento rural	0,67	0,80	1,39	0,22	0,14	0,87
Defesa de direitos de grupos e minorias	0,41	0,21	0,25	0,55	0,42	0,88
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	39,07	33,25	33,11	45,15	40,06	44,54
Outras atividades associativas	9,46	11,49	9,29	8,87	10,16	9,10
Associações em atividades não especificadas anteriormente	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Outras organizações da sociedade civil	2,33	3,13	2,54	1,90	2,13	3,51
Outras organizações da sociedade civil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SRF (Brasil, 2016).
Elaboração do Ipea.

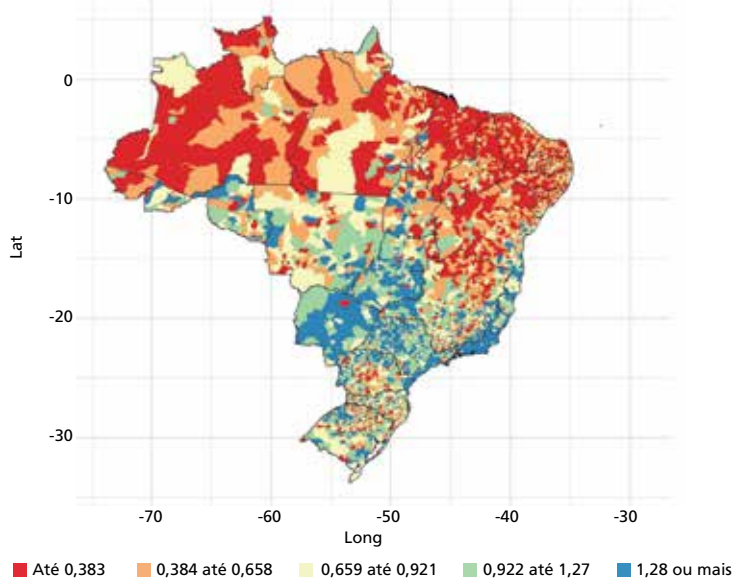
A densidade das OSCs, por finalidades de atuação, varia significativamente no país e pode ser visualmente observada nas figuras 1 a 4. A figura 1 aponta maior densidade de OSCs de defesa de direitos – as manchas azuis – concentradas nas regiões Sul e Nordeste. A figura 2 revela elevada concentração de organizações religiosas em quase todos os municípios do estado do Rio de Janeiro, em parte expressiva do estado de São Paulo e nos estados da região Centro-Oeste. A figura 3 aponta que, comparativamente, a região Sul possui a maior densidade de OSCs cuja finalidade de atuação é a cultura.

FIGURA 1
Densidade de OSCs de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses por mil habitantes, por município (2016)



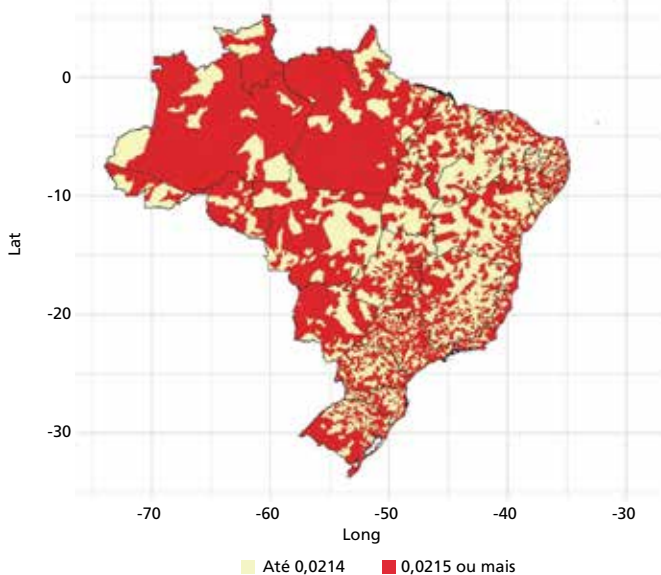
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal e Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Elaboração do Ipea.
 Obs.: Categorização do indicador de OSCs *per capita* a cada mil habitantes baseada em quintis.

FIGURA 2
Densidade de OSCs religiosas por mil habitantes, por município



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal e Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Elaboração do Ipea.

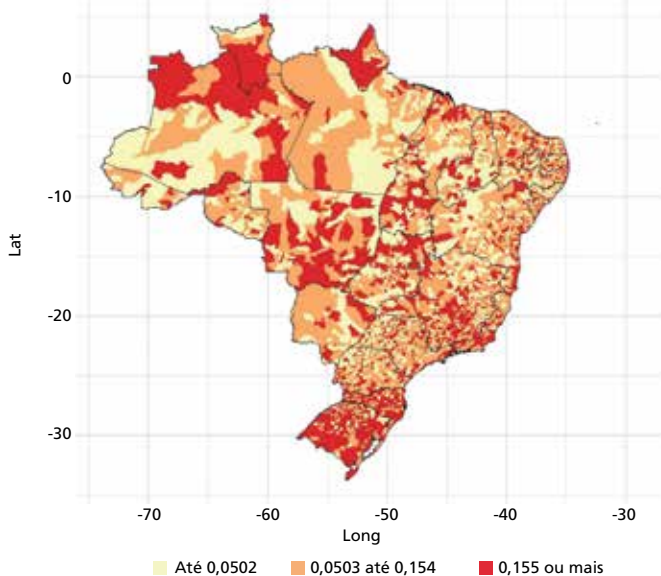
FIGURA 3

Densidade de OSCs de associações profissionais por mil habitantes, por município

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal e Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Elaboração do Ipea.

Obs.: Categorização do indicador de OSCs *per capita* a cada mil habitantes baseada na mediana.

FIGURA 4

Densidade de OSCs de cultura por mil habitantes, por município

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal e Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Elaboração do Ipea.

Obs.: Categorização do indicador de OSCs *per capita* a cada mil habitantes baseada em três decis.

A NATUREZA JURÍDICA DAS OSCs

Os dados sobre a natureza jurídica das organizações da sociedade civil (OSCs) precisam de esclarecimentos sobre as classificações oficiais incluídas. Três naturezas jurídicas foram utilizadas para calcular o total de OSCs do país: associações privadas, fundações privadas e organizações religiosas pessoas de direito privado sem fins lucrativos previstas no Código Civil – Lei nº 10.406/2002. Além disso, foram incluídas as organizações sociais assim qualificadas pela Lei Federal nº 9.637/1998, ou lei estadual, ou distrital ou municipal, conforme explicado a seguir.

A partir da Lei nº 10.825/2003,¹ que alterou o Código Civil, as organizações religiosas foram reconhecidas como uma espécie própria de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, diversa das associações ou fundações.

Esta alteração produziu uma complexidade adicional para classificar a finalidade de atuação, pois *religião* tornou-se tanto base para classificar OSCs quanto definir uma finalidade de atuação das OSCs. Há, portanto, quatro possibilidades de classificação, conforme quadro 1.

QUADRO 1

Naturezas jurídicas possíveis das OSCs de finalidade religiosa, segundo a CNAE

Natureza jurídica	Finalidade (com base na CNAE)	
Associação ou fundação	1.1 Religiosa	1.2 Não religiosa
Organização religiosa	2.1 Religiosa	2.2 Não religiosa

Elaboração do Ipea.

Observa-se, entretanto, ser residual o número de organizações com natureza jurídica “organização religiosa” fora da classe “atividades de organizações religiosas (classe 9491-0, na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE). O relevante a notar é que a mudança introduzida em 2003 faz com que organizações com finalidade religiosa estejam parcialmente na natureza *associação privada* e parcialmente na natureza jurídica *organização religiosa*. Uma análise do perfil das OSCs religiosas, reunindo-as, é mais abrangente, e consta na tabela 3.

1. Disponível em: <<https://goo.gl/BDBLiZ>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

As *organizações sociais*² são um caso à parte. Elas foram consideradas neste estudo como uma natureza jurídica porque assim foi disposto pela Comissão Nacional de Classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Concla/IBGE) a partir de 2014, mas o modo apropriado de classificá-las seria como uma *outorga concedida pelo Estado*. Como reconhece a própria Concla, a natureza jurídica 330-1 (organização social) refere-se às “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos (...), desde que tenham sido qualificadas como organização social nos termos da Lei Federal nº 9.637, de 15/05/1998, ou de lei estadual, ou distrital ou municipal” (IBGE, 2018a).

As organizações sociais foram aqui preservadas no universo das OSCs porque, efetivamente, estas organizações são constituídas como pessoa jurídica de direito privado e desempenham atividades de interesse público. Importante registrar que no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) consta um número bem reduzido de organizações registradas como tal, o que representa pouco mais de seiscentas organizações em um universo de mais de 820 mil OSCs.

Na população de OSCs, 709 mil (86%) são associações privadas, 99 mil (12%) são organizações religiosas e 12 mil (2%) são fundações. Um número residual equivalente a 0,1% figura como organização social.

A distribuição entre naturezas não discrepa da distribuição das OSCs no território, exceto por uma concentração um pouco maior de fundações (43%) e um pouco menor de associações (38%), na região Sudeste, comparada ao total de OSCs, que é de 40%.

Cabe notar a já mencionada concentração da natureza jurídica “organização religiosa” (52%) na região Sudeste. Contudo, esta análise é mais apropriada unindo-se as OSCs desta natureza jurídica e as associações com finalidade religiosa, como consta na tabela 3.

2. Conforme Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995, a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, foi uma das medidas implementadas no âmbito da reforma administrativa realizada no governo federal no período de 1995 a 1999, cujos objetivos eram: a) aumentar a governança do Estado; b) limitar a sua atuação às funções que lhe são próprias; e c) transferir da União para os estados e municípios as ações de caráter local. Logo depois da edição da Lei nº 9.637/1998 foi proposta uma ação direta de inconstitucionalidade – ADI nº 1.923 – no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2015, dezesseis anos depois, o STF julgou a ação parcialmente procedente, reconhecendo a constitucionalidade da lei e assentando interpretações para alguns dispositivos conforme a Constituição. Nesse meio tempo, leis diferentes foram criadas nos demais entes federados para tratar do título das organizações sociais e dos contratos de gestão. Não é obrigação legal em todas as normas editadas no país a participação do poder público no Conselho de Administração, por exemplo. Se essa característica fosse presente em todas as organizações sociais, poder-se-ia dizer que não estariam dentro dos critérios aqui adotados por não serem autoadministradas. Também não são todas as organizações qualificadas como organizações sociais que têm contrato de gestão com o poder público. Caso fosse mandatório, desnaturaria sua característica de que são privadas e não estão vinculadas jurídica ou legalmente ao Estado. Pela ausência de uniformidade nos conceitos, há também dúvidas sobre o melhor enquadramento para as organizações sociais, sendo certo que se trata de titulação específica outorgada pelo Estado a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.

TABELA 1
OSCs por natureza jurídica, Grandes Regiões e as Unidades da Federação: Brasil (2016)

Região geográfica	Quantidade de OSCs						Total (%)						Região geográfica (%)							
	Associação privada		Fundação privada		Organização religiosa		Organização social		Total		Associação privada		Fundação privada		Organização religiosa		Organização social		Total	
Brasil	708.546	12.397	98.641	602	820.186	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100,0
Norte	59.144	808	7.352	66	67.370	8,3	6,5	7,5	11,0	8,2	87,8	1,2	10,9	0,1	100,0					
Acre	2.985	41	443	2	3.471	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	86,0	1,2	12,8	0,1	100,0					
Amapá	2.216	41	386	2	2.645	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	83,8	1,6	14,6	0,1	100,0					
Amazonas	9.796	160	1.655	13	11.624	1,4	1,3	1,7	2,2	1,4	84,3	1,4	14,2	0,1	100,0					
Pará	27.145	317	3.033	22	30.517	3,8	2,6	3,1	3,7	3,7	89,0	1,0	9,9	0,1	100,0					
Rondônia	7.983	126	940	24	9.073	1,1	1,0	1,0	4,0	1,1	88,0	1,4	10,4	0,3	100,0					
Roraima	1.829	28	229	-	2.086	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3	87,7	1,3	11,0	0,0	100,0					
Tocantins	7.190	95	666	3	7.954	1,0	0,8	0,7	0,5	1,0	90,4	1,2	8,4	0,0	100,0					
Nordeste	184.477	3.128	17.550	145	205.300	26,0	25,2	17,8	24,1	25,0	89,9	1,5	8,5	0,1	100,0					
Alagoas	7.238	143	1.064	3	8.448	1,0	1,2	1,1	0,5	1,0	85,7	1,7	12,6	0,0	100,0					
Bahia	48.269	786	5.872	32	54.959	6,8	6,3	6,0	5,3	6,7	87,8	1,4	10,7	0,1	100,0					
Ceará	32.784	555	2.467	29	35.835	4,6	4,5	2,5	4,8	4,4	91,5	1,5	6,9	0,1	100,0					
Maranhão	22.750	291	1.682	17	24.740	3,2	2,3	1,7	2,8	3,0	92,0	1,2	6,8	0,1	100,0					
Paraná	15.296	221	1.338	17	16.872	2,2	1,8	1,4	2,8	2,1	90,7	1,3	7,9	0,1	100,0					
Pernambuco	25.492	382	2.801	19	28.694	3,6	3,1	2,8	3,2	3,5	88,8	1,3	9,8	0,1	100,0					
Piauí	15.100	394	781	12	16.287	2,1	3,2	0,8	2,0	2,0	92,7	2,4	4,8	0,1	100,0					
Rio Grande do Norte	9.675	269	775	13	10.732	1,4	2,2	0,8	2,2	1,3	90,2	2,5	7,2	0,1	100,0					
Sergipe	7.873	87	770	3	8.733	1,1	0,7	0,8	0,5	1,1	90,2	1,0	8,8	0,0	100,0					

(Continua)

Região geográfica	Quantidade de OSCs						Total (%)						Região geográfica (%)							
	Associação privada		Fundação privada		Organização religiosa		Organização social		Total		Associação privada		Fundação privada		Organização religiosa		Organização social		Total	
Sudeste	268.864	5.293	51.000	219	325.376	37,9	42,7	51,7	36,4	39,7	82,6	1,6	15,7	0,1	100,0					
Espírito Santo	14.561	265	2.945	11	17.782	2,1	2,1	3,0	1,8	2,2	81,9	1,5	16,6	0,1	100,0					
Minas Gerais	69.370	1.784	10.335	50	81.539	9,8	14,4	10,5	8,3	9,9	85,1	2,2	12,7	0,1	100,0					
Rio de Janeiro	51.502	1.038	13.115	34	65.689	7,3	8,4	13,3	5,6	8,0	78,4	1,6	20,0	0,1	100,0					
São Paulo	133.431	2.206	24.605	124	160.366	18,8	17,8	24,9	20,6	19,6	83,2	1,4	15,3	0,1	100,0					
Sul	142.398	2.001	13.428	71	157.898	20,1	16,1	13,6	11,8	19,3	90,2	1,3	8,5	0,0	100,0					
Paraná	46.144	624	5.994	27	52.789	6,5	5,0	6,1	4,5	6,4	87,4	1,2	11,4	0,1	100,0					
Rio Grande do Sul	54.698	816	4.380	24	59.918	7,7	6,6	4,4	4,0	7,3	91,3	1,4	7,3	0,0	100,0					
Santa Catarina	41.556	561	3.054	20	45.191	5,9	4,5	3,1	3,3	5,5	92,0	1,2	6,8	0,0	100,0					
Centro-Oeste	53.663	1.167	9.311	101	64.242	7,6	9,4	9,4	16,8	7,8	83,5	1,8	14,5	0,2	100,0					
Distrito Federal	11.694	283	1.887	23	13.887	1,7	2,3	1,9	3,8	1,7	84,2	2,0	13,6	0,2	100,0					
Goiás	19.842	488	4.286	51	24.667	2,8	3,9	4,3	8,5	3,0	80,4	2,0	17,4	0,2	100,0					
Mato Grosso	12.259	197	1.399	13	13.868	1,7	1,6	1,4	2,2	1,7	88,4	1,4	10,1	0,1	100,0					
Mato Grosso do Sul	9.868	199	1.739	14	11.820	1,4	1,6	1,8	2,3	1,4	83,5	1,7	14,7	0,1	100,0					

Fonte: SRF (Brasil, 2016).
Elaboração do Ipea.

TABELA 2
OSCs, por natureza jurídica e finalidade (2016)

Finalidade de atuação	Quantidade de OSCs						Total (%)							
	Associação privada		Fundação privada		Organização religiosa		Associação privada		Fundação privada		Organização religiosa		Organização social	
	Total	602	820.186	Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	Total	100,0
Saúde	708.546	12.397	98.641	602	820.186	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Hospitais	6.007	796	3	35	6.841	0,8	6,4	0,0	5,8	0,8	11,6	0,0	0,5	100,0
Outros serviços de saúde	2.311	332	2	1	2.646	0,3	2,7	0,0	0,2	0,3	12,5	0,1	0,0	100,0
Cultura e arte	3.696	464	1	34	4.195	0,5	3,7	0,0	5,6	0,5	11,1	0,0	0,8	100,0
Esportes e recreação	78.740	1.093	1	83	79.917	11,1	8,8	0,0	13,8	9,7	98,5	1,4	0,1	100,0
Cultura e arte	54.820	391	1	34	55.246	7,7	3,2	0,0	5,6	6,7	99,2	0,7	0,1	100,0
Educação e pesquisa	23.920	702	-	49	24.671	3,4	5,7	0,0	8,1	3,0	97,0	2,8	0,2	100,0
Educação infantil	37.479	2.126	26	38	39.669	5,3	17,1	0,0	6,3	4,8	94,5	5,4	0,1	100,0
Estudos e pesquisas	8.214	146	7	14	8.381	1,2	1,2	0,0	2,3	1,0	98,0	1,7	0,1	100,0
Educação profissional	1.014	254	-	-	1.268	0,1	2,0	0,0	0,0	0,2	80,0	20,0	0,0	100,0
Ensino médio	776	194	2	-	972	0,1	1,6	0,0	0,0	0,1	79,8	20,0	0,2	100,0
Ensino fundamental	1.797	138	6	-	1.941	0,3	1,1	0,0	0,0	0,2	92,6	7,1	0,3	100,0
Educação superior	9.343	158	7	1	9.509	1,3	1,3	0,0	0,2	1,2	98,3	1,7	0,1	100,0
Outras formas de educação/ ensino	2.569	671	1	1	3.242	0,4	5,4	0,0	0,2	0,4	79,2	20,7	0,0	100,0
Atividades de apoio à educação	5.779	411	3	15	6.208	0,8	3,3	0,0	2,5	0,8	93,1	6,6	0,2	100,0
Assistência social	7.987	154	-	7	8.148	1,1	1,2	0,0	1,2	1,0	98,0	1,9	0,1	100,0
Assistência social	26.154	1.156	10	63	27.383	3,7	9,3	0,0	10,5	3,3	95,5	4,2	0,2	100,0
Assistência social	26.154	1.156	10	63	27.383	3,7	9,3	0,0	10,5	3,3	95,5	4,2	0,2	100,0

(Continua)

Finalidade de atuação	Quantidade de OSCs						Total (%)						Natureza jurídica (%)							
	Associação privada		Fundação privada		Organização religiosa		Associação privada		Fundação privada		Organização religiosa		Associação privada		Fundação privada		Organização religiosa		Organização social	
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Religião	107.515	2.284	98.515	11	208.325	15,2	18,4	99,9	1,8	25,4	51,6	1,1	47,3	0,0	100,0					
Religião	107.515	2.284	98.515	11	208.325	15,2	18,4	99,9	1,8	25,4	51,6	1,1	47,3	0,0	100,0					
Associações patronais e profissionais	22.092	150	-	19	22.261	3,1	1,2	0,0	3,2	2,7	99,2	0,7	0,0	0,1	100,0					
Associações profissionais	14.170	89	-	17	14.276	2,0	0,7	0,0	2,8	1,7	99,3	0,6	0,0	0,1	100,0					
Associações empresariais e patronais	7.922	61	-	2	7.985	1,1	0,5	0,0	0,3	1,0	99,2	0,8	0,0	0,0	100,0					
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	336.073	2.797	64	170	339.104	47,4	22,6	0,1	28,2	41,3	99,1	0,8	0,0	0,1	100,0					
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	41.480	115	5	11	41.611	5,9	0,9	0,0	1,8	5,1	99,7	0,3	0,0	0,0	100,0					
Associações de pais, professores, alunos e afins	40.645	44	-	8	40.697	5,7	0,4	0,0	1,3	5,0	99,9	0,1	0,0	0,0	100,0					
Associação de moradores	33.415	42	-	3	33.460	4,7	0,3	0,0	0,5	4,1	99,9	0,1	0,0	0,0	100,0					
Associações patronais e profissionais	29.836	45	-	1	29.882	4,2	0,4	0,0	0,2	3,6	99,8	0,2	0,0	0,0	100,0					
Centros e associações comunitárias	20.583	40	-	7	20.630	2,9	0,3	0,0	1,2	2,5	99,8	0,2	0,0	0,0	100,0					
Cultura e recreação	13.828	253	-	10	14.091	2,0	2,0	0,0	1,7	1,7	98,1	1,8	0,0	0,1	100,0					
Saúde, assistência social e educação	13.584	243	4	6	13.837	1,9	2,0	0,0	1,0	1,7	98,2	1,8	0,0	0,0	100,0					
Religião	5.398	33	16	1	5.448	0,8	0,3	0,0	0,2	0,7	99,1	0,6	0,3	0,0	100,0					
Meio ambiente e proteção animal	3.185	77	-	6	3.268	0,4	0,6	0,0	1,0	0,4	97,5	2,4	0,0	0,2	100,0					
Desenvolvimento rural	2.285	3	-	-	2.288	0,3	0,0	0,0	0,0	0,3	99,9	0,1	0,0	0,0	100,0					

(Continuação)

Finalidade de atuação	Quantidade de OSCs						Total (%)			Natureza jurídica (%)					
	Associação privada		Fundação privada		Organização social		Associação privada		Fundação privada		Organização religiosa		Organização social		
Defesa de direitos de grupos e minorias	1.396	8	-	2	1.406	0,2	0,1	0,0	0,3	0,2	99,3	0,6	0,0	0,1	100,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	130.438	1.894	39	115	132.486	18,4	15,3	0,0	19,1	16,2	98,5	1,4	0,0	0,1	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	76.825	568	2	155	77.550	10,8	4,6	0,0	25,7	9,5	99,1	0,7	0,0	0,2	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	76.825	568	2	155	77.550	10,8	4,6	0,0	25,7	9,5	99,1	0,7	0,0	0,2	100,0
Outras organizações da sociedade civil	17.661	1.427	20	28	19.136	2,5	11,5	0,0	4,7	2,3	92,3	7,5	0,1	0,1	100,0
Outras organizações da sociedade civil	17.661	1.427	20	28	19.136	2,5	11,5	0,0	4,7	2,3	92,3	7,5	0,1	0,1	100,0

Fonte: SRF (2016).
Elaboração do Ipea.

As fundações privadas estão majoritariamente concentradas nas finalidades “desenvolvimento e defesa de direitos e interesses” (23%), “religião” (18%) e “educação e pesquisa” (17%). Mas é de se notar que as proporções destas em finalidades “educação” (17%) “saúde” (6%) e “assistência social” (9%) são superiores à proporção destas entre as associações, respectivamente, 5%, 0,8% e 4%. A razão deve-se possivelmente à afinidade eletiva mais pronunciada entre atividades de hospitais e serviços de assistência à natureza jurídica “fundações privadas”. Os dados estão na tabela 2.

Para detalhar um pouco mais as OSCs com finalidade de atuação “religião” – tal como reportada na CNAE (atividades de organizações religiosas),³ considerando que tais organizações podem estar na natureza jurídica ou na finalidade de atuação de associações ou fundações, tabularam-se informações somente sobre este conjunto de OSCs. A tabela 3 precisa o espaço das OSCs religiosas em cada estado.⁴

A finalidade de atuação religiosa não se vincula exclusivamente às organizações cuja natureza jurídica é a de “organização religiosa”. A tabela 3 aponta que aproximadamente 107 mil OSCs exercem a atividade religiosa como principal atividade e figuram na natureza jurídica “associação privada”.

O Sudeste possui 54% das organizações com finalidade religiosa. Quarenta e cinco por cento das OSCs do estado do Rio de Janeiro têm a religião como finalidade principal, percentual bastante superior aos demais estados. A concentração é visível na figura 2, no capítulo anterior.

TABELA 3

OSCs de finalidade religiosa por Grandes Regiões e Unidades da Federação: Brasil (2016)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Universo de OSCs		Organizações de finalidade religiosa		
	N	(%)	N	Total (%)	Unidades da Federação (%)
Brasil	820.186	100	208.325	100,00	-
Norte	63.452	7,73	12.348	5,93	-
Acre	3.471	0,42	809	0,39	23,31
Amapá	2.645	0,32	604	0,29	22,84
Amazonas	11.624	1,42	2.846	1,37	24,48
Pará	26.599	3,24	4.311	2,07	16,21
Rondônia	9.073	1,11	1.843	0,88	20,31
Roraima	2.086	0,25	431	0,21	20,66
Tocantins	7.954	0,97	1.504	0,72	18,91

(Continua)

3. Nos apêndices desta publicação são detalhadas que tipos de atividades estão compreendidas nesta finalidade.

4. As organizações religiosas foram identificadas por meio de algoritmo que utilizou a razão social das organizações para aprimorar a classificação de finalidades feita pela CNAE 2.0 (na classe 9491-0). O algoritmo identificou organizações cuja finalidade principal é de natureza religiosa, o que incluiu: igrejas, mosteiros, fraternidades, pastorais, conventos, templos, irmandades, sinagogas, terreiros, comunidades e outros tipos correlatos de organizações. Excluímos associações, clubes, comunidades, sociedades e demais organizações cuja finalidade principal não se considera religiosa.

(Continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Universo de OSCs		Organizações de finalidade religiosa		
	N	(%)	N	Total (%)	Unidades da Federação (%)
Nordeste	205.300	25,04	35.025	16,81	-
Alagoas	8.448	1,03	1.884	0,9	22,3
Bahia	54.959	6,7	11.679	5,61	21,25
Ceará	35.835	4,37	5.062	2,43	14,13
Maranhão	24.740	3,02	3.158	1,52	12,76
Paraíba	16.872	2,06	2.793	1,34	16,55
Pernambuco	28.694	3,5	5.583	2,68	19,46
Piauí	16.287	1,99	1.558	0,75	9,57
Rio Grande do Norte	10.732	1,31	1.656	0,79	15,43
Sergipe	8.733	1,06	1.652	0,79	18,92
Sudeste	325.376	39,67	112.713	54,11	-
Espírito Santo	17.782	2,17	5.853	2,81	32,92
Minas Gerais	81.539	9,94	22.207	10,66	27,23
Rio de Janeiro	65.689	8,01	29.927	14,37	45,56
São Paulo	160.366	19,55	54.726	26,27	34,13
Sul	157.898	19,26	27.677	13,28	-
Paraná	52.789	6,44	11.918	5,72	22,58
Rio Grande do Sul	59.918	7,31	10.085	4,84	16,83
Santa Catarina	45.191	5,51	5.674	2,72	12,56
Centro-Oeste	64.242	7,83	19.353	9,29	-
Distrito Federal	13.887	1,69	4.284	2,06	30,85
Goiás	24.667	3,01	8.538	4,1	34,61
Mato Grosso	13.868	1,69	2.903	1,39	20,93
Mato Grosso do Sul	11.820	1,44	3.628	1,74	30,69
Não informado	3.918	0,48	1.209	0,58	30,86

Fonte: SRF (2016).
Elaboração do Ipea.

O MERCADO FORMAL DE TRABALHO DAS OSCs

Neste capítulo analisam-se dados sobre o mercado formal de trabalho nas organizações da sociedade civil (OSCs) a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) Ampliada (Ipea, 2018). Para isto foram utilizados dois grupos: os vínculos empregatícios e o pessoal ocupado. Não há dados disponíveis na Rais sobre os trabalhadores voluntários,¹ razão pela qual estão excluídos desta análise. Espera-se que o voluntariado constitua uma fração relevante da força de trabalho nas OSCs, e, por isso, os números aqui apresentados subestimam o número total de pessoas que efetivamente atuam em ações associadas às OSCs. Ademais, é de se registrar que os dados da Rais indicam apenas os vínculos formais de trabalho, e, tal como em outros setores da economia, a fração de trabalhadores que exercem funções autônomas sem vinculação formal ao empregador pode ser expressiva. Esse contingente também está ausente.

Em 2015, havia quase 3 milhões de pessoas com vínculos de empregos formais em OSCs. Este total equivalia, em dezembro de 2015, a 3% da população ocupada do país, 9% do total de pessoas empregadas no setor privado com carteira assinada. Comparativamente, mais de 30% do que empregava o setor da agricultura, 26% do total empregado na indústria e 26% do total de pessoas empregadas formalmente no setor público (civil e militar) (IBGE, 2015).

Quase 60% das pessoas ocupadas formalmente em OSCs residiam na região Sudeste (tabela 1 e gráfico 1), e mais de 50% das organizações com vínculos de emprego também.² O número é superior à proporção de OSCs localizadas nesta

1. Menciona-se o esforço do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de coletar dados sobre trabalho voluntário na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). O Brasil faz parte de um grupo de países que se comprometeu a mensurar regularmente a extensão do trabalho voluntário e a contribuição econômica que esta prática traz para a produção da riqueza nacional perante a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que lançou o Manual on the Measurement of Volunteer Work (Manual de Mensuração do Trabalho Voluntário) em 2011 (ILO, 2011). O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), nas suas atribuições, por meio da Resolução CFC nº 1.409/2012, aprovou a norma ITG 2002, alterada e consolidada em 21 de agosto de 2015 como ITG 2002 (R1), que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. No item 19 dispõe que o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Esta é uma agenda relevante para ser levada adiante como próximos passos, conforme o capítulo 12 desta publicação, que conta com a indução de reconhecimento do valor do trabalho voluntário pela OIT e nos demonstrativos contábeis pelo CFC, além de lei específica que trata do voluntariado (Lei nº 9.608/1998). A versão atual da norma do CFC está disponível em "normas específicas" no link: <<https://goo.gl/8yxrnM>>, e do Manual de Mensuração do Trabalho Voluntário no link: <<https://goo.gl/3yStqf>>.

2. Note-se que os totais regionais e estaduais de OSCs variam em termos quantitativos e percentuais quando cotejados com a análise feita com base nos dados da Secretaria da Receita Federal (SRF). A diferença deve-se à necessidade de utilizar a base Rais, que já demonstramos ter volume grande de ausências de OSCs, para analisar dados referentes ao mercado de trabalho.

região, o que indica que ela abriga as OSCs com maior número médio de vínculos. Somente o estado de São Paulo possui quase um terço das OSCs com vínculos de trabalho e mais de 35% das pessoas empregadas nas organizações.

TABELA 1

Total e percentual do pessoal ocupado em empregos formais das OSCs por região e Unidades da Federação: Brasil (2015)

Região geográfica	OSCs		Pessoal ocupado	
	N	(%)	N	(%)
Brasil	92.244	100,0	2.904.888	100,0
Norte	3.885	4,2	90.825	3,1
Acre	223	0,2	3.596	0,1
Amapá	153	0,2	4.513	0,2
Amazonas	671	0,7	22.092	0,8
Pará	1.376	1,5	39.110	1,3
Rondônia	813	0,9	10.969	0,4
Roraima	96	0,1	1.663	0,1
Tocantins	553	0,6	8.882	0,3
Nordeste	13.014	14,1	381.848	13,1
Alagoas	764	0,8	23.546	0,8
Bahia	3.702	4,0	103.688	3,6
Ceará	2.078	2,3	79.895	2,8
Maranhão	863	0,9	26.992	0,9
Paraíba	1.048	1,1	18.622	0,6
Pernambuco	2.374	2,6	79.238	2,7
Piauí	584	0,6	11.986	0,4
Rio Grande do Norte	944	1,0	18.630	0,6
Sergipe	657	0,7	19.251	0,7
Sudeste	48.492	52,6	1.698.756	58,5
Espírito Santo	2.216	2,4	50.029	1,7
Minas Gerais	11.691	12,7	317.239	10,9
Rio de Janeiro	8.756	9,5	289.242	10,0
São Paulo	25.829	28,0	1.042.246	35,9
Sul	19.042	20,6	513.450	17,7
Paraná	7.049	7,6	171.355	5,9
Rio Grande do Sul	6.558	7,1	228.584	7,9
Santa Catarina	5.435	5,9	113.511	3,9
Centro-Oeste	7.811	8,5	220.009	7,6
Distrito Federal	2.078	2,3	68.212	2,3
Goiás	2.733	3,0	73.988	2,5
Mato Grosso	1.519	1,6	29.240	1,0
Mato Grosso do Sul	1.481	1,6	48.569	1,7

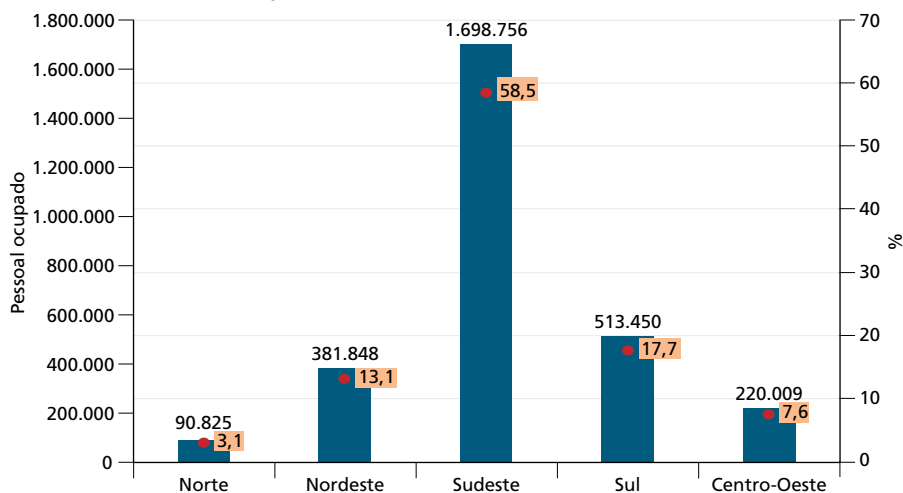
Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Os totais referem-se às OSCs que reportaram vínculo de trabalho na Rais. Por essa razão, os totais representam um número bastante inferior ao total das OSCs nesta base.

GRÁFICO 1

Total e percentual do pessoal ocupado em empregos formais das OSCs por região e Unidades da Federação: Brasil (2015)



Fonte: Rais Ampliada (Ipea, 2018).

As OSCs de saúde e educação são as que mais empregam e apresentam o maior tamanho, na média (como se analisa em outro capítulo). Estas OSCs correspondiam a menos de 10% do universo de OSCs na Rais (3% e 7%, respectivamente) e respondiam por 40% do total de pessoas ocupadas, em 2015. Contudo, as organizações de defesa de direitos e interesses apresentam total de vínculos proporcionalmente inferior ao número de organizações, o que também ocorre com as finalidades “cultura e recreação” e “religião”. As primeiras totalizam 9% do universo, mas empregam 5% do total; as religiosas são 30% do universo (da Rais/MTE) e empregam 12% do total.

TABELA 2

Total e percentual de OSCs em empregos formais, por finalidades de atuação (2015)¹

Finalidade de atuação	OSCs		Pessoal ocupado	
	N	(%)	N	(%)
Saúde	2.706	2,9	738.217	25,4
Hospitais	1.655	1,8	617.871	21,3
Outros serviços de saúde	1.051	1,1	120.346	4,1
Cultura e recreação	7.965	8,6	147.206	5,1
Cultura e arte	1.636	1,8	28.736	1,0
Esportes e recreação	6.329	6,9	118.470	4,1
Educação e pesquisa	6.399	6,9	551.900	19,0
Educação infantil	1.346	1,5	39.223	1,4
Ensino fundamental	1.246	1,4	76.044	2,6
Ensino médio	870	0,9	74.872	2,6

(Continua)

(Continuação)

Finalidade de atuação	OSCs		Pessoal ocupado	
	N	(%)	N	(%)
Educação superior	1.341	1,5	261.883	9,0
Estudos e pesquisas	282	0,3	19.172	0,7
Educação profissional	233	0,3	14.111	0,5
Outras formas de educação/ensino	929	1,0	41.285	1,4
Atividades de apoio à educação	152	0,2	25.310	0,9
Assistência social	5.563	6,0	182.587	6,3
Assistência social	5.563	6,0	182.587	6,3
Religião	27.611	29,9	360.737	12,4
Religião	27.611	29,9	360.737	12,4
Associações patronais e profissionais	5.279	5,7	65.342	2,2
Associações empresariais e patronais	2.797	3,0	30.331	1,0
Associações profissionais	2.315	2,5	34.100	1,2
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	167	0,2	911	0,0
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	22.762	24,7	475.548	16,4
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	2.923	3,2	88.293	3,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	1.096	1,2	8.715	0,3
Associação de moradores	721	0,8	6.143	0,2
Associações patronais e profissionais	1.570	1,7	11.428	0,4
Centros e associações comunitárias	266	0,3	2.800	0,1
Cultura e recreação	912	1,0	8.822	0,3
Saúde, assistência social e educação	3.274	3,5	159.138	5,5
Religião	498	0,5	3.886	0,1
Meio ambiente e proteção animal	238	0,3	7.783	0,3
Desenvolvimento rural	18	0,0	99	0,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	199	0,2	1.435	0,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	11.047	12,0	177.006	6,1
Associações de atividades não especificadas anteriormente	7.527	8,2	191.735	6,6
Associações de atividades não especificadas anteriormente	7.527	8,2	191.735	6,6
Outras organizações da sociedade civil	6.432	7,0	191.616	6,6
Outras organizações da sociedade civil	6.432	7,0	191.616	6,6
Total	92.244	100,0	2.904.888	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Nota: ¹ Foram incluídas apenas OSCs que apresentam vínculos de trabalho, por isso o total nacional inferior ao total de OSCs apresentado anteriormente.

Os vínculos de trabalho apontam que os percentuais relativos entre as finalidades de atuação são muito próximos entre as regiões do país, o que indica ser a natureza da atividade um determinante mais relevante da necessidade de contratação de pessoal, se comparado à região. As tabelas 3 a 7 apresentam os números por Grande Região.

TABELA 3
Total e percentual de OSCs e do pessoal ocupado em empregos formais na região Norte, por finalidades de atuação (2015)

Finalidade de atuação	OSCs		Pessoal ocupado	
	N	(%)	N	(%)
Saúde	69	1,8	15.580	17,1
Hospitais	41	1,1	14.419	15,8
Outros serviços de saúde	28	0,7	1.161	1,3
Cultura e recreação	256	6,6	4.152	4,5
Cultura e arte	49	1,3	849	0,9
Esportes e recreação	207	5,3	3.303	3,6
Educação e pesquisa	224	5,8	20.071	22,0
Educação infantil	26	0,7	607	0,7
Ensino fundamental	47	1,2	2.442	2,7
Ensino médio	30	0,8	2.173	2,4
Educação superior	63	1,6	8.882	9,7
Estudos e pesquisas	22	0,6	2.691	2,9
Educação profissional	12	0,3	2.070	2,3
Outras formas de educação/ensino	19	0,5	104	0,1
Atividades de apoio à educação	5	0,1	1.102	1,2
Assistência social	89	2,3	1.736	1,9
Assistência social	89	2,3	1.736	1,9
Religião	1.534	39,5	16.595	18,2
Religião	1.534	39,5	16.595	18,2
Associações patronais e profissionais	184	4,7	2.252	2,5
Associações empresariais e patronais	94	2,4	818	0,9
Associações profissionais	79	2,0	1.395	1,5
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	11	0,3	39	0,0
Defesa de direitos e interesses	1.005	25,8	15.644	17,1
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	119	3,1	1.288	1,4
Associações de pais, professores, alunos e afins	33	0,8	493	0,5
Associação de moradores	15	0,4	103	0,1
Associações patronais e profissionais	122	3,1	546	0,6
Centros e associações comunitárias	13	0,3	28	0,0
Cultura e recreação	44	1,1	437	0,5
Saúde, assistência social e educação	80	2,1	5.011	5,5
Religião	40	1,0	111	0,1
Meio ambiente e proteção animal	18	0,5	261	0,3
Defesa de direitos de grupos e minorias	6	0,2	42	0,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	515	13,2	7.324	8,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	261	6,7	7.127	7,8
Associações de atividades não especificadas anteriormente	261	6,7	7.127	7,8
Outras organizações da sociedade civil	266	6,8	8.221	9,0
Outras organizações da sociedade civil	266	6,8	8.221	9,0
Total	3.888	100,0	91.378	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

TABELA 4
Total e percentual de OSCs e do pessoal ocupado em empregos formais na região Nordeste, por finalidades de atuação (2015)

Finalidade de atuação	OSCs		Pessoal ocupado	
	N	(%)	N	(%)
Saúde	393	3,0	106.784	27,7
Hospitais	248	1,9	92.523	24,0
Outros serviços de saúde	145	1,1	14.261	3,7
Cultura e recreação	968	7,4	13.295	3,5
Cultura e arte	248	1,9	3.703	1,0
Esportes e recreação	720	5,5	9.592	2,5
Educação e pesquisa	914	7,0	64.650	16,8
Educação infantil	88	0,7	2.143	0,6
Ensino fundamental	257	2,0	14.989	3,9
Ensino médio	170	1,3	13.983	3,6
Educação superior	150	1,2	21.555	5,6
Estudos e pesquisas	51	0,4	3.169	0,8
Educação profissional	42	0,3	3.177	0,8
Outras formas de educação/ensino	131	1,0	3.013	0,8
Atividades de apoio à educação	25	0,2	2.621	0,7
Assistência social	468	3,6	14.241	3,7
Assistência social	468	3,6	14.241	3,7
Religião	4.741	36,4	45.390	11,8
Religião	4.741	36,4	45.390	11,8
Associações patronais e profissionais	723	5,5	7.092	1,8
Associações empresariais e patronais	386	3,0	2.290	0,6
Associações profissionais	317	2,4	4.685	1,2
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	20	0,2	117	0,0
Defesa de direitos e interesses	3.013	23,1	66.710	17,3
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	285	2,2	9.726	2,5
Associações de pais, professores, alunos e afins	48	0,4	296	0,1
Associação de moradores	95	0,7	735	0,2
Associações patronais e profissionais	209	1,6	979	0,3
Centros e associações comunitárias	27	0,2	570	0,1
Cultura e recreação	135	1,0	1.184	0,3
Saúde, assistência social e educação	409	3,1	17.882	4,6
Religião	73	0,6	1.285	0,3
Meio ambiente e proteção animal	38	0,3	6.862	1,8
Desenvolvimento rural	5	0,0	33	0,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	30	0,2	185	0,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	1.659	12,7	26.973	7,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	943	7,2	30.689	8,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	943	7,2	30.689	8,0
Outras organizações da sociedade civil	871	6,7	35.986	9,4
Outras organizações da sociedade civil	871	6,7	35.986	9,4
Total	13.034	100,0	384.837	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

TABELA 5
Total e percentual de OSCs e do pessoal ocupado assalariado na região Centro-Oeste, por finalidades de atuação (2015)

Finalidade de atuação	OSCs		Pessoal ocupado	
	N	(%)	N	(%)
Saúde	154	2,0	31.381	14,2
Hospitais	81	1,0	23.501	10,7
Outros serviços de saúde	73	0,9	7.880	3,6
Cultura e recreação	610	7,8	6.848	3,1
Cultura e arte	142	1,8	1.072	0,5
Esportes e recreação	468	6,0	5.776	2,6
Educação e pesquisa	482	6,2	48.330	21,9
Educação infantil	96	1,2	4.357	2,0
Ensino fundamental	118	1,5	7.562	3,4
Ensino médio	58	0,7	6.342	2,9
Educação superior	97	1,2	18.146	8,2
Estudos e pesquisas	23	0,3	1.524	0,7
Educação profissional	15	0,2	508	0,2
Outras formas de educação/ensino	66	0,8	9.662	4,4
Atividades de apoio à educação	9	0,1	229	0,1
Assistência social	342	4,4	8.262	3,7
Assistência social	342	4,4	8.262	3,7
Religião	2.695	34,5	38.803	17,6
Religião	2.695	34,5	38.803	17,6
Associações patronais e profissionais	493	6,3	5.201	2,4
Associações empresariais e patronais	252	3,2	3.100	1,4
Associações profissionais	209	2,7	1.981	0,9
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	32	0,4	120	0,1
Defesa de direitos e interesses	1.806	23,1	37.614	17,1
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	215	2,7	9.303	4,2
Associações de pais, professores, alunos e afins	31	0,4	981	0,4
Associação de moradores	48	0,6	244	0,1
Associações patronais e profissionais	162	2,1	1.237	0,6
Centros e associações comunitárias	17	0,2	49	0,0
Cultura e recreação	76	1,0	342	0,2
Saúde, assistência social e educação	211	2,7	10.740	4,9
Religião	69	0,9	157	0,1
Meio ambiente e proteção animal	29	0,4	385	0,2
Desenvolvimento rural	3	0,0	15	0,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	20	0,3	42	0,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	925	11,8	14.119	6,4
Associações de atividades não especificadas anteriormente	628	8,0	24.559	11,1
Associações de atividades não especificadas anteriormente	628	8,0	24.559	11,1
Outras organizações da sociedade civil	611	7,8	19.587	8,9
Outras organizações da sociedade civil	611	7,8	19.587	8,9
Total	7.821	100,0	220.585	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

TABELA 6
Total e percentual de OSCs e do pessoal ocupado em empregos formais na região Sudeste, por finalidades de atuação (2015)

Finalidade de atuação	OSCs		Pessoal ocupado	
	N	(%)	N	(%)
Saúde	1.416	2,9	443.047	26,0
Hospitais	816	1,7	363.592	21,4
Outros serviços de saúde	600	1,2	79.455	4,7
Cultura e recreação	4.114	8,5	98.066	5,8
Cultura e arte	814	1,7	19.026	1,1
Esportes e recreação	3.300	6,8	79.040	4,6
Educação e pesquisa	3.390	7,0	301.326	17,7
Educação infantil	885	1,8	26.336	1,5
Ensino fundamental	518	1,1	36.413	2,1
Ensino médio	365	0,8	31.640	1,9
Educação superior	791	1,6	149.223	8,8
Estudos e pesquisas	139	0,3	10.073	0,6
Educação profissional	124	0,3	6.308	0,4
Outras formas de educação/ensino	492	1,0	23.494	1,4
Atividades de apoio à educação	76	0,2	17.839	1,0
Assistência social	3.642	7,5	133.626	7,9
Assistência social	3.642	7,5	133.626	7,9
Religião	14.246	29,4	196.478	11,5
Religião	14.246	29,4	196.478	11,5
Associações patronais e profissionais	2.584	5,3	32.416	1,9
Associações empresariais e patronais	1.167	2,4	12.046	0,7
Associações profissionais	1.346	2,8	19.865	1,2
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	71	0,1	505	0,0
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	11.780	24,3	289.697	17,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	1.408	2,9	50.521	3,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	385	0,8	3.456	0,2
Associação de moradores	464	1,0	4.037	0,2
Associações patronais e profissionais	676	1,4	6.225	0,4
Centros e associações comunitárias	126	0,3	1.427	0,1
Cultura e recreação	423	0,9	5.573	0,3
Saúde, assistência social e educação	1.973	4,1	106.855	6,3
Religião	222	0,5	1.491	0,1
Meio ambiente e proteção animal	120	0,2	1.216	0,1
Desenvolvimento rural	9	0,0	48	0,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	92	0,2	1.023	0,1
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	5.882	12,1	107.825	6,3
Associações de atividades não especificadas anteriormente	3.880	8,0	104.101	6,1
Associações de atividades não especificadas anteriormente	3.880	8,0	104.101	6,1
Outras organizações da sociedade civil	3.443	7,1	103.334	6,1
Outras organizações da sociedade civil	3.443	7,1	103.334	6,1
Total	48.495	100,0	1.702.091	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

TABELA 7
Total e percentual de OSCs e do pessoal ocupado em empregos formais na região Sul, por finalidades de atuação (2015)

Finalidade de atuação	OSCs		Pessoal ocupado	
	N	(%)	N	(%)
Saúde	674	3,5	142.892	27,8
Hospitais	469	2,5	125.040	24,3
Outros serviços de saúde	205	1,1	17.852	3,5
Cultura e recreação	2.017	10,6	25.626	5,0
Cultura e arte	383	2,0	4.107	0,8
Esportes e recreação	1.634	8,6	21.519	4,2
Educação e pesquisa	1.391	7,3	118.452	23,0
Educação infantil	251	1,3	5.787	1,1
Ensino fundamental	306	1,6	14.803	2,9
Ensino médio	247	1,3	20.916	4,1
Educação superior	242	1,3	64.512	12,5
Estudos e pesquisas	47	0,2	1.759	0,3
Educação profissional	40	0,2	2.061	0,4
Outras formas de educação/ensino	221	1,2	5.062	1,0
Atividades de apoio à educação	37	0,2	3.552	0,7
Assistência social	1.024	5,4	24.853	4,8
Assistência social	1.024	5,4	24.853	4,8
Religião	4.420	23,2	63.983	12,4
Religião	4.420	23,2	63.983	12,4
Associações patronais e profissionais	1.296	6,8	18.460	3,6
Associações empresariais e patronais	899	4,7	12.148	2,4
Associações profissionais	364	1,9	6.182	1,2
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	33	0,2	130	0,0
Defesa de direitos e interesses	5.160	27,1	67.555	13,1
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	896	4,7	17.530	3,4
Associações de pais, professores, alunos e afins	599	3,1	3.491	0,7
Associação de moradores	99	0,5	1.026	0,2
Associações patronais e profissionais	401	2,1	2.442	0,5
Centros e associações comunitárias	83	0,4	726	0,1
Cultura e recreação	234	1,2	1.307	0,3
Saúde, assistência social e educação	601	3,2	18.711	3,6
Religião	95	0,5	844	0,2
Meio ambiente e proteção animal	33	0,2	201	0,0
Desenvolvimento rural	1	0,0	3	0,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	51	0,3	145	0,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	2.067	10,8	21.129	4,1
Associações de atividades não especificadas anteriormente	1.817	9,5	25.586	5,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	1.817	9,5	25.586	5,0
Outras organizações da sociedade civil	1.253	6,6	27.350	5,3
Outras organizações da sociedade civil	1.253	6,6	27.350	5,3
Total	19.052	100,0	514.757	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

As mulheres predominam entre as pessoas empregadas em OSCs: representam 65% (tabela 8), mesmo havendo grande variação na distribuição, em estados e regiões. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina encontra-se a maior proporção de mulheres ocupadas; no Amazonas, a menor.

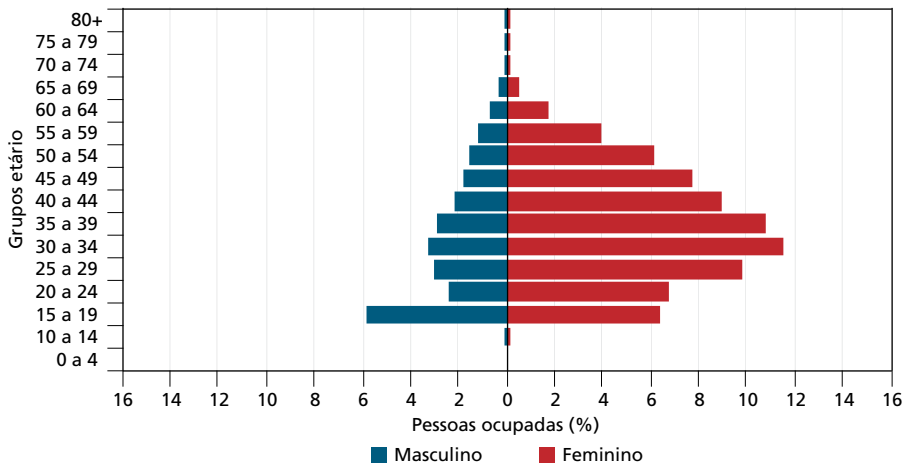
A distribuição por sexo varia de modo significativo entre as finalidades de atuação, o que revela a associação do sexo e do gênero feminino com tipos específicos de atividades, e, provavelmente, com as ocupações. Por exemplo, 75% dos empregados em OSCs da finalidade *esportes e recreação* são homens e 75% das pessoas empregadas nas OSCs da finalidade *educação infantil* são mulheres. O detalhamento da distribuição por faixas etárias e sexo ajuda a revelar a heterogeneidade do perfil demográfico do pessoal ocupado por finalidade de atuação (gráfico 1). Observa-se que apenas em *cultura e arte* os homens predominam.³ Além disso, nota-se um perfil etário diferente entre os sexos, dentro de uma mesma finalidade de atuação, como em *associações patronais e profissionais*, em que o pessoal ocupado do sexo masculino é mais envelhecido que o do sexo feminino.

GRÁFICO 2

Distribuição etária e por sexo de pessoal ocupado em empregos formais, por finalidade de atuação (2015)

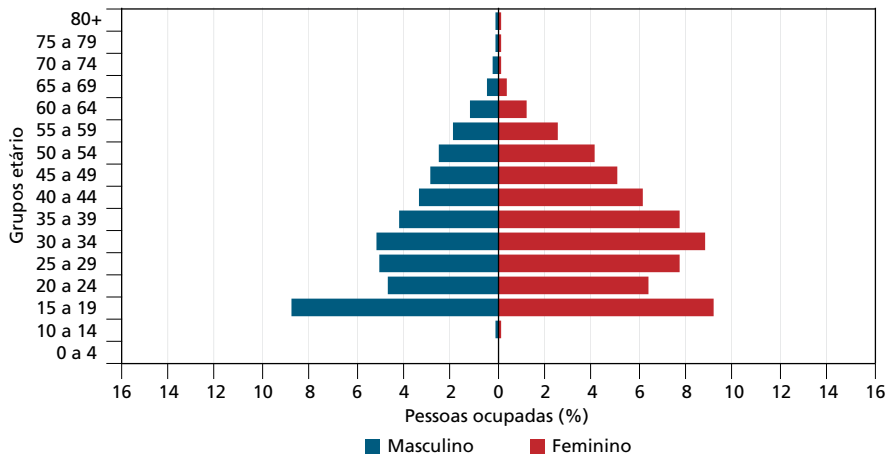
(Em %)

1A – Assistência social

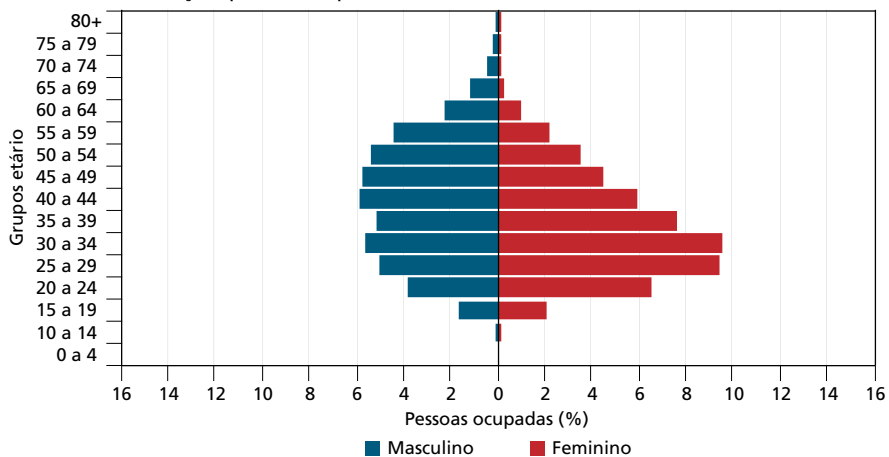


3. Precisamente pela dominância de homens na subfinalidade "esportes e recreação", que é de 69% e abrange o maior número de vínculos formais daquela finalidade.

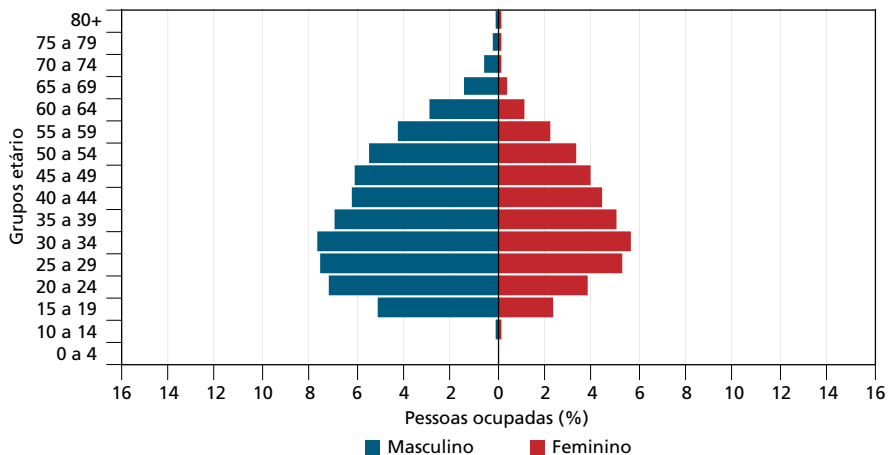
1B – Associações de atividades não especificadas anteriormente



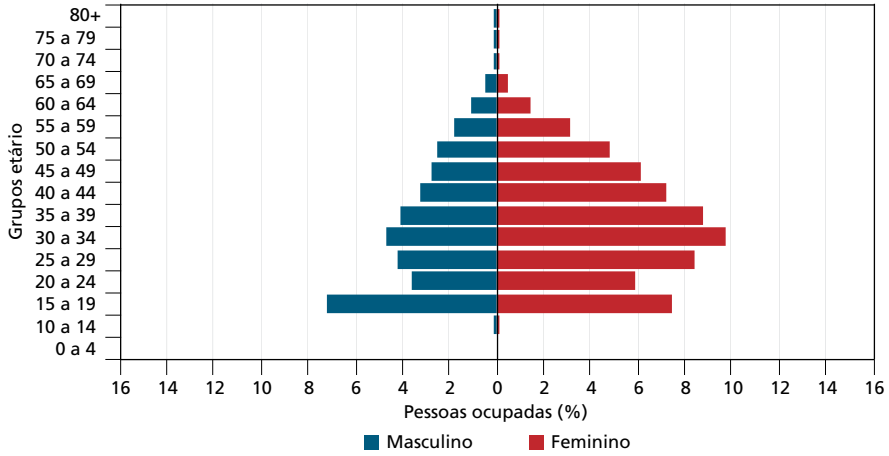
1C – Associações patronais e profissionais



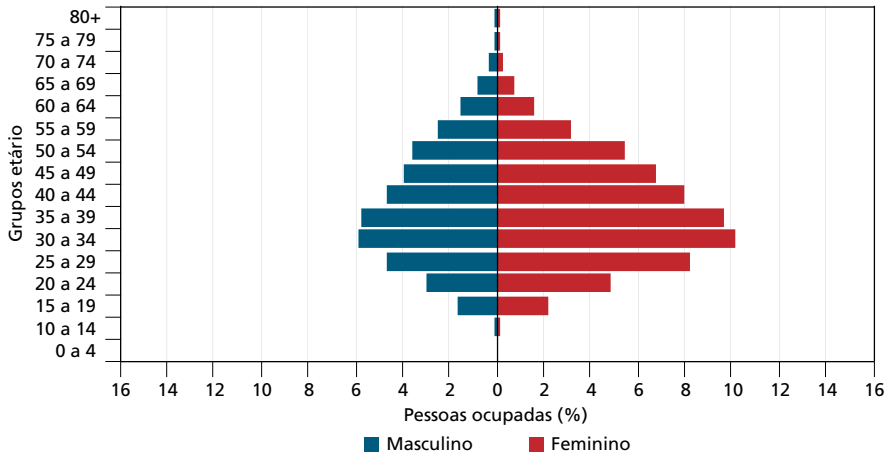
1D – Cultura e arte



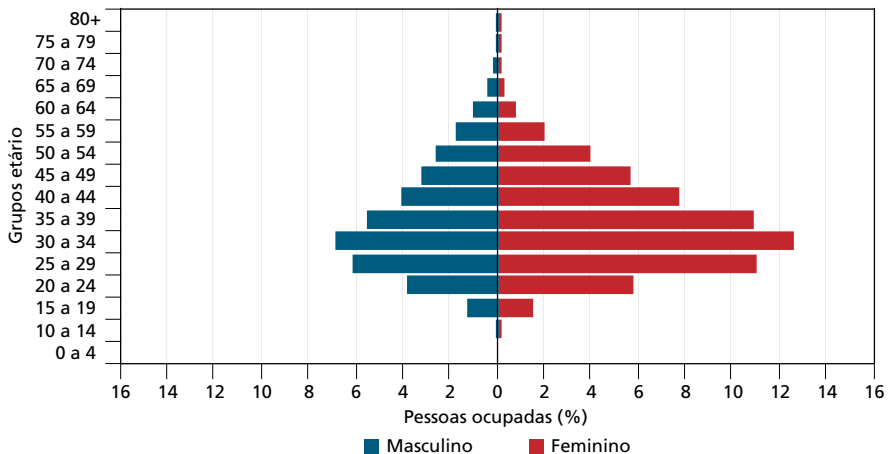
1E – Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses

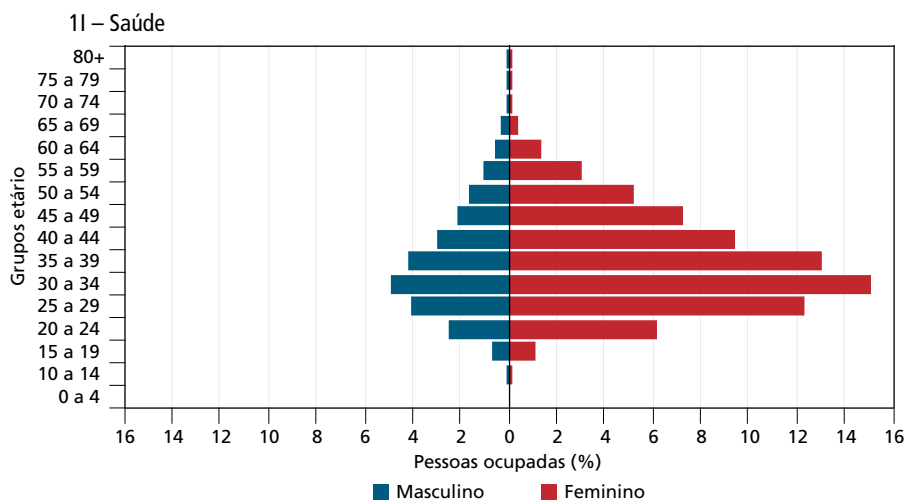
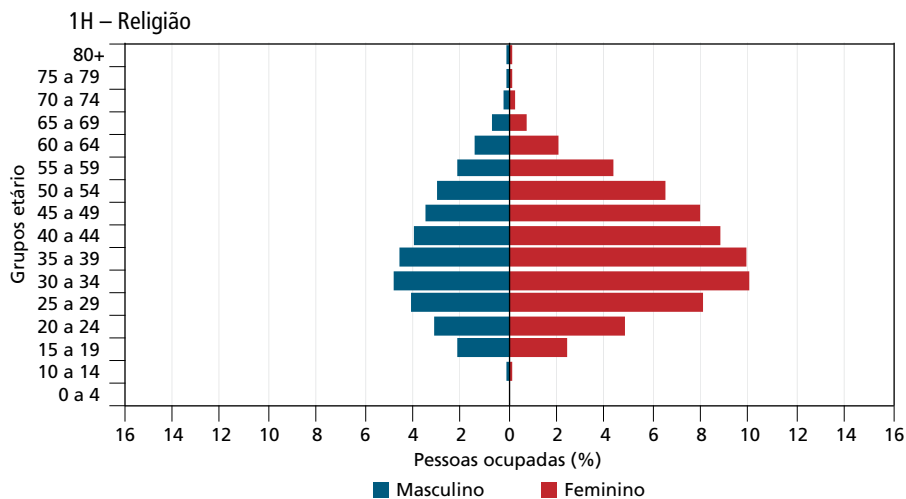


1F – Educação e pesquisa



1G – Outras organizações da sociedade civil





Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

Para todas as regiões, nas áreas de saúde e assistência social as mulheres são maioria. O capítulo 9 apresentará considerações adicionais, a partir do detalhamento das ocupações mais frequentes em OSCs.

As tabelas 8 a 13 detalham a distribuição das ocupações, por estados e finalidades de atuação, em cada Grande Região do país.

TABELA 8
Total e percentual do pessoal ocupado em empregos formais das OSCs das Grandes Regiões e Unidades da Federação, por sexo (2015)

Região geográfica	Homem		Mulher		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Norte	39.579	43,6	51.246	56,4	90.825	100,0
Acre	1.363	37,9	2.233	62,1	3.596	100,0
Amapá	1.852	41,0	2.661	59,0	4.513	100,0
Amazonas	10.213	46,2	11.879	53,8	22.092	100,0
Pará	17.208	44,0	21.902	56,0	39.110	100,0
Rondônia	4.599	41,9	6.370	58,1	10.969	100,0
Roraima	610	36,7	1.053	63,3	1.663	100,0
Tocantins	3.734	42,0	5.148	58,0	8.882	100,0
Nordeste	151.387	39,6	230.461	60,4	381.848	100,0
Alagoas	9.973	42,4	13.573	57,6	23.546	100,0
Bahia	40.004	38,6	63.684	61,4	103.688	100,0
Ceará	33.512	41,9	46.383	58,1	79.895	100,0
Maranhão	10.318	38,2	16.674	61,8	26.992	100,0
Paraíba	7.752	41,6	10.870	58,4	18.622	100,0
Pernambuco	30.603	38,6	48.635	61,4	79.238	100,0
Piauí	4.754	39,7	7.232	60,3	11.986	100,0
Rio Grande do Norte	7.633	41,0	10.997	59,0	18.630	100,0
Sergipe	6.838	35,5	12.413	64,5	19.251	100,0
Sudeste	587.762	34,6	1.110.993	65,4	1.698.755	100,0
Espírito Santo	18.015	36,0	32.014	64,0	50.029	100,0
Minas Gerais	108.834	34,3	208.405	65,7	317.239	100,0
Rio de Janeiro	114.593	39,6	174.649	60,4	289.242	100,0
São Paulo	346.320	33,2	695.925	66,8	1.042.245	100,0
Sul	155.260	30,2	358.190	69,8	513.450	100,0
Paraná	53.464	31,2	117.891	68,8	171.355	100,0
Rio Grande do Sul	67.252	29,4	161.332	70,6	228.584	100,0
Santa Catarina	34.544	30,4	78.967	69,6	113.511	100,0
Centro-Oeste	86.312	39,2	133.698	60,8	220.010	100,0
Distrito Federal	28.695	42,1	39.517	57,9	68.212	100,0
Goiás	30.165	40,8	43.823	59,2	73.988	100,0
Mato Grosso	9.904	33,9	19.337	66,1	29.241	100,0
Mato Grosso do Sul	17.548	36,1	31.021	63,9	48.569	100,0
Total	1.020.300	35,1	1.884.588	64,9	2.904.888	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

TABELA 9
Total e percentual de pessoal ocupado em empregos formais em OSCs por finalidades de atuação, na região Nordeste, por sexo (2015)

Finalidade de atuação	Homem		Mulher		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Saúde	33.218	31,2	73.322	68,8	106.540	100,0
Hospitais	28.721	31,1	63.726	68,9	92.447	100,0
Outros serviços de saúde	4.497	31,9	9.596	68,1	14.093	100,0
Cultura e recreação	8.807	66,6	4.423	33,4	13.230	100,0
Cultura e arte	1.627	44,0	2.070	56,0	3.697	100,0
Esportes e recreação	7.180	75,3	2.353	24,7	9.533	100,0
Educação e pesquisa	26.862	41,6	37.699	58,4	64.561	100,0
Educação infantil	541	25,2	1.602	74,8	2.143	100,0
Ensino fundamental	5.514	36,8	9.463	63,2	14.977	100,0
Ensino médio	5.028	36,0	8.935	64,0	13.963	100,0
Educação superior	10.366	48,2	11.159	51,8	21.525	100,0
Estudos e pesquisas	1.435	45,4	1.729	54,6	3.164	100,0
Educação profissional	1.562	49,2	1.614	50,8	3.176	100,0
Outras formas de educação/ensino	1.235	41,1	1.769	58,9	3.004	100,0
Atividades de apoio à educação	1.181	45,3	1.428	54,7	2.609	100,0
Assistência social	4.882	34,3	9.338	65,7	14.220	100,0
Assistência social	4.882	34,3	9.338	65,7	14.220	100,0
Religião	18.676	41,3	26.545	58,7	45.221	100,0
Religião	18.676	41,3	26.545	58,7	45.221	100,0
Associações patronais e profissionais	3.432	48,4	3.654	51,6	7.086	100,0
Associações empresariais e patronais	1.054	46,1	1.232	53,9	2.286	100,0
Associações profissionais	2.306	49,2	2.377	50,8	4.683	100,0
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	72	61,5	45	38,5	117	100,0
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	26.771	40,9	38.754	59,1	65.525	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	3.528	36,3	6.196	63,7	9.724	100,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	121	40,9	175	59,1	296	100,0
Associação de moradores	574	78,1	161	21,9	735	100,0
Associações patronais e profissionais	487	49,8	491	50,2	978	100,0
Centros e associações comunitárias	254	44,6	316	55,4	570	100,0
Cultura e recreação	612	51,7	571	48,3	1.183	100,0
Saúde, assistência social e educação	5.752	32,2	12.120	67,8	17.872	100,0
Religião	681	53,0	603	47,0	1.284	100,0
Meio ambiente e proteção animal	1.885	32,9	3.842	67,1	5.727	100,0
Desenvolvimento rural	21	63,6	12	36,4	33	100,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	95	51,4	90	48,6	185	100,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	12.761	47,4	14.177	52,6	26.938	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	14.879	48,6	15.766	51,4	30.645	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	14.879	48,6	15.766	51,4	30.645	100,0
Outras organizações da sociedade civil	13.860	39,8	20.960	60,2	34.820	100,0
Outras organizações da sociedade civil	13.860	39,8	20.960	60,2	34.820	100,0
Total	151.387	39,6	230.461	60,4	381.848	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

TABELA 10

Total e percentual de pessoal ocupado em empregos formais em diferentes finalidades de atuação das OSCs da região Norte, por sexo (2015)

Finalidade de atuação	Homem		Mulher		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Saúde	4.854	31,8	10.388	68,2	15.242	100,0
Hospitais	4.532	32,2	9.551	67,8	14.083	100,0
Outros serviços de saúde	322	27,8	837	72,2	1.159	100,0
Cultura e recreação	2.651	64,1	1.485	35,9	4.136	100,0
Cultura e arte	384	45,4	461	54,6	845	100,0
Esportes e recreação	2.267	68,9	1.024	31,1	3.291	100,0
Educação e pesquisa	8.910	44,5	11.124	55,5	20.034	100,0
Educação infantil	166	27,4	440	72,6	606	100,0
Ensino fundamental	791	32,5	1.646	67,5	2.437	100,0
Ensino médio	762	35,2	1.404	64,8	2.166	100,0
Educação superior	4.323	48,8	4.541	51,2	8.864	100,0
Estudos e pesquisas	1.547	57,6	1.141	42,4	2.688	100,0
Educação profissional	945	45,7	1.122	54,3	2.067	100,0
Outras formas de educação/ensino	54	51,9	50	48,1	104	100,0
Atividades de apoio à educação	322	29,2	780	70,8	1.102	100,0
Assistência social	576	33,3	1.155	66,7	1.731	100,0
Assistência social	576	33,3	1.155	66,7	1.731	100,0
Religião	6.751	40,8	9.811	59,2	16.562	100,0
Religião	6.751	40,8	9.811	59,2	16.562	100,0
Associações patronais e profissionais	1.306	58,0	946	42,0	2.252	100,0
Associações empresariais e patronais	364	44,5	454	55,5	818	100,0
Associações profissionais	909	65,2	486	34,8	1.395	100,0
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	33	84,6	6	15,4	39	100,0
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	7.895	50,5	7.733	49,5	15.628	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	554	43,0	733	57,0	1.287	100,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	270	54,8	223	45,2	493	100,0
Associação de moradores	92	89,3	11	10,7	103	100,0
Associações patronais e profissionais	271	49,6	275	50,4	546	100,0
Centros e associações comunitárias	14	50,0	14	50,0	28	100,0
Cultura e recreação	251	57,4	186	42,6	437	100,0
Saúde, assistência social e educação	2.451	48,9	2.558	51,1	5.009	100,0
Religião	52	47,3	58	52,7	110	100,0
Meio ambiente e proteção animal	177	68,3	82	31,7	259	100,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	7	17,5	33	82,5	40	100,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	3.756	51,3	3.560	48,7	7.316	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	2.704	38,0	4.411	62,0	7.115	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	2.704	38,0	4.411	62,0	7.115	100,0
Outras organizações da sociedade civil	3.932	48,4	4.193	51,6	8.125	100,0
Outras organizações da sociedade civil	3.932	48,4	4.193	51,6	8.125	100,0
Total	39.579	43,6	51.246	56,4	90.825	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

TABELA 11
Total e percentual de pessoal ocupado em empregos formais em diferentes finalidades de atuação da região Centro-Oeste, por sexo (2015)

Finalidade de atuação	Homem		Mulher		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Saúde	8.305	26,5	23.047	73,5	31.352	100,0
Hospitais	5.999	25,6	17.477	74,4	23.476	100,0
Outros serviços de saúde	2.306	29,3	5.570	70,7	7.876	100,0
Cultura e recreação	4.338	63,4	2.504	36,6	6.842	100,0
Cultura e arte	425	39,6	647	60,4	1.072	100,0
Esportes e recreação	3.913	67,8	1.857	32,2	5.770	100,0
Educação e pesquisa	19.096	39,6	29.122	60,4	48.218	100,0
Educação infantil	850	19,5	3.507	80,5	4.357	100,0
Ensino fundamental	1.931	25,7	5.574	74,3	7.505	100,0
Ensino médio	1.770	27,9	4.566	72,1	6.336	100,0
Educação superior	8.945	49,4	9.173	50,6	18.118	100,0
Estudos e pesquisas	975	64,3	542	35,7	1.517	100,0
Educação profissional	225	44,3	283	55,7	508	100,0
Outras formas de educação/ensino	4.289	44,5	5.359	55,5	9.648	100,0
Atividades de apoio à educação	111	48,5	118	51,5	229	100,0
Assistência social	2.121	25,7	6.133	74,3	8.254	100,0
Assistência social	2.121	25,7	6.133	74,3	8.254	100,0
Religião	16.638	42,9	22.107	57,1	38.745	100,0
Religião	16.638	42,9	22.107	57,1	38.745	100,0
Associações patronais e profissionais	2.100	40,4	3.095	59,6	5.195	100,0
Associações empresariais e patronais	1.214	39,2	1.880	60,8	3.094	100,0
Associações profissionais	809	40,8	1.172	59,2	1.981	100,0
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	77	64,2	43	35,8	120	100,0
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	14.968	39,8	22.623	60,2	37.591	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	2.914	31,3	6.386	68,7	9.300	100,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	511	52,1	470	47,9	981	100,0
Associação de moradores	188	77,0	56	23,0	244	100,0
Associações patronais e profissionais	596	48,2	641	51,8	1.237	100,0
Centros e associações comunitárias	26	53,1	23	46,9	49	100,0
Cultura e recreação	219	64,0	123	36,0	342	100,0
Saúde, assistência social e educação	4.167	38,8	6.570	61,2	10.737	100,0
Religião	74	47,1	83	52,9	157	100,0
Meio ambiente e proteção animal	197	51,3	187	48,7	384	100,0
Desenvolvimento rural	14	93,3	1	6,7	15	100,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	9	21,4	33	78,6	42	100,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	6.053	42,9	8.050	57,1	14.103	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	10.398	42,4	14.111	57,6	24.509	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	10.398	42,4	14.111	57,6	24.509	100,0
Outras organizações da sociedade civil	8.348	43,2	10.956	56,8	19.304	100,0
Outras organizações da sociedade civil	8.348	43,2	10.956	56,8	19.304	100,0
Total	86.312	39,2	133.698	60,8	220.010	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

TABELA 12

Total e percentual de pessoal ocupado em empregos formais em diferentes finalidades de atuação da região Sudeste, por sexo (2015)

Finalidade de atuação	Homem		Mulher		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Saúde	112.048	25,3	330.330	74,7	442.378	100,0
Hospitais	91.299	25,2	271.681	74,8	362.980	100,0
Outros serviços de saúde	20.749	26,1	58.649	73,9	79.398	100,0
Cultura e recreação	61.099	62,5	36.666	37,5	97.765	100,0
Cultura e arte	8.663	45,6	10.355	54,4	19.018	100,0
Esportes e recreação	52.436	66,6	26.311	33,4	78.747	100,0
Educação e pesquisa	118.555	39,4	182.300	60,6	300.855	100,0
Educação infantil	2.929	11,1	23.405	88,9	26.334	100,0
Ensino fundamental	9.696	26,7	26.661	73,3	36.357	100,0
Ensino médio	9.065	28,8	22.440	71,2	31.505	100,0
Educação superior	71.931	48,3	77.059	51,7	148.990	100,0
Estudos e pesquisas	5.217	51,9	4.837	48,1	10.054	100,0
Educação profissional	2.652	42,1	3.651	57,9	6.303	100,0
Outras formas de educação/ensino	9.526	40,6	13.952	59,4	23.478	100,0
Atividades de apoio à educação	7.539	42,3	10.295	57,7	17.834	100,0
Assistência social	34.184	25,6	99.376	74,4	133.560	100,0
Assistência social	34.184	25,6	99.376	74,4	133.560	100,0
Religião	63.809	32,5	132.512	67,5	196.321	100,0
Religião	63.809	32,5	132.512	67,5	196.321	100,0
Associações patronais e profissionais	15.897	49,1	16.475	50,9	32.372	100,0
Associações empresariais e patronais	5.065	42,2	6.942	57,8	12.007	100,0
Associações profissionais	10.568	53,2	9.292	46,8	19.860	100,0
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	264	52,3	241	47,7	505	100,0
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	105.667	36,5	183.798	63,5	289.465	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	13.472	26,7	36.991	73,3	50.463	100,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	1.239	35,9	2.217	64,1	3.456	100,0
Associação de moradores	2.380	59,0	1.657	41,0	4.037	100,0
Associações patronais e profissionais	2.838	45,6	3.387	54,4	6.225	100,0
Centros e associações comunitárias	345	24,2	1.082	75,8	1.427	100,0
Cultura e recreação	2.716	48,9	2.837	51,1	5.553	100,0
Saúde, assistência social e educação	38.035	35,6	68.789	64,4	106.824	100,0
Religião	517	34,7	974	65,3	1.491	100,0
Meio ambiente e proteção animal	610	50,3	602	49,7	1.212	100,0
Desenvolvimento rural	39	81,3	9	18,8	48	100,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	340	33,2	683	66,8	1.023	100,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	43.136	40,0	64.570	60,0	107.706	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	40.875	39,3	63.067	60,7	103.942	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	40.875	39,3	63.067	60,7	103.942	100,0
Outras organizações da sociedade civil	35.628	34,9	66.469	65,1	102.097	100,0
Outras organizações da sociedade civil	35.628	34,9	66.469	65,1	102.097	100,0
Total	587.762	34,6	1.110.993	65,4	1.698.755	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

TABELA 13
Total e percentual de pessoal ocupado em empregos formais em diferentes finalidades de atuação da região Sul, por sexo (2015)

Finalidade de atuação	Homem		Mulher		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Saúde	28.525	20,0	114.180	80,0	142.705	100,0
Hospitais	24.188	19,4	100.697	80,6	124.885	100,0
Outros serviços de saúde	4.337	24,3	13.483	75,7	17.820	100,0
Cultura e recreação	15.206	60,3	10.027	39,7	25.233	100,0
Cultura e arte	1.315	32,0	2.789	68,0	4.104	100,0
Esportes e recreação	13.891	65,7	7.238	34,3	21.129	100,0
Educação e pesquisa	42.316	35,8	75.916	64,2	118.232	100,0
Educação infantil	594	10,3	5.189	89,7	5.783	100,0
Ensino fundamental	3.213	21,8	11.555	78,2	14.768	100,0
Ensino médio	5.332	25,5	15.570	74,5	20.902	100,0
Educação superior	27.954	43,4	36.432	56,6	64.386	100,0
Estudos e pesquisas	999	57,1	750	42,9	1.749	100,0
Educação profissional	882	42,9	1.175	57,1	2.057	100,0
Outras formas de educação/ensino	1.777	35,2	3.274	64,8	5.051	100,0
Atividades de apoio à educação	1.565	44,3	1.971	55,7	3.536	100,0
Assistência social	5.688	22,9	19.134	77,1	24.822	100,0
Assistência social	5.688	22,9	19.134	77,1	24.822	100,0
Religião	16.817	26,3	47.070	73,7	63.887	100,0
Religião	16.817	26,3	47.070	73,7	63.887	100,0
Associações patronais e profissionais	8.479	46,0	9.958	54,0	18.437	100,0
Associações empresariais e patronais	3.750	30,9	8.376	69,1	12.126	100,0
Associações profissionais	4.614	74,6	1.567	25,4	6.181	100,0
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	115	88,5	15	11,5	130	100,0
Defesa de direitos e interesses	19.108	28,4	48.231	71,6	67.339	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	3.560	20,3	13.959	79,7	17.519	100,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	652	18,7	2.837	81,3	3.489	100,0
Associação de moradores	195	19,0	829	81,0	1.024	100,0
Associações patronais e profissionais	1.052	43,1	1.390	56,9	2.442	100,0
Centros e associações comunitárias	208	28,7	518	71,3	726	100,0
Cultura e recreação	519	39,7	788	60,3	1.307	100,0
Saúde, assistência social e educação	5.053	27,0	13.643	73,0	18.696	100,0
Religião	291	34,5	553	65,5	844	100,0
Meio ambiente e proteção animal	114	56,7	87	43,3	201	100,0
Desenvolvimento rural	3	100,0	-	-	3	100,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	18	12,4	127	87,6	145	100,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	7.443	35,5	13.500	64,5	20.943	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	9.307	36,5	16.217	63,5	25.524	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	9.307	36,5	16.217	63,5	25.524	100,0
Outras organizações da sociedade civil	9.814	36,0	17.457	64,0	27.271	100,0
Outras organizações da sociedade civil	9.814	36,0	17.457	64,0	27.271	100,0
Total	155.260	30,2	358.190	69,8	513.450	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

Para analisar a ocupação por raça, cabe esclarecer, primeiro, que se adotou a classificação do IBGE, que utiliza a denominação negros para todas as pessoas de cor parda e preta. Ainda, foram excluídas das tabulações as categorias indígenas e amarelos, que somam, respectivamente, 0,5% e 0,8% no total de pessoas ocupadas. O leitor interessado poderá construir consultas próprias incluindo-as na ferramenta disponibilizada no Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Contudo, a tabela 14 apresenta o número de pessoas indígenas e amarelas ocupadas em OSCs, por Grandes Regiões.

TABELA 14

Total e representatividade de pessoas ocupadas por raças desconsideradas das análises, por Grandes Regiões (2015)
(Representatividade, em %)

Região geográfica	Indígena		Amarelo		Total	
	N	Representatividade (%)	N	Representatividade (%)	N	Representatividade (%)
Norte	182	0,2	702	0,8	884	1,0
Nordeste	1.890	0,5	2.165	0,6	4.055	1,1
Sudeste	4.558	0,3	14.044	0,8	18.602	1,1
Sul	562	0,1	4.416	0,9	4.978	1,0
Centro-Oeste	6.090	2,8	2.641	1,2	8.731	4,0
Total	13.282	0,5	23.968	0,8	37.250	1,3

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Obs.: A representatividade indica o percentual da raça em relação ao total de pessoas ocupadas.

Sessenta e três por cento das pessoas ocupadas são brancas e 37% são negras. Há variação grande entre estados, seguindo em parte a distribuição da população brasileira. Nas regiões Norte e Nordeste, há predominância de negros: 75% e 70%, respectivamente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015 (IBGE, 2015) apontou que nas duas regiões o percentual de negros era 77% e 63%. Nas regiões Sul e Sudeste, há predominância de brancos empregados nas OSCs (89% e 59%, respectivamente). A Pnad 2015 apontou um total de 77% e 53% brancos, na população de ambas as regiões. Em Santa Catarina, 94% dos ocupados são brancos, e na Bahia, 15%. A tabela 15 detalha as diferenças.

TABELA 15

Total e percentual de pessoal ocupado em empregos formais em Grandes Regiões e Unidades da Federação, por raça (2015)

Região geográfica	Brancos		Negros		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Norte	21.841	26,2	61.670	73,8	83.511	100,0
Acre	479	16,7	2.381	83,3	2.860	100,0
Amapá	723	20,8	2.750	79,2	3.473	100,0
Amazonas	5.862	28,1	14.969	71,9	20.831	100,0
Pará	8.660	23,3	28.505	76,7	37.165	100,0
Rondônia	3.831	40,7	5.591	59,3	9.422	100,0
Roraima	276	18,2	1.243	81,8	1.519	100,0
Tocantins	2.010	24,4	6.231	75,6	8.241	100,0

(Continua)

(Continuação)

Região geográfica	Branços		Negros		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Nordeste	92.558	26,3	259.913	73,7	352.471	100,0
Alagoas	6.841	31,1	15.181	68,9	22.022	100,0
Bahia	13.981	14,9	80.118	85,1	94.099	100,0
Ceará	17.406	23,1	58.016	76,9	75.422	100,0
Maranhão	5.881	22,9	19.801	77,1	25.682	100,0
Paraíba	7.602	44,7	9.387	55,3	16.989	100,0
Pernambuco	26.240	35,3	48.123	64,7	74.363	100,0
Piauí	2.595	22,9	8.727	77,1	11.322	100,0
Rio Grande do Norte	6.735	41,6	9.458	58,4	16.193	100,0
Sergipe	5.277	32,2	11.102	67,8	16.379	100,0
Sudeste	1.072.758	67,4	517.841	32,6	1.590.599	100,0
Espírito Santo	21.779	46,3	25.305	53,7	47.084	100,0
Minas Gerais	172.961	58,4	123.307	41,6	296.268	100,0
Rio de Janeiro	158.968	58,8	111.224	41,2	270.192	100,0
São Paulo	719.050	73,6	258.005	26,4	977.055	100,0
Sul	414.170	89,1	50.650	10,9	464.820	100,0
Paraná	128.972	84,1	24.340	15,9	153.312	100,0
Rio Grande do Sul	193.255	90,6	20.076	9,4	213.331	100,0
Santa Catarina	91.943	93,7	6.234	6,3	98.177	100,0
Centro-Oeste	86.106	44,4	107.881	55,6	193.987	100,0
Distrito Federal	29.593	48,9	30.970	51,1	60.563	100,0
Goiás	27.058	39,2	41.973	60,8	69.031	100,0
Mato Grosso	9.344	35,0	17.341	65,0	26.685	100,0
Mato Grosso do Sul	20.111	53,3	17.597	46,7	37.708	100,0
Total	1.687.433	62,8	997.955	37,2	2.685.388	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Obs.: O valor total do número de vínculos é devido ao número de vínculos que não informam a raça, que equivale a 12% do total.

A maior proporção de negros está nas OSCs cuja finalidade é “assistência social” e “defesa de direitos”, como detalha a tabela 16 e o gráfico 3.

TABELA 16

Total e percentual de pessoal ocupado em empregos formais, por finalidades de atuação e raça (2015)

Finalidade de atuação	Branços		Negros		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Saúde	436.009	62,8	258.009	37,2	694.018	100,0
Hospitais	363.940	62,4	219.640	37,6	583.580	100,0
Outros serviços de saúde	72.069	65,3	38.369	34,7	110.438	100,0
Cultura e recreação	85.509	63,5	49.164	36,5	134.673	100,0
Cultura e arte	16.316	64,6	8.957	35,4	25.273	100,0
Esportes e recreação	69.193	63,2	40.207	36,8	109.400	100,0
Educação e pesquisa	368.530	71,2	149.202	28,8	517.732	100,0
Educação infantil	24.404	68,2	11.397	31,8	35.801	100,0
Ensino fundamental	46.276	65,1	24.771	34,9	71.047	100,0
Ensino médio	50.480	71,7	19.886	28,3	70.366	100,0
Educação superior	188.034	75,7	60.375	24,3	248.409	100,0
Estudos e pesquisas	10.600	60,7	6.854	39,3	17.454	100,0
Educação profissional	8.813	69,4	3.879	30,6	12.692	100,0

(Continua)

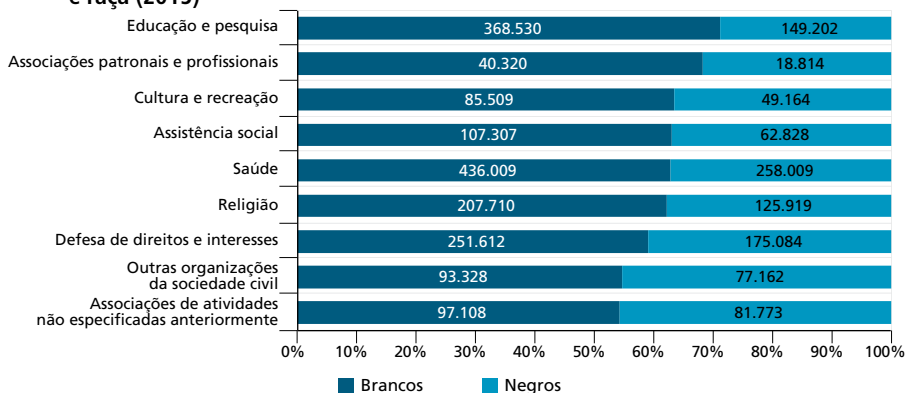
(Continuação)

Finalidade de atuação	Brancos		Negros		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Outras formas de educação/ensino	22.371	57,1	16.783	42,9	39.154	100,0
Atividades de apoio à educação	17.552	77,0	5.257	23,0	22.809	100,0
Assistência social	107.307	63,1	62.828	36,9	170.135	100,0
Assistência social	107.307	63,1	62.828	36,9	170.135	100,0
Religião	207.710	62,3	125.919	37,7	333.629	100,0
Religião	207.710	62,3	125.919	37,7	333.629	100,0
Associações patronais e profissionais	40.320	68,2	18.814	31,8	59.134	100,0
Associações empresariais e patronais	20.979	74,8	7.055	25,2	28.034	100,0
Associações profissionais	18.795	62,1	11.481	37,9	30.276	100,0
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	546	66,3	278	33,7	824	100,0
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	251.612	59,0	175.084	41,0	426.696	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	51.350	64,1	28.763	35,9	80.113	100,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	5.922	76,7	1.801	23,3	7.723	100,0
Associação de moradores	3.342	61,6	2.083	38,4	5.425	100,0
Associações patronais e profissionais	7.406	69,6	3.235	30,4	10.641	100,0
Centros e associações comunitárias	1.602	66,3	815	33,7	2.417	100,0
Cultura e recreação	4.320	56,1	3.375	43,9	7.695	100,0
Saúde, assistência social e educação	78.897	55,2	64.113	44,8	143.010	100,0
Religião	1.827	54,1	1.550	45,9	3.377	100,0
Meio ambiente e proteção animal	1.666	22,4	5.779	77,6	7.445	100,0
Desenvolvimento rural	66	82,5	14	17,5	80	100,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	916	70,2	389	29,8	1.305	100,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	94.298	59,9	63.167	40,1	157.465	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	97.108	54,3	81.773	45,7	178.881	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	97.108	54,3	81.773	45,7	178.881	100,0
Outras organizações da sociedade civil	93.328	54,7	77.162	45,3	170.490	100,0
Outras organizações da sociedade civil	93.328	54,7	77.162	45,3	170.490	100,0
Total	1.687.433	62,8	997.955	37,2	2.685.388	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 3

Distribuição do pessoal ocupado em empregos formais, por finalidades de atuação e raça (2015)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

TABELA 17

Total e percentual de pessoal ocupado em empregos formais na região Norte, por finalidades de atuação e raça (2015)

Finalidade de atuação	Brancos		Negros		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Saúde	3.802	25,0	11.395	75,0	15.197	100,0
Hospitais	3.479	24,6	10.641	75,4	14.120	100,0
Outros serviços de saúde	323	30,0	754	70,0	1.077	100,0
Cultura e recreação	671	17,7	3.123	82,3	3.794	100,0
Cultura e arte	95	13,1	628	86,9	723	100,0
Esportes e recreação	576	18,8	2.495	81,2	3.071	100,0
Educação e pesquisa	5.808	31,8	12.468	68,2	18.276	100,0
Educação infantil	140	26,8	383	73,2	523	100,0
Ensino fundamental	827	35,1	1.529	64,9	2.356	100,0
Ensino médio	525	25,3	1.553	74,7	2.078	100,0
Educação superior	2.572	30,5	5.868	69,5	8.440	100,0
Estudos e pesquisas	577	21,9	2.055	78,1	2.632	100,0
Educação profissional	1.109	61,4	698	38,6	1.807	100,0
Outras formas de educação/ensino	19	19,8	77	80,2	96	100,0
Atividades de apoio à educação	39	11,3	305	88,7	344	100,0
Assistência social	532	34,5	1.012	65,5	1.544	100,0
Assistência social	532	34,5	1.012	65,5	1.544	100,0
Religião	3.674	24,9	11.073	75,1	14.747	100,0
Religião	3.674	24,9	11.073	75,1	14.747	100,0
Associações patronais e profissionais	966	49,3	994	50,7	1.960	100,0
Associações empresariais e patronais	209	27,6	549	72,4	758	100,0
Associações profissionais	755	64,6	414	35,4	1.169	100,0
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	2	6,1	31	93,9	33	100,0
Defesa de direitos e interesses	3.758	27,2	10.059	72,8	13.817	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	277	25,5	809	74,5	1.086	100,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	39	12,3	277	87,7	316	100,0
Associação de moradores	2	3,1	63	96,9	65	100,0
Associações patronais e profissionais	117	24,3	365	75,7	482	100,0
Centros e associações comunitárias	6	23,1	20	76,9	26	100,0
Cultura e recreação	60	16,9	294	83,1	354	100,0
Saúde, assistência social e educação	1.383	29,0	3.385	71,0	4.768	100,0
Religião	15	14,7	87	85,3	102	100,0
Meio ambiente e proteção animal	31	17,0	151	83,0	182	100,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	10	37,0	17	63,0	27	100,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	1.818	28,4	4.591	71,6	6.409	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	1.112	16,3	5.710	83,7	6.822	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	1.112	16,3	5.710	83,7	6.822	100,0
Outras organizações da sociedade civil	1.518	20,6	5.836	79,4	7.354	100,0
Outras organizações da sociedade civil	1.518	20,6	5.836	79,4	7.354	100,0
Total	21.841	26,2	61.670	73,8	83.511	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

TABELA 18

Total e percentual de pessoal ocupado em empregos formais na região Nordeste, por finalidades de atuação e raça (2015)

Finalidade de atuação	Branços		Negros		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Saúde	21.351	21,1	79.914	78,9	101.265	100,0
Hospitais	17.589	20,0	70.220	80,0	87.809	100,0
Outros serviços de saúde	3.762	28,0	9.694	72,0	13.456	100,0
Cultura e recreação	3.625	32,2	7.635	67,8	11.260	100,0
Cultura e arte	948	28,1	2.422	71,9	3.370	100,0
Esportes e recreação	2.677	33,9	5.213	66,1	7.890	100,0
Educação e pesquisa	20.328	33,9	39.666	66,1	59.994	100,0
Educação infantil	897	49,0	933	51,0	1.830	100,0
Ensino fundamental	3.779	27,3	10.085	72,7	13.864	100,0
Ensino médio	5.462	43,7	7.036	56,3	12.498	100,0
Educação superior	6.941	33,7	13.633	66,3	20.574	100,0
Estudos e pesquisas	897	29,9	2.106	70,1	3.003	100,0
Educação profissional	1.189	40,4	1.755	59,6	2.944	100,0
Outras formas de educação/ensino	601	21,7	2.170	78,3	2.771	100,0
Atividades de apoio à educação	562	22,4	1.948	77,6	2.510	100,0
Assistência social	4.019	31,2	8.855	68,8	12.874	100,0
Assistência social	4.019	31,2	8.855	68,8	12.874	100,0
Religião	10.050	24,0	31.888	76,0	41.938	100,0
Religião	10.050	24,0	31.888	76,0	41.938	100,0
Associações patronais e profissionais	1.882	31,1	4.161	68,9	6.043	100,0
Associações empresariais e patronais	693	34,3	1.325	65,7	2.018	100,0
Associações profissionais	1.145	29,1	2.786	70,9	3.931	100,0
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	44	46,8	50	53,2	94	100,0
Defesa de direitos e interesses	18.104	30,8	40.614	69,2	58.718	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	2.673	33,2	5.374	66,8	8.047	100,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	82	32,2	173	67,8	255	100,0
Associação de moradores	68	11,1	545	88,9	613	100,0
Associações patronais e profissionais	266	30,2	616	69,8	882	100,0
Centros e associações comunitárias	277	51,0	266	49,0	543	100,0
Cultura e recreação	323	29,9	756	70,1	1.079	100,0
Saúde, assistência social e educação	5.535	33,6	10.952	66,4	16.487	100,0
Religião	262	21,5	954	78,5	1.216	100,0
Meio ambiente e proteção animal	438	7,8	5.176	92,2	5.614	100,0
Desenvolvimento rural	6	42,9	8	57,1	14	100,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	79	60,3	52	39,7	131	100,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	8.095	34,0	15.742	66,0	23.837	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	6.898	24,6	21.163	75,4	28.061	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	6.898	24,6	21.163	75,4	28.061	100,0
Outras organizações da sociedade civil	6.301	19,5	26.017	80,5	32.318	100,0
Outras organizações da sociedade civil	6.301	19,5	26.017	80,5	32.318	100,0
Total	92.558	26,3	259.913	73,7	352.471	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

TABELA 19
Total e percentual de pessoal ocupado em empregos formais na região Centro-Oeste, por finalidades de atuação e raça (2015)

Finalidade de atuação	Branços		Negros		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Saúde	11.788	44,0	14.996	56,0	26.784	100,0
Hospitais	8.822	45,0	10.786	55,0	19.608	100,0
Outros serviços de saúde	2.966	41,3	4.210	58,7	7.176	100,0
Cultura e recreação	2.721	44,1	3.445	55,9	6.166	100,0
Cultura e arte	306	36,9	523	63,1	829	100,0
Esportes e recreação	2.415	45,3	2.922	54,7	5.337	100,0
Educação e pesquisa	20.256	45,6	24.152	54,4	44.408	100,0
Educação infantil	1.741	46,9	1.968	53,1	3.709	100,0
Ensino fundamental	3.107	45,9	3.663	54,1	6.770	100,0
Ensino médio	2.827	48,4	3.017	51,6	5.844	100,0
Educação superior	8.139	48,9	8.502	51,1	16.641	100,0
Estudos e pesquisas	737	54,0	629	46,0	1.366	100,0
Educação profissional	197	41,4	279	58,6	476	100,0
Outras formas de educação/ensino	3.371	35,9	6.026	64,1	9.397	100,0
Atividades de apoio à educação	137	66,8	68	33,2	205	100,0
Assistência social	3.946	51,9	3.654	48,1	7.600	100,0
Assistência social	3.946	51,9	3.654	48,1	7.600	100,0
Religião	15.576	50,7	15.116	49,3	30.692	100,0
Religião	15.576	50,7	15.116	49,3	30.692	100,0
Associações patronais e profissionais	2.241	48,9	2.345	51,1	4.586	100,0
Associações empresariais e patronais	1.271	45,1	1.546	54,9	2.817	100,0
Associações profissionais	907	54,9	746	45,1	1.653	100,0
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	63	54,3	53	45,7	116	100,0
Defesa de direitos e interesses	14.247	41,6	20.025	58,4	34.272	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	3.409	39,4	5.245	60,6	8.654	100,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	417	44,8	514	55,2	931	100,0
Associação de moradores	125	53,2	110	46,8	235	100,0
Associações patronais e profissionais	671	64,2	374	35,8	1.045	100,0
Centros e associações comunitárias	20	52,6	18	47,4	38	100,0
Cultura e recreação	125	38,3	201	61,7	326	100,0
Saúde, assistência social e educação	3.448	34,7	6.478	65,3	9.926	100,0
Religião	78	54,9	64	45,1	142	100,0
Meio ambiente e proteção animal	232	62,4	140	37,6	372	100,0
Desenvolvimento rural	13	86,7	2	13,3	15	100,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	25	65,8	13	34,2	38	100,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	5.684	45,3	6.866	54,7	12.550	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	8.630	37,0	14.677	63,0	23.307	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	8.630	37,0	14.677	63,0	23.307	100,0
Outras organizações da sociedade civil	6.701	41,4	9.471	58,6	16.172	100,0
Outras organizações da sociedade civil	6.701	41,4	9.471	58,6	16.172	100,0
Total	86.106	44,4	107.881	55,6	193.987	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

TABELA 20

Total e percentual de pessoal ocupado em empregos formais na região Sudeste, por finalidades de atuação e raça (2015)

Finalidade de atuação	Branços		Negros		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Saúde	282.470	67,2	137.744	32,8	420.214	100,0
Hospitais	231.738	66,6	116.276	33,4	348.014	100,0
Outros serviços de saúde	50.732	70,3	21.468	29,7	72.200	100,0
Cultura e recreação	59.827	65,3	31.774	34,7	91.601	100,0
Cultura e arte	11.837	69,5	5.191	30,5	17.028	100,0
Esportes e recreação	47.990	64,4	26.583	35,6	74.573	100,0
Educação e pesquisa	217.718	77,0	65.074	23,0	282.792	100,0
Educação infantil	17.080	69,3	7.569	30,7	24.649	100,0
Ensino fundamental	25.880	75,4	8.450	24,6	34.330	100,0
Ensino médio	22.979	76,5	7.077	23,5	30.056	100,0
Educação superior	111.433	79,3	29.127	20,7	140.560	100,0
Estudos e pesquisas	7.134	79,0	1.897	21,0	9.031	100,0
Educação profissional	4.570	82,6	961	17,4	5.531	100,0
Outras formas de educação/ensino	14.310	64,1	7.999	35,9	22.309	100,0
Atividades de apoio à educação	14.332	87,8	1.994	12,2	16.326	100,0
Assistência social	80.501	63,8	45.648	36,2	126.149	100,0
Assistência social	80.501	63,8	45.648	36,2	126.149	100,0
Religião	127.732	68,3	59.148	31,7	186.880	100,0
Religião	127.732	68,3	59.148	31,7	186.880	100,0
Associações patronais e profissionais	21.390	70,3	9.046	29,7	30.436	100,0
Associações empresariais e patronais	8.524	75,0	2.837	25,0	11.361	100,0
Associações profissionais	12.512	67,2	6.095	32,8	18.607	100,0
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	354	75,6	114	24,4	468	100,0
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	164.813	62,8	97.669	37,2	262.482	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	32.018	67,1	15.734	32,9	47.752	100,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	2.520	78,3	697	21,7	3.217	100,0
Associação de moradores	2.428	65,9	1.255	34,1	3.683	100,0
Associações patronais e profissionais	4.329	72,1	1.674	27,9	6.003	100,0
Centros e associações comunitárias	734	62,7	436	37,3	1.170	100,0
Cultura e recreação	2.864	58,7	2.015	41,3	4.879	100,0
Saúde, assistência social e educação	54.808	57,4	40.652	42,6	95.460	100,0
Religião	923	69,5	406	30,5	1.329	100,0
Meio ambiente e proteção animal	772	71,4	309	28,6	1.081	100,0
Desenvolvimento rural	44	91,7	4	8,3	48	100,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	689	69,9	296	30,1	985	100,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	62.684	64,7	34.191	35,3	96.875	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	60.558	61,4	37.999	38,6	98.557	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	60.558	61,4	37.999	38,6	98.557	100,0
Outras organizações da sociedade civil	57.749	63,1	33.739	36,9	91.488	100,0
Outras organizações da sociedade civil	57.749	63,1	33.739	36,9	91.488	100,0
Total	1.072.758	67,4	517.841	32,6	1.590.599	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

TABELA 21
Total e percentual de pessoal ocupado em empregos formais na região Sul, por finalidades de atuação e raça (2015)

Finalidade de atuação	Branços		Negros		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Saúde	116.598	89,3	13.960	10,7	130.558	100,0
Hospitais	102.312	89,7	11.717	10,3	114.029	100,0
Outros serviços de saúde	14.286	86,4	2.243	13,6	16.529	100,0
Cultura e recreação	18.665	85,4	3.187	14,6	21.852	100,0
Cultura e arte	3.130	94,2	193	5,8	3.323	100,0
Esportes e recreação	15.535	83,8	2.994	16,2	18.529	100,0
Educação e pesquisa	104.420	93,0	7.842	7,0	112.262	100,0
Educação infantil	4.546	89,3	544	10,7	5.090	100,0
Ensino fundamental	12.683	92,4	1.044	7,6	13.727	100,0
Ensino médio	18.687	94,0	1.203	6,0	19.890	100,0
Educação superior	58.949	94,8	3.245	5,2	62.194	100,0
Estudos e pesquisas	1.255	88,3	167	11,7	1.422	100,0
Educação profissional	1.748	90,4	186	9,6	1.934	100,0
Outras formas de educação/ensino	4.070	88,8	511	11,2	4.581	100,0
Atividades de apoio à educação	2.482	72,5	942	27,5	3.424	100,0
Assistência social	18.309	83,3	3.659	16,7	21.968	100,0
Assistência social	18.309	83,3	3.659	16,7	21.968	100,0
Religião	50.678	85,4	8.694	14,6	59.372	100,0
Religião	50.678	85,4	8.694	14,6	59.372	100,0
Associações patronais e profissionais	13.841	85,9	2.268	14,1	16.109	100,0
Associações empresariais e patronais	10.282	92,8	798	7,2	11.080	100,0
Associações profissionais	3.476	70,7	1.440	29,3	4.916	100,0
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	83	73,5	30	26,5	113	100,0
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	50.690	88,3	6.717	11,7	57.407	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	12.973	89,0	1.601	11,0	14.574	100,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	2.864	95,3	140	4,7	3.004	100,0
Associação de moradores	719	86,7	110	13,3	829	100,0
Associações patronais e profissionais	2.023	90,8	206	9,2	2.229	100,0
Centros e associações comunitárias	565	88,3	75	11,7	640	100,0
Cultura e recreação	948	89,7	109	10,3	1.057	100,0
Saúde, assistência social e educação	13.723	83,8	2.646	16,2	16.369	100,0
Religião	549	93,4	39	6,6	588	100,0
Meio ambiente e proteção animal	193	98,5	3	1,5	196	100,0
Desenvolvimento rural	3	100,0	-	-	3	100,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	113	91,1	11	8,9	124	100,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	16.017	90,0	1.777	10,0	17.794	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	19.910	90,0	2.224	10,0	22.134	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	19.910	90,0	2.224	10,0	22.134	100,0
Outras organizações da sociedade civil	21.059	90,9	2.099	9,1	23.158	100,0
Outras organizações da sociedade civil	21.059	90,9	2.099	9,1	23.158	100,0
Total	414.170	89,1	50.650	10,9	464.820	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

A contratação de pessoas com deficiência varia de modo significativo em OSCs de diferentes finalidades e entre grupos de uma mesma finalidade. O percentual de contratação encontra o seu máximo no subgrupo *defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas*, e seu mínimo em associações de produtores rurais. A tabela 22 detalha os números por finalidades e por grandes regiões do país.

Foram construídos também dados sobre o número de pessoas com deficiência ocupadas no conjunto das OSCs, por faixas de vínculos de emprego. As faixas utilizadas são as mesmas definidas no Artigo 93 da Lei nº 8.213/1991, que define cotas mínimas para empregados com deficiência, na seguinte proporção a partir de cem funcionários: de 101 até duzentos funcionários (2%); de 201 a quinhentos funcionários (3%); de 501 a mil funcionários (4%); de 1.001 funcionários em diante (5%). A tabela 22 indica que, entre as OSCs, o percentual chega ao máximo de 2%, e, nas maiores organizações, o percentual decresce, em vez de se elevar. Em geral, as OSCs com mais de cem vínculos estão aquém das exigências mínimas de contratação.

TABELA 22
Total e percentual de pessoas com deficiência nas Grandes Regiões, por finalidade de atuação (2015)

Finalidades de atuação	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Brasil	
	N	Rep. ¹ (%)	N	Rep. ¹ (%)	N	Rep. ¹ (%)	N	Rep. ¹ (%)	N	Rep. ¹ (%)	N	Rep. ¹ (%)
Saúde	595	2,0	1.676	1,4	340	1,6	7.435	1,6	3.062	1,6	13.108	1,6
Hospitais	421	1,8	1.539	1,7	332	2,4	6.311	1,7	2.909	2,3	11.512	1,9
Outros serviços de saúde	174	2,2	137	1,0	8	0,7	1.124	1,4	153	0,9	1.596	1,3
Cultura e recreação	44	0,6	74	0,7	52	1,3	898	0,8	301	1,6	1.369	0,9
Cultura e arte	4	0,4	31	0,8	10	1,2	95	0,5	85	2,1	225	0,8
Esportes e recreação	40	0,7	43	0,5	42	1,3	803	1,0	216	1,0	1.144	1,0
Educação e pesquisa	1.029	2,0	1.552	1,7	419	1,9	5.927	1,6	2.741	1,8	11.668	1,7
Educação infantil	21	0,5	22	1,0	3	0,5	124	0,5	33	0,6	203	0,5
Ensino fundamental	135	1,8	421	2,8	35	1,4	539	1,5	424	2,9	1.554	2,0
Ensino médio	176	2,8	384	2,8	61	2,8	582	1,8	802	3,8	2.005	2,7
Educação superior	555	3,1	592	2,8	276	3,1	3.688	2,5	1.296	2,0	6.407	2,4
Estudos e pesquisas	56	3,7	21	0,7	17	0,6	198	2,0	17	1,0	309	1,6
Educação profissional	9	1,8	44	1,4	23	1,1	54	0,9	13	0,6	143	1,0
Outras formas de educação/ensino	74	0,8	39	1,3	4	3,8	304	1,3	75	1,5	496	1,2
Atividades de apoio à educação	3	1,3	29	1,1	-	-	438	2,5	81	2,3	551	2,2
Assistência social	42	0,5	197	1,4	11	0,6	1.139	0,9	330	1,3	1.719	0,9
Assistência social	42	0,5	197	1,4	11	0,6	1.139	0,9	330	1,3	1.719	0,9
Religião	290	0,7	518	1,1	335	2,0	2.433	1,2	1.016	1,6	4.592	1,3
Religião	290	0,7	518	1,1	335	2,0	2.433	1,2	1.016	1,6	4.592	1,3

(Continua)

(Continuação)

Finalidades de atuação	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Brasil	
	N	Rep. ¹ (%)	N	Rep. ¹ (%)	N	Rep. ¹ (%)	N	Rep. ¹ (%)	N	Rep. ¹ (%)	N	Rep. ¹ (%)
Associações patronais e profissionais	18	0,4	25	0,3	6	0,7	342	0,8	106	0,5	497	0,6
Associações empresariais e patronais	9	0,3	2	0,1	6	0,7	109	0,9	102	0,8	228	0,8
Associações profissionais	9	0,5	23	0,5	-	-	232	1,2	4	0,1	268	0,8
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	-	-	-	-	-	-	1	0,2	-	-	1	0,1
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	638	1,7	1.044	1,4	300	3,2	4.187	0,8	611	0,8	6.780	0,9
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	417	4,5	565	5,8	122	9,5	621	1,2	133	0,8	1.858	4,4
Associações de pais, professores, alunos e afins	20	2,0	-	-	-	-	26	0,8	33	1,0	79	0,7
Associação de moradores	-	-	1	0,1	-	-	24	0,6	1	0,1	26	0,2
Associações patronais e profissionais	2	0,2	1	0,1	1	0,2	34	0,6	16	0,7	54	0,3
Centros e associações comunitárias	-	-	3	0,5	-	-	2	0,1	-	-	5	0,1
Cultura e recreação	-	-	-	-	-	-	29	0,5	6	0,5	35	0,2
Saúde, assistência social e educação	72	0,7	116	0,7	144	2,9	2.915	2,7	124	0,7	3.371	1,5
Religião	-	-	15	1,2	-	-	13	0,9	10	1,2	38	0,6
Meio ambiente e proteção animal	-	-	102	1,8	-	-	5	0,4	-	-	107	0,4
Desenvolvimento rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Defesa de direitos de grupos e minorias	-	-	-	-	-	-	6	0,6	-	-	6	0,1
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	127	0,9	241	0,9	33	0,5	512	0,5	288	1,4	1.201	0,8
Associações de atividades não especificadas anteriormente	677	2,8	508	1,7	154	2,2	953	0,9	383	1,5	2.675	1,4
Associações de atividades não especificadas anteriormente	677	2,8	508	1,7	154	2,2	953	0,9	383	1,5	2.675	1,4
Outras organizações da sociedade civil	297	1,5	288	0,8	106	1,3	979	1,0	254	0,9	1.924	1,0
Outras organizações da sociedade civil	297	1,5	288	0,8	106	1,3	979	1,0	254	0,9	1.924	1,0
Total	3.630	11,6	5.882	10,4	1.723	14,6	24.293	9,5	8.804	11,5	44.332	10,3

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Nota: ¹ Representatividade (Rep.) em relação ao total de pessoas ocupadas em empregos formais.

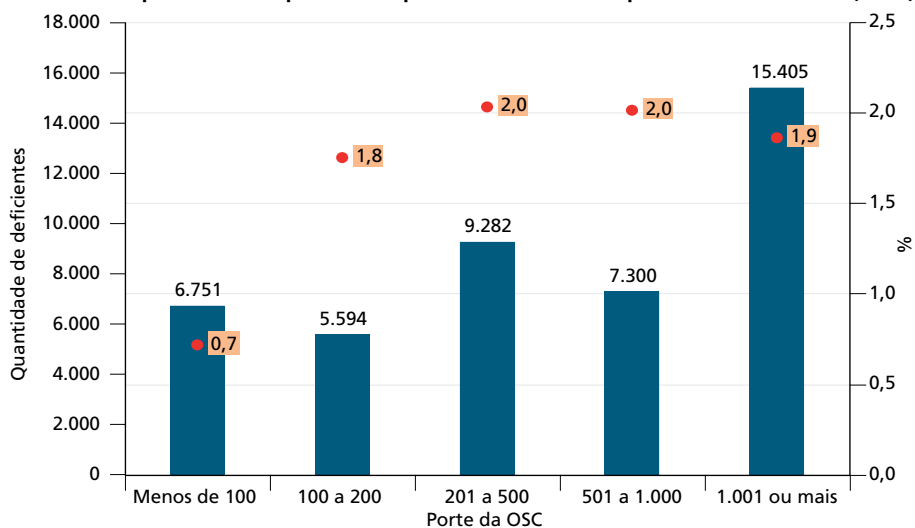
TABELA 23

Total e percentual de pessoal ocupado com deficiência, por faixas de vínculos (2015)

Tamanho da OSC	Pessoal Ocupado	Pessoa com deficiência	(%)
Menos de 100	940.222	6.751	0,7
100 a 200	318.789	5.594	1,8
201 a 500	456.748	9.282	2,0
501 a 1.000	362.384	7.300	2,0
1.001 ou mais	826.745	15.405	1,9
Total	2.904.888	44.332	1,5

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 4

Total e percentual de pessoal ocupado com deficiência, por faixas de vínculos (2015)

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

O próximo capítulo discute os vínculos de trabalho e o porte das OSCs.

O PORTE DAS OSCs¹

Este capítulo apresenta dados sobre o número de vínculos de trabalho formais das organizações da sociedade civil (OSCs).²

A primeira informação relevante é que 83% das OSCs não apresentam trabalhadores com vínculos formais; outros 7% delas têm até dois vínculos, totalizando 90% de OSCs com no máximo dois empregos formais. Trata-se, portanto, de um universo massivamente formado por micro-organizações.

Com base neste dado é possível presumir que contingente expressivo dessas OSCs não possua estruturas administrativas e quadros especializados para lidar com exigências burocráticas complexas – exceto aquelas que encontram no trabalho voluntário ou no trabalho autônomo um meio para manter estes quadros. Se for este o caso, para este contingente, a cooperação dessas entidades com o poder público é mais dificultosa. Este cenário de muitas micro-organizações pede reflexão sobre as implicações de impor exigências administrativas draconianas e a capacidade de atrair micro-organizações de base para parcerias em políticas de interesse público. Ainda mais porque é conhecido o descompasso entre as expectativas das OSCs e dos gestores públicos (federais) sobre o melhor ajuste em flexibilidade na execução do recurso público e o controle rígido sobre as atividades das OSCs, por parte do Estado.³ O resultado é uma combinação entre exigências administrativas muito altas, na gestão, e a capacidade de atendê-las muito baixa, por parte das OSCs. Esta combinação pode inviabilizar a implementação de políticas por pequenas organizações que teriam a contribuir em ações de interesse público, mas ultrapassam as exigências da administração.

1. “Tamanho” ou “porte” da OSCs não se traduz em “relevância” das ações por elas empreendidas.

2. No setor privado, a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais/MTE) deve ser preenchida e listar todos os “empregados contratados por empregadores, pessoa física ou jurídica, sob o regime da CLT, por prazo indeterminado ou determinado, inclusive a título de experiência”, o que inclui trabalhadores com contrato temporário. Para detalhamento, verificar Rais/MTE (Brasil, 2017).

3. Conforme diagnóstico realizado no âmbito do grupo de trabalho que apoiou a formulação do Marco Regulatório das OSCs/Lei nº 13.019/2014 (Lopes, Santos e Xavier, 2015; Lima Neto, 2013; Lopez e Abreu, 2014).

TABELA 1
Total e percentual de OSCs, por faixas de vínculos (2015)

Faixas de vínculos	OSCs	
	N	(%)
Sem vínculos	438.607	83,47
De 1 a 2	34.856	6,63
De 3 a 4	13.070	2,49
De 5 a 9	13.223	2,52
De 10 a 49	18.304	3,48
De 50 a 99	3.559	0,68
De 100 a 499	3.100	0,59
500 e mais	756	0,14
Total	525.475	100,00

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

As organizações com maior porte atuam nas áreas de saúde, assistência social e educação. Quarenta e quatro por cento das organizações de saúde possuem mais de dez vínculos. Assim é esperado, porque parte expressiva das organizações que atuam nesta área presta serviços de natureza continuada, como atendimento de saúde ou, no caso da educação, de instituições de ensino. Nas instituições de saúde, o número de vínculos médios chega a mais de quatrocentos entre hospitais do país, e a média da finalidade saúde (266) é bastante superior às demais finalidades. A educação apresenta média nacional de 95 vínculos, e a subfinalidade “educação e pesquisa”, 215 vínculos. As tabelas 2 e 3 e os gráficos 1 e 2 detalham as informações em números e imagens.

TABELA 2
Total e percentual de OSCs por finalidades de atuação e por faixas de número de vínculos (2015)

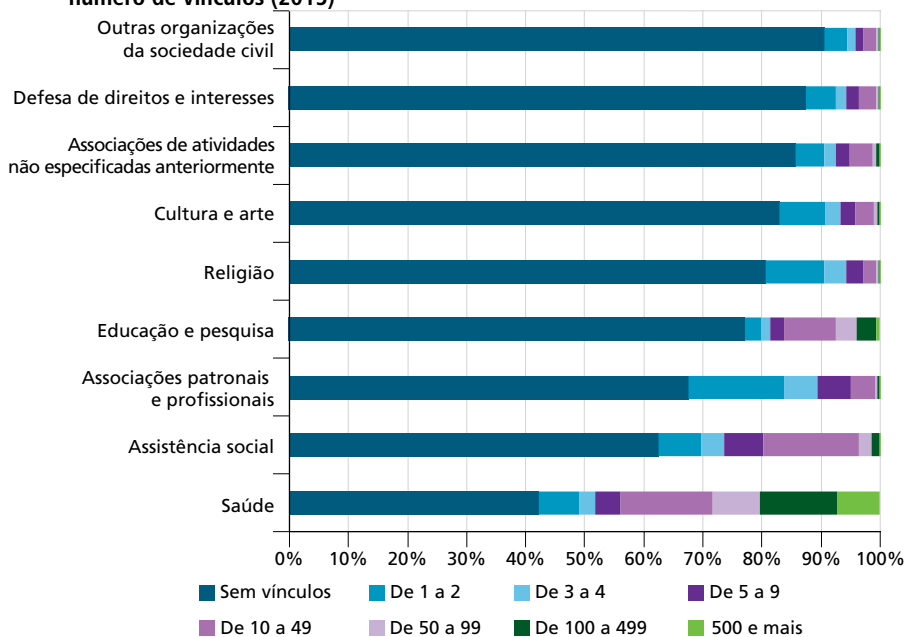
Finalidade das OSCs	Sem pessoal		De 1 a 2		De 3 a 4		De 5 a 9		De 10 a 49		De 50 a 99		De 100 a 499		500 e mais		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Total	438.607	83,5	34.856	6,6	13.070	2,5	13.223	2,5	18.304	3,5	3.559	0,7	3.100	0,6	756	0,1	525.475	100,0
Saúde	1.894	42,3	302	6,7	124	2,8	188	4,2	705	15,7	352	7,9	585	13,1	329	7,3	4.479	100,0
Hospitais	460	22,2	59	2,9	28	1,4	48	2,3	448	21,7	259	12,5	479	23,2	287	13,9	2.068	100,0
Outros serviços de saúde	1.434	59,5	243	10,1	96	4,0	140	5,8	257	10,7	93	3,9	106	4,4	42	1,7	2.411	100,0
Cultura e arte	36.359	83,0	3.405	7,8	1.098	2,5	1.132	2,6	1.388	3,2	246	0,6	171	0,4	22	0,1	43.821	100,0
Esportes e recreação	21.318	78,2	2.719	10,0	860	3,2	911	3,3	1.115	4,1	194	0,7	142	0,5	18	0,1	27.277	100,0
Cultura e arte	15.041	90,9	686	4,2	238	1,4	221	1,3	273	1,7	52	0,3	29	0,2	4	0,0	16.544	100,0
Educação e pesquisa	20.669	77,2	747	2,8	390	1,5	617	2,3	2.356	8,8	937	3,5	925	3,5	148	0,6	26.789	100,0
Educação infantil	2.895	69,1	87	2,1	77	1,8	190	4,5	836	20,0	71	1,7	33	0,8	0	0,0	4.189	100,0
Estudos e pesquisas	449	63,2	69	9,7	31	4,4	26	3,7	81	11,4	15	2,1	34	4,8	5	0,7	710	100,0
Educação profissional	320	59,7	40	7,5	21	3,9	30	5,6	75	14,0	30	5,6	17	3,2	3	0,6	536	100,0
Ensino médio	872	50,9	76	4,4	31	1,8	35	2,0	221	12,9	257	15,0	217	12,7	3	0,2	1.712	100,0
Ensino fundamental	6.981	85,3	118	1,4	63	0,8	107	1,3	466	5,7	271	3,3	178	2,2	4	0,1	8.188	100,0
Educação superior	1.137	46,5	112	4,6	60	2,5	82	3,4	339	13,9	218	8,9	377	15,4	120	4,9	2.445	100,0
Outras formas de educação/ensino	2.593	75,2	210	6,1	96	2,8	129	3,7	293	8,5	68	2,0	55	1,6	6	0,2	3.450	100,0
Atividades de apoio à educação	5.422	97,5	35	0,6	11	0,2	18	0,3	45	0,8	7	0,1	14	0,3	7	0,1	5.559	100,0
Assistência social	8.739	62,5	1.018	7,3	529	3,8	944	6,7	2.260	16,2	303	2,2	176	1,3	20	0,1	13.989	100,0
Assistência social	8.739	62,5	1.018	7,3	529	3,8	944	6,8	2.260	16,2	303	2,2	176	1,3	20	0,1	13.989	100,0
Religião	110.343	80,7	13.546	9,9	5.188	3,8	3.980	2,9	2.891	2,1	434	0,3	335	0,2	68	0,0	136.785	100,0
Religião	110.343	80,7	13.546	9,9	5.188	3,8	3.980	2,9	2.891	2,1	434	0,3	335	0,2	68	0,1	136.785	100,0
Associações patronais e profissionais	10.279	67,5	2.485	16,3	842	5,5	861	5,7	621	4,1	65	0,4	61	0,4	10	0,1	15.224	100,0
Associações profissionais	5.567	71,8	1.174	15,1	350	4,5	366	4,7	237	3,1	27	0,4	27	0,4	9	0,1	7.757	100,0
Associações empresariais e patronais	2.781	51,6	1.219	22,6	471	8,7	480	8,9	363	6,7	37	0,7	34	0,6	1	0,0	5.386	100,0
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	1.931	92,8	92	4,4	21	1,0	15	0,7	21	1,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	2.081	100,0

(Continua)

Finalidade das OSCs	Sem pessoal		De 1 a 2		De 3 a 4		De 5 a 9		De 10 a 49		De 50 a 99		De 100 a 499		500 e mais		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	147.840	87,5	8.436	5,0	3.104	1,8	3.448	2,0	4.918	2,9	730	0,4	410	0,2	67	0,0	168.953	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	7.897	78,0	400	4,0	239	2,4	382	3,8	951	9,4	173	1,7	71	0,7	6	0,1	10.119	100,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	22.735	95,5	402	1,7	304	1,3	260	1,1	86	0,4	6	0,0	11	0,1	2	0,0	23.806	100,0
Associação de moradores	10.916	95,8	212	1,9	82	0,7	83	0,7	101	0,9	2	0,0	1	0,0	0	0,0	11.397	100,0
Associações patronais e profissionais	12.553	92,8	570	4,2	161	1,2	140	1,0	99	0,7	7	0,1	3	0,0	0	0,0	13.533	100,0
Centros e associações comunitárias	6.730	97,4	87	1,3	16	0,2	28	0,4	42	0,6	3	0,0	3	0,0	0	0,0	6.909	100,0
Cultura e recreação	5.192	87,5	384	6,5	136	2,3	100	1,7	106	1,8	14	0,2	2	0,0	1	0,0	5.935	100,0
Saúde, assistência social e educação	5.345	62,9	589	6,9	354	4,2	619	7,3	1.239	14,6	181	2,1	144	1,7	32	0,4	8.503	100,0
Religião	2.193	83,4	341	13,0	24	0,9	31	1,2	32	1,2	4	0,2	3	0,1	1	0,0	2.629	100,0
Meio ambiente e proteção animal	1.005	86,6	60	5,2	18	1,6	33	2,8	40	3,5	3	0,3	1	0,1	1	0,1	1.161	100,0
Desenvolvimento rural	563	99,1	2	0,4	0	0,0	0	0,0	3	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	568	100,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	515	82,5	56	9,0	26	4,2	14	2,2	11	1,8	2	0,3	0	0,0	0	0,0	624	100,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	72.196	86,2	5.333	6,4	1.744	2,1	1.758	2,1	2.208	2,6	335	0,4	171	0,2	24	0,0	83.769	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	36.118	85,8	2.056	4,9	778	1,8	971	2,3	1.656	3,9	218	0,5	242	0,6	60	0,1	42.099	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	66.366	90,5	2.861	3,9	1.017	1,4	1.082	1,5	1.509	2,1	274	0,4	195	0,3	32	0,0	73.336	100,0
Outras organizações da sociedade civil	66.366	90,5	2.861	3,9	1.017	1,4	1.082	1,5	1.509	2,1	274	0,4	195	0,3	32	0,0	73.336	100,0
Outras organizações da sociedade civil	36.118	85,8	2.056	4,9	778	1,9	971	2,3	1.656	3,9	218	0,5	242	0,6	60	0,1	42.099	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 1
Total e percentual do número de OSCs por finalidades de atuação e por faixas de número de vínculos (2015)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

TABELA 3
Número médio de vínculos de emprego em OSCs em diferentes finalidades de atuação, por região (2015)

Finalidade das OSCs	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
Total	49,6	56,5	49,0	66,1	43,5	57,8
Saúde	210,2	258,0	201,6	315,7	192,6	266,0
Hospitais	306,9	414,2	362,7	483,4	293,2	407,0
Outros serviços de saúde	113,5	101,7	40,4	147,9	92,0	125,0
Cultura e arte	10,1	14,8	17,1	24,6	12,5	18,9
Esportes e recreação	12,6	13,7	16,1	24,9	13,8	19,5
Cultura e arte	7,6	15,9	18,1	24,2	11,1	18,3
Educação e pesquisa	88,9	75,8	104,6	105,4	85,2	95,6
Educação infantil	47,6	24,6	23,9	32,2	24,5	31,2
Estudos e pesquisas	70,2	65,2	124,6	73,5	38,5	69,9
Educação profissional	35,4	78,9	176,3	54,8	56,6	64,5
Ensino médio	117,4	86,8	80,1	93,8	95,3	94,0
Ensino fundamental	69,0	62,9	55,5	75,9	53,2	66,3
Educação superior	198,0	152,6	149,7	211,5	289,1	215,0
Outras formas de educação/ensino	147,3	24,3	6,0	51,0	24,0	46,7
Atividades de apoio à educação	26,4	110,8	221,0	250,3	100,5	177,0
Assistência social	24,8	31,6	20,5	40,7	25,3	35,8
Assistência social	24,8	31,6	20,5	40,7	25,3	35,8

(Continua)

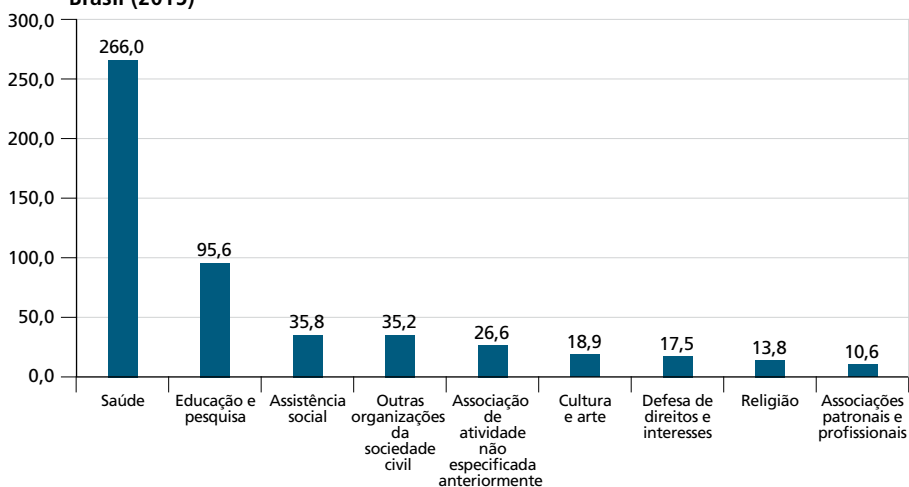
(Continuação)

Finalidade das OSCs	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
Religião	14,7	9,9	11,1	14,7	15,5	13,8
Religião	14,7	9,9	11,1	14,7	15,5	13,8
Associações patronais e profissionais	8,6	9,1	10,1	10,9	11,9	10,6
Associações profissionais	9,5	15,2	17,7	15,3	17,0	15,1
Associações empresariais e patronais	12,5	6,0	9,0	10,5	14,5	11,3
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	3,8	6,0	3,6	7,0	4,2	5,5
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	14,8	30,7	16,4	17,3	10,1	17,5
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	44,1	36,9	11,2	37,4	20,7	31,6
Associações de pais, professores, alunos e afins	33,1	6,1	15,1	9,5	5,9	8,2
Associação de moradores	5,2	8,1	6,9	9,0	10,7	8,8
Associações patronais e profissionais	7,7	4,8	4,5	9,3	6,3	7,4
Centros e associações comunitárias	2,9	21,2	2,2	13,0	9,3	11,5
Cultura e recreação	4,5	8,9	10,1	16,0	5,8	11,1
Saúde, assistência social e educação	52,3	47,6	64,1	57,1	32,4	51,3
Religião	2,3	18,0	2,9	6,8	9,6	8,0
Meio ambiente e proteção animal	13,6	207,7	14,7	10,4	6,4	42,0
Desenvolvimento rural	5,3	6,8	0,0	5,3	3,0	5,6
Defesa de direitos de grupos e minorias	2,3	6,3	7,2	11,2	2,9	7,4
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	15,8	17,0	14,7	19,4	10,5	16,8
Associações de atividades não especificadas anteriormente	40,3	33,6	27,7	28,2	14,7	26,6
Associações de atividades não especificadas anteriormente	40,3	33,6	27,7	28,2	14,7	26,6
Outras organizações da sociedade civil	34,2	45,6	32,0	37,2	23,5	35,2
Outras organizações da sociedade civil	34,2	45,6	32,0	37,2	23,5	35,2

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 2

Número médio de vínculos de emprego em OSCs em diferentes finalidades de atuação:
Brasil (2015)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

TABELA 4
Total e percentual do número de OSCs por regiões geográficas e por faixas de número de vínculos (2015)

	Sem pessoal		De 1 a 2		De 3 a 4		De 5 a 9		De 10 a 49		De 50 a 99		De 100 a 499		De 500 e mais		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Total	438.607	83,5	34.856	6,6	13.070	2,5	13.223	2,5	18.304	3,5	3.559	0,7	3.100	0,6	756	0,1	525.475	100,0
Norte	28.269	88,8	1.603	5,0	590	1,9	525	1,6	593	1,9	130	0,4	118	0,4	24	0,1	31.852	100,0
Acre	1.614	89,1	95	5,2	36	2,0	24	1,3	31	1,7	7	0,4	3	0,2	1	0,1	1.811	100,0
Amapá	739	83,5	62	7,0	32	3,6	21	2,4	20	2,3	5	0,6	4	0,5	2	0,2	885	100,0
Amazonas	5.205	89,1	240	4,1	98	1,7	108	1,8	125	2,1	37	0,6	25	0,4	7	0,1	5.845	100,0
Pará	12.765	90,9	534	3,8	196	1,4	187	1,3	236	1,7	49	0,3	59	0,4	11	0,1	14.037	100,0
Rondônia	4.148	84,9	353	7,2	128	2,6	106	2,2	122	2,5	14	0,3	14	0,3	1	0,0	4.886	100,0
Roraima	765	89,7	51	6,0	9	1,1	8	0,9	12	1,4	5	0,6	3	0,4	0	0,0	853	100,0
Tocantins	3.033	85,8	268	7,6	91	2,6	71	2,0	47	1,3	13	0,4	10	0,3	2	0,1	3.535	100,0
Nordeste	108.987	89,9	5.388	4,4	2.053	1,7	1.763	1,5	2.082	1,7	463	0,4	426	0,4	91	0,1	121.253	100,0
Alagoas	3.539	82,9	316	7,4	120	2,8	109	2,6	129	3,0	22	0,5	27	0,6	7	0,2	4.269	100,0
Bahia	28.642	89,2	1.608	5,0	551	1,7	515	1,6	552	1,7	126	0,4	106	0,3	26	0,1	32.126	100,0
Ceará	22.013	91,8	751	3,1	330	1,4	299	1,2	375	1,6	94	0,4	88	0,4	18	0,1	23.968	100,0
Maranhão	11.418	93,3	350	2,9	144	1,2	116	0,9	155	1,3	29	0,2	15	0,1	9	0,1	12.236	100,0
Paraíba	9.178	90,4	433	4,3	195	1,9	136	1,3	159	1,6	24	0,2	24	0,2	4	0,0	10.153	100,0
Pernambuco	14.954	86,9	999	5,8	371	2,2	294	1,7	375	2,2	94	0,5	96	0,6	22	0,1	17.205	100,0
Piauí	9.764	94,7	259	2,5	85	0,8	73	0,7	88	0,9	19	0,2	21	0,2	1	0,0	10.310	100,0
Rio Grande do Norte	5.207	85,5	380	6,2	150	2,5	139	2,3	148	2,4	33	0,5	33	0,5	1	0,0	6.091	100,0
Sergipe	4.272	87,3	292	6,0	107	2,2	82	1,7	101	2,1	22	0,4	16	0,3	3	0,1	4.895	100,0

(Continua)

(Continuação)

	Sem pessoal		De 1 a 2		De 3 a 4		De 5 a 9		De 10 a 49		De 50 a 99		De 100 a 499		De 500 e mais		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Sudeste	173.751	79,1	17.456	7,9	6.428	2,9	6.874	3,1	10.763	4,9	2.056	0,9	1.787	0,8	464	0,2	219.579	100,0
Espírito Santo	10.202	83,1	1.060	8,6	273	2,2	297	2,4	326	2,7	47	0,4	50	0,4	17	0,1	12.272	100,0
Minas Gerais	43.988	80,2	4.185	7,6	1.623	3,0	1.773	3,2	2.455	4,5	434	0,8	342	0,6	68	0,1	54.868	100,0
Rio de Janeiro	32.931	80,0	3.494	8,5	1.243	3,0	1.122	2,7	1.637	4,0	333	0,8	334	0,8	90	0,2	41.184	100,0
São Paulo	86.630	77,9	8.717	7,8	3.289	3,0	3.682	3,3	6.345	5,7	1.242	1,1	1.061	1,0	289	0,3	111.255	100,0
Sul	99.698	84,7	7.218	6,1	2.844	2,4	2.953	2,5	3.613	3,1	629	0,5	561	0,5	126	0,1	117.642	100,0
Paraná	32.313	83,1	2.645	6,8	963	2,5	1.092	2,8	1.439	3,7	207	0,5	185	0,5	34	0,1	38.878	100,0
Rio Grande do Sul	39.076	86,2	2.553	5,6	858	1,9	854	1,9	1.365	3,0	294	0,6	260	0,6	60	0,1	45.320	100,0
Santa Catarina	28.309	84,6	2.020	6,0	1.023	3,1	1.007	3,0	809	2,4	128	0,4	116	0,3	32	0,1	33.444	100,0
Centro-Oeste	27.902	79,4	3.191	9,1	1.155	3,3	1.108	3,2	1.253	3,6	281	0,8	208	0,6	51	0,1	35.149	100,0
Distrito Federal	4.614	70,1	816	12,4	284	4,3	298	4,5	355	5,4	102	1,5	103	1,6	13	0,2	6.585	100,0
Goiás	10.687	80,8	1.125	8,5	437	3,3	379	2,9	437	3,3	88	0,7	51	0,4	20	0,2	13.224	100,0
Mato Grosso	6.863	83,3	645	7,8	200	2,4	227	2,8	225	2,7	47	0,6	30	0,4	6	0,1	8.243	100,0
Mato Grosso do Sul	5.738	80,9	605	8,5	234	3,3	204	2,9	236	3,3	44	0,6	24	0,3	12	0,2	7.097	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

CAPÍTULO 8

AS OSCs E A ESCOLARIDADE DO PESSOAL OCUPADO¹

Em 2015, 66% dos 3 milhões de vínculos de empregos formais em organizações da sociedade civil (OSCs) não detinham nível superior completo (tabela 1). A variação não é grande entre regiões ou Unidades Federativas (UF); o segmento sem nível superior completo varia entre 60% e 70%, conforme a tabela 2.

TABELA 1
Educação dos vínculos: Brasil (2015)¹

Faixas de escolaridade	N	(%)
Total	3.158.315	100,0
Até fundamental completo	409.812	13,0
Até médio completo	1.540.684	48,8
Superior incompleto	142.883	4,5
Superior completo	1.064.936	33,7

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Nota: ¹ Os vínculos expressam a possibilidade de os indivíduos estarem ocupando mais de uma OSC.

TABELA 2
Educação dos vínculos, por Grande Região e UF (2015)

Grandes Regiões e UF	Sem nível superior		Com nível superior		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Brasil	2.093.379	66,3	1.064.936	33,7	3.158.315	100,0
Norte	64.738	68,3	29.997	31,7	94.735	100,0
Acre	2.682	72,9	999	27,1	3.681	100,0
Amapá	3.519	76,1	1.103	23,9	4.622	100,0
Amazonas	13.937	61,1	8.880	38,9	22.817	100,0
Pará	29.038	71,0	11.839	29,0	40.877	100,0
Rondônia	7.615	66,7	3.808	33,3	11.423	100,0
Roraima	959	56,4	741	43,6	1.700	100,0
Tocantins	6.988	72,7	2.627	27,3	9.615	100,0

(Continua)

1. Para este capítulo foram utilizados os dados constantes na base Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais/MTE), com ano de referência em 2015. Conforme detalhado na metodologia, informações sobre pessoal ocupado são indisponíveis em outras bases de dados oficiais.

(Continuação)

Grandes Regiões e UF	Sem nível superior		Com nível superior		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Nordeste	280.994	67,8	133.376	32,2	414.370	100,0
Alagoas	17.813	72,7	6.693	27,3	24.506	100,0
Bahia	80.956	71,9	31.692	28,1	112.648	100,0
Ceará	56.832	67,6	27.223	32,4	84.055	100,0
Maranhão	22.555	70,8	9.319	29,2	31.874	100,0
Paraíba	12.354	63,6	7.076	36,4	19.430	100,0
Pernambuco	55.635	64,5	30.647	35,5	86.282	100,0
Piauí	7.989	63,8	4.526	36,2	12.515	100,0
Rio Grande do Norte	12.538	63,3	7.265	36,7	19.803	100,0
Sergipe	14.322	61,6	8.935	38,4	23.257	100,0
Sudeste	1.223.149	65,6	640.366	34,4	1.863.515	100,0
Espírito Santo	37.597	69,8	16.304	30,2	53.901	100,0
Minas Gerais	233.690	68,6	107.083	31,4	340.773	100,0
Rio de Janeiro	202.896	62,5	121.695	37,5	324.591	100,0
São Paulo	748.966	65,5	395.284	34,5	1.144.250	100,0
Sul	364.703	65,8	189.814	34,2	554.517	100,0
Paraná	121.869	67,1	59.813	32,9	181.682	100,0
Rio Grande do Sul	165.880	66,9	81.939	33,1	247.819	100,0
Santa Catarina	76.954	61,6	48.062	38,4	125.016	100,0
Centro-Oeste	159.795	69,1	71.383	30,9	231.178	100,0
Distrito Federal	43.425	60,2	28.734	39,8	72.159	100,0
Goiás	57.490	73,7	20.473	26,3	77.963	100,0
Mato Grosso	21.595	70,6	8.983	29,4	30.578	100,0
Mato Grosso do Sul	37.285	73,9	13.193	26,1	50.478	100,0

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Por se tratar de vínculos de trabalho, é possível que uma pessoa se encontre em mais de uma OSC. Por isso o total de pessoas ocupadas e o total de vínculos de trabalho podem diferir.

Entretanto, os níveis de escolaridade variam significativamente entre as finalidades de atuação das OSCs. As mais díspares encontram-se entre OSCs de “educação e pesquisa”, em que a escolaridade superior corresponde a 67%, e “esportes e recreação”, em que o nível superior completo corresponde a 15% dos vínculos de trabalho.

As variações inter-regionais ocorrem, mas não são acentuadas. A tabela 3 e o gráfico 1 detalham e comparam a escolaridade inter-regional por finalidades de atuação.

TABELA 3
Escolaridade dos vínculos, por finalidade e região: Brasil (2015)

Finalidade das OSCs	Brasil				Total	
	Sem nível superior		Com nível superior		N	(%)
	N	(%)	N	(%)		
Total	2.093.379	66,3	1.064.936	33,7	3.158.315	100,0
Saúde	512.031	73,8	181.366	26,2	693.397	100,0
Hospitais	455.108	65,6	148.979	21,5	604.087	87,1
Outros serviços de saúde	56.923	8,2	32.387	4,7	89.310	12,9
Cultura e arte	116.425	81,1	27.170	18,9	143.595	100,0
Esportes e recreação	101.497	70,7	18.600	13,0	120.097	83,6
Cultura e arte	14.928	10,4	8.570	6,0	23.498	16,4
Educação e pesquisa	222.902	39,7	338.161	60,3	561.063	100,0
Educação infantil	19.294	3,4	13.673	2,4	32.967	5,9
Estudos e pesquisas	7.033	1,3	10.861	1,9	17.894	3,2
Educação profissional	7.865	1,4	9.461	1,7	17.326	3,1
Ensino médio	29.192	5,2	47.957	8,5	77.149	13,8
Ensino fundamental	31.275	5,6	44.387	7,9	75.662	13,5
Educação superior	91.091	16,2	181.846	32,4	272.937	48,6
Outras formas de educação/ensino	25.232	4,5	16.988	3,0	42.220	7,5
Atividades de apoio à educação	11.920	2,1	12.988	2,3	24.908	4,4
Assistência social	129.413	73,2	47.494	26,8	176.907	100,0
Assistência social	129.413	73,2	47.494	26,8	176.907	100,0
Religião	276.147	75,6	89.139	24,4	365.286	100,0
Religião	276.147	75,6	89.139	24,4	365.286	100,0
Associações patronais e profissionais	43.092	71,2	17.406	28,8	60.498	100,0
Associações profissionais	24.508	40,5	6.234	10,3	30.742	50,8
Associações empresariais e patronais	17.907	29,6	11.043	18,3	28.950	47,9
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	677	1,1	129	0,2	806	1,3
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	346.088	72,0	134.478	28,0	480.566	100,0
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	52.578	10,9	25.522	5,3	78.100	16,3
Associações de pais, professores, alunos e afins	6.075	1,3	1.751	0,4	7.826	1,6
Associação de moradores	3.562	0,7	635	0,1	4.197	0,9
Associações patronais e profissionais	4.843	1,0	1.056	0,2	5.899	1,2
Centros e associações comunitárias	1.726	0,4	659	0,1	2.385	0,5
Cultura e recreação	6.225	1,3	3.122	0,6	9.347	1,9
Saúde, assistência social e educação	131.881	27,4	38.557	8,0	170.438	35,5
Religião	2.214	0,5	1.497	0,3	3.711	0,8
Meio ambiente e proteção animal	7.107	1,5	2.458	0,5	9.565	2,0
Desenvolvimento rural	43	0,0	21	0,0	64	0,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	454	0,1	101	0,0	555	0,1
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	129.380	26,9	59.099	12,3	188.479	39,2
Associações de atividades não especificadas anteriormente	141.510	72,7	53.022	27,3	194.532	100,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	141.510	72,7	53.022	27,3	194.532	100,0
Outras organizações da sociedade civil	305.771	63,4	176.700	36,6	482.471	100,0
Outras organizações da sociedade civil	305.771	63,4	176.700	36,6	482.471	100,0

Fonte: Rais/MTE (Brasil, 2015).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Por se tratar de vínculos de trabalho, é possível que uma pessoa se encontre em mais e uma OSC. Por isso o total de pessoas ocupadas e o total de vínculos de trabalho podem diferir.

TABELA 4
Escolaridade das pessoas com vínculos de trabalho, por finalidade e região: Brasil (2015)

Finalidade das OSCs	Centro-Oeste						Norte						Nordeste						Sudeste						Sul						
	Sem nível superior		Com nível superior		Com nível superior		Sem nível superior		Com nível superior		Com nível superior		Sem nível superior		Com nível superior		Com nível superior		Sem nível superior		Com nível superior		Com nível superior		Sem nível superior		Com nível superior				
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)			
Total	159.795	5,1	71.383	2,3	64.738	2,0	29.997	0,9	280.994	8,9	133.376	4,2	1.223.149	38,7	640.366	20,3	364.703	11,5	189.814	6,0											
Saúde	20.882	3,0	5.962	0,9	9.346	1,3	2.368	0,3	71.585	10,3	26.603	3,8	296.464	42,8	114.767	16,6	113.754	16,4	31.666	4,6											
Hospitais	16.077	2,7	4.191	0,7	8.446	1,4	2.144	0,4	67.248	11,1	24.991	4,1	261.066	43,2	90.645	15,0	102.271	16,9	27.008	4,5											
Outros serviços de saúde	4.805	5,4	1.771	2,0	900	1,0	224	0,3	4.337	4,9	1.612	1,8	35.398	39,6	24.122	27,0	11.483	12,9	4.658	5,2											
Cultura e arte	5.979	4,2	1.009	0,7	3.423	2,4	698	0,5	10.558	7,4	2.370	1,7	74.753	52,1	18.961	13,2	21.712	15,1	4.132	2,9											
Esportes e recreação	5.205	4,3	694	0,6	2.988	2,5	333	0,3	8.457	7,0	1.157	1,0	65.919	54,9	13.164	11,0	18.948	15,8	3.252	2,7											
Cultura e arte	774	3,3	315	1,3	455	1,9	365	1,6	2.101	8,9	1.213	5,2	8.834	37,6	5.797	24,7	2.764	11,8	880	3,7											
Educação e pesquisa	23.876	4,3	24.204	4,3	9.101	1,6	12.309	2,2	25.220	4,5	38.289	6,8	119.717	21,3	185.878	33,1	44.988	8,0	77.481	13,8											
Educação infantil	2.234	6,8	1.247	3,8	267	0,8	276	0,8	843	2,6	667	2,0	12.960	39,3	9.329	28,3	2.990	9,1	2.154	6,5											
Estudos e pesquisas	767	4,3	874	4,9	1.084	6,1	1.598	8,9	1.013	5,7	1.786	10,0	3.456	19,3	5.736	32,1	713	4,0	867	4,8											
Educação profissional	187	1,1	230	1,3	560	3,2	1.556	9,0	852	4,9	2.475	14,3	5.546	32,0	4.002	23,1	720	4,2	1.198	6,9											
Ensino médio	2.410	3,1	3.793	4,9	954	1,2	1.178	1,5	5.744	7,4	8.628	11,2	12.501	16,2	20.096	26,0	7.583	9,8	14.262	18,5											
Ensino fundamental	3.106	4,1	3.881	5,1	1.112	1,5	1.522	2,0	6.964	9,2	7.449	9,8	13.730	18,1	22.078	29,2	6.363	8,4	9.457	12,5											
Educação superior	7.224	2,6	12.568	4,6	3.027	1,1	5.321	1,9	7.215	2,6	14.569	5,3	51.059	18,7	104.474	38,3	22.566	8,3	44.914	16,5											
Outras formas de educação/ensino	7.871	18,6	1.519	3,6	1.082	2,6	769	1,8	1.527	3,6	1.604	3,8	12.225	29,0	10.694	25,3	2.527	6,0	2.402	5,7											
Atividades de apoio à educação	77	0,3	92	0,4	1.015	4,1	89	0,4	1.062	4,3	1.111	4,5	8.240	33,1	9.469	38,0	1.526	6,1	2.227	8,9											
Assistência social	5.806	3,3	1.999	1,1	1.135	0,6	830	0,5	10.931	6,2	3.419	1,9	92.992	52,6	35.057	19,8	18.549	10,5	6.189	3,5											
Assistência social	5.806	3,3	1.999	1,1	1.135	0,6	830	0,5	10.931	6,2	3.419	1,9	92.992	52,6	35.057	19,8	18.549	10,5	6.189	3,5											
Religião	30.153	8,3	8.458	2,3	12.565	3,4	4.266	1,2	35.538	9,7	10.987	3,0	149.880	41,0	46.326	12,7	48.011	13,1	19.102	5,2											
Religião	30.153	8,3	8.458	2,3	12.565	3,4	4.266	1,2	35.538	9,7	10.987	3,0	149.880	41,0	46.326	12,7	48.011	13,1	19.102	5,2											
Associações patronais e profissionais	3.493	5,8	1.375	2,3	1.660	2,7	404	0,7	4.456	7,4	2.035	3,4	21.659	35,8	8.111	13,4	11.824	19,5	5.481	9,1											
Associações profissionais	1.356	4,4	511	1,7	1.165	3,8	184	0,6	2.812	9,1	1.467	4,8	14.432	46,9	3.468	11,3	4.743	15,4	604	2,0											
Associações empresariais e patronais	2.042	7,1	847	2,9	465	1,6	218	0,8	1.537	5,3	559	1,9	6.909	23,9	4.552	15,7	6.954	24,0	4.867	16,8											
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	95	11,8	17	2,1	30	3,7	2	0,2	107	13,3	9	1,1	318	39,5	91	11,3	127	15,8	10	1,2											

(Continua)

(Continuação)

Finalidade das OSCs	Centro-Oeste				Norte				Nordeste				Sudeste				Sul			
	Sem nível superior		Com nível superior		Sem nível superior		Com nível superior		Sem nível superior		Com nível superior		Sem nível superior		Com nível superior		Com nível superior			
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)		
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	27.326	5,7	7.898	1,6	9.863	2,1	3.243	0,7	50.659	10,5	19.171	4,0	208.457	43,4	85.248	17,7	49.783	10,4	18.918	3,9
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	4.852	6,2	1.427	1,8	831	1,1	242	0,3	6.843	8,8	2.626	3,4	29.675	38,0	15.086	19,3	10.377	13,3	6.141	7,9
Associações de pais, professores, alunos e afins	547	7,0	374	4,8	394	5,0	162	2,1	335	4,3	87	1,1	1.969	25,2	1.037	13,3	2.830	36,2	91	1,2
Associação de moradores	265	6,3	8	0,2	70	1,7	3	0,1	423	10,1	53	1,3	2.140	51,0	390	9,3	664	15,8	181	4,3
Associações patronais e profissionais	615	10,4	135	2,3	348	5,9	44	0,7	494	8,4	140	2,4	2.074	35,2	483	8,2	1.312	22,2	254	4,3
Centros e associações comunitárias	44	1,8	2	0,1	18	0,8	1	0,0	347	14,5	93	3,9	705	29,6	459	19,2	612	25,7	104	4,4
Cultura e recreação	200	2,1	31	0,3	333	3,6	128	1,4	596	6,4	396	4,2	4.236	45,3	2.323	24,9	860	9,2	244	2,6
Saúde, assistência social e educação	10.351	6,1	1.683	1,0	1.403	0,8	489	0,3	13.448	7,9	4.515	2,6	90.859	53,3	26.798	15,7	15.820	9,3	5.072	3,0
Religião	136	3,7	12	0,3	98	2,6	10	0,3	562	15,1	682	18,4	1.077	29,0	626	16,9	341	9,2	167	4,5
Méio ambiente e proteção animal	100	1,0	186	1,9	180	1,9	83	0,9	6.010	62,8	1.773	18,5	690	7,2	363	3,8	127	1,3	53	0,6
Desenvolvimento rural	6	9,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	7,8	17	26,6	32	50,0	4	6,3	0	0,0	0	0,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	32	5,8	8	1,4	13	2,3	29	5,2	35	6,3	2	0,4	289	52,1	50	9,0	85	15,3	12	2,2
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	10.178	5,4	4.032	2,1	6.175	3,3	2.052	1,1	21.561	11,4	8.787	4,7	74.711	39,6	37.629	20,0	16.755	8,9	6.599	3,5
Associações de atividades não especificadas anteriormente	17.068	8,8	7.039	3,6	5.698	2,9	1.332	0,7	24.780	12,7	7.401	3,8	78.115	40,2	29.106	15,0	15.849	8,1	8.144	4,2
Associações de atividades não especificadas anteriormente	17.068	8,8	7.039	3,6	5.698	2,9	1.332	0,7	24.780	12,7	7.401	3,8	78.115	40,2	29.106	15,0	15.849	8,1	8.144	4,2
Outras organizações da sociedade de civil	25.212	5,2	13.439	2,8	11.947	2,5	4.547	0,9	47.267	9,8	23.101	4,8	181.112	37,5	116.912	24,2	40.233	8,3	18.701	3,9
Outras organizações da sociedade civil	25.212	5,2	13.439	2,8	11.947	2,5	4.547	0,9	47.267	9,8	23.101	4,8	181.112	37,5	116.912	24,2	40.233	8,3	18.701	3,9

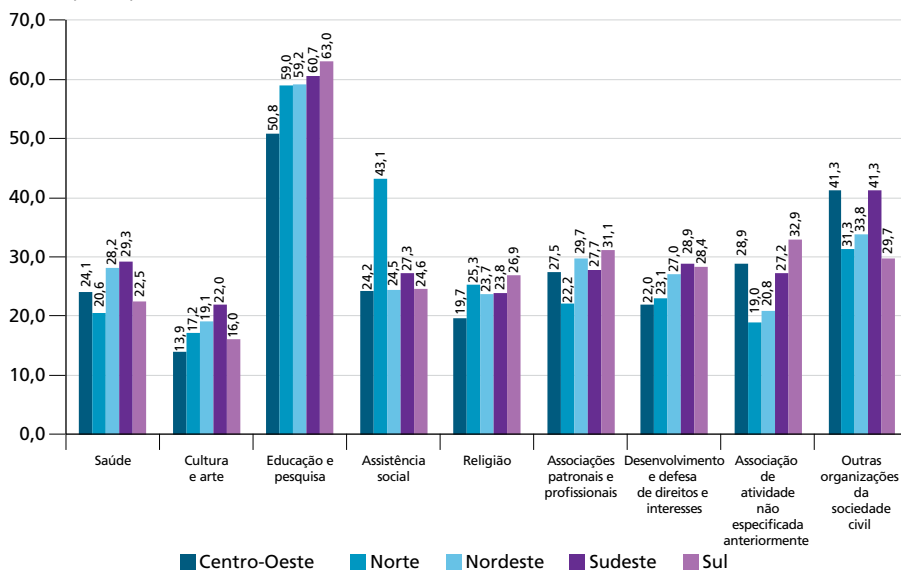
Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Por se tratar de vínculos de trabalho, é possível que uma pessoa se encontre em mais e uma OSC. Por isso o total de pessoas ocupadas e o total de vínculos de trabalho podem diferir.

GRÁFICO 1

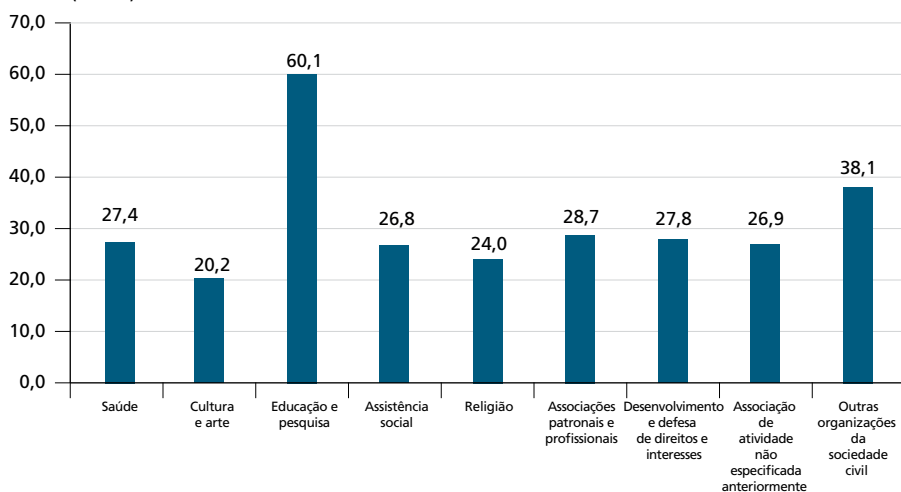
Pessoal ocupado com nível superior, por região e finalidades de atuação (2015)
(Em %)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 2

Vínculos que possuem escolaridade superior completa, por finalidade de atuação: Brasil (2015)
(Em %)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

AS OSCs E AS REMUNERAÇÕES

Este capítulo apresenta as informações sobre a remuneração do pessoal ocupado assalariado. Os dados apresentados estão em valores reais e em salários mínimos (SMs) vigentes em 2015.¹ A tabulação de salários médios, apresentada mais de uma vez ao longo deste capítulo, está sujeita a valores omissos de sexo, raça, escolaridade, região geográfica, e isto influencia o valor do salário médio nacional reportado em cada tabela. Tendo em vista este fator, o salário médio oficial, para o universo dos trabalhadores remunerados com carteira assinada, é de R\$ 2.869, equivalente a 3,2 SMs.²

Para comparação,³ o valor médio da remuneração mensal dos trabalhadores com carteira assinada, setor privado brasileiro, à época, era de R\$ 1.960.

No setor público municipal, o salário médio – para pessoas com até oito anos de escolaridade – era de R\$ 2.130; para servidores com nove a doze anos de escolaridade, era de R\$ 2.302; e para aqueles com mais de doze anos de escolaridade, R\$ 3.035.

A remuneração dos servidores públicos estaduais era, para as mesmas faixas de escolaridade, respectivamente R\$ 2.400, R\$ 2.697 e R\$ 3.481,40. No nível federal, a remuneração era, para as mesmas faixas de escolaridade, R\$ 2.745, R\$ 3.057 e R\$ 4.043 (Tenoury e Menezes-Filho, 2017).

A remuneração média é maior nas organizações cuja finalidade de atuação é a “saúde” (3,8 SMs), “associações patronais e profissionais” (3,8 SMs) e educação e pesquisa (3,7 SMs) – sobretudo a finalidade “estudos e pesquisas” (5,9 SMs) –, e menor em organizações da finalidade “assistência social” (2,3 SMs) e “desenvolvimento e defesa de direitos” (2,4 SMs).

1. Todos os valores de SMs apresentados neste capítulo adotam uma composição de valores de SMs de 2013, 2014 e 2015, já que a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) Ampliada aqui adotada resulta de um método de interpolação de organizações da sociedade civil (OSCs) nestes três anos para corrigir omissões na declaração anual. Todos os valores foram corrigidos para preços de janeiro de 2018 adotando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

2. Pede-se olhar a nota 19 para explicação sobre o cálculo utilizado.

3. Ressalte-se que a comparação aqui é apenas um exercício de contextualização das remunerações em OSCs e outros setores, mas a adoção de métodos de estimação das médias remuneratórias distintos e de fontes de informações diferentes em cada referência citada impõe limitações claras à comparação.

De modo geral, os salários médios reproduzem as desigualdades do mercado de trabalho brasileiro, principalmente as desigualdades na remuneração por raça e por gênero.

TABELA 1

Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, por finalidade: Brasil (2015)

Finalidade das OSCs	Salário médio mensal	
	R\$ 1,00 corrente	Salário mínimo
Média	2.763,1	3,0
Saúde	3.299,3	3,8
Hospitais	3.057,3	3,5
Outros serviços de saúde	3.541,2	4,0
Cultura e arte	2.786,8	3,1
Esportes e recreação	2.985,4	3,2
Cultura e arte	2.588,1	2,9
Educação e pesquisa	3.312,6	3,7
Educação infantil	2.097,1	2,2
Estudos e pesquisas	5.101,9	5,9
Educação profissional	2.620,0	3,0
Ensino médio	2.914,2	3,3
Ensino fundamental	2.938,7	3,2
Educação superior	4.110,8	4,6
Outras formas de educação/ensino	2.643,5	2,8
Atividades de apoio à educação	4.074,3	4,5
Assistência social	2.096,0	2,3
Assistência social	2.096,0	2,3
Religião	2.330,4	2,6
Religião	2.330,4	2,6
Associações patronais e profissionais	3.827,5	3,7
Associações profissionais	4.022,6	4,0
Associações empresariais e patronais	3.698,3	4,7
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	3.761,5	2,5
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	2.106,9	2,4
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	1.766,2	2,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	2.969,3	3,0
Associação de moradores	2.261,6	2,0
Associações patronais e profissionais	2.249,0	2,5
Centros e associações comunitárias	1.875,4	2,1
Cultura e recreação	2.046,0	2,2
Saúde, assistência social e educação	1.850,5	2,0
Religião	2.084,1	2,3

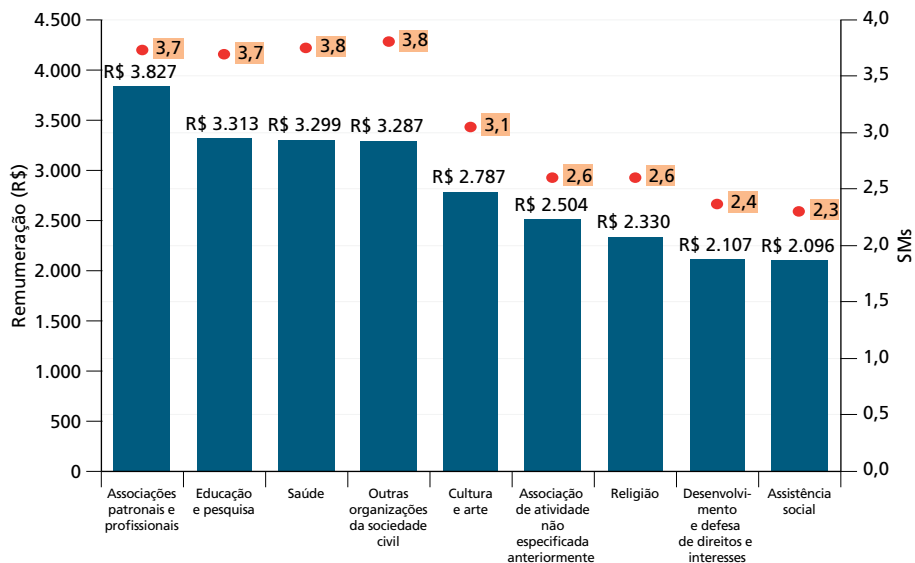
(Continua)

(Continuação)

Finalidade das OSCs	Salário médio mensal	
	R\$ 1,00 corrente	Salário mínimo
Meio ambiente e proteção animal	2.176,3	3,7
Desenvolvimento rural	1.535,1	1,7
Defesa de direitos de grupos e minorias	1.819,7	2,1
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	2.649,6	2,8
Associações de atividades não especificadas anteriormente	2.503,8	2,6
Associações de atividades não especificadas anteriormente	2.503,8	2,6
Outras organizações da sociedade civil	3.286,7	3,8
Outras organizações da sociedade civil	3.286,7	3,8

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 1
Remuneração média do pessoal ocupado, por finalidade de atuação (2015)
(Em R\$ e SMs)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

Obs.: Valores corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

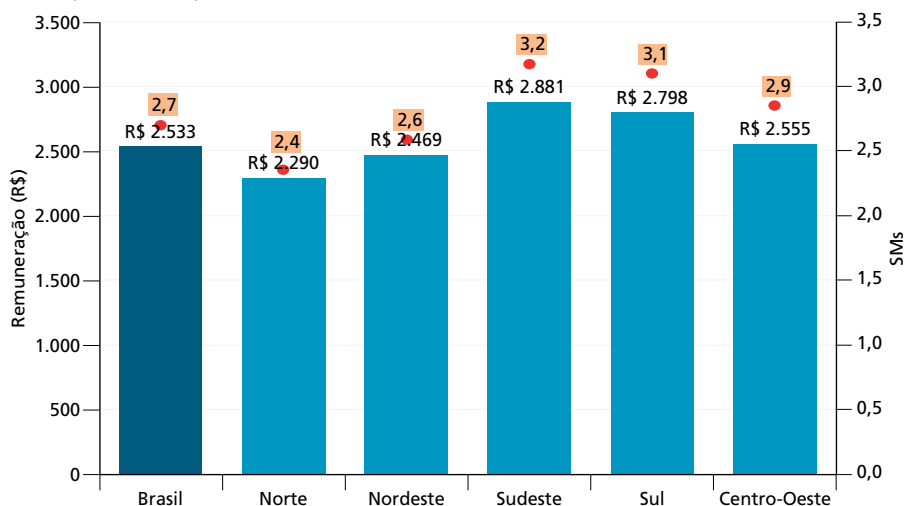
A remuneração média dos ocupados nas regiões Sul e Sudeste (respectivamente R\$ 2.798 e R\$ 2.881) são superiores às demais. Rio de Janeiro e Distrito Federal são os estados em que as organizações da sociedade civil (OSCs) pagam a maior remuneração média (R\$ 3.396 e R\$ 3.300, respectivamente); no Amapá e no Acre, as menores (R\$ 1.842 e R\$ 1.880, respectivamente).

TABELA 2
Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, por Grande Região e Unidades da Federação: Brasil (2015)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Salário médio mensal	
	R\$ 1,00 corrente	Salário mínimo
Brasil	2.533,1	2,7
Norte	2.290,2	2,4
Acre	1.879,9	2,0
Amapá	1.842,0	1,9
Amazonas	2.822,9	3,2
Pará	2.539,6	2,8
Rondônia	2.864,7	2,3
Roraima	2.000,6	2,0
Tocantins	2.081,8	2,3
Nordeste	2.469,4	2,6
Alagoas	2.002,4	2,1
Bahia	2.567,7	2,8
Ceará	2.681,7	2,6
Maranhão	2.040,5	2,4
Paraíba	2.410,8	2,5
Pernambuco	2.625,3	3,0
Piauí	2.221,9	2,2
Rio Grande do Norte	2.434,9	2,2
Sergipe	3.239,2	3,5
Sudeste	2.881,3	3,2
Espírito Santo	2.664,1	2,8
Minas Gerais	2.353,5	2,6
Rio de Janeiro	3.396,5	3,8
São Paulo	3.111,1	3,5
Sul	2.797,9	3,1
Paraná	2.386,4	2,6
Rio Grande do Sul	3.034,4	3,4
Santa Catarina	2.972,8	3,3
Centro-Oeste	2.554,8	2,9
Distrito Federal	3.300,8	3,7
Goiás	2.295,0	2,6
Mato Grosso	2.270,2	2,5
Mato Grosso do Sul	2.353,2	2,6

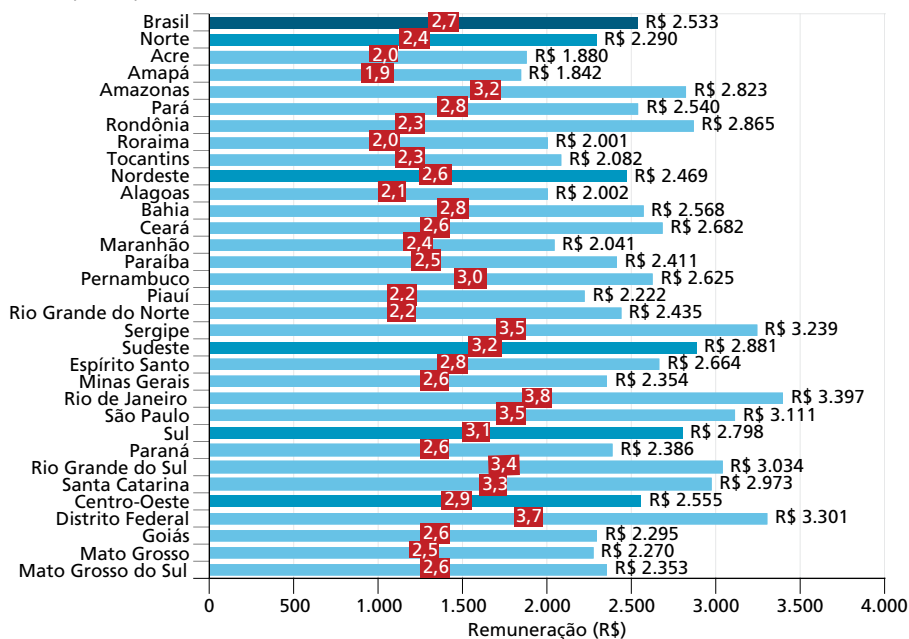
Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 2
Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, por Grande Região: Brasil (2015)
 (Em R\$ e SMs)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.
 Obs.: Valores corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

GRÁFICO 3
Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, por Unidades da Federação (2015)
 (Em R\$)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

A remuneração das pessoas ocupadas em OSCs ecoa, com menor intensidade, a desigualdade no mercado de trabalho brasileiro em geral: homens recebem salários superiores. Em média, as mulheres recebem 95% do salário dos homens, mas há grandes variações. Nas associações profissionais o salário das mulheres é 67% do salário dos homens. Nas organizações de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses os salários são praticamente os mesmos, e nas organizações de cultura e arte o salário das mulheres é 4 pontos percentuais (p.p.) superior ao dos homens.

Para que se possa comparar, a diferença nas remunerações entre homens e mulheres – para todos os tipos de trabalho – registrada para o conjunto do mercado de trabalho brasileiro (Pnad/IBGE, 2015, p. 69) indica uma remuneração das mulheres equivalente a 76% da remuneração dos homens. Por isso as desigualdades registradas nas OSCs são mais moderadas.

TABELA 3

Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, por sexo e finalidade: Brasil (2015)

Finalidade das OSCs	Salário médio mensal		Salário mínimo	Salário mínimo
	R\$ 1,00 corrente	R\$ 1,00 corrente		
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Média	3.043,1	2.578,2	3,4	2,8
Saúde	4.100,6	3.010,0	4,7	3,4
Hospitais	3.772,4	2.810,6	4,3	3,2
Outros serviços de saúde	4.428,8	3.209,4	5,1	3,6
Cultura e arte	2.971,1	2.504,2	3,3	2,7
Esportes e recreação	3.198,6	2.538,6	3,5	2,6
Cultura e arte	2.743,5	2.469,7	3,1	2,7
Educação e pesquisa	3.610,3	3.053,5	4,0	3,4
Educação infantil	2.217,4	2.079,0	2,3	2,2
Estudos e pesquisas	6.037,0	4.037,1	6,9	4,6
Educação profissional	2.703,7	2.552,5	3,1	2,9
Ensino médio	2.984,7	2.883,6	3,4	3,2
Ensino fundamental	3.048,8	2.894,4	3,4	3,2
Educação superior	4.479,2	3.780,4	5,0	4,2
Outras formas de educação/ensino	2.688,3	2.612,6	2,9	2,8
Atividades de apoio à educação	4.723,4	3.588,1	5,2	4,0
Assistência social	1.661,1	1.674,1	1,9	1,9
Assistência social	2.234,1	2.047,3	2,4	2,2
Religião	2.657,3	2.159,6	3,0	2,4
Religião	2.657,3	2.159,6	3,0	2,4
Associações patronais e profissionais	4.361,0	3.474,5	4,5	2,9
Associações profissionais	4.628,3	3.252,6	5,1	2,6
Associações empresariais e patronais	4.991,6	2.920,5	6,0	3,6
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	3.463,2	4.250,3	2,5	2,4
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	2.236,8	2.038,4	2,5	2,3
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	1.764,0	1.767,1	2,0	2,0
Associações de pais, professores, alunos e afins	3.436,9	2.745,6	3,6	2,8
Associação de moradores	2.119,1	2.438,5	2,0	1,9
Associações patronais e profissionais	2.484,7	2.050,0	2,8	2,3

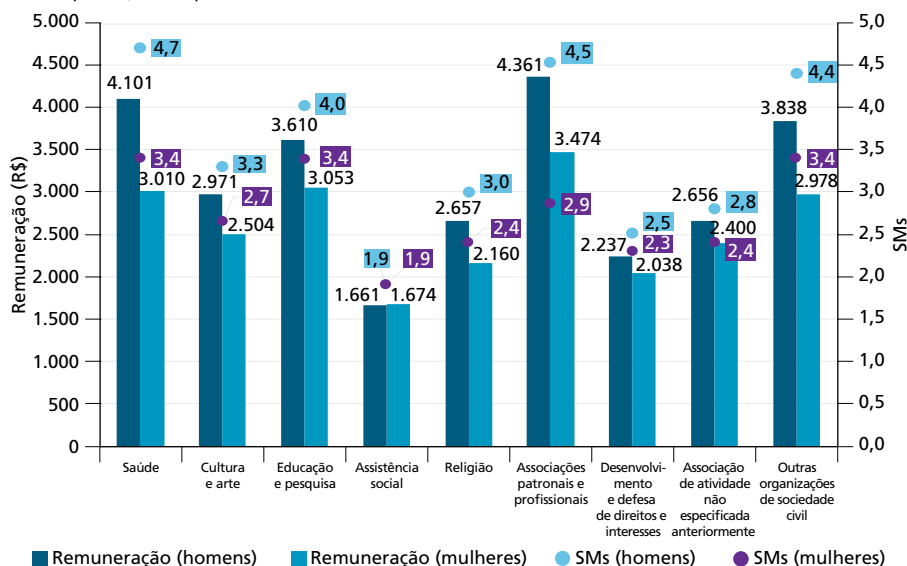
(Continua)

(Continuação)

Finalidade das OSCs	Salário médio mensal		Salário mínimo	Salário mínimo
	R\$ 1,00 corrente	R\$ 1,00 corrente		
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Centros e associações comunitárias	2.098,6	1.789,0	2,3	2,1
Cultura e recreação	2.152,3	1.947,9	2,2	2,2
Saúde, assistência social e educação	1.845,6	1.853,1	2,0	2,0
Religião	2.228,0	1.981,5	2,6	2,1
Meio ambiente e proteção animal	2.456,7	2.023,7	3,9	3,6
Desenvolvimento rural	1.525,0	1.570,8	1,6	1,8
Defesa de direitos de grupos e minorias	1.849,2	1.805,3	2,1	2,1
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	2.881,0	2.488,3	3,1	2,6
Associações de atividades não especificadas anteriormente	2.655,9	2.399,9	2,8	2,4
Associações de atividades não especificadas anteriormente	2.655,9	2.399,9	2,8	2,4
Outras organizações da sociedade civil	3.838,2	2.978,1	4,4	3,4
Outras organizações da sociedade civil	3.838,2	2.978,1	4,4	3,4

Fonte: Rais (Brasil, 2015).
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 4
Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, por sexo e finalidade: Brasil (2015)
(Em R\$ e SMs)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

A escolaridade é um fator determinante das remunerações. A remuneração das pessoas ocupadas sem nível superior, cuja média é R\$ 1.584 (1,8 SM), é 55% da média do pessoal ocupado com nível superior, cujo valor de remuneração médio é R\$ 2.810 (3,2 SMs) (gráfico 5).

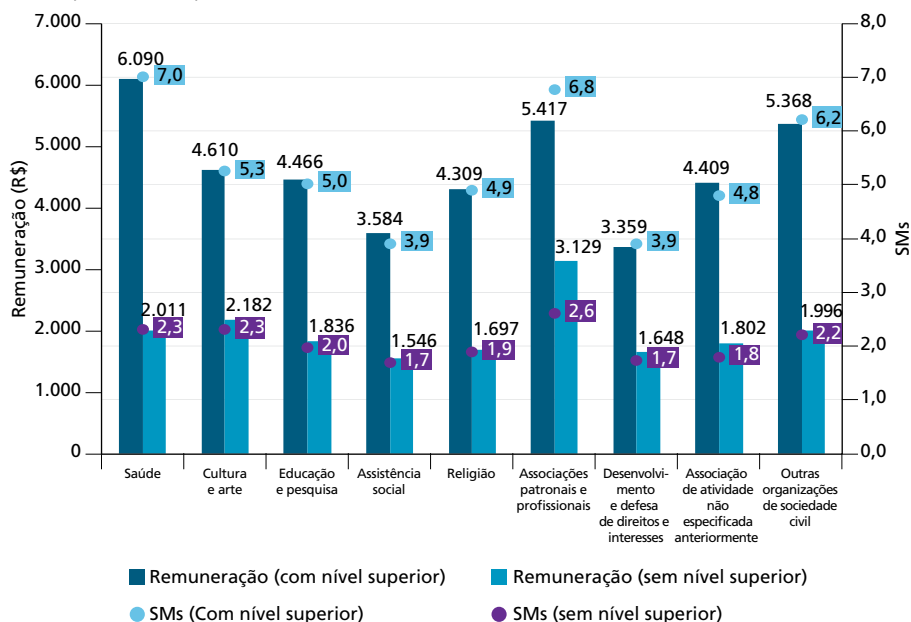
TABELA 4
Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, por escolaridade e finalidade:
Brasil (2015)

Finalidade das OSCs	Salário médio mensal		R\$ 1,00 corrente	Salário mínimo
	R\$ 1,00 corrente	Salário mínimo		
	Com nível superior	Sem nível superior		
Média	4.237,3	1.912,5	4,9	2,0
Saúde	6.090,0	2.011,2	7,0	2,3
Hospitais	6.033,5	2.020,5	6,9	2,3
Outros serviços de saúde	6.146,4	2.001,9	7,1	2,3
Cultura e arte	4.610,0	2.181,9	5,3	2,3
Esportes e recreação	5.091,5	2.539,8	5,9	2,6
Cultura e arte	4.128,5	1.823,9	4,6	2,0
Educação e pesquisa	4.466,0	1.836,3	5,0	2,0
Educação infantil	2.664,3	1.655,1	2,9	1,6
Estudos e pesquisas	6.902,3	2.313,2	7,9	2,7
Educação profissional	3.221,0	1.623,4	3,7	1,9
Ensino médio	3.628,1	1.747,2	4,1	1,9
Ensino fundamental	3.751,2	1.775,4	4,2	1,9
Educação superior	5.281,1	1.915,0	6,0	2,0
Outras formas de educação/ensino	4.412,0	1.486,1	4,8	1,5
Atividades de apoio à educação	5.868,0	2.175,2	6,6	2,3
Assistência social	3.584,0	1.546,2	3,9	1,7
Assistência social	3.584,0	1.546,2	3,9	1,7
Religião	4.308,7	1.696,5	4,9	1,9
Religião	4.308,7	1.696,5	4,9	1,9
Associações patronais e profissionais	5.416,8	3.129,4	6,8	2,6
Associações profissionais	4.939,3	3.782,0	5,3	3,7
Associações empresariais e patronais	6.298,6	2.099,1	9,2	2,4
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	5.012,4	3.507,2	5,8	1,7
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	3.359,1	1.648,4	3,9	1,7
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	2.675,1	1.355,6	3,0	1,5
Associações de pais, professores, alunos e afins	5.341,8	1.946,2	6,1	1,7
Associação de moradores	3.281,9	2.094,0	3,1	1,8
Associações patronais e profissionais	3.827,3	1.907,6	4,4	2,1
Centros e associações comunitárias	2.807,8	1.426,2	3,3	1,6
Cultura e recreação	2.700,5	1.723,9	3,1	1,7
Saúde, assistência social e educação	3.648,3	1.332,7	4,0	1,4
Religião	3.085,4	1.501,9	3,4	1,7
Meio ambiente e proteção animal	3.930,6	1.550,4	6,3	2,1
Desenvolvimento rural	2.258,2	1.331,1	2,4	1,4
Defesa de direitos de grupos e minorias	2.652,8	1.642,1	3,1	1,9
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	4.098,9	1.968,9	4,7	1,9
Associações de atividades não especificadas anteriormente	4.409,4	1.802,1	4,8	1,8
Associações de atividades não especificadas anteriormente	4.409,4	1.802,1	4,8	1,8
Outras organizações da sociedade civil	5.368,3	1.996,3	6,2	2,2
Outras organizações da sociedade civil	5.368,3	1.996,3	6,2	2,2

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 5
Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, por escolaridade e finalidade de atuação (2015)
 (Em R\$ e SMs)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

A remuneração das diferentes raças é desigual em quase todas as áreas de atuação. Pessoas ocupadas de cor branca recebem salário médio mensal de R\$ 2.043, e negros, de R\$ 1.750, 85% da remuneração dos brancos. As diferenças, uma vez mais, variam entre OSCs com finalidades de atuação distintas. Enquanto na finalidade “assistência social” não há diferenças, na finalidade “saúde” a remuneração dos negros é 76% da remuneração média mensal dos brancos.

Novamente, a comparação com dados do IBGE indica que as desigualdades são mais acentuadas no mercado de trabalho nacional. Neste, os negros recebiam um salário médio equivalente a 58% dos brancos (Ipea, 2017a; 2017b).

TABELA 5
Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, por raça e finalidade: Brasil (2015)

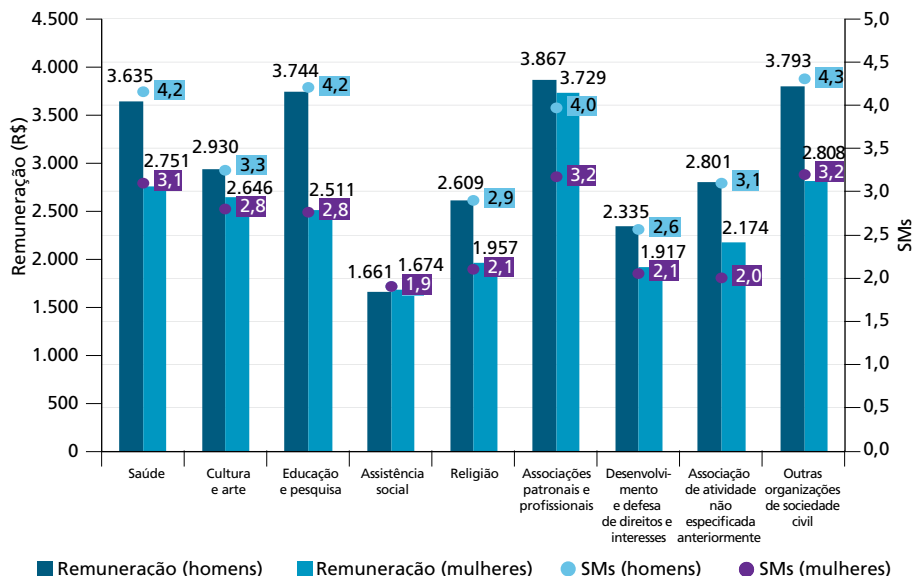
Finalidade das OSCs	Salário médio mensal		R\$ 1,00 corrente	Salário mínimo
	R\$ 1,00 corrente	Salário mínimo		
	Branco	Negro	Branco	Negro
Média	3.038,9	2.380,2	3,4	2,5
Saúde	3.634,9	2.751,3	4,2	3,1
Hospitais	3.340,5	2.582,9	3,8	2,9
Outros serviços de saúde	3.929,3	2.919,6	4,5	3,3
Cultura e arte	2.929,6	2.646,5	3,3	2,8
Esportes e recreação	3.042,4	3.051,4	3,3	3,1
Cultura e arte	2.816,8	2.241,5	3,2	2,5
Educação e pesquisa	3.743,6	2.511,2	4,2	2,8
Educação infantil	2.251,4	1.854,8	2,3	2,0
Estudos e pesquisas	5.948,8	3.571,7	6,9	4,1
Educação profissional	2.843,9	2.353,9	3,3	2,7
Ensino médio	3.206,1	2.213,3	3,6	2,5
Ensino fundamental	3.322,9	2.334,1	3,7	2,5
Educação superior	4.532,2	2.953,4	5,1	3,3
Outras formas de educação/ensino	3.219,3	1.866,5	3,5	1,9
Atividades de apoio à educação	4.624,1	2.942,2	5,2	3,1
Assistência social	1.661,1	1.674,1	1,9	1,9
Assistência social	2.303,7	1.769,9	2,5	1,9
Religião	2.608,5	1.956,7	2,9	2,1
Religião	2.608,5	1.956,7	2,9	2,1
Associações patronais e profissionais	3.867,4	3.729,2	4,0	3,2
Associações profissionais	4.205,9	3.585,1	3,9	3,9
Associações empresariais e patronais	4.078,9	2.850,7	5,4	3,3
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	3.317,5	4.751,7	2,6	2,3
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	2.334,9	1.917,2	2,6	2,1
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	1.901,6	1.509,1	2,2	1,7
Associações de pais, professores, alunos e afins	3.074,1	2.924,5	3,2	2,6
Associação de moradores	2.378,3	2.296,2	2,2	1,7
Associações patronais e profissionais	2.459,3	1.873,6	2,8	2,1
Centros e associações comunitárias	2.029,6	1.614,7	2,3	1,7
Cultura e recreação	2.188,4	1.742,4	2,5	1,9
Saúde, assistência social e educação	2.068,9	1.654,0	2,2	1,8
Religião	1.960,9	2.247,2	2,1	2,5
Meio ambiente e proteção animal	3.650,6	1.813,6	4,5	2,9
Desenvolvimento rural	1.466,7	1.191,2	1,4	1,4
Defesa de direitos de grupos e minorias	1.863,4	1.839,9	2,2	2,1
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	2.977,1	2.299,5	3,2	2,3
Associações de atividades não especificadas anteriormente	2.800,7	2.174,3	3,1	2,0
Associações de atividades não especificadas anteriormente	2.800,7	2.174,3	3,1	2,0
Outras organizações da sociedade civil	3.792,9	2.807,6	4,3	3,2
Outras organizações da sociedade civil	3.792,9	2.807,6	4,3	3,2

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Valores corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

GRÁFICO 6
Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, por raça e finalidade de atuação (2015)
 (Em R\$ e SMs)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

Uma análise da escolaridade e raça indica que as diferenças salariais com base na raça são claras, mas o efeito da escolaridade é grande. A remuneração dos negros que não possuem nível superior é 88% da remuneração dos brancos sem nível superior. Os negros que possuem nível superior recebem 96% da remuneração média dos brancos com nível superior (tabela 6).

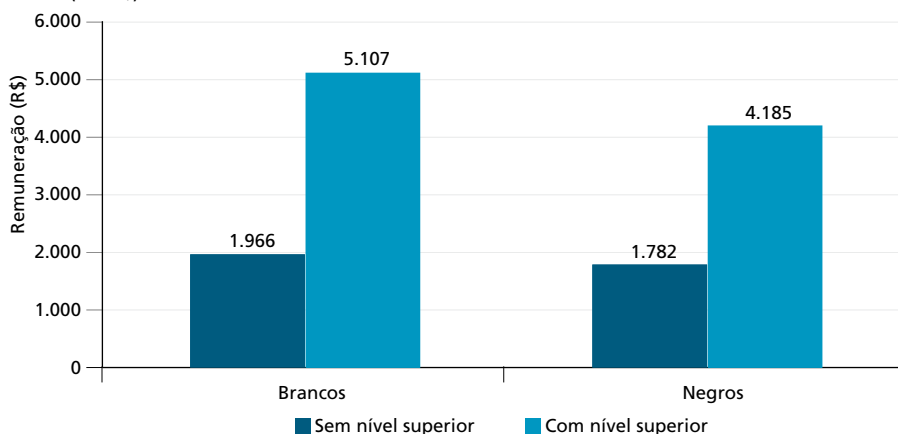
TABELA 6
Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, por raça e escolaridade: Brasil (2015)

Escolaridade	Salário médio mensal			
	R\$ 1,00 corrente		Salário mínimo	
	Branco	Negro	Branco	Negro
Sem nível superior	1.966,1	1.782,4	2,1	1,9
Com nível superior	5.107,1	4.184,8	5,8	4,7

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 7

Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, por raça e escolaridade (2015)
(Em R\$)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

As remunerações médias mensais, por finalidade de atuação das OSCs em cada uma das Grandes Regiões, indicam que as maiores diferenças estão entre finalidades de atuação, não entre as regiões em que as OSCs se localizam.

TABELA 7

Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado, por Grandes Regiões e finalidade: Brasil (2015)

Finalidade das OSCs	Salário médio mensal (salário mínimo)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Média	2,8	2,5	2,5	3,3	2,8	2,9
Saúde	3,3	2,9	3,5	4,1	3,2	3,2
Hospitais	3,2	3,0	3,2	3,7	3,1	3,0
Outros serviços de saúde	3,5	2,7	3,7	4,4	3,3	3,3
Cultura e arte	2,6	2,2	2,3	3,4	2,6	2,5
Esportes e recreação	2,7	2,0	2,4	3,4	3,1	2,5
Cultura e arte	2,5	2,4	2,1	3,3	2,1	2,4
Educação e pesquisa	3,3	2,8	2,9	4,1	3,5	3,3
Educação infantil	1,9	1,5	1,7	2,2	2,0	2,3
Estudos e pesquisas	5,1	5,7	3,3	7,1	5,0	4,5
Educação profissional	3,2	2,5	3,1	3,0	3,1	4,4
Ensino médio	3,1	2,9	2,4	3,9	3,0	3,2
Ensino fundamental	2,9	2,5	2,4	4,0	2,7	2,9

(Continua)

(Continuação)

Finalidade das OSCs	Salário médio mensal (salário mínimo)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Educação superior	4,3	3,7	3,9	4,6	5,1	4,0
Outras formas de educação/ensino	2,5	1,9	2,8	3,2	2,9	1,8
Atividades de apoio à educação	3,4	1,6	3,2	5,1	3,8	3,5
Assistência social	2,2	2,7	2,0	2,4	2,0	2,0
Assistência social	2,2	2,7	2,0	2,4	2,0	2,0
Religião	2,3	1,9	2,0	2,8	2,6	2,4
Religião	2,3	1,9	2,0	2,8	2,6	2,4
Associações patronais e profissionais	3,4	3,2	2,7	4,2	3,5	3,5
Associações profissionais	3,7	3,6	2,6	4,1	5,2	3,2
Associações empresariais e patronais	4,3	4,3	3,5	5,6	3,3	5,0
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	2,2	1,7	2,1	2,8	2,0	2,2
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	2,2	2,1	2,1	2,5	2,2	2,4
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	1,9	1,9	1,9	2,1	2,1	1,6
Associações de pais, professores, alunos e afins	2,6	1,2	1,6	4,1	1,9	4,3
Associação de moradores	1,8	1,6	1,5	2,0	2,1	1,7
Associações patronais e profissionais	2,4	2,0	2,1	2,6	2,6	2,5
Centros e associações comunitárias	1,9	1,3	3,0	2,2	1,5	1,3
Cultura e recreação	2,1	2,2	2,0	2,3	1,9	1,9
Saúde, assistência social e educação	1,8	1,4	2,1	2,1	1,9	1,5
Religião	2,1	1,5	3,0	1,9	2,1	1,8
Meio ambiente e proteção animal	3,7	3,6	2,6	3,8	2,6	5,7
Desenvolvimento rural	1,8	-	2,0	1,3	2,5	1,3
Defesa de direitos de grupos e minorias	2,3	3,2	1,6	2,1	2,0	2,4
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	2,7	2,8	2,2	3,0	2,7	2,9
Associações de atividades não especificadas anteriormente	2,6	2,5	2,4	2,5	2,9	2,9
Associações de atividades não especificadas anteriormente	2,6	2,5	2,4	2,5	2,9	2,9
Outras organizações da sociedade civil	3,5	3,0	2,9	4,1	3,2	4,3
Outras organizações da sociedade civil	3,5	3,0	2,9	4,1	3,2	4,3

Fonte: Rais/MTE (Brasil, 2015).
Elaboração do Ipea.

Quais são as ocupações mais comuns e suas respectivas remunerações médias, nas OSCs? Informações a este respeito apresentam um parâmetro deste setor, até então desconhecido.

Valendo-se da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a tabela 8 lista as 25 ocupações formais mais frequentes em OSCs e sua distribuição por sexo e por raça. Esta tabela é uma janela de revelações relevantes sobre o mercado de trabalho brasileiro, em particular das OSCs.

O primeiro aspecto a ressaltar é que auxiliares de escritório e assistentes administrativos, atividades vinculadas à enfermagem e faxineiros representam mais de um terço dos vínculos de trabalho em OSCs (tabela 8).

Em geral, como já se indicou, as mulheres são maioria entre as pessoas ocupadas em OSCs, mas grande parte dessa proporção decorre de as mais frequentes ocupações serem atividades socialmente associadas ao gênero feminino, casos das auxiliares de escritório, enfermagem e congêneres, faxineiras, recepcionistas.

A presença de mulheres é proeminente em todas as atividades que remetem à imagem do cuidado (infantil ou idoso) e da assistência, a exemplo das assistentes sociais (93% mulheres), cuidadoras de idosos (85% mulheres), enfermagem (85% mulheres), professoras da educação infantil (94%), auxiliar de desenvolvimento infantil (95%) e outras.

A distribuição das ocupações pelo critério de raça também revela um cenário díspar e hierárquico. As pessoas ocupadas negras estão em maiores proporções em posições inferiores da hierarquia de prestígio ocupacional. Nos extremos das 25 principais ocupações estão, por exemplo, a atividade de *continuo* (54% negros e 46% brancos) e *professor de ensino superior* (82% brancos e 18% negros) (gráfico 8).

As remunerações são apenas confirmatórias dos diversos aspectos das desigualdades. Para as mesmas ocupações, homens geralmente ganham mais do que mulheres e brancos recebem mais do que negros. A tabela 8 continua a ser um bom exemplo.

TABELA 8
Freqüência, proporção e remuneração média do pessoal assalariado ocupado nas 25 principais ocupações, por gênero e raça (2015)

Ocupação	População total		Homem		Mulher		Branco		Negro		
	Total	(%)	Salário médio mensal (R\$ correntes)	(%)	Salário médio mensal (R\$ correntes)	(%)	Salário médio mensal (R\$ correntes)	(%)	Salário médio mensal (R\$ correntes)	(%)	
Auxiliar de escritório em geral	302.635	9,91	1.481,8	34,36	1.369,9	65,64	1.540,4	56,59	1.651,8	43,41	1.298,6
Técnico de enfermagem	263.934	8,65	2.187,8	15,05	2.411,0	84,95	2.148,3	57,75	2.311,3	42,25	2.018,0
Assistente administrativo	163.642	5,36	2.170,3	32,84	2.221,0	67,16	2.145,5	59,83	2.386,6	40,17	1.873,9
Faxineiro	148.419	4,86	1.403,3	21,86	1.474,5	78,14	1.383,3	55,79	1.431,8	44,21	1.378,6
Enfermeiro	104.344	3,42	4.634,3	15,04	4.719,3	84,96	4.619,3	68,25	4.756,3	31,75	4.460,0
Auxiliar de enfermagem	90.271	2,96	2.311,2	14,38	2.391,0	85,62	2.297,8	62,61	2.304,8	37,39	2.365,8
Receptionista, em geral	57.975	1,9	1.615,7	17,7	1.658,5	82,3	1.606,5	62,6	1.647,9	37,4	1.567,3
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	54.338	1,78	1.500,9	35,42	1.647,5	64,58	1.420,5	57,42	1.474,9	42,58	1.569,9
Médico clínico	54.017	1,77	9.992,1	52,07	10.283,8	47,93	9.675,2	76,08	10.153,7	23,92	9.750,2
Cozinheiro geral	43.627	1,43	1.511,3	9,7	1.933,1	90,3	1.466,0	59,38	1.516,4	40,62	1.553,7
Auxiliar de desenvolvimento infantil	34.412	1,13	1.694,0	4,71	1.789,4	95,29	1.689,3	66,41	1.742,3	33,59	1.529,4
Professor de ensino superior na área de cidadã	34.039	1,11	5.927,6	53,02	5.950,2	46,98	5.902,1	72,02	6.396,6	27,98	5.083,1
Professor de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta séries)	32.835	1,08	3.079,6	13,85	3.307,1	86,15	3.043,0	76,95	3.250,8	23,05	2.638,7
Agente comunitário de saúde	32.249	1,06	1.574,9	15,82	1.498,2	84,18	1.589,3	52,15	1.685,1	47,85	1.562,3
Supervisor administrativo	31.798	1,04	4.511,7	38,54	4.829,3	61,46	4.312,5	69,41	4.885,0	30,59	3.939,5
Zelador de edifício	28.614	0,94	1.586,4	41,68	1.814,4	58,32	1.423,4	57,33	1.495,2	42,67	1.728,0
Professor de ensino superior na área de prática de ensino	27.673	0,91	5.354,6	52,24	5.335,8	47,76	5.375,2	82,21	5.478,7	17,79	4.940,3
Porteiro de edifícios	27.652	0,91	1.757,4	89,73	1.776,6	10,27	1.589,4	52,08	1.765,5	47,92	1.737,0
Trabalhador da manutenção de edificações	27.520	0,9	1.770,5	51,79	1.760,6	48,21	1.781,2	53,5	1.740,5	46,5	1.810,1
Professor de nível médio na educação infantil	25.032	0,82	2.144,7	5,57	2.091,9	94,43	2.147,9	64,42	2.267,7	35,58	1.961,1
Vigia	24.837	0,81	1.830,8	95,24	1.832,4	4,76	1.799,3	55,94	1.937,2	44,66	1.735,4
Continuo	23.892	0,78	1.257,2	62,64	1.306,8	37,36	1.174,1	45,85	1.331,1	54,15	1.193,1
Assistente social	23.590	0,77	3.028,1	6,77	3.062,9	93,23	3.025,6	66,53	3.024,3	33,47	3.118,0
Coordenador pedagógico	22.217	0,73	4.499,8	21,43	5.598,6	78,57	4.200,1	72,82	4.913,6	27,18	3.741,6
Cuidador de idosos	21.178	0,69	1.374,1	14,58	1.427,7	85,42	1.365,0	61,94	1.399,6	38,06	1.316,3

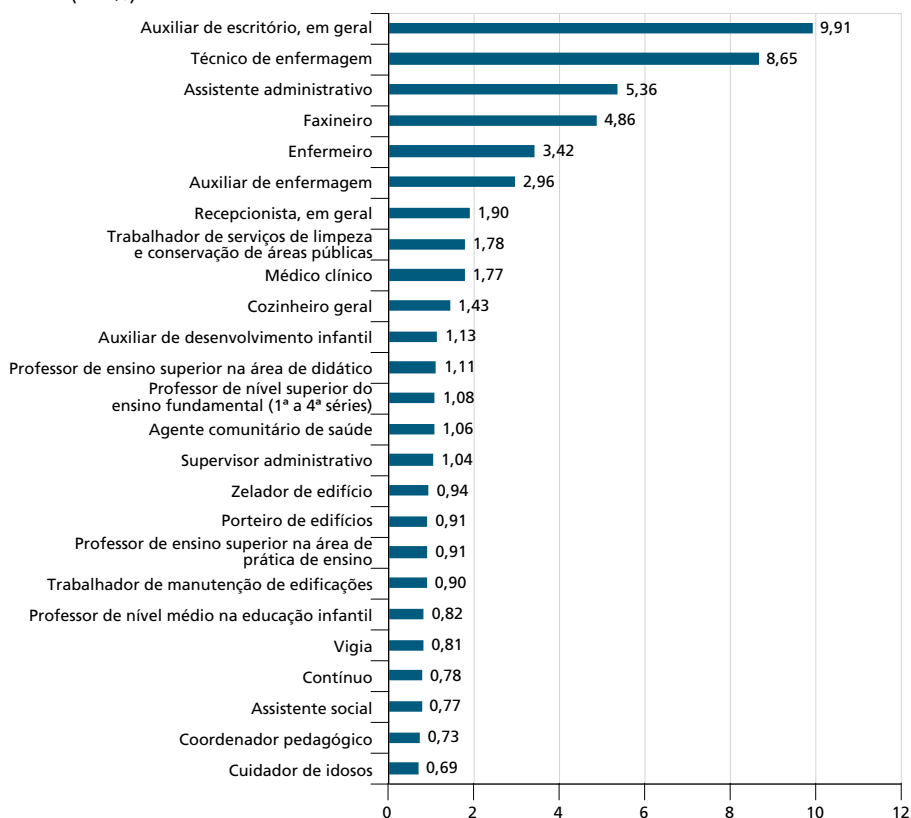
Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 8

Principais ocupações em OSCs: Brasil (2015)

(Em %)



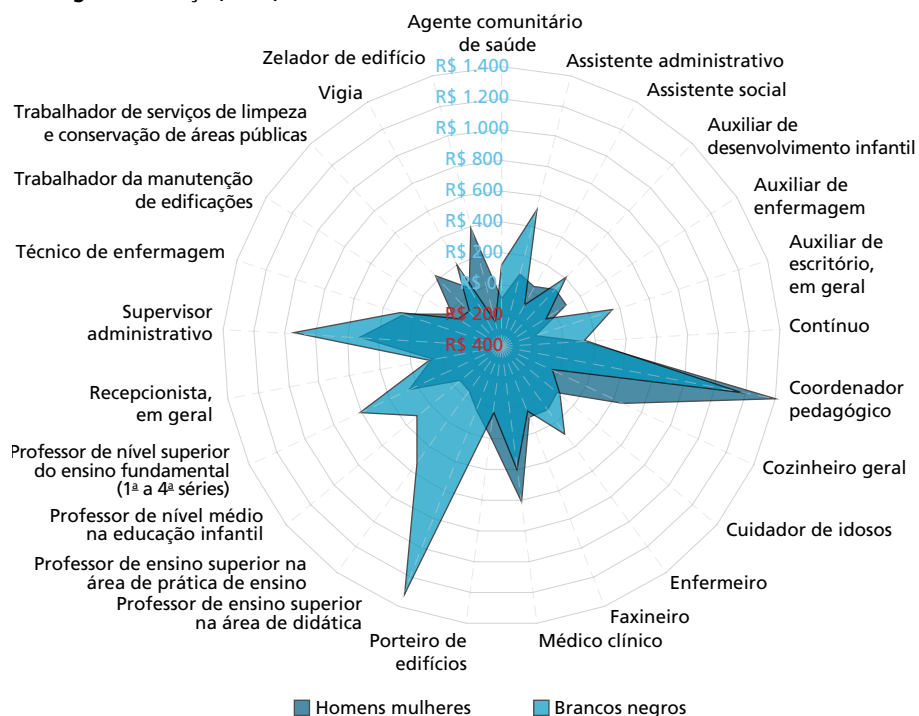
Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Os percentuais de cada ocupação são em relação ao total de ocupados em OSCs.

A figura 1 revela as diferenças salariais das pessoas ocupadas em empregos formais em 2015, entre homens e mulheres e entre brancos e negros, nas ocupações mais frequentes em OSCs. “Coordenador pedagógico” é a ocupação com maior diferença salarial em ambos os casos. Os homens recebem, em média, R\$ 1.398 a mais do que as mulheres, mas esta é uma área majoritariamente ocupada por pessoas do sexo feminino (79%). Em relação à raça, os brancos recebem, em média, R\$ 1.172 a mais do que os negros. Entretanto, as áreas que registraram as menores iniquidades salariais de sexo e raça foram “agente comunitário de saúde”, “assistente social” e “auxiliar de enfermagem”.

FIGURA 1
Diferenças de remuneração do pessoal ocupado nas 25 principais ocupações, por gênero e raça (2015)

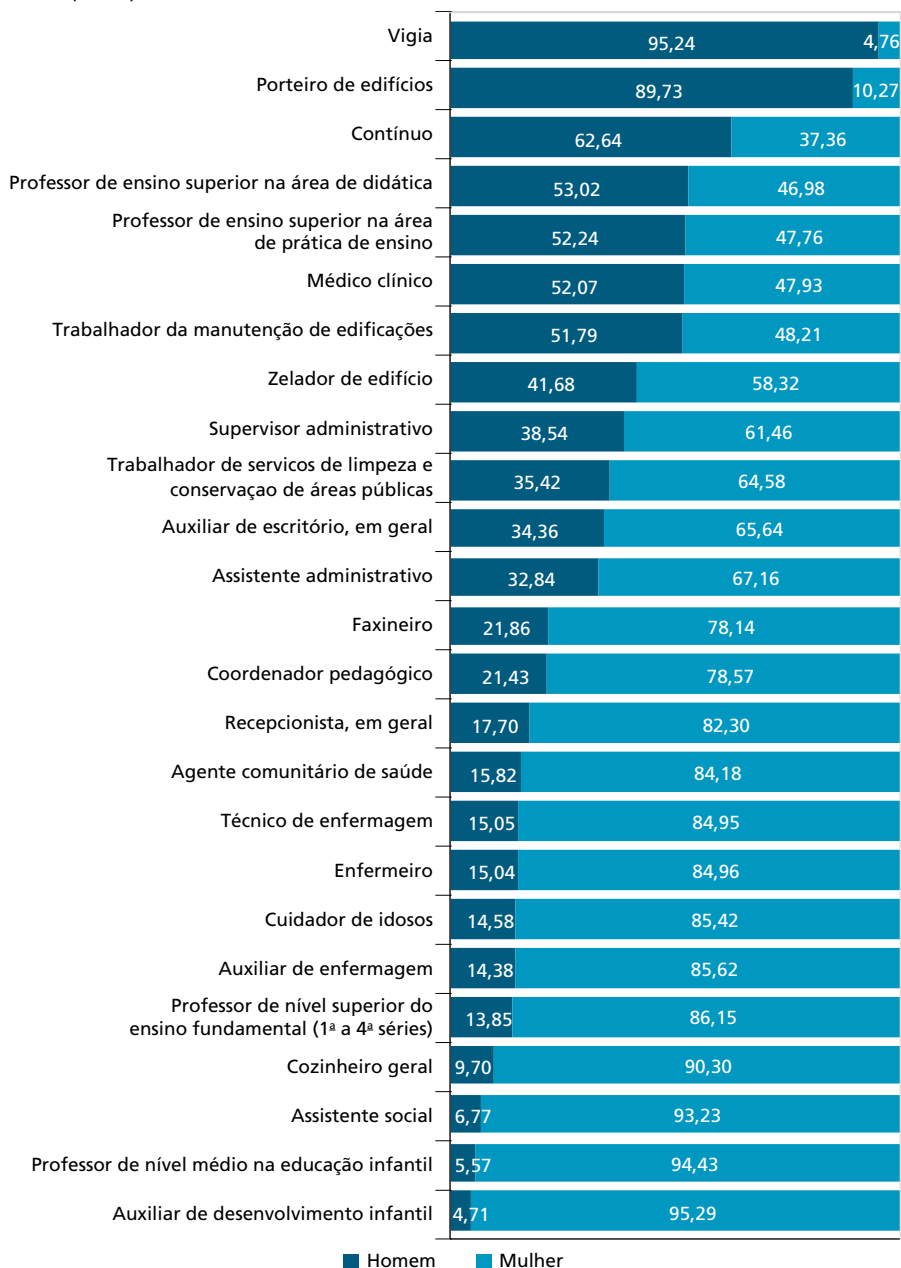


Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 9

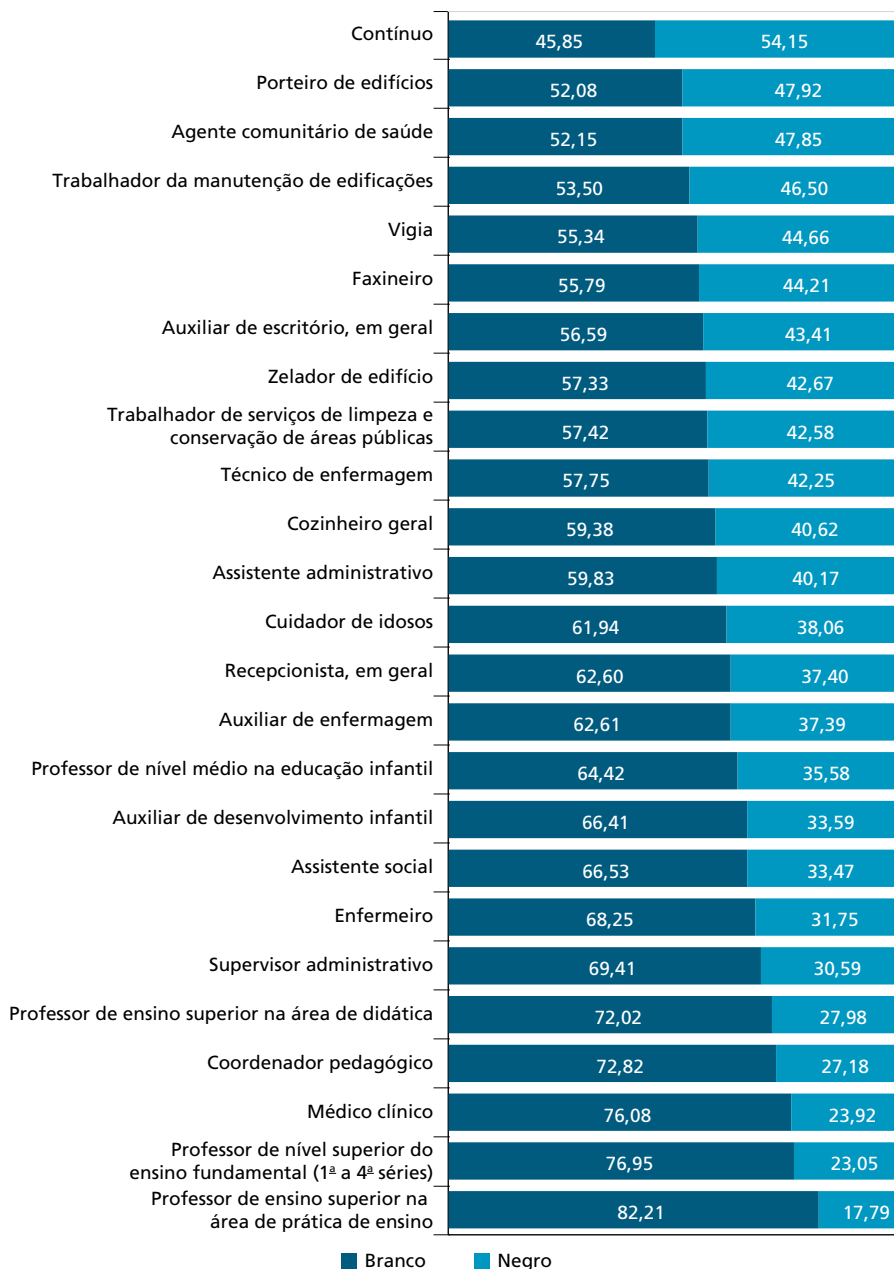
Distribuição, por sexo, nas principais ocupações das OSCs: Brasil (2015)

(Em %)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 10
Distribuição da raça dos ocupados nas principais ocupações em OSCs: Brasil (2015)
 (Em %)



Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

TABELA 9
Frequência, proporção e remuneração média do pessoal assalariado ocupado nas ocupações mais frequentes nas finalidades de atuação (2015)

Finalidade de atuação	Ocupação	Total	(%)	Salário médio mensal (R\$ correntes)
Saúde				
Hospitais	Técnico de enfermagem	158.357	24,3	2.259,6
Outros serviços de saúde	Técnico de enfermagem	17.261	13,26	2.112,7
Cultura e arte				
Esportes e recreação	Faxineiro	10.065	8,41	1.616,3
Cultura e arte	Auxiliar de escritório, em geral	2.533	8,74	1.547,7
Educação e pesquisa				
Educação infantil	Auxiliar de desenvolvimento infantil	5.138	12,64	1.627,5
Estudos e pesquisas	Assistente administrativo	2.196	11,24	2.461,8
Educação profissional	Professor de técnicas comerciais e secretarias	1.445	10,08	3.259,4
Ensino médio	Professor de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta series)	5.817	7,36	3.321,4
Ensino fundamental	Professor de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta série)	6.474	8,07	3.488,8
Educação superior	Professor de ensino superior na área de didática	28.549	10,35	6.162,0
Outras formas de educação/ensino	Auxiliar de escritório, em geral	8.382	19,83	937,4
Atividades de apoio à educação	Assistente administrativo	3.207	12,14	2.955,4
Assistência social				
Assistência social	Auxiliar de escritório, em geral	19.434	9,99	1.221,8
Religião				
Religião	Auxiliar de escritório, em geral	34.996	9,39	1.463,0
Associações patronais e profissionais				
Associações profissionais	Estivador	9.278	27,22	5.844,0
Associações empresariais e patronais	Auxiliar de escritório, em geral	4.003	12,9	1.867,6
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	Trabalhador agropecuário em geral	114	13,03	8.168,5
Defesa de direitos e interesses				
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	Auxiliar de escritório, em geral	12.124	13,48	931,9
Associações de pais, professores, alunos e afins	Faxineiro	1.286	15,12	1.696,0
Associação de moradores	Porteiro de edifícios	1030	17,04	1.725,6
Associações patronais e profissionais	Auxiliar de escritório, em geral	1.832	16,05	1.693,8
Centros e associações comunitárias	Auxiliar de desenvolvimento infantil	366	12,21	1.429,9
Cultura e recreação	Auxiliar de escritório, em geral	627	6,32	2.557,4
Saúde, assistência social e educação	Auxiliar de escritório, em geral	34.239	20,99	962,5
Meio ambiente e proteção animal	Técnico de enfermagem	2.695	27,13	1.394,7
Desenvolvimento rural	Trabalhador agropecuário em geral	21	21	1.219,3
Defesa de direitos de grupos e minorias	Auxiliar de escritório, em geral	276	19,18	1.514,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	Auxiliar de escritório, em geral	19.543	10,92	1.449,9
Associações de atividades não especificadas anteriormente				
Associações de atividades não especificadas anteriormente	Auxiliar de escritório, em geral	34.257	17,69	1.235,4
Outras organizações da sociedade civil				
Outras organizações da sociedade civil	Técnico de enfermagem	23.965	10,51	2.174,3

Fonte: Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PÚBLICOS PARA AS OSCs

Este capítulo analisa as transferências voluntárias de recursos públicos – principalmente federais – para as organizações da sociedade civil (OSCs). Os recursos públicos destinados às OSCs são uma via para compreender melhor o espaço que as organizações ocupam em diferentes áreas de políticas, e, em termos mais amplos, nas políticas públicas estatais do país. Combinadas com análises mais detalhadas do orçamento, seria possível verificar se as OSCs desempenham ações em que complementam, suplementam ou substituem a burocracia pública.¹

Um primeiro passo é identificar as transferências voluntárias para OSCs no orçamento geral da União. Contudo, os orçamentos públicos registram transferências para entidades sem fins lucrativos (ESFLs), não para OSCs.² Quando não foi possível construir dados para o subgrupo OSCs, são utilizadas as transferências para ESFLs como aproximação para compreender *tendências* na transferência voluntária para as primeiras.³

A terminologia orçamentária registra uma modalidade própria de “transferências voluntárias para entidades sem fins lucrativos”, que é a modalidade de aplicação 50. Outras modalidades definem recursos federais destinados a outros entes. Por exemplo, as transferências federais para estados ocorrem por meio da modalidade 30, e as transferências federais para municípios ocorrem pela modalidade 40. Usualmente, as análises sobre transferência para as ESFLs circunscrevem-se aos valores transferidos por meio da modalidade 50. Entretanto, um volume expressivo de recursos para ESFL e OSCs é executado por outras modalidades, que se vê ao cotejar informações dos Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJs) das OSCs com a lista de beneficiários de transferência da União disponível no Sistema do Orçamento

1. Que não se confundem com o espaço das OSCs na implementação de políticas de interesse público e abrangem um escopo maior do que políticas públicas estatais. As OSCs atuam em ações que não integram se vinculam ao Estado, mas são de interesse da coletividade. Por isso, de resto, trata-se de um setor próprio, que formula e implementa ações que, em grande medida, não têm conexão com políticas públicas do Estado, embora este possa ser um de seus mais importantes parceiros.

2. Até a promulgação da Lei nº 13.019/2014, não existia no ordenamento jurídico a nomenclatura “organização da sociedade civil”. Espera-se mais precisão nos orçamentos no futuro a partir do reconhecimento do campo da sociedade civil organizada como diferente do todo das entidades privadas sem fins lucrativos. O Sistema S, por exemplo, está na modalidade 50 por ser constituído por pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, mas não pode ser considerado como uma OSC na acepção do termo.

3. Consultar o capítulo metodológico para uma discussão detalhada da diferença entre ESFL e OSC.

Federal (Siafi). Este esclarecimento é necessário para que se compreendam algumas tabulações apresentadas ao longo do capítulo.

Desde 2001, houve tendência de redução do percentual das transferências de recursos federais para ESFLs, no orçamento geral da União, observando-se as informações registradas na modalidade 50 de aplicação. As transferências passaram de 0,71% a menos de 0,35% deste orçamento. Os valores reais⁴ apresentaram trajetória de crescimento até 2014, e, desde então, forte trajetória de queda.⁵ A tabela 1 e o gráfico 1 detalham a evolução.

TABELA 1

Valores do orçamento geral da União e das transferências para ESFLs e percentual desta em relação à primeira (2001-2017)

Ano	Despesa executada (R\$)	Transferências para ESFL – modalidade 50 (R\$)	ESFL no total do orçamento (%)
2001	727.479.257.693	5.130.532.787	0,71
2002	771.878.323.704	4.598.195.802	0,60
2003	743.710.007.680	4.195.105.487	0,56
2004	809.350.694.222	4.250.342.597	0,53
2005	900.748.923.571	5.773.295.795	0,64
2006	972.814.533.344	6.292.904.893	0,65
2007	1.076.447.134.756	6.179.212.976	0,57
2008	1.163.566.813.371	5.628.554.519	0,48
2009	1.242.848.755.162	5.386.957.809	0,43
2010	1.324.427.103.087	6.342.110.963	0,48
2011	1.385.280.423.069	4.948.314.821	0,36
2012	1.454.645.793.265	6.756.235.570	0,46
2013	1.527.750.400.768	8.279.528.387	0,54
2014	1.589.499.212.595	8.349.037.895	0,53
2015	1.592.112.981.875	6.812.604.791	0,43
2016	1.554.280.926.419	4.951.029.112	0,32
2017	1.241.616.092.341	4.332.145.974	0,35
Total	20.078.457.376.923	98.206.110.175	0,49

Fonte: STN (Brasil, 2018b), Senado Federal (Brasil, 2018c), MPDG (Brasil, 2017a) e Rais/MTE (Brasil, 2015).

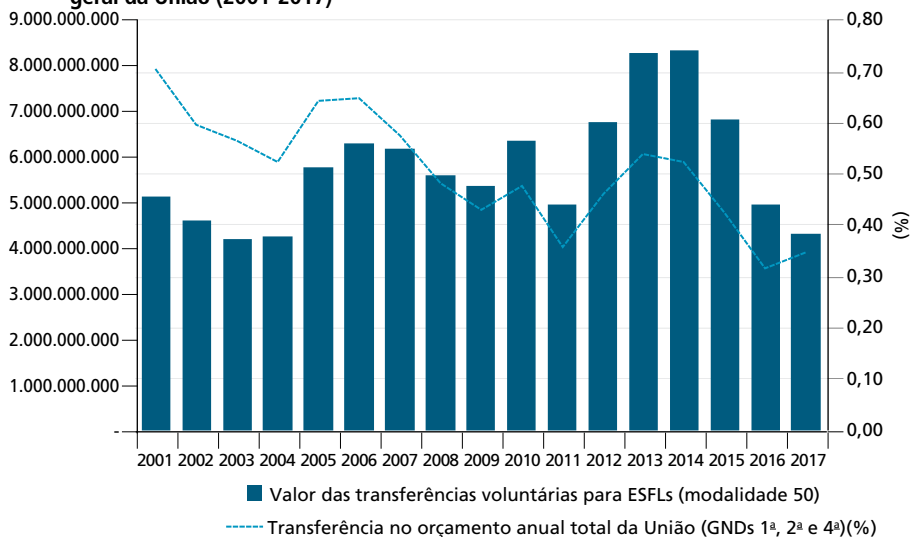
Elaboração do Ipea.

Obs.: Valores corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE. Os valores são do orçamento empenhado, referentes apenas aos grupos de natureza de despesa 1, 3 e 4, sem incluir despesas com refinanciamento da dívida pública.

4. Corrigidos, como os demais, nesta publicação, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

5. Os valores são do orçamento empenhado, referentes apenas aos grupos de natureza de despesa 1, 3 e 4, sem incluir despesas com refinanciamento da dívida pública.

GRÁFICO 1
Valores reais das transferências anuais para ESFLs e percentual dos valores no orçamento geral da União (2001-2017)



Fonte: STN (Brasil, 2018b), Senado Federal (Brasil, 2018c), MPDG (Brasil, 2017a) e Rais/MTE (Brasil, 2015).
 Elaboração do Ipea.

Obs.: Valores corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE. Os valores são do orçamento empenhado, referentes apenas aos grupos de natureza de despesa 1, 3 e 4, sem incluir despesas com refinanciamento da dívida pública.

A modalidade de aplicação 50 – transferências para ESFLs – tem registrado menos de 30% das transferências voluntárias anuais, como se detalha na tabela 2. Essa informação sugere que uma compreensão mais abrangente do financiamento público das ESFLs – e, conseqüentemente, das OSCs – exige olhar para o conjunto do orçamento. É possível reunir dados das transferências para OSCs de todo o orçamento, mas somente a partir de 2010. Observa-se que as transferências para OSCs em 2015, aplicando os critérios aqui definidos para classificar as OSCs e buscando pelos seus CNPJs no Siafi, totalizaram mais de R\$ 11 bilhões, ao passo que a modalidade 50 registrou apenas R\$ 1,8 bilhão desse total. O total de transferências globais para OSCs foi de R\$ 75 bilhões (2010-2017), mas apenas R\$ 16 bilhões foram realizadas por meio da modalidade 50.

Em todos os casos, contudo, observa-se tendência recente de queda, embora os valores globais variem. Com base nos novos valores globais transferidos para OSCs, o percentual relativo do orçamento caiu de 0,86% para 0,51% do orçamento geral da União.

TABELA 2

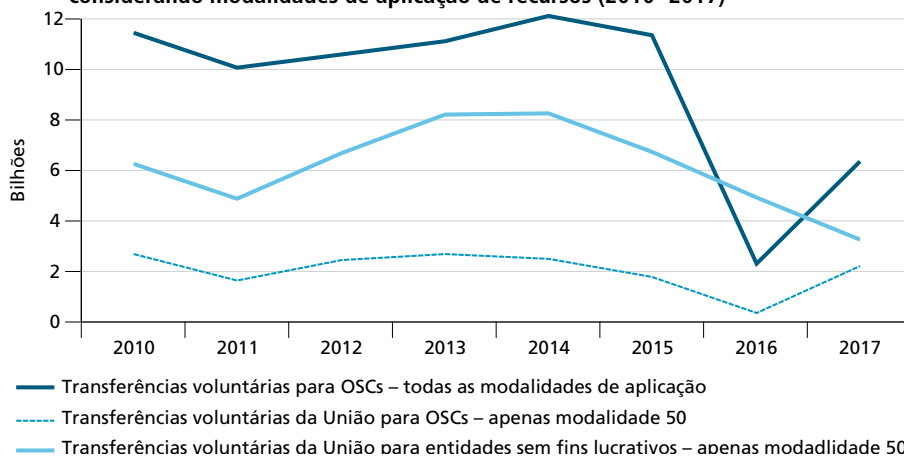
Valores reais empenhados para ESFLs e OSCs, na modalidade de aplicação 50 e para OSCs, no orçamento geral da União (2001-2017)

Ano	Montante empenhado (R\$)				Total de transferências para OSCs por outras modalidades de aplicação, exceto 50	Transferências totais para OSCs por meio da modalidade 50 (%)
	ESFLs – modalidade 50	OSCs	OSCs – modalidade 50	OSC em relação às ESFLs – modalidade 50 (%)		
2010	6.278.480.452	11.440.189.631	2.678.099.915	43	8.762.089.716	23
2011	4.898.668.291	10.054.475.413	1.640.846.786	33	8.413.628.627	16
2012	6.688.450.140	10.607.810.117	2.433.787.954	36	8.174.022.163	23
2013	8.196.459.734	11.099.497.077	2.664.537.619	33	8.434.959.458	24
2014	8.265.271.851	12.112.818.317	2.498.533.418	30	9.614.284.899	21
2015	6.744.253.807	11.368.502.473	1.787.719.861	27	9.580.782.612	16
2016	4.901.355.349	2.312.173.689	353.510.128	7	1.958.663.561	15
2017	3.252.559.195	6.352.490.520	2.229.340.029	69	4.123.150.491	35
Total	49.225.498.824	75.347.957.236	16.286.375.710	33	59.061.581.527	22

Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c) e SRF (Brasil, 2016).
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 2

Total de recursos públicos federais transferidos para ESFLs e somente para OSCs, considerando modalidades de aplicação de recursos (2010- 2017)

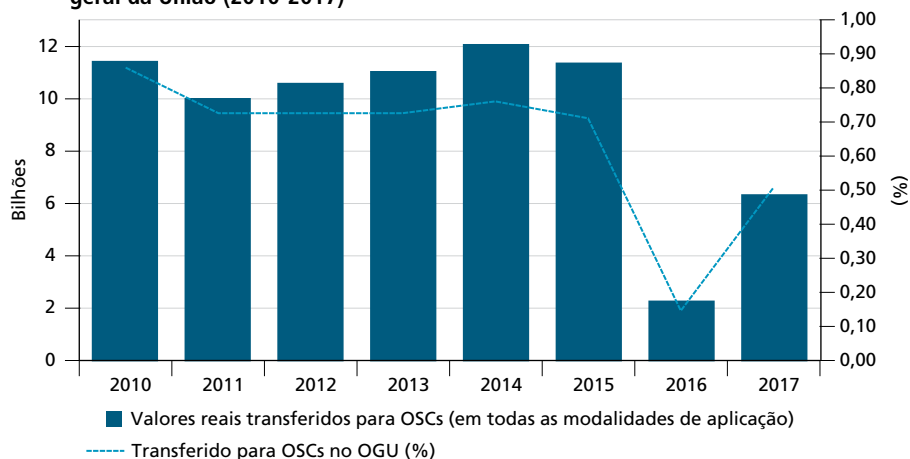


Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c).
Elaboração do Ipea.

Obs.: Referem-se aos valores executados (liquidados). Valores corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE. Para calcular o valor do orçamento, foram excluídos os valores destinados ao serviço da dívida pública.

GRÁFICO 3

Total e percentual de recursos públicos federais transferidos para OSCs no orçamento geral da União (2010-2017)



Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Referem-se aos valores empenhados. Valores corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE. Para calcular o valor do orçamento, foram excluídos os valores destinados ao serviço da dívida pública.

A *modalidade de aplicação* é um dos componentes da classificação da despesa e uma das vias para identificar de que forma serão aplicados os recursos orçamentários. A análise do orçamento indica que as transferências para as OSCs ocorrem por duas outras modalidades de aplicação: transferências a estados e ao Distrito Federal (modalidade 30) e transferências diretas (modalidade 90). A tabela 3 é relevante porque indica que a modalidade usual de transferência para OSCs, modalidade 50, registra apenas 22% do total transferido em toda a série analisada. Uma possível razão é o fato de a modalidade de aplicação direta (modalidade 90) indicar aplicação de recursos em políticas da própria unidade administrativa recipiente dos recursos, na mesma esfera de governo (Brasil, 2018, p. 64). Isso sugere que o recurso é destinado para financiar ações que OSCs executam para os próprios órgãos federais. O dado revela a necessidade de analisar o conjunto do orçamento e não apenas a modalidade 50, para se ter uma visão abrangente da cooperação governo federal-OSCs.

Analisar os elementos de despesa da modalidade de aplicação 90 ajuda a compreender um pouco mais o objeto do gasto realizado.⁶ Para o período analisado (2010-2017), observou-se que 75% desse gasto pertence ao elemento

6. O Manual Técnico do Orçamento (Brasil, 2018, p. 65) especifica que o elemento de despesa “tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins”.

de despesa “outros serviços de terceiros – pessoa jurídica” (elemento 39), 7% referem-se a “material, bem ou serviço para distribuição gratuita” (elemento 32) e 3% para “locação de mão de obra” (elemento 37). A informação indica que é na prestação de serviços aos órgãos que a maior parte do recurso é aplicado, mas não é possível detalhar a natureza do serviço prestado.

Em todo caso, será preciso análise mais detalhada, focada no orçamento público, para compreender as razões e identificar como elas ajudam a explicar características da atuação das OSCs nas políticas estatais.

TABELA 3

Recursos empenhados para OSCs, por modalidade de aplicação orçamentária (2010-2017)

Modalidade de aplicação	R\$ empenhado	(%)
30 – Transferências a estados e ao Distrito Federal	19.765.357.650	26,2
32 – Execução orçamentária delegada a estados e ao Distrito Federal	1.077.511.044	1,4
40 – Transferências a municípios	5.991.215	0,0
41 – Transferências a municípios fundo a fundo	1.350.335	0,0
50 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	16.286.375.710	21,6
60 – Transferências a instituições privadas com fins lucrativos	9.316.392	0,0
80 – Transferências ao exterior	468.559.111	0,6
90 – Aplicações diretas	37.732.997.983	50,1
95 – Aplicação direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Artigo 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	497.792	0,0
Total	75.347.957.235	100,0

Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c), SRF (Brasil, 2016) e Manual Técnico do Orçamento (Brasil, 2018a).
Elaboração do Ipea.

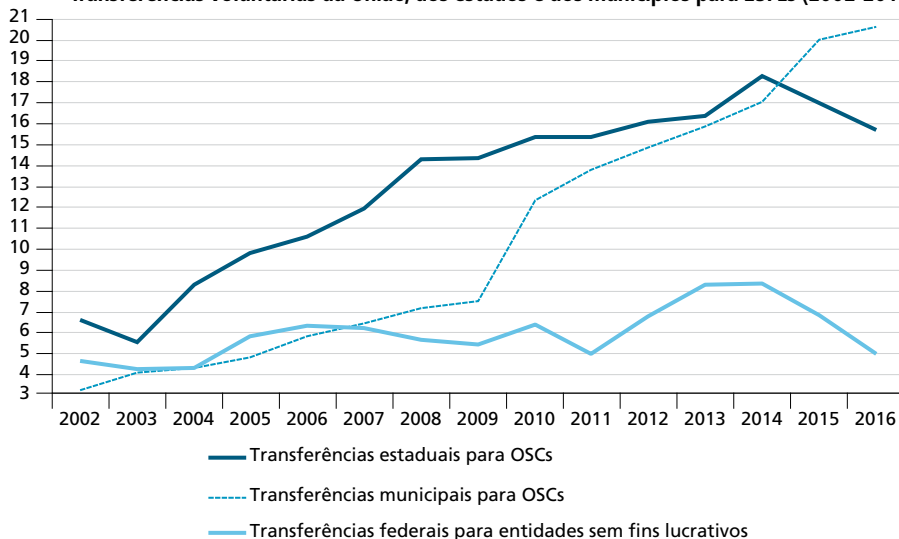
Obs.: Valores corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

Alternativa para compreender a evolução do espaço das ESFLs (e OSCs) nas políticas públicas do Estado brasileiro é estimar os valores transferidos nos três níveis de governo. Houve forte crescimento das transferências para as ESFLs no nível estadual e, principalmente, municipal.⁷ O crescimento das transferências estaduais foi de 140%, e das municipais de 555% – tendo 2002 como ano-base (tabela 4). Esta ampliação nas transferências municipais para ESFLs talvez se explique inteiramente pela crescente descentralização de recursos para execução de políticas federais pelos municípios, apontada por Golbetti e Orair (2010). O mesmo movimento talvez explique parcialmente a redução do percentual de transferências no orçamento geral da União para ESFLs.

7. Não há informações sistemáticas disponíveis por CNPJ, para o caso da execução orçamentária dos estados e dos municípios, e, por isso, utilizou-se a *proxy* rubrica homogênea “transferências para entidades sem fins lucrativos” para os três níveis da administração.

GRÁFICO 4

Transferências voluntárias da União, dos estados e dos municípios para ESFLs (2002-2016)



Fonte: STN (Brasil, 2018b) e Senado Federal (Brasil, 2018c).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Valores corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

Por meio das funções orçamentárias é possível detalhar mais as áreas de políticas que destinam recursos para OSCs. Saúde e educação são as principais áreas e abrangem quase 50% do total destinado na série (2010-2017).

TABELA 4

Valores reais anualmente transferidos para OSCs, por função orçamentária (2010-2017)

Função orçamentária	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Administração	325.041.677	209.624.018	210.051.622	136.514.970	158.661.161	110.690.821	20.845.532	122.772.175
Agricultura	164.744.014	132.589.362	136.611.751	271.961.752	264.377.310	242.292.745	10.194.815	223.751.668
Assistência social	449.760.106	450.570.785	484.750.081	242.015.466	406.886.535	208.390.381	11.453.069	34.452.154
Ciência e tecnologia	828.768.784	541.396.050	771.489.124	808.663.477	792.701.254	319.890.866	134.206.647	773.546.703
Comércio e serviços	325.518.808	32.654.124	9.185.485	20.535.687	29.045.810	10.592.339	9.403.922	4.284.234
Comunicações	36.939.443	41.201.272	40.102.876	65.326.631	21.801.813	43.053.990	181.557	31.047.160
Cultura	299.105.004	44.814.082	48.516.805	54.973.265	60.429.125	19.409.253	4.490.848	27.164.802
Defesa nacional	569.149.987	576.982.225	609.003.943	607.448.327	501.649.128	494.250.019	34.239.336	119.057.112
Desporto e lazer	110.801.557	82.215.794	53.077.662	122.176.524	123.123.516	137.527.235	12.404.960	14.828.980

(Continua)

(Continuação)

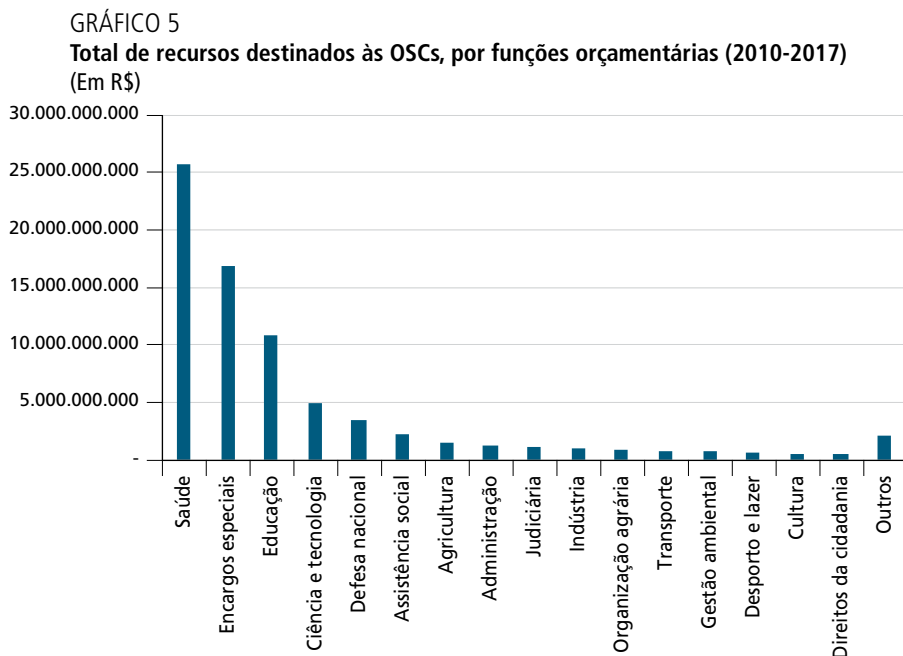
Função orçamentária	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Direitos da cidadania	172.798.087	65.177.095	38.659.507	36.346.570	37.314.661	33.071.914	2.472.195	111.588.605
Educação	1.475.694.797	1.432.637.857	1.427.595.286	1.857.282.104	2.175.207.549	1.661.844.569	127.639.176	646.745.670
Encargos especiais	2.217.431.857	2.389.947.172	2.537.664.427	2.659.148.143	2.760.077.366	4.257.646.365	1.568.512	55.591.507
Energia	51.400.585	63.818.327	50.270.187	27.427.439	33.963.703	19.554.664	1.276.163	24.108.649
Essencial à justiça	7.355.248	9.279.898	9.002.150	10.278.969	10.821.969	51.777.041	483.495	52.930.612
Gestão ambiental	80.961.630	127.885.716	119.424.459	126.128.256	114.043.983	76.646.922	1.832.210	109.652.884
Habitação	597.654	3.296.468	3.759.004	1.659.132	254.753	-	-	-
Indústria	213.598.299	237.865.914	188.383.288	161.447.948	150.902.383	80.560.746	6.581.350	11.877.312
Judiciária	128.811.808	125.373.864	160.021.606	162.333.034	185.470.900	215.809.221	12.098.665	143.745.442
Legislativa	44.178.164	31.340.001	37.297.658	42.598.057	35.503.576	36.505.607	1.347.051	9.713.788
Organização agrária	274.475.610	162.181.267	147.535.599	56.306.285	79.155.465	69.379.657	3.210.667	52.889.511
Previdência social	153.259.502	15.960.935	13.994.999	4.213.433	8.757.231	9.457.244	12.695.625	1.048.735
Relações exteriores	4.987.751	2.944.301	12.486.985	875.632	1.859.006	4.178.524	2.717.250	2.114.974
Saneamento	123.427	315.629	598.893	905	-	-	1.046	-
Saúde	3.125.402.774	3.148.312.246	3.354.038.310	3.449.477.971	3.988.104.221	3.169.914.028	1.877.675.003	3.614.404.106
Segurança pública	57.866.829	7.104.413	12.210.741	5.853.887	13.971.675	10.778.893	609.145	6.226.683
Trabalho	97.364.381	27.066.713	35.423.916	29.371.099	27.564.584	15.643.979	437.368	37.531.309
Transporte	207.135.414	80.830.493	84.317.184	115.176.683	101.981.805	60.811.028	21.737.148	117.020.104
Urbanismo	16.916.432	11.089.393	12.336.566	23.955.430	29.187.838	8.824.425	370.934	4.395.642
Total	11.440.189.631	10.054.475.412	10.607.810.117	11.099.497.077	12.112.818.317	11.368.502.473	2.312.173.689	6.352.490.520

Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c).

Elaboração do Ipea.

Obs.: 1. Referem-se aos valores empenhados. Valores corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE. Para calcular o valor do orçamento, foram excluídos os valores destinados ao serviço da dívida pública.

2. Segundo o Manual Técnico do Orçamento, os *encargos especiais englobam* "as despesas que não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra. A utilização dessa função irá requerer o uso das suas subfunções típicas, conforme lista a seguir: 28 – *encargos especiais* (841 – refinanciamento da dívida interna; 842 – refinanciamento da dívida externa; 843 – serviço da dívida interna; 844 – serviço da dívida externa; 845 – outras transferências; 846 – outros encargos especiais; 847 – transferências para a educação básica)" (Brasil, 2018, p. 37). Seria preciso uma análise mais detalhada do orçamento para verificar se os valores alocados nesta função (encargos especiais) são vinculados à subfunção típica "847 – transferências para a educação", que seria a explicação mais plausível.



Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Pede-se verificar nota na tabela 4.

A distribuição dos recursos federais é mais concentrada, ao se tomar por base a localização das OSCs. A região Sudeste recebeu 61% do total de recursos, mas sedia 42% das organizações. Concentração ainda mais alta ocorre no interior da região Centro-Oeste. As OSCs do Distrito Federal receberam 83% de todos os recursos destinados à região, embora abriguem apenas 22% destas. Análises anteriores⁸ apontaram que poucas cidades concentram grande volume de recursos e, embora não se tenha realizado esta verificação aqui, não se deve presumir que houve mudança relevante na alocação territorial dos recursos. A tabela 5 detalha a informação e o gráfico 6 a ilustra.

Ressalte-se, novamente, que o endereço oficial da organização pode não corresponder ao raio de atuação da maior parte de suas ações, práticas e projetos executados. É razoável que esta correspondência seja o caso da maioria, entre as quais associações de moradores, hospitais, comunidades terapêuticas, instituições educacionais e outras. A dissociação entre endereço e atuação pode ocorrer de modo mais intenso em políticas imateriais, por assim dizer, como é o caso de campanhas e ações de defesa de direitos, comuns nas organizações localizadas na finalidade homônima. Cabe ainda esclarecer que cada CNPJ indica uma OSC. Para o caso de OSCs cujas estruturas administrativas organizam-se ao modo de uma “sede” e de “filiais”, todas as unidades são incluídas de modo independente.

8. Lopez e Barone (2013, p. 16).

TABELA 5
Total de recursos públicos federais transferidos anualmente para OSCs, por região e
Unidade da Federação (2010-2017)
(Em R\$)

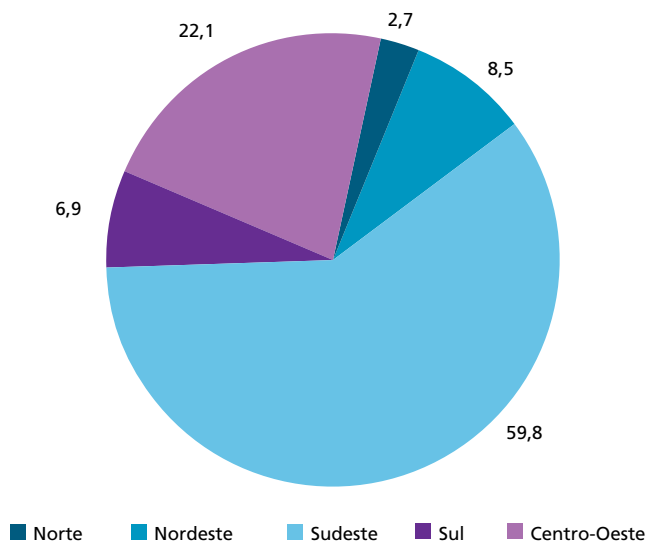
Região e Unidade da Federação	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Norte	437.347.339	402.746.464	340.015.237	300.266.625	279.530.604	166.946.350	7.542.179	100.861.293
Acre	13.444.931	6.446.157	5.919.384	4.353.697	3.151.942	4.604.251	2.317	2.136.911
Amapá	8.101.636	14.819.776	9.188.010	8.158.907	11.344.205	7.766.693	13.299	17.977
Amazonas	244.733.999	208.518.218	183.950.314	142.593.032	134.021.829	51.502.802	3.225.715	43.459.002
Pará	113.239.407	128.472.745	112.306.244	119.375.487	108.893.001	86.638.312	293.251	47.746.294
Rondônia	27.806.502	13.749.334	9.602.907	7.254.559	4.779.129	4.728.563	213.320	1.863.366
Roraima	2.563.681	1.505.582	7.716.042	8.331.906	5.322.713	2.257.631	396.601	1.579.258
Tocantins	27.457.183	29.234.652	11.332.336	10.199.037	12.017.785	9.448.098	3.397.676	4.058.485
Nordeste	1.269.133.121	976.161.174	1.026.729.661	844.266.065	1.017.050.510	710.419.142	71.349.087	483.228.389
Alagoas	55.226.230	60.270.648	38.317.737	40.962.038	49.347.384	43.164.198	1.723.837	11.653.590
Bahia	269.693.769	270.906.170	246.516.205	274.830.903	297.826.799	208.993.399	19.483.420	81.984.682
Ceará	143.699.104	100.900.264	106.893.467	88.688.064	62.928.802	57.793.374	500.263	30.283.583
Maranhão	126.032.278	141.074.954	132.194.058	134.824.555	124.926.406	89.908.620	733.579	36.287.097
Paraíba	44.267.796	31.818.370	43.162.363	32.767.748	27.837.768	23.694.575	96.130	17.047.699
Pernambuco	333.775.022	233.956.693	309.847.323	143.808.621	332.265.054	201.448.645	44.377.367	84.273.892
Piauí	152.186.706	27.714.415	43.874.333	31.668.593	27.525.158	17.513.831	308.725	13.417.899
Rio Grande do Norte	112.446.431	78.252.381	82.493.569	81.275.579	79.441.051	48.350.769	2.115.236	198.080.579
Sergipe	31.805.785	31.267.279	23.430.606	15.439.964	14.952.088	19.551.731	2.010.530	10.199.368
Sudeste	6.708.054.262	6.211.835.276	6.696.152.160	7.060.652.644	7.538.299.858	7.405.727.763	988.564.347	2.450.442.506
Espírito Santo	48.905.945	45.183.902	96.802.405	62.753.201	101.952.664	55.608.389	8.749.775	35.477.931
Minas Gerais	745.010.522	726.730.884	790.481.837	771.952.817	740.750.953	597.008.803	59.391.344	312.945.796
Rio de Janeiro	1.563.567.171	1.619.504.848	1.661.666.126	2.035.952.293	2.049.049.689	1.778.407.873	161.447.418	1.058.576.043
São Paulo	4.350.570.624	3.820.415.642	4.147.201.792	4.189.994.333	4.646.546.552	4.974.702.698	758.975.810	1.043.442.736
Sul	846.388.002	784.741.099	762.479.633	766.476.221	772.527.064	571.986.571	131.952.654	589.806.813
Paraná	204.277.304	197.705.388	211.290.817	220.955.918	232.526.166	199.354.624	13.718.661	162.970.511
Rio Grande do Sul	411.683.953	449.304.992	420.308.508	417.531.595	393.504.248	288.922.194	63.358.358	218.898.952
Santa Catarina	230.426.745	137.730.719	130.880.308	127.988.708	146.496.650	83.709.753	54.875.635	207.937.350
Centro-Oeste	2.178.911.768	1.677.680.943	1.780.853.779	2.127.835.523	2.505.410.282	2.513.315.458	1.112.759.516	2.728.139.785
Distrito Federal	1.995.518.985	1.414.007.057	1.375.454.548	1.591.954.118	1.961.082.863	1.950.952.857	1.111.628.678	2.476.145.519
Goiás	80.090.226	58.454.463	45.130.460	46.142.617	53.145.052	43.022.395	100.306	45.845.118
Mato Grosso	53.663.279	45.285.240	33.734.528	42.579.255	37.362.362	18.751.423	631.364	15.473.824
Mato Grosso do Sul	49.639.278	159.934.183	326.534.243	447.159.533	453.820.005	500.588.783	399.168	190.675.324
Não informado	355.139	1.310.456	1.579.645	-	-	107.187	5.907	11.734
Total	11.440.189.631	10.054.475.412	10.607.810.115	11.099.497.078	2.112.818.318	11.368.502.471	2.312.173.690	6.352.490.520

Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c).

Elaboração do Ipea.

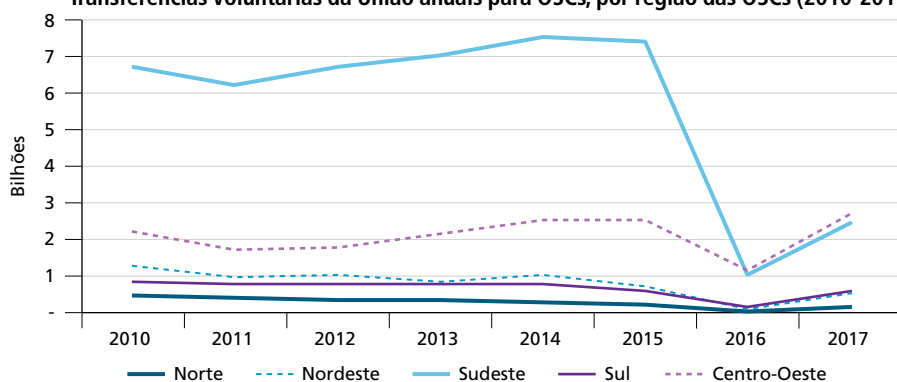
Obs.: Referem-se aos valores empenhados. Valores corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

GRÁFICO 6
Total de transferências voluntárias da União para OSCs, por região da OSC (2010-2017)
 (Em %)



Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c).
 Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 7
Transferências voluntárias da União anuais para OSCs, por região das OSCs (2010-2017)



Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c).
 Elaboração do Ipea.

Obs.: Referem-se aos valores empenhados e corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

A destinação de recursos por finalidades de atuação aponta que organizações de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses recebem a maior proporção de recursos (38%), no total da série em análise, embora tenha ocorrido acentuada redução em 2016, ano em que a redução de recursos orçamentários para OSCs foi abrangente. A maior parte desses recursos, nesta finalidade, concentra-se nas “associações de pais, professores, alunos e afins”, e é possível que tenha relação com a destinação de recursos públicos federais para escolas. Contudo, se for este o caso, mesmo os recursos para estas organizações sofreram redução severa a partir de 2016. Cabe notar, ainda, que a destinação de recursos para as entidades de “defesa de direitos de grupos e minorias”, que figura como um grupo reduzido no universo, mas às quais grande parte da imagética sobre OSCs se associa, receberam um valor inexpressivo de recursos e, de 2015 a 2017, nenhum real por meio de transferências federais (gráfico 8).

TABELA 6
Total de transferências voluntárias anuais para OSCs, por finalidade de atuação (2010-2017)

Finalidade de atuação	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Saúde	2.510.861.623	2.378.554.961	2.451.500.488	2.394.628.425	2.657.403.479	2.025.586.391	1.788.001.725	2.604.149.938
Hospitais	1.627.950.413	1.723.884.876	1.781.916.477	1.863.139.024	1.760.418.771	1.800.451.961	1.160.782.633	2.474.674.906
Outros serviços de saúde	882.911.210	654.670.085	669.584.012	531.489.401	896.984.709	225.134.430	627.219.092	129.475.032
Cultura e recreação	180.174.931	65.053.001	70.151.490	96.340.130	51.497.353	46.733.224	1.685.876	20.331.580
Cultura e arte	58.700.007	33.712.310	21.353.768	58.794.124	23.293.309	34.480.492	396.802	7.284.703
Esportes e recreação	121.474.924	31.340.691	48.797.722	37.546.006	28.204.044	12.252.732	1.289.074	13.046.876
Educação e pesquisa	1.516.244.101	1.208.747.876	1.356.367.635	1.447.598.635	1.369.523.097	925.620.385	160.499.886	1.304.688.971
Educação infantil	2.312.210	146.176	127.017	472.220	288.088	202.003	11.277	88.011
Estudos e pesquisas	613.374.278	491.321.895	593.931.996	678.274.913	612.107.862	423.576.085	33.788.907	808.673.212
Educação profissional	17.049.519	3.506.802	2.818.665	7.235.708	6.816.657	6.875.877	321.664	3.101.397
Ensino médio	5.630.105	15.351.864	4.899.711	5.610.132	3.587.434	2.115.257	623.862	1.231.038
Ensino fundamental	7.409.481	2.767.878	2.099.962	2.846.925	5.427.088	2.989.005	499.547	5.323.630
Educação superior	495.589.361	441.171.151	470.045.112	427.030.963	425.068.262	279.693.755	77.827.162	238.128.708
Outras formas de educação/ensino	100.106.292	64.784.442	57.263.367	64.778.903	52.918.773	39.163.913	5.407.571	20.786.515
Atividades de apoio à educação	274.772.855	189.697.667	225.181.805	261.348.871	263.308.932	171.004.489	42.019.896	227.356.460
Assistência social	58.136.018	41.613.928	38.863.840	44.102.986	46.228.977	28.809.164	3.103.930	40.907.172
Assistência social	58.136.018	41.613.928	38.863.840	44.102.986	46.228.977	28.809.164	3.103.930	40.907.172

(Continua)

(Continuação)

Finalidade de atuação	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Religião	97.234.341	208.168.658	375.714.822	492.269.758	551.685.060	555.774.171	17.916.604	243.293.940
Religião	97.234.341	208.168.658	375.714.822	492.269.758	551.685.060	555.774.171	17.916.604	243.293.940
Associações patronais e profissionais	123.293.428	70.278.635	60.693.272	42.732.596	48.289.385	42.504.884	4.299.659	40.031.919
Associações profissionais	62.038.014	32.077.675	25.533.827	16.871.069	13.514.249	12.568.785	3.665.595	13.134.431
Associações empresariais e patronais	49.180.973	22.593.267	20.946.726	17.612.517	25.738.070	23.825.312	619.814	25.290.067
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	12.074.442	15.607.693	14.212.718	8.249.009	9.037.065	6.110.787	14.249	1.607.422
Defesa de direitos e interesses	4.431.554.286	4.090.583.425	4.194.925.721	4.115.252.485	4.380.713.186	4.961.008.300	89.795.580	563.964.809
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	62.285.785	39.710.468	25.864.271	23.428.503	26.203.282	16.722.012	2.962.780	42.198.303
Associações de pais, professores, alunos e afins	2.525.656.023	2.683.601.728	2.793.366.622	2.918.305.359	3.060.307.939	4.154.677.248	314.367	697.139
Associação de moradores	23.138.585	16.143.504	10.574.012	3.960.652	7.438.191	3.613.225	874.855	595.054
Associações patronais e profissionais	72.097.327	65.537.987	55.893.752	27.703.139	33.740.344	25.843.099	3.151.334	8.588.548
Centros e associações comunitárias	11.423.837	8.128.175	11.013.487	1.406.554	2.612.908	4.295.020	-	1.672.798
Cultura e recreação	76.219.609	23.028.805	20.679.899	13.804.225	10.370.769	9.779.535	123.133	5.119.101
Saúde, assistência social e educação	210.045.515	174.572.335	143.464.528	142.412.651	153.405.026	130.997.865	3.833.803	63.891.266
Religião	1.305.684	222.308	43.807	468.083	249.102	200.562	-	159.926
Meio ambiente e proteção animal	25.775.722	11.499.162	5.918.802	1.037.159	3.193.039	3.510.036	111.343	5.615.333
Desenvolvimento rural	3.085.934	2.298.889	3.165.795	154.374	2.843.454	325.869	-	168.487
Defesa de direitos de grupos e minorias	599.238	109.999	302.285	39.436	11.040	-	-	-
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	1.419.921.027	1.065.730.067	1.124.638.462	982.532.351	1.080.338.093	611.043.828	78.423.966	435.258.853
Associações de atividades não especificadas anteriormente	541.198.046	439.313.841	456.711.207	406.202.505	405.855.512	376.572.809	21.490.277	287.094.918
Associações de atividades não especificadas anteriormente	541.198.046	439.313.841	456.711.207	406.202.505	405.855.512	376.572.809	21.490.277	287.094.918
Outras organizações da sociedade civil	1.981.492.856	1.552.161.086	1.602.881.642	2.060.369.557	2.601.622.269	2.405.893.147	225.380.153	1.248.027.272
Outras organizações da sociedade civil	1.981.492.856	1.552.161.086	1.602.881.642	2.060.369.557	2.601.622.269	2.405.893.147	225.380.153	1.248.027.272
Total	11.440.189.631	10.054.475.412	10.607.810.117	11.099.497.076	12.112.818.317	11.368.502.473	2.312.173.689	6.352.490.520

Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c) e Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

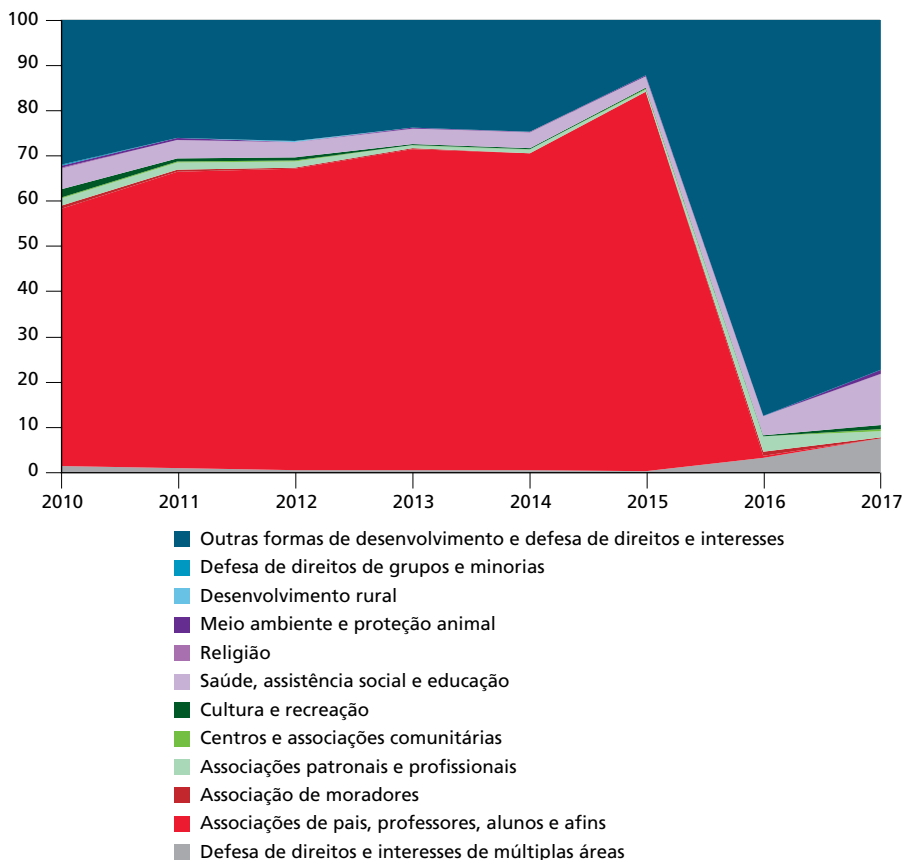
Elaboração do Ipea.

Obs.: Referem-se aos valores empenhados e corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

GRÁFICO 8

Total de transferências voluntárias anuais para OSCs das finalidades especificadas no grupo "defesa de direitos e interesses de minorias", por finalidade de atuação (2010-2017)

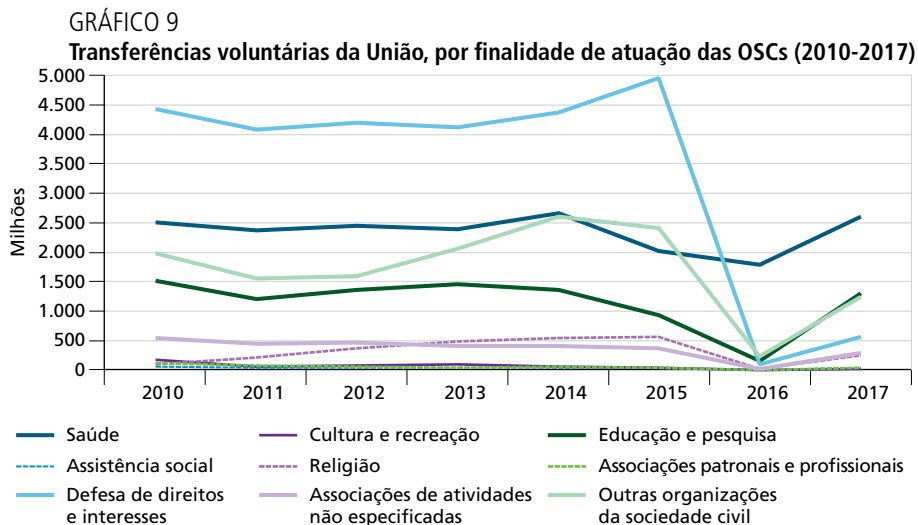
(Em %)



Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c) e Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

O porte das OSCs recipientes de recursos alterou-se a partir de 2015: até então, OSCs sem vínculos de trabalho recebiam aproximadamente 30% das transferências voluntárias. As organizações com mais de cem vínculos de trabalho recebiam pouco mais da metade de todos os recursos. A partir de 2016 a concentração em grandes organizações se acentuou. OSCs com mais de cem vínculos de trabalho receberam mais de 90% do total de recursos. A mudança decorre da manutenção do fluxo de recursos para OSCs da área de saúde, na qual

estão as maiores organizações e redução expressiva dos valores destinados para as OSCs da finalidade *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses*, que são menores. As tabelas 7 e 8 e o gráficos 10 e 11 detalham os números.



Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c) e Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

Obs.: Referem-se aos valores empenhados e corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

O espaço relativamente amplo ocupado por micro-organizações entre os recipientes de recursos públicos federais – que sugere a relevância destas também nos demais níveis de governo – pede reflexões sobre como estas lidam com as exigências do controle burocrático-administrativo, que tem maior centralidade que o controle por resultados e aferição da implementação dos objetivos.⁹ É possível que se verifiquem conflitos entre a complexidade das exigências e reduzidas competências administrativas das OSCs para atendê-las; por exemplo, na prestação de contas. A questão é relevante porque problemas na prestação de contas das OSCs mobilizaram uma parte dos argumentos reformistas recentes e tomam elevando tempo de trabalho das burocracias públicas de órgãos setoriais que realizam parcerias com OSCs. Em todo caso, o espaço relevante ocupado por tais organizações nas parcerias federais aponta, também aqui, a importância de se definir critérios mais apropriados para as etapas das parcerias entre poder público e OSCs, que foi uma das motivações para a discussão do marco regulatório das OSCs (Lei nº 13.019/2014).

9. Conforme mencionado na nota 3 do capítulo 7.

TABELA 7

Total de recursos públicos federais anualmente transferido para OSCs, por porte da organização (2010-2015)

Pessoal ocupado	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sem vínculos	3.473.022.933	3.182.878.675	3.283.190.970	3.195.642.136	3.413.631.940	4.456.553.670	22.253.122	197.388.899
De 1 a 2	164.567.382	80.751.787	96.534.617	68.916.242	61.000.385	42.220.172	2.931.634	72.928.885
De 3 a 4	168.286.480	41.885.480	65.596.196	67.297.995	87.958.647	63.930.323	2.035.099	24.679.252
De 5 a 9	296.604.505	180.903.852	178.466.070	149.765.402	427.577.017	371.739.174	26.228.803	103.941.080
De 10 a 49	867.111.238	607.960.161	659.041.630	687.119.160	955.112.148	502.563.018	111.467.054	529.461.006
De 50 a 99	502.064.448	491.376.651	570.722.732	884.919.167	714.446.968	800.336.569	30.646.661	617.573.190
De 100 a 499	2.733.146.663	2.191.623.470	2.299.674.541	2.473.374.567	2.576.453.753	2.320.845.833	1.223.137.363	3.172.858.130
500 e mais	3.222.826.168	3.261.283.209	3.431.963.091	3.565.327.302	3.864.843.271	2.803.398.655	890.841.776	1.625.224.502
Não informado	12.559.813	15.812.128	22.620.271	7.135.106	11.794.188	6.915.058	2.632.176	8.435.576
Total	11.440.189.631	10.054.475.412	10.607.810.117	11.099.497.076	12.112.818.317	11.368.502.473	2.312.173.689	6.352.490.520

Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c) e Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Referem-se aos valores empenhados e corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

TABELA 8

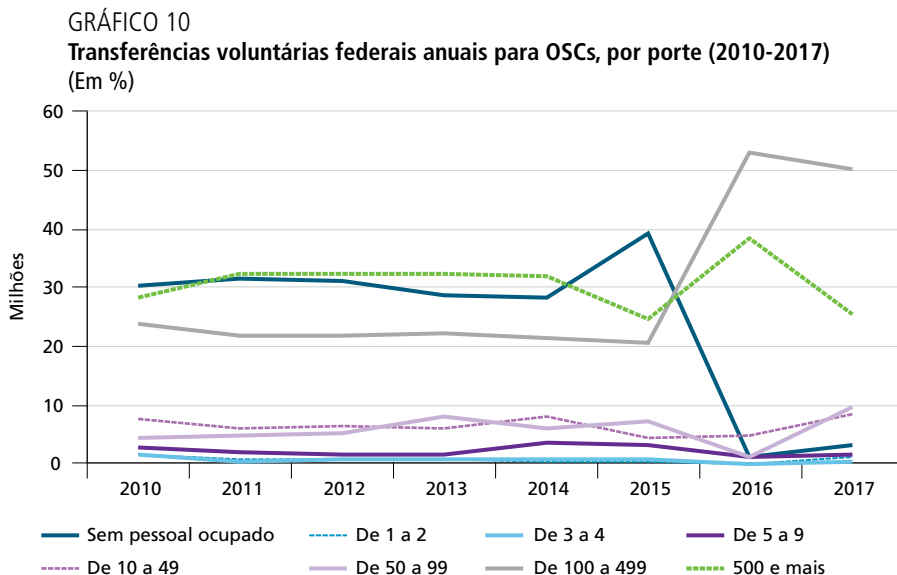
OSCs que recebem recursos públicos federais, por porte (2010-2015)
(Em %)

Pessoal ocupado	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sem vínculos	30,4	31,7	31,0	28,8	28,2	39,2	1,0	3,1
De 1 a 2	1,4	0,8	0,9	0,6	0,5	0,4	0,1	1,1
De 3 a 4	1,5	0,4	0,6	0,6	0,7	0,6	0,1	0,4
De 5 a 9	2,6	1,8	1,7	1,3	3,5	3,3	1,1	1,6
De 10 a 49	7,6	6,0	6,2	6,2	7,9	4,4	4,8	8,3
De 50 a 99	4,4	4,9	5,4	8,0	5,9	7,0	1,3	9,7
De 100 a 499	23,9	21,8	21,7	22,3	21,3	20,4	52,9	49,9
500 e mais	28,2	32,4	32,4	32,1	31,9	24,7	38,5	25,6
Não informado	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c) e Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Referem-se aos valores empenhados e corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE.



Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c) e Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
 Elaboração do Ipea.

A destinação de recursos por diferentes naturezas jurídicas aponta que os recursos estão quase integralmente concentrados em associações e fundações, com fatia diminuta para organizações religiosas. Entretanto, as fundações recebem proporcionalmente mais recursos *per capita*, considerando que representam apenas 1,5% do total de organizações, como indicou o capítulo sobre o tema. A ampliação do percentual de recursos destinados às fundações no ano de 2016 – que chegou aos 40% – possivelmente se associa à combinação da redução geral de recursos para OSCs, mas com manutenção dos valores destinados à área de saúde, que é área de política em que se encontra grande parte das fundações. Note que, com a retomada das transferências em 2017, a proporção associações e fundações volta aos padrões observados na série (tabela 9 e gráfico 11).

TABELA 9

Total em relação ao total das transferências voluntárias de recursos para OSCs, por natureza jurídica (2010-2017)

Natureza jurídica	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Associação privada	7.513.778.455	6.985.231.226	7.408.988.712	7.888.096.679	8.175.252.532	8.606.303.761	1.374.609.946	4.662.391.506
Fundação privada	3.914.881.523	3.065.527.648	3.198.410.483	3.209.465.814	3.935.543.366	2.761.810.860	937.512.682	1.688.871.117
Organização religiosa	1.003.156	859.261	358.799	1.742.794	1.169.566	339.706	40.737	1.198.075
Organização social	1.245.119	2.287.688	-	126.534	802.883	-	-	29.823
Organização da sociedade civil de interesse público	9.281.378	569.590	52.123	65.256	49.970	48.146	10.325	-
Total	11.440.189.631	10.054.475.412	10.607.810.117	11.099.497.077	12.112.818.317	11.368.502.473	2.312.173.689	6.352.490.520

Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c) e Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Referem-se aos valores empenhados e corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

TABELA 10

Percentual em relação ao total das transferências voluntárias de recursos para OSCs, por natureza jurídica (2010-2017)

Natureza jurídica	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Associação privada	65,68	69,47	69,84	71,07	67,49	75,70	59,45	73,39
Fundação privada	34,22	30,49	30,15	28,92	32,49	24,29	40,55	26,59
Organização religiosa	0,01	0,01	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00	0,02
Organização social	0,01	0,02	-	0,00	0,01	-	-	0,00
Organização da sociedade civil de interesse público	0,08	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

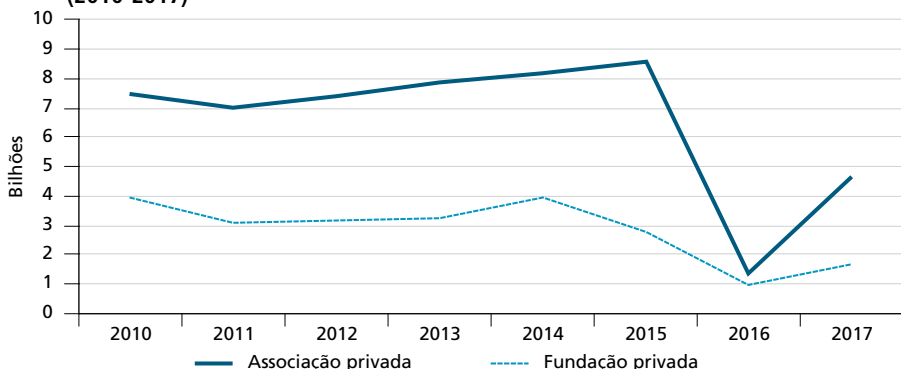
Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c) e Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Referem-se aos valores empenhados e corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE.

GRÁFICO 11

Total anual das transferências voluntárias da União, por natureza jurídica das OSCs (2010-2017)



Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c) e Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

Obs.: Referem-se aos valores executados (liquidados) e atualizados a preços de outubro de 2017 pelo IPCA/IBGE.

Durante o período analisado o número de OSCs que anualmente recebem recursos federais caiu de mais de 13.656, em 2010, para 7.080, em 2017. A cooperação federal com OSCs reduziu-se também sob este prisma, portanto.

Entretanto, o dado revela um volume de OSCs muito superior ao registrado no sistema oficial de parcerias da administração federal com as OSCs, conhecido como Siconv.¹⁰ A diferença deve-se ao fato de que grande parte das transferências não ocorre por meio de parcerias – convênios, termos de fomento, termos de colaboração e outros, que são os instrumentos que o Siconv registra.

Ao se juntar esse número com a evidência de que a maior parte das transferências voluntárias de recursos para OSCs está nos estados e municípios (gráfico 11), é possível vislumbrar um número total de OSCs que anualmente recebem recursos públicos bem expressivo. Mas só uma análise integrada dos microdados dos orçamentos dos entes federados subnacionais poderá dar resposta à questão.

TABELA 11
Evolução do número de OSCs recipientes de transferências federais no orçamento geral da União (2010-2017)

Ano	Número de OSCs que receberam transferências federais
2010	13.656
2011	13.725
2012	12.818
2013	12.019
2014	11.057
2015	8.284
2016	4.601
2017	7.080

Fonte: Senado Federal (Brasil, 2018c) e Mapa das Organizações da Sociedade Civil (2018).
Elaboração do Ipea.

10. Pode-se conferir o *link* de acesso Sistema de Convênios (Siconv) do governo federal em: <<https://goo.gl/suu3gM>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DAS OSCs

Neste capítulo discute-se a variação do número de organizações da sociedade civil (OSCs), de 2010 a 2016, com as limitações que os dados disponíveis impõem. O ano de criação das OSCs é fornecido pelo campo “ano de fundação”, que consta na ficha cadastral do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de cada organização. Como não há uma série histórica com este banco de dados, uma análise mais segura sobre o encerramento ou o fechamento das OSCs¹ não é possível, bem como da relação entre criação e encerramento anual de organizações. A análise é aproximativa, com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que, como restou claro no capítulo metodológico, é uma base de informações com volume significativo de omissões. As limitações da análise são tão mais importantes quando se sabe, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018a), que, no caso das empresas, 50% encerram atividades após três anos de funcionamento. Embora as OSCs tenham natureza distinta – principalmente por não terem finalidade de lucro –, é esperado que a taxa de encerramento – oficial ou não – também ocorra em número significativo.

A tabela 1 indica ampliação moderada de OSCs de 2010 a 2013, retração em 2014, nova ampliação em 2015. Em 2016, adotou-se nova base que demonstrou um número bem superior de organizações existentes no país, 56% acima do número revelado pela estimativa produzida para a Rais 2015.

TABELA 1
Total de OSCs, por ano (2010-2015)¹

Ano	Número de OSCs	Crescimento (%)
2010	514.027	-
2011	534.728	4,0
2012	539.792	1,0
2013	546.453	1,2
2014	509.608	-6,7
2015	525.591	3,1

Fonte: SRF (Brasil, 2016) e Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Brasil, 2018).

Elaboração do Ipea.

Nota: ¹ Em 2016 a fonte dos dados e os valores alteraram-se de modo significativo, como detalhado no capítulo metodológico. Por esta razão, decidiu-se não reportar os dados referentes a este ano.

1. Uma análise tentativa neste sentido poderá ser realizada, futuramente, com base em estimativas produzidas a partir da Rais, mas que precisará incorporar de modo mais detalhado a comparação entre CNPJs e indicadores de atividade, além de aplicar para outros anos os critérios de eliminação de inconsistências nas naturezas jurídicas reportadas.

A tabela 2 apresenta o ano de fundação das OSCs, por décadas, e indica que esta taxa expande-se 3% ao ano (a.a.), sendo criadas anualmente uma média de 25 mil novas organizações. A taxa é muito próxima à observada de 2001 a 2010.

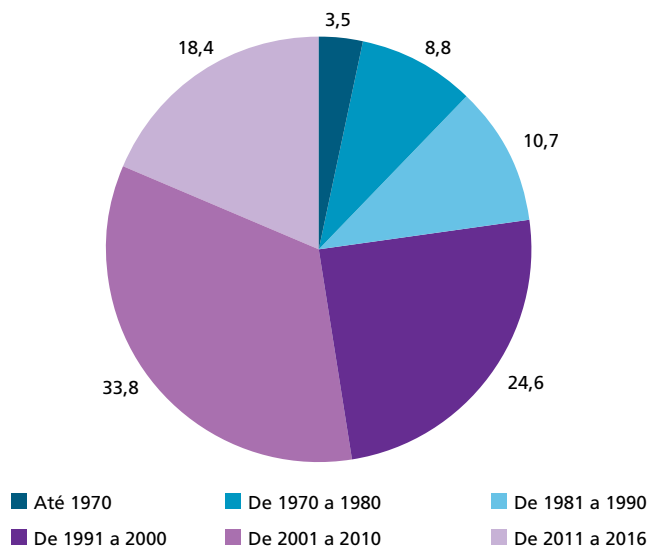
Pouco mais de 50% das OSCs ativas em 2016 foram criadas neste século, a partir de 2001.

TABELA 2
OSCs por faixas de ano de criação: Brasil (2016)

Faixas de ano de criação	OSCs	
	Total	(%)
Até 1970	28.579	3,50
De 1971 a 1980	72.466	8,80
De 1981 a 1990	88.147	10,70
De 1991 a 2000	201.389	24,60
De 2001 a 2010	277.452	33,80
2011	29.663	3,60
2012	25.722	3,10
2013	28.113	3,40
2014	24.870	3,00
2015	23.835	2,90
2016	19.949	2,40

Fonte: SRF (Brasil, 2016).
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 1
OSCs, por década de fundação (2016)
(Em %)



Fonte: SRF (Brasil, 2016).
Elaboração do Ipea.

A taxa de criação das OSCs ainda hoje em atividade indica que houve variação significativa entre as Grandes Regiões do país e entre as décadas (tabelas 3 e 4). A variação abre espaço para a hipótese – a ser explorada em outras análises – de que o associativismo é influenciado por aspectos contextuais associados ao território.

Na região Nordeste foram criadas 14% das OSCs ativas do país, de 1971 a 1980, e a mesma região foi responsável pela criação de 30% das OSCs ativas de 1991 a 2000. Na região Sudeste, na década de 1970, foram criadas 52% das OSCs do país em atividade em 2016, percentual que se reduziu a 35% na década de 1990. Como o dado reporta as OSCs que continuam em atividade, e não as que foram encerradas, estes números, a rigor, indicam a intensidade e a distribuição de OSCs que subsistem ao longo do tempo, por regiões.

TABELA 3
Evolução do número e percentual de OSCs por Grande Região (2010-2016)

Ano	Brasil		Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
2010	514.027	-	33.220	-	122.880	-	31.973	-	208.993	-	116.961	-
2011	534.728	4,0	35.512	6,9	126.699	3,1	33.534	4,9	218.441	4,5	120.542	3,1
2012	539.792	1,0	35.800	0,8	126.874	0,1	33.884	1,0	221.777	1,5	121.457	0,8
2013	546.453	1,2	359.87	0,5	128.513	1,3	34.270	1,1	225.625	1,7	122.058	0,5
2014	509.608	-6,7	33.320	-7,4	116.877	-9,1	306.17	-10,7	212.768	-5,7	116.026	-4,9
2015	525.475	3,1	35.149	5,5	121.253	3,7	31.852	4,0	219.579	3,2	117.642	1,4
2016	820.186	56,1	64.242	82,8	205.300	69,3	67.370	-	325.376	48,2	157.898	34,2

Fonte: SRF (Brasil, 2016) e Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).
Elaboração do Ipea.

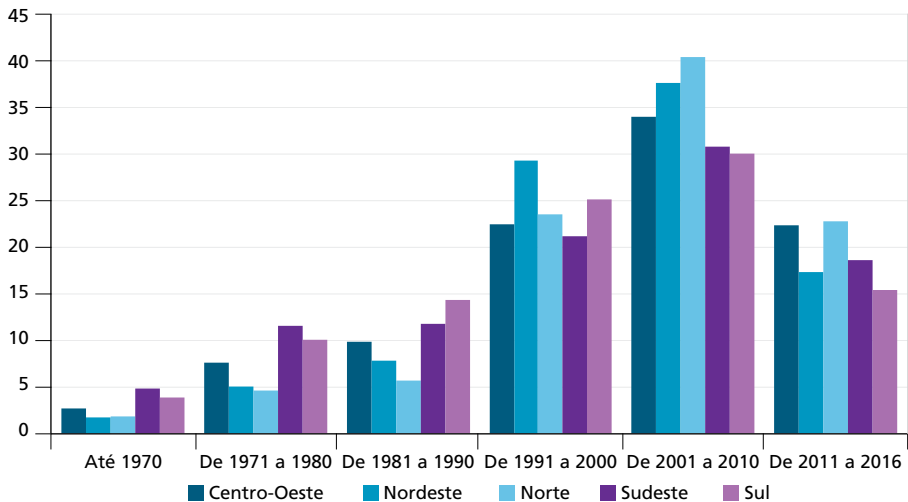
TABELA 4
OSCs, por faixas de ano de fundação, segundo as Grandes Regiões: Brasil (2016)

Grandes Regiões	Até 1970		De 1971 a 1980		De 1981 a 1990		De 1991 a 2000		De 2001 a 2010		De 2011 a 2016	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Centro-Oeste	1.747	6,11	4.926	6,8	6.389	7,25	14.564	7,23	22.102	7,97	14.514	9,54
Nordeste	3.568	12,48	10.426	14,39	16.151	18,32	60.809	30,19	78.265	28,21	36.081	23,71
Norte	1.224	4,28	3.115	4,3	3.855	4,37	16.039	7,96	27.583	9,94	15.554	10,22
Sudeste	15.933	55,75	37.900	52,3	38.833	44,05	69.769	34,64	101.500	36,58	61.440	40,38
Sul	6.107	21,37	16.099	22,22	22.919	26	40.208	19,97	48.002	17,3	24.563	16,14

Fonte: SRF (Brasil, 2016) e Rais/MTE (Brasil, 2015).
Elaboração do Ipea.

Em todas as regiões não passa de 5% o total de OSCs fundadas até 1970. A região Sudeste abriga 12% das OSCs fundadas durante a década de 1970; nas regiões Norte e Nordeste, 5% das OSCs foram fundadas no mesmo período. A tabela 5 detalha os dados para a comparação regional, e o gráfico 2 apresenta-os visualmente.

GRÁFICO 2
OSCs ativas em 2016, por região e década de criação
 (Em %)



Fonte: SRF (Brasil, 2016) e Rais/MTE (Brasil, 2015).
 Elaboração do Ipea.

TABELA 5
Total e percentual de OSCs nas Grandes Regiões, por ano de criação (2010-2016)

Regiões e ano de fundação	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Centro-Oeste														
Até 1970	17	0,05	374	1,05	366	1,02	365	1,01	339	1,02	360	1,02	1.747	2,72
De 1971 a 1980	144	0,43	2.217	6,24	2.252	6,29	2.228	6,19	2.059	6,18	2.105	5,99	4.926	7,67
De 1981 a 1990	427	1,29	4.183	11,78	4.319	12,06	4.333	12,04	3.967	11,91	4.040	11,49	6.389	9,95
De 1991 a 2000	1.303	3,92	10.107	28,46	10.415	29,09	10.662	29,63	9.708	29,14	9.727	27,67	14.564	22,67
De 2001 a 2010	2.082	6,27	13.115	36,93	13.706	38,28	14.211	39,49	12.642	37,94	12.638	35,96	22.102	34,40
De 2011 a 2016	-	-	1.612	4,54	2.759	7,71	4.127	11,47	4.549	13,65	6.250	17,78	14.514	22,59
Não informado	29.247	88,04	3.904	10,99	1.983	5,54	61	0,17	56	0,17	29	0,08	-	-
Nordeste														
Até 1970	63	0,05	1.124	0,89	1.166	0,92	1.186	0,92	1.119	0,96	1.077	0,89	3.568	1,74
De 1971 a 1980	291	0,24	3.590	2,83	3.696	2,91	3.736	2,91	3.472	2,97	3.458	2,85	10.426	5,08
De 1981 a 1990	1.197	0,97	10.624	8,39	11.043	8,70	11.288	8,78	10.280	8,80	10.215	8,42	16.151	7,87
De 1991 a 2000	5.520	4,49	42.698	33,70	44.169	34,81	45.377	35,31	40.406	34,57	40.729	33,59	60.809	29,62
De 2001 a 2010	7.910	6,44	49.554	39,11	51.862	40,88	53.976	42,00	47.093	40,29	47.489	39,17	78.265	38,12
De 2011 a 2016	-	-	4.732	3,73	8.271	6,52	12.800	9,96	14.353	12,28	18.201	15,01	36.081	17,57
Não informado	107.899	87,81	14.377	11,35	6.667	5,25	150	0,12	154	0,13	84	0,07	-	-

(Continua)

(Continuação)

Regiões e ano de fundação	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Norte														
Até 1970	9	0,03	174	0,52	177	0,52	180	0,53	171	0,56	173	0,54	1.224	1,82
De 1971 a 1980	99	0,31	836	2,49	854	2,52	883	2,58	825	2,69	831	2,61	3.115	4,62
De 1981 a 1990	421	1,32	2.405	7,17	2.458	7,25	2.520	7,35	2.329	7,61	2.317	7,27	3.855	5,72
De 1991 a 2000	1.471	4,60	10.405	31,03	10.803	31,88	11.187	32,64	9.794	31,99	9.713	30,49	16.039	23,81
De 2001 a 2010	2.546	7,96	13.924	41,52	14.720	43,44	15.408	44,96	13.178	43,04	13.232	41,54	27.583	40,94
De 2011 a 2016	-	-	1.584	4,72	2.704	7,98	4.049	11,81	4.273	13,96	5.559	17,45	15.554	23,09
Não informado	27.427	85,78	4.206	12,54	2.168	6,40	43	0,13	47	0,15	27	0,08	-	-
Sudeste														
Até 1970	242	0,12	6.108	2,80	6.185	2,79	6.215	2,75	6.011	2,83	5.915	2,69	15.933	4,90
De 1971 a 1980	1.165	0,56	20.708	9,48	21.049	9,49	21.236	9,41	20.203	9,50	20.250	9,22	37.900	11,65
De 1981 a 1990	2.170	1,04	29.208	13,37	29.841	13,46	30.314	13,44	28.225	13,27	27.932	12,72	38.833	11,93
De 1991 a 2000	5.209	2,49	54.500	24,95	55.875	25,19	57.016	25,27	52.276	24,57	51.382	23,40	69.769	21,44
De 2001 a 2010	9.806	4,69	78.336	35,86	80.663	36,37	82.687	36,65	74.533	35,03	73.766	33,59	101.500	31,19
De 2011 a 2016	-	-	10.104	4,63	18.503	8,34	27.792	12,32	31.143	14,64	40.134	18,28	61.440	18,88
Não informado	190.401	91,10	19.477	8,92	9.661	4,36	365	0,16	377	0,18	200	0,09	1	0,00
Sul														
Até 1970	111	0,09	2.799	2,32	2.843	2,34	2.859	2,34	2.765	2,38	2.740	2,33	6.107	3,87
De 1971 a 1980	514	0,44	10.705	8,88	10.844	8,93	10.917	8,94	10.462	9,02	10.398	8,84	16.099	10,20
De 1981 a 1990	1.326	1,13	19.326	16,03	19.716	16,23	19.923	16,32	18.662	16,08	18.402	15,64	22.919	14,52
De 1991 a 2000	2.635	2,25	34.597	28,70	35.311	29,07	35.913	29,42	33.374	28,76	32.651	27,75	40.208	25,46
De 2001 a 2010	4.092	3,50	39.233	32,55	40.407	33,27	41.200	33,75	37.668	32,47	37.149	31,58	48.002	30,40
De 2011 a 2016	-	-	4.123	3,42	7.381	6,08	11.102	9,1	12.945	11,16	16.215	13,78	24.563	15,56
Não informado	108.283	92,58	9.759	8,10	4.955	4,08	144	0,12	150	0,13	87	0,07	-	-
Brasil														
Até 1970	442	0,09	10.579	1,98	10.737	1,99	10.805	1,98	10.405	2,04	10.265	1,95	28.579	3,48
De 1971 a 1980	2.213	0,43	38.056	7,12	38.695	7,17	39.000	7,14	37.021	7,26	37.042	7,05	72.466	8,84
De 1981 a 1990	5.541	1,08	65.746	12,30	67.377	12,48	68.378	12,51	63.463	12,45	62.906	11,97	88.147	10,75
De 1991 a 2000	16.138	3,14	152.307	28,48	156.573	29,01	160.155	29,31	145.558	28,56	144.202	27,44	201.389	24,55
De 2001 a 2010	26.436	5,14	194.162	36,31	201.358	37,30	207.482	37,97	185.114	36,32	184.274	35,07	277.452	33,83
De 2011 a 2016	-	-	22.155	4,14	39.618	7,34	59.870	10,96	67.263	13,20	86.359	16,43	152.152	18,55
Não informado	463.257	90,12	51.723	9,67	25.434	4,71	763	0,14	784	0,15	427	0,08	1	0,00
Total	514.027	100,00	534.728	100,00	539.792	100,00	546.453	100,00	509.608	100,00	525.475	100,00	820.186	100,00

Fonte: SRF (Brasil, 2016) e Rais/MTE (Brasil, 2015).

Elaboração do Ipea.

As instituições da finalidade *assistência social, saúde* (hospitais), *educacionais* (ensino superior e ensino médio) e *associações empresariais e patronais* apresentam o maior percentual de OSCs fundadas até o ano 2000, ou seja, mais antigas. As organizações de “cultura e arte” são mais jovens. As informações detalhadas, por ano de criação das OSCs em cada grande finalidade de atuação, estão na tabela 6. O gráfico 3 apresenta o percentual médio das OSCs criadas a partir de 2001, por finalidade de atuação.

TABELA 6
Total e percentual de OSCs por finalidades de atuação, por década de fundação (2016)

Finalidade de atuação	Até 1970		De 1971 a 1980		De 1981 a 1990		De 1991 a 2000		De 2001 a 2010		De 2011 a 2016	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Total	28.579	100,0	72.466	100,0	20.492	100,0	201.389	100,0	277.452	100,0	152.152	98,0
Saúde	1.612	5,6	832	1,2	667	0,8	1.180	0,6	1.896	0,7	654	0,4
Hospitais	1.138	4,0	485	0,7	310	0,4	285	0,1	315	0,1	113	0,1
Outros serviços de saúde	474	1,7	347	0,5	357	0,4	895	0,4	1.581	0,6	541	0,4
Cultura e arte	2.220	7,8	7.505	10,4	12.726	14,4	12.314	6,1	25.296	9,1	19.856	13,1
Esportes e recreação	2.093	7,3	7.185	9,9	11.446	13,0	9.967	5,0	14.027	5,1	10.528	6,9
Cultura e arte	127	0,4	320	0,4	1.280	1,5	2.347	1,2	11.269	4,1	9.328	6,1
Educação e pesquisa	3.420	12,0	2.469	3,4	2.803	3,2	10.668	5,3	14.207	5,1	6.102	4,0
Educação infantil	663	2,3	573	0,8	1.179	1,3	2.033	1,0	2.822	1,0	1.111	0,7
Estudos e pesquisas	35	0,1	36	0,1	76	0,1	277	0,1	523	0,2	321	0,2
Educação profissional	177	0,6	99	0,1	70	0,1	199	0,1	313	0,1	114	0,1
Ensino médio	545	1,9	244	0,3	277	0,3	539	0,3	253	0,1	83	0,1
Ensino fundamental	770	2,7	628	0,9	459	0,5	4.088	2,0	3.047	1,1	517	0,3
Educação superior	883	3,1	578	0,8	349	0,4	470	0,2	709	0,3	253	0,2
Outras formas de educação/ensino	303	1,1	209	0,3	320	0,4	855	0,4	2.908	1,1	1.613	1,1
Atividades de apoio à educação	44	0,2	102	0,1	73	0,1	2.207	1,1	3.632	1,3	2.090	1,4
Assistência social	1.674	5,9	1.516	2,1	5.662	6,4	8.723	4,3	6.320	2,3	3.488	2,3
Assistência social	1.674	5,9	1.516	2,1	5.662	6,4	8.723	4,3	6.320	2,3	3.488	2,3
Religião	13.642	47,7	39.514	54,5	19.620	22,3	33.457	16,6	53.417	19,3	48.674	32,0
Religião	13.642	47,7	39.514	54,5	19.620	22,3	33.457	16,6	53.417	19,3	48.674	32,0

(Continua)

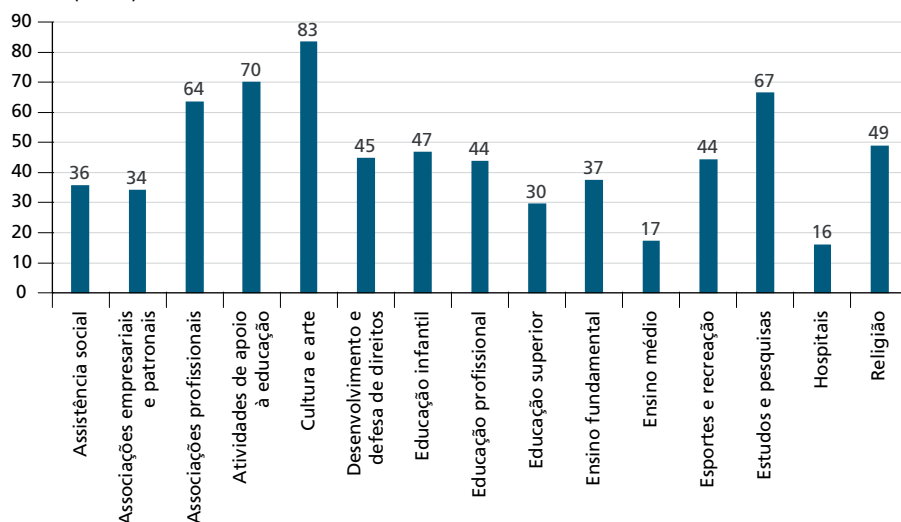
(Continuação)

Finalidade de atuação	Até 1970		De 1971 a 1980		De 1981 a 1990		De 1991 a 2000		De 2001 a 2010		De 2011 a 2016	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Associações patronais e profissionais	605	2,1	1.774	2,5	1.988	2,3	4.075	2,0	8.369	3,0	5.450	3,6
Associações profissionais	253	0,9	1.167	1,6	1.159	1,3	2.611	1,3	5.633	2,0	3.453	2,3
Associações empresariais e patronais	352	1,2	607	0,8	829	0,9	1.464	0,7	2.736	1,0	1.997	1,3
Defesa de direitos e interesses	4.322	15,1	17.357	24,0	41.956	47,6	122.981	61,1	119.986	43,2	32.502	19,3
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	282	1,0	1.502	2,1	3.790	4,3	15.698	7,8	16.338	5,9	4.001	2,6
Associações de pais, professores, alunos e afins	114	0,4	4.639	6,4	4.243	4,8	19.602	9,7	10.000	3,6	2.099	1,4
Associação de moradores	14	0,1	278	0,4	6.008	6,8	12.543	6,2	11.399	4,1	3.218	2,1
Associações patronais e profissionais	209	0,7	708	1,0	2.678	3,0	11.088	5,5	12.150	4,4	3.049	2
Centros e associações comunitárias	3	0,0	225	0,3	2.789	3,2	9.364	4,7	6.782	2,4	1.467	1,0
Cultura e recreação	231	0,8	838	1,2	1.844	2,1	4.263	2,1	5.664	2,0	1.251	0,8
Saúde, assistência social e educação	638	2,2	1.320	1,8	2.578	2,9	4.683	2,3	3.715	1,3	903	0,6
Religião	230	0,8	781	1,1	1.047	1,2	1.371	0,7	1.354	0,5	665	0,4
Meio ambiente e proteção animal	6	0,0	49	0,1	137	0,2	817	0,4	1.725	0,6	534	0,4
Desenvolvimento rural	-	-	1	0,0	126	0,1	1.068	0,5	945	0,3	148	0,1
Defesa de direitos de grupos e minorias	12	0,0	20	0,0	192	0,2	423	0,2	570	0,2	189	0,1
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	2.583	9,0	6.996	9,7	16.524	18,8	42.061	20,9	49.344	17,8	14.978	9,8
Associações de atividades não especificadas anteriormente	379	1,3	752	1,0	1.546	1,8	3.636	1,8	40.470	14,6	30.767	20,2
Associações de atividades não especificadas anteriormente	379	1,3	752	1,0	1.546	1,8	3.636	1,8	40.470	14,6	30.767	20,2
Outras organizações da sociedade civil	705	2,5	747	1,0	1.179	1,3	4.355	2,2	7.491	2,7	4.659	3,1
Outras organizações da sociedade civil	705	2,5	747	1,0	1.179	1,3	4.355	2,2	7.491	2,7	4.659	3,1

Fonte: SRF (Brasil, 2016) e Rais/MTE (Brasil, 2015).
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 3

OSCs criadas a partir de 2001, por finalidades de atuação (2016)
(Em %)



Fonte: SRF (Brasil, 2016).
Elaboração do Ipea.

A evolução da distribuição das organizações, por naturezas jurídicas, indica redução no percentual de “associações privadas” e correspondente ampliação do percentual de “organizações religiosas”, no total de OSCs (tabela 7). Considerando apenas a evolução entre 2010 e 2015,² as organizações religiosas cresceram de 28 mil para 51 mil OSCs, passando de 5% para 12% do total das naturezas jurídicas. O mais provável é que a maior parte da mudança se explique pela crescente permuta entre “associações privadas” que passaram a autotransformar-se como “organizações religiosas”. Ainda mais porque se observou correlata redução de associações, que passaram de 491 mil, em 2013, para 464 mil, em 2015. Se for este o caso, este crescimento seria observado desde 2004, em resposta à Lei nº 10.825/2003, que inseriu as organizações religiosas como uma natureza jurídica própria, diversa das associações.

2. Excluindo, portanto, o expressivo crescimento do total de OSCs no ano de 2016 decorrente da incorporação de base de dados mais completa da SRF.

TABELA 7
Total de OSCs, por naturezas jurídicas (2010 a 2016)³

Natureza jurídica	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Associação privada	474.611	92,3	490.233	91,7	489.806	90,7	491.643	90	457.839	89,8	464.448	88,4	708.546	86,4
Fundação privada	10.135	1,97	10.463	1,96	10.375	1,9	10.208	1,9	9.458	1,9	9.438	1,8	12.397	1,5
Organização religiosa	27.826	5,4	34.031	6,4	39.610	7,3	44.518	8,1	42.185	8,3	51.427	9,8	98.641	12,0
Organização social	1.245	0,2	1	0	1	0	84	0,02	126	0,02	278	0,05	602	0,07
Organização da sociedade civil de interesse público	210	0,04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	514.027	100	534.728	100	539.792	100	546.453	100	509.608	100	525.591	100	820.186	100

Fonte: SRF (Brasil, 2016) e Rais Ampliada com base na Rais/MTE 2015 (Ipea, 2018).

Elaboração do Ipea.

3. Incluiu-se, excepcionalmente, as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), porque elas constavam entre a lista de naturezas jurídicas, na Rais, no ano de 2010, como se observa na tabela.

AUSÊNCIA DE DADOS, LACUNAS DAS ANÁLISES E UMA AGENDA DE PESQUISA SOBRE AS OSCs DO PAÍS

Os capítulos precedentes apresentaram aspectos do perfil das OSCs de maneira geral, sem explorar em detalhes algumas possibilidades abertas por esses novos dados. Este capítulo busca apontar os limites das bases utilizadas e alguns caminhos para explorar as potencialidades encontradas em trabalhos a serem desenvolvidos *a posteriori*.

Antes, cabe ressaltar que esse esforço é impulsionado pela existência do Mapa das Organizações da Sociedade Civil como plataforma pública de transparência das organizações da sociedade civil (OSCs) e suas parcerias com o poder público. Além de disponibilizar bases de dados públicos do governo federal, o mapa oferece ferramenta para os estados e os municípios encaminharem – preferencialmente, criando rotinas automáticas – os microdados das parcerias celebradas na gestão, para que possam ser gratuitamente disponibilizadas na plataforma. Também permite que as próprias organizações complementem suas informações com dados privados indisponíveis nas bases públicas, qualificando o seu perfil.

Espera-se que, no médio prazo, o Mapa das Organizações da Sociedade Civil dê contribuição relevante à integração das informações dos entes federados aqui proposta. Uma agenda igualmente importante é compreender os espaços de participação social nos quais as organizações atuam. Estas informações também estão sendo reunidas pelo mapa, por meio de informações autodeclaratórias das organizações, mas também podem ser enviadas pelos entes federados, caso as tenham.

No capítulo sobre as transferências voluntárias de recursos públicos, sugere-se a importância de uma análise própria sobre o orçamento público, para identificar de modo mais preciso as atividades desenvolvidas pelas OSCs que contam com tais recursos. Algumas questões pedem esclarecimento. Quais as razões e implicações, na parceria estado-OSCs, do movimento de descentralização dos recursos executados? Quais as atividades registradas nas transferências que ocorrem na modalidade de aplicação 90, “aplicações diretas”? Por que elas não ocorreram por meio das “transferências para entidades sem fins lucrativos”? Por que parte expressiva das transferências para OSCs aparecem em transferências voluntárias para estados? Seria porque os estados retransferem recursos originalmente federais e firmam parcerias com OSCs para a execução das políticas?

Como se viu, o maior crescimento das transferências voluntárias ocorreu nos estados e nos municípios. Além de saber quais as áreas de políticas – aspecto mencionado adiante – seria oportuno identificar se a origem do recurso é federal, pois indicaria que, na implementação da política no nível subnacional, as OSCs tornam-se agentes relevantes para pôr em marcha políticas sob responsabilidade dos entes públicos. A União tem os estados, os municípios e as OSCs como potenciais parceiros. Os estados podem contar com municípios e OSCs para execução de suas políticas, e os municípios basicamente com as OSCs. Essa lógica se reflete nos dados? Quanto mais dispersa no território a política, maior a probabilidade de parcerias com OSCs?

Ademais, é relevante esclarecer aspectos necessários para identificar o caráter da colaboração das OSCs em políticas. Quando a OSC é complementar, suplementar ou substituta do estado? A esse respeito, uma análise exclusivamente sobre o orçamento, verificando o percentual de recursos orçamentários em cada ação e programa orçamentário – do Plano Plurianual (PPA) federal, por exemplo –, daria resposta mais completa a essa indagação.

As associações entre a existência de OSCs e os Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs), que se mencionou no capítulo 3, constituem um tema sobre o qual ainda se sabe pouco. Existe uma difusa expectativa teórica de que a atuação das OSCs relaciona-se com ações que favorecem o crescimento do IDH. Mas o mecanismo causal é fugaz. Modelos que incluam outras variáveis pertinentes poderiam explicar de modo mais satisfatório como OSCs e desenvolvimento humano se conectam, qual o sentido da causalidade, caso seja unidirecional, e com que finalidades de atuação OSCs e desenvolvimento socioeconômico se relacionam.

Todas essas questões ajudariam a compreender nuances e características de setores das OSCs que grande parte das vezes foram tratados como homogêneos aqui, em função do nível de abstração requerido por uma análise marcadamente descritiva e geral.

Se as informações apresentadas aqui revelaram de modo abrangente o perfil das OSCs do país, revelam também limitações, seja pela indisponibilidade de dados existentes, seja por acesso restrito. Há vários atores que ajudariam a produzir informações relevantes para responder a questões que remodelariam os termos do debate atual sobre as OSCs do país; por isso consideramos essa uma agenda de pesquisa em desenvolvimento. As bases que os órgãos oficiais disponibilizam são muito relevantes para ensejar outras pesquisas e análises.

Apesar de o movimento por dados abertos¹ e transparência governamental, governo aberto² ou governo digital estar em franco avanço, as informações que os portais orçamentários estaduais e municipais disponibilizam sobre as transferências de recursos para a execução de políticas em parceria com OSCs ainda é insuficiente, e, em geral, carece de detalhamento para identificar cada parceria e suas características. Somente um esforço coletivo poderá integrar as informações disponíveis em um banco de dados unificado.

Por que essas informações são importantes? Vale lembrar – como indica o gráfico 4 do capítulo 10 – que *a maior parte* dos recursos públicos destinados para as OSCs tem origem nos orçamentos de estados e municípios, não no orçamento federal. Por isso, para identificar de forma mais segura a relevância das OSCs nas políticas públicas do país, é fundamental integrar essas fontes. A própria compreensão do número de OSCs que hoje atuam em parceria com o poder público e quais são as principais áreas da colaboração só poderá avançar se houver organização desses dados.

Um segundo grupo de dados indisponíveis diz respeito às fontes de recursos das OSCs, o que envolve dados sobre isenções, imunidades tributárias e incentivos fiscais, incluindo também as doações da sociedade brasileira para as organizações. É difícil considerar políticas de fortalecimento da sociedade civil sem realizar análises e pesquisas – de incentivo à doação às OSCs, por exemplo – cujas informações estão hoje sob resguardo da Receita Federal do Brasil (RFB).

A Secretaria da Receita Federal (SRF), por meio de suas áreas institucionais que tratam de estudos e pesquisas, pode contribuir para este grande passo. É necessário conhecer mais sobre o financiamento das OSCs se forem selecionadas variáveis econômicas e financeiras – agregadas, para preservar o sigilo fiscal – das pessoas e empresas, relacionando-as com as doações das pessoas físicas e jurídicas

1. A Política Nacional de Dados Abertos do Poder Executivo federal foi prevista no Decreto nº 8.777/2016, que estabeleceu regras para disponibilização de dados no âmbito dos órgãos do Poder Executivo federal. O objetivo da política é promover a ampliação do foco da transparência para que não se limite a combater a corrupção e controlar os gastos públicos, mas que também alcance a qualidade do gasto, assim como a obtenção de informações para monitorar e avaliar as políticas públicas. Além disso, essa legislação tem por finalidade aumentar o controle social e promover o desenvolvimento de novas tecnologias destinadas à construção de ambiente de gestão pública participativa e democrática e à melhor oferta de serviços públicos para a sociedade. A implementação da Política Nacional de Dados Abertos ocorrerá com a execução de um Plano de Dados Abertos no âmbito de cada órgão ou entidade da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional.

2. O Brasil faz parte da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP), com mais setenta outros países. Ingressou desde a sua criação, em setembro de 2011. A parceria requer do país o compromisso de fortalecer práticas relacionadas à transparência dos atos governamentais, prevenir e combater a corrupção, melhorar a prestação dos serviços públicos e promover a participação social e o acesso à informação pública. Os planos de ação possuem duração de até dois anos. Ao longo desse período, os governos precisam publicar, anualmente, um relatório de autoavaliação sobre a execução dos compromissos assumidos. Os países também são avaliados pelo Mecanismo de Avaliação Independente (Independent Report Mechanism – IRM). Esse mecanismo opera, principalmente, por meio da publicação de relatórios independentes de avaliação, sendo um intermediário e outro ao final do ciclo, para monitorar a execução dos planos de ação. Os relatórios são elaborados por um consultor internacional independente e avaliam a implementação dos compromissos e a evolução no cumprimento dos princípios de governo aberto, além de apresentar recomendações técnicas.

que declaram anualmente ter realizado doação. Esse cruzamento poderia trazer para análise valores, localidades, tipo de beneficiário da doação, a utilização ou não de incentivo fiscal e qual, entre outras informações.

A agenda referente ao campo da sociedade civil organizada é ampla. Pode-se relacionar as doações e algumas variáveis selecionadas, identificar variações entre tipos de beneficiários, tipos de doadores, associações com produto interno bruto (PIB), renda, pobreza e outras. Pode-se ainda organizar dados sobre a carga tributária das OSCs, as renúncias tributárias e os mecanismos de incentivo.

Os dados sugerem uma receita bruta, em 2013, das entidades sem fins lucrativos (ESFLs) isentas e imunes à tributação – que é uma aproximação para o universo das OSCs – por volta de R\$ 400 bilhões.³ Ao se somar as transferências reportadas por governos municipais, estaduais e federal, os valores atingem, de modo aproximado, 35 bilhões (gráfico 4, capítulo 10), que correspondem a menos de 10% da receita bruta identificada. Outros 90% da receita não têm identificação clara, e seria um bem público para a sociedade brasileira ter este conhecimento.

Quando estes dados forem sistematizados será possível ter uma base de conhecimento sobre doações – baseadas em incentivos ou não – para fins públicos, das empresas e dos cidadãos. Ao examinar as relações das doações com variáveis sociais e econômicas, será possível saber também do impacto fiscal delas. Esclarecer e discernir doações de pessoas físicas e doações de pessoas jurídicas discriminar de modo claro o que usualmente são ações conduzidas por motivos diferentes. O gasto tributário em saúde, educação e assistência – 24 bilhões, em 2012 – tem relação direta com estas informações, que não estão disponíveis ao público (IBGE, 2017b).

Igualmente relevante é identificar as relações das doações com a evolução das OSCs e da ação governamental por meio dos fundos setoriais, tais como os fundos da criança e adolescente, os fundos dos idosos, os fundos de cultura e os fundos de meio ambiente. Seria possível explorar também os impactos de normas e regras dos incentivos fiscais (ou tributários) sobre os valores e o destino das doações realizadas.

Agenda complementar é identificar o tamanho do voluntariado que trabalha em OSCs, que permitiria estimar, ao lado das informações sobre doações, a disposição da sociedade brasileira para colaborar com as OSCs e engajar-se, direta ou indiretamente, em atividades que aquelas desempenham. Os dados aqui revelados apontam um setor que é dominado por OSCs sem vínculos formais de trabalho. Esta informação poderá ser melhor qualificada se for possível identificar a força de trabalho efetiva, seja ela formal, seja não, das OSCs, em diferentes áreas de políticas.

3. Valores corrigidos para preços de janeiro de 2018 (IBGE, 2017b).

Outro tópico da agenda decorre da inexistência de um sistema classificatório oficial mais detalhado sobre as áreas de atuação das OSCs, que constitui um obstáculo ao trabalho de pesquisa. A adoção desse sistema mais detalhado – que poderia ser a própria Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias (Copni)⁴ Ampliada, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵ – apoiaria a gestão pública, ao disponibilizar informações precisas, em registros oficiais, das diferentes áreas ou finalidades de atuação das OSCs. À falta destas informações, multiplicaram-se os cadastros setoriais construídos por cada órgão, em função das necessidades de informação para implementar as políticas sob sua jurisdição.

O mapa reúne os títulos e certificados outorgados pelo Estado no âmbito federal. Sua reunião de cadastros setoriais provoca a reflexão sobre a sobreposição de cadastros dessa natureza e a necessidade de melhoria dos cadastros vigentes, para que sejam esforços integrados aos demais.

Outro aspecto a ser destacado, como se nota nesta publicação, relaciona-se à CNAE-Subclasses.⁶ Trata-se de instrumento que tem possibilitado organizar a base de informações para a maior parte dos trabalhos sobre as áreas de atuação das OSCs. Ocorre que, no nível de subclasses, definir categorias mais específicas, detalhadas com base no critério da finalidade de atuação, será mais útil em diversos tipos de trabalhos. Atualmente, a estrutura hierárquica que abrange a maior parte das OSCs está disposta como no box 1.

BOX 1

Estrutura hierárquica da CNAE para atividades de organizações associativas

Seção S – Outras atividades de serviços

Divisão 94 – Atividades de organizações associativas

Grupo 94.3 – Atividades de associações de defesa de direitos sociais

Classe 94.30-8 – Atividades de defesa de direitos sociais

Subclasse 9430-8/00 – Atividades de defesa de direitos sociais

Grupo 94.9 – Atividades de associações não especificadas anteriormente

Classe 94.91-0 – Atividades de organizações religiosas

Subclasse 9491-0/00 – Atividades de organizações religiosas ou filosóficas

Classe 94.92-8 – Atividades de organizações políticas

Subclasse 9492-8/00 – Atividades de organizações políticas

Classe 94.93-6 – Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

Subclasse 9493-6/00 – Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

Classe 94.99-5 – Atividades associativas não especificadas anteriormente

Subclasse 9499-5/00 – Atividades associativas não especificadas anteriormente

Fonte: IBGE (2018a).

4. Do acrônimo em inglês Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households.

5. O instrumento da Copni Ampliada, definido pelo IBGE para produção de informações estatísticas, poderia servir a este tipo de propósito, como se argumenta adiante.

6. CNAE é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

Observa-se que o grupo 94.9 compreende quatro classes, e que cada uma destas compreende outras quatro subclasses, sendo que a última delas é uma categoria das atividades associativas não especificadas em outras classes/subclasses anteriores.

A dificuldade reside na falta de um maior detalhamento da classe 94.30-8 em subclasses mais específicas; já esta classe abrange 42% das OSCs. Além desta categoria, o grupo 94.9 possui número restrito de classes e abrange 35% do total de OSCs, e a classe 94.99-5 abrange 10% do total de OSCs.

Sendo a CNAE a classificação oficial do sistema estatístico nacional, que padroniza os códigos de atividades econômicas para a produção de informações estatísticas, e a sua derivada, CNAE-Subclasses,⁷ amplamente utilizada nos cadastros e registros administrativos (e especialmente tributários) do país, a revisão das categorias compreendidas pela divisão 94 para a criação de novas subclasses resultaria em uma maior visibilidade das OSCs para os registros administrativos, gestores públicos e estudiosos decorrentes da maior especificação das finalidades de atuação.

Uma possibilidade seria incluir como critério de abertura destas subclasses algumas categorias específicas da classificação da Copni Ampliada utilizada em *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – Fasfil* (IBGE, 2012, p. 166-173). É sabido que a classificação baseia-se em consenso internacional, mas de fato é necessário tornar mais “brasileira” essa classificação, podendo, em uma eventual revisão, ainda conectar com as políticas públicas e as legislações correspondentes brasileiras.

A discussão sobre as taxas de evolução, nascimento e encerramento das OSCs também é de grande relevância e poderá ser analiticamente mais útil se for possível: *i*) ampliar a série a ser analisada, incluindo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de anos anteriores a 2010; e *ii*) houver meios para registrar de modo seguro os encerramentos em cada ano da Rais, distinguindo-os de simples omissões na declaração. A esses dados poderá se juntar uma análise mais fina sobre a variação no crescimento de organizações em diferentes finalidades de atuação, considerando a heterogeneidade do setor. É de se esperar que associações rurais ganharão impulso a partir de políticas nacionais de estímulo à agricultura familiar. Essa hipótese se confirma? Nessa linha, um amplo espectro de análise sobre a variação regional e temática do associativismo no Brasil poderá ser produzido. De modo geral, explorar séries históricas pela reconstrução da Rais elucidará tendências no setor que ajudam a compreendê-lo melhor.

7. A CNAE-Subclasses é uma classificação hierarquizada em cinco níveis e deriva da CNAE. Os quatro primeiros níveis hierárquicos da CNAE-Subclasses seguem, necessariamente, a estrutura da CNAE, e não podem ser alterados enquanto não houver revisão da CNAE que segue o calendário de revisões da International Statistical Industrial Classification of All Activities (Isic), classificação internacional de referência elaborada e mantida pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas. A gestão da CNAE-Subclasses cabe à Subcomissão Técnica para a CNAE-Subclasses, instituída no âmbito da Comissão Nacional de Classificação (Concla) em junho de 1998, e que tem a coordenação da SRF e a participação de representantes das três esferas de governo.

Vale ressaltar que o Mapa das Organizações da Sociedade Civil possibilita às OSCs inserirem as informações que forem definidas de modo declaratório, incluindo, além de suas finalidades de atuação a partir dos campos existentes, novas finalidades que julgarem pertinentes. Espera-se que, no médio prazo, as novas entradas declaradas por uma parte das centenas de milhares de OSCs possam ser fonte para propor novas taxonomias, tipologias e alternativas de classificação.

A agenda anteriormente apresentada é um trabalho coletivo que, se espera, pode avançar com a colaboração de pesquisadores da área e órgãos públicos, muitos deles responsáveis por gerar e disponibilizar informações indispensáveis. As OSCs têm sido parte da vida social e política do país, em especial do período de redemocratização. A construção de pesquisas e conhecimento sólido sobre seu papel, mais do que as reconhecer como agentes decisivos, é um recurso para fortalecer as capacidades de formular e implementar políticas de interesse coletivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público, institui e disciplina o termo de parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1999.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2015**. Brasília: MTE, 2015.

_____. Secretaria da Receita Federal. **Banco de dados do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas**. Brasília: SRF, 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Siconv – Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias da União**. Brasília: MPDG, 2017a. Disponível em: <<https://goo.gl/ewNcvS>>. Acesso em: 9 maio 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2017**. Brasília: MTE, 2017b. Disponível em: <<https://goo.gl/SRL4sz>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento – MTO**. Brasília: MP, 2018a. Disponível em: <<https://goo.gl/GP41oh>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Siafi – Sistema Integrado de Administração Gerencial**. Brasília: STN, 2018b. Disponível em: <<https://goo.gl/hQUkhq>>. Acesso em: 9 maio 2018.

_____. Senado Federal. **Siga Brasil – Sistema de Acompanhamento do Orçamento Federal**. Brasília: Senado Federal, 2018c. Disponível em: <<https://goo.gl/ZxUTSp>>. Acesso em: 9 maio 2018.

GOLBETTI, Sérgio; ORAIR, Rodrigo. Governo gastador ou transferidor? Um macrodiagnóstico das despesas federais no período de 2002 a 2010. *In*: CARDOSO JR., José Celso (Org.). **Brasil em desenvolvimento 2010**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010. v. 1, p. 87-112.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – Fasfil 2010**. Rio de Janeiro: IBGE; Ipea, 2012. (Estudos e Pesquisas, n. 20). Disponível em: <<https://goo.gl/tvZbpg>>. Acesso em: 9 maio 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **Demografia das empresas 2015.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. (Estudos e Pesquisas, n. 29). Disponível em: <<https://goo.gl/zjRrTN>>. Acesso em: 9 maio 2018.

_____. **Sistema de contas nacionais – Brasil.** Rio de Janeiro, IBGE, 2017b.

_____. Comissão Nacional de Classificação. **Estruturas – natureza jurídica – natureza jurídica 2014 – 330-1 Organização Social.** Rio de Janeiro: Concla/IBGE, 2018a. Disponível em: <<https://goo.gl/p6vJLp>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em: <<https://goo.gl/CyRnn7>>. Acesso em: 8 maio 2018.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Manual on the measurement of volunteer work.** Geneva: ILO, 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de raça e gênero.** Brasília: Ipea, 2017a. (Nota Técnica). Disponível em: <<https://goo.gl/Jrm4qN>>. Acesso em: 9 maio 2018.

_____. **Retrato das desigualdades de gênero e raça:** indicadores pobreza, distribuição e desigualdade de renda. Brasília: Ipea, 2017b. Disponível em: <<https://goo.gl/CJPLMm>>. Acesso em: 9 maio 2017.

_____. **Rais Ampliada:** base de dados construída pelo Ipea a partir de edições anuais da Rais/MTE. Brasília: Ipea, 2018.

LIMA NETO, Fernando. **Relação com o Estado na visão das ONGs:** uma sociologia das percepções. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1820). Disponível em: <<https://goo.gl/JuUsYA>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

LOPES, Laís de Figueirêdo; SANTOS, Bianca; XAVIER, Iara (Orgs.). **Marco regulatório das organizações da sociedade civil:** a construção a agenda no governo federal: 2011-2014. Brasília: Governo Federal, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/wunAC6>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

LOPEZ, Felix; ABREU, Rafael. **A participação das ONGs nas políticas públicas:** o ponto de vista de gestores federais. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 1949). Disponível em: <: 18 mar. 2018.

LOPEZ, Felix; BARONE, Leonardo. **As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais:** tipologia e análise de convênios e organizações. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1896). Disponível em: <<https://goo.gl/QmvFJD>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O que é o IDHM**. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/QuitZWY>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

TENOURY, Gabriel; MENEZES-FILHO, Naercio. **A evolução do diferencial salarial público-privado no Brasil**. São Paulo: Insper, 2017. (Policy Paper, n. 29). Disponível em: <<https://goo.gl/tpQEAq>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

TUKEY, John. **Exploratory Data Analysis**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1977.

UNITED NATIONS. United Nations Statistics Division. **Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households – Copni**. New York: United Nations, 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/gYhgtE>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

VAZ, Daniela. Segregação hierárquica de gênero no setor público brasileiro. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 42, p. 27-33, 2010.

APÊNDICE A

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS FINALIDADES DE ATUAÇÃO DAS OSCs

Este apêndice detalha os tipos de organizações que compõem cada finalidade de atuação, conforme classificação utilizada nesta publicação.

Grupo 1 – Saúde

1.1 Hospitais

Este subgrupo compreende:

- os hospitais gerais ou especializados que permitem internações de longa ou curta duração, hospitais psiquiátricos, centros de medicina preventiva, consultórios médicos e dentários, clínicas médicas e outras atividades ambulatoriais.

1.2 Outros serviços de saúde

Este subgrupo compreende:

- outras organizações relacionadas à área da saúde, incluindo aquelas que oferecem atividades de apoio à gestão de saúde e as de práticas integrativas e complementares à saúde humana.

Grupo 2 – Cultura e recreação

2.1 Cultura e arte

Este subgrupo compreende:

- associações e demais tipos de organizações que oferecem serviços de produção e promoção de artes cênicas, espetáculos e atividades complementares, atividades de criação artística, como a de artistas plásticos (pintores, escultores) e escritores, bem como a gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas. Clubes literários, de cinema e de fotografia, as associações de música, de arte, e demais organizações associativas ligadas à cultura e à arte, como as de artesanato, de colecionadores, carnavalescas etc.;
- compreende também bibliotecas e arquivos; museus de todos os tipos, jardins botânicos e zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental. Inclui atividades de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e de outros locais de interesse cultural ou educacional.

2.2 Esportes e recreação

Este subgrupo compreende:

- associações desportivas, atléticas e recreativas, tais como clubes diversos (futebol, natação, esportivos, *camping* etc.), grupos de escoteiros, associações de turismo e de intercâmbio e outras atividades de lazer.

Grupo 3 – Educação e pesquisa

3.1 Educação infantil

Este subgrupo compreende:

- atividades de instituições de ensino que se destinam ao desenvolvimento integral da criança, em geral, de até 3 anos de idade;
- atividades de ensino pré-escolar em escolas maternais e jardins de infância, preferencialmente para crianças de 4 e 5 anos de idade;
- atividades das classes de alfabetização (CAs), quando prestadas por escolas maternais e jardins de infância;
- escolas de educação especial que desenvolvem atividades educacionais regulares de educação infantil;
- instituições assistenciais que abrigam crianças, normais ou com deficiências mentais ou físicas, cujas mães são necessitadas ou trabalham fora do lar.

3.2 Ensino fundamental

Este subgrupo compreende:

- atividades de ensino fundamental de primeira a nona séries regulares – as instituições que oferecem cursos e exames supletivos no nível de conclusão do ensino fundamental (primeira a nova séries), da modalidade de educação de jovens e adultos, ministrados nos estabelecimentos de ensino fundamental;
- serviços de educação especial no ensino fundamental oferecidos em escola exclusivamente especializada;
- atividades dos cursos de alfabetização de adultos;
- atividades de ensino a distância do ensino fundamental;
- atividades de ensino especial do ensino fundamental.

3.3 Ensino médio

Este subgrupo compreende:

- atividades de ensino médio de formação geral (ensino médio regular) – os serviços de educação especial no ensino médio –, as instituições que oferecem cursos e exames supletivos no nível de conclusão do ensino médio da modalidade de ensino de educação de jovens e adultos, ministrados nos estabelecimentos de ensino médio;
- ensino médio profissionalizante, programa em extinção que está sendo substituído, gradativamente, pelos cursos de educação profissional;
- instituições que oferecem cursos normais de nível médio;
- atividades de ensino a distância do ensino médio;
- atividades de ensino especial do ensino médio.

3.4 Educação superior

Este subgrupo compreende:

- instituições de educação superior que oferecem exclusivamente cursos de graduação; as instituições de educação superior que oferecem cursos de graduação combinados com os de pós-graduação; e as instituições de educação superior que oferecem exclusivamente cursos de pós-graduação e extensão. Este subgrupo compreende também as atividades de ensino a distância da educação superior.

3.5 Estudos e pesquisas

Este subgrupo compreende:

- três tipos de atividades de pesquisa e desenvolvimento: as atividades de pesquisas básicas, de trabalhos experimentais ou teóricos, desenvolvidos com o objetivo de obtenção de novos conhecimentos sobre causas de fenômenos ou efeitos observáveis, sem a previsão de aplicação ou de uso determinado; as atividades de pesquisa aplicada, de investigação original, que têm por objetivo a aquisição de novos conhecimentos direcionados, principalmente para uma finalidade ou objetivo específico; e as atividades de pesquisa experimental, de trabalho sistemático baseado em conhecimentos prévios, envolvendo pesquisas ou experiências com o objetivo de criar ou aperfeiçoar materiais, produtos, dispositivos, processos, sistemas e serviços.

3.6 Educação profissional

Este subgrupo compreende:

- instituições que oferecem educação profissional, de acordo com o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Este subgrupo compreende também as atividades de ensino a distância da educação profissional.

3.7 Outras formas de educação/ensino

Este subgrupo compreende:

- organizações que proveem o ensino de esportes, o ensino de arte e cultura, o ensino de idiomas e outras atividades de ensino não especificadas anteriormente, tais como: treinamento em informática e cursos preparatórios para concurso.

3.8 Atividades de apoio à educação

Este subgrupo compreende:

- serviços de gestão e de apoio ao sistema e ao processo educacional.

Grupo 4 – Assistência social

4.1 Assistência social

Este subgrupo compreende:

- atividades de provisão de serviços residenciais combinados com serviços de enfermagem e assistência social. Na composição destas atividades, a infraestrutura fornecida é significativa, sendo os serviços prestados uma combinação de serviços de saúde e de serviços sociais. Os serviços de saúde compreendem, sobretudo, a prestação de serviços de enfermagem;
- fornecimento de uma variedade de serviços de assistência social.

Grupo 5 – Religião

5.1 Religião

Este subgrupo compreende:

- atividades de organizações religiosas ou filosóficas;
- atividades de igrejas, mosteiros, conventos ou organizações similares;
- atividades de catequese, celebração ou de organização de cultos;

- igrejas, mosteiros, fraternidades, pastorais, conventos, templos, irmandades, sinagogas, terreiros, comunidades cuja principal finalidade era de natureza religiosa.

Grupo 6 – Associações patronais e profissionais

6.1 Associações empresariais e patronais

Este subgrupo compreende:

- atividades das organizações em que os interesses dos membros são o desenvolvimento e a prosperidade de empresas ou de ramos comerciais específicos – as atividades das organizações, das federações e das confederações empresariais e patronais, nos níveis nacional, estadual e municipal, centradas na representação (diante de órgãos da administração pública e em negociações trabalhistas) e na comunicação (difusão de informações);
- atividades das câmaras de comércio e das corporações e dos organismos similares.

6.2 Associações profissionais

Este subgrupo compreende:

- atividades das organizações e associações constituídas em relação a uma profissão, área técnica ou área de saber e prática profissional, tais como as associações médicas, de advogados, de contadores, de engenheiros, de arquitetos, de economistas etc., centradas em:
 - estabelecimento e fiscalização do cumprimento de normas profissionais;
 - representação perante órgãos da administração pública;
 - atividades das organizações e associações artísticas, tais como as associações de atores, pintores etc.
- atividades de organizações e associações constituídas por membros da comunidade científica.

6.3 Associações de produtores rurais, pescadores e similares

Este subgrupo compreende:

- organizações que exploram de forma ordenada os recursos naturais vegetais e animais em ambiente natural e protegido, o que abrange as atividades de cultivo agrícola, de criação e produção animal; de cultivo de espécies florestais para produção de madeira, celulose e para proteção ambiental; de extração de madeira em florestas nativas, de coleta de produtos vegetais e de exploração de animais silvestres em seus *habitat* naturais; a pesca extrativa de peixes, crustáceos e moluscos e a coleta de produtos aquáticos,

assim como a aquicultura – criação e cultivo de animais e produtos do meio aquático. Também fazem parte deste subgrupo o cultivo de produtos agrícolas e a criação de animais modificados geneticamente.

Grupo 7 – Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses

7.1 Defesa de direitos – múltiplas áreas

Este subgrupo compreende:

- associações que receberam mais de uma classificação, sendo difícil sua classificação em apenas uma categoria devido às diferentes atividades exercidas pela associação.

7.2 Associações de pais, professores, alunos e afins

Este subgrupo compreende:

- associações de pais e mestres, pais e professores, pais e alunos, conselhos escolares e afins. Foram excluídas as associações definidas como caixas escolares, que são unidades executoras do Programa Dinheiro Diretas na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

7.3 Associação de moradores

Este subgrupo compreende:

- associações/união de moradores, de bairros e das habitações populares.

7.4 Associações patronais e profissionais

Este subgrupo compreende:

- os conselhos que fiscalizam o exercício profissional, as associações profissionais ou de classe, os sindicatos e as centrais sindicais, as atividades de organizações empresariais patronais nos diferentes níveis. As atividades de instituições centradas na difusão de informação, fiscalização em relação a uma profissão ou centradas na representação e/ou comunicação empresarial; e os clubes de lojistas, as associações de produtores rurais e os clubes de pescadores.

7.5 Centros e associações comunitárias

Este subgrupo compreende:

- as associações ou os centros comunitários que promovem o desenvolvimento comunitário.

7.6 Cultura e recreação

Este subgrupo compreende:

- as associações culturais; as associações de artesãos; as escolas de samba, os grupos carnavalescos ou as agremiações carnavalescas. As atividades das academias de letras, os grupos de teatro, coral, folclórico; os museus, as bibliotecas, os centros de tradições gaúchas (CTGs); as atividades de rádio e televisão e outras atividades artísticas;
- as associações recreativas, esportivas e atléticas; os grupos de escoteiros e de guardas-mirins; os clubes e as escolinhas de futebol e de outros esportes, além dos clubes de *jeep*, *camping*, *surf*; as associações de turismo, de intercâmbio e de funcionários voltadas para o esporte, o lazer e a recreação e outras atividades relacionadas ao lazer.

7.7 Saúde, assistência social e educação

Este subgrupo compreende:

- os hospitais; os serviços de atendimentos de urgência e emergência (pronto-socorro); as instituições de saúde com internação, como sanatórios, centros de medicina preventiva. Além dos centros, das casas, das unidades de atenção à saúde e dos agentes comunitários; as atividades de atenção ambulatorial, os consultórios dos profissionais da área de saúde, as associações de terapias alternativas, como as comunidades terapêuticas e outras atividades relacionadas à atenção à saúde;
- as associações de assistência social a crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de exclusão social, sendo essas associações geralmente: orfanatos, asilos, albergues, centros correccionais, instituições de acolhimento, centros de convivência, centros de reabilitação para pessoas com tendência ao consumo de álcool e outras drogas e também os conselhos tutelares;
- as atividades de ensino infantil (creche, escolas de educação infantil, jardins de infância); ensino fundamental; ensino médio; curso técnico/profissionalizante; ensino superior (graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado); e também as associações que oferecem educação especial, alfabetização de adultos, educação de jovens e adultos, atividades de ensino a distância, cursos de educação profissional, sejam esses cursos presenciais, sejam semipresenciais ou a distância. Além disso, incluem os centros de estudos e pesquisa em educação, as atividades de pesquisas básicas, aplicadas ou experimentais; as associações que oferecem cursos de treinamento profissional e gerencial, cursos de informática, artes, balé, música, idiomas, corte e costura; curso de condutores (autoescolas), pilotagem de aeronaves e barcos e também as atividades de professores independentes (aulas particulares).

7.8 Religião

Este subgrupo compreende

- paróquias, igrejas, centros espíritas, sinagogas, mesquitas, conventos, templos, centros evangélicos, lojas maçônicas, seminários, dioceses, enfim, todas as associações que promovem e dão apoio a crenças, serviços e rituais religiosos.

7.9 Meio ambiente e proteção animal

Este subgrupo compreende:

- as associações de defesa do meio ambiente, de proteção aos animais e à natureza; as atividades de assistência veterinária, bem como hospitais e laboratórios veterinários e instituições que fornecem os serviços de vacinação, esterilização e ambulância para animais, e também as associações que possuem atividades de reservas ecológicas, jardins botânicos, zoológico e os parques nacionais.

7.10 Desenvolvimento rural

Este subgrupo compreende:

- as associações de desenvolvimento rural e agrícola, os distritos de irrigação, assentamentos rurais, as centrais de organização de agricultura e as comunidades agropecuárias.

7.11 Defesa de direitos de grupos e minorias

Este subgrupo compreende:

- as associações de defesa de direitos de crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, população LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transgênero), população indígena, negros, mulheres e portadores do vírus HIV. Compreender também as associações de aposentados, anistiados, donas de casa, veteranos e estudantes (centros ou diretórios acadêmicos).

7.12 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos

Este subgrupo compreende:

- as organizações incluídas em outras categorias de desenvolvimento e defesa de direitos, tais como emprego e treinamento, habitação, outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos, outras instituições privadas sem fins lucrativos e categorias ora indefinidas, que não foram alocadas em nenhum dos subgrupos descritos anteriormente;
- as empresas juniores;

- as cooperativas habitacionais, as sociedades habitacionais e as associações que são responsáveis pela construção, pela gestão e pelo financiamento de habitações;
- as instituições de crédito ou microcrédito, as agências de desenvolvimento, além das demais formas de desenvolvimento e defesa de direitos não alocadas em outras categorias/subcategorias;
- as comissões de formaturas, as associações de corretores de ruas, as associações de apoio a pessoas portadoras de diferentes doenças;
- as associações não classificadas em nenhuma categoria/subcategoria apresentada anteriormente.

Grupo 8 – Associações de atividades não especificadas anteriormente

8.1 Associações de atividades não especificadas anteriormente

Este subgrupo compreende

- as atividades de organizações associativas diversas criadas para defesa de causas de caráter público ou objetivos particulares não relacionadas a qualquer atividade classificada em outros grupos ou subgrupos.

Grupo 9 – Outras organizações da sociedade civil

9.1 Outras organizações da sociedade civil

Este subgrupo compreende:

- as organizações da sociedade civil não alocadas em nenhum dos grupos ou subgrupos descritos anteriormente.

APÊNDICE B

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS DO UNIVERSO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (2016)

Conforme se especifica no capítulo metodológico, há entidades sem fins lucrativos (ESFLs) que não preenchem os cinco critérios necessários para figurar como *organização da sociedade civil* (OSC). Essas entidades estão reunidas em dez grupos, que são os mesmos que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) adotou para constituir seu universo de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil). A lista a seguir reproduz, com pequenas adaptações textuais, as justificativas apresentadas na publicação do IBGE (2012, p. 16-17) para a exclusão desses dez grupos, uma vez que as razões da exclusão são idênticas.

CAIXAS ESCOLARES E SIMILARES

As caixas escolares são unidades financeiras executoras e adquirem personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, quando registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) como tais. Têm como principal função administrar os recursos financeiros da escola, oriundos da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios, e aqueles arrecadados pelas unidades escolares. Tratam-se de unidades executoras do Programa Dinheiro Direto na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e que passaram a ser utilizados também pelos entes subnacionais como unidades para execução do seu próprio orçamento na área de educação. Não atendem ao critério de serem “privadas”, na maioria dos dispositivos legais do país.

PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos políticos são regidos por um arcabouço jurídico específico e controlados e fiscalizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Trata-se, pois, de um sistema de partidos ancorados no direito público. Para que a organização partidária possa funcionar, deve haver um reconhecimento do TSE, que irá verificar vários requisitos, entre eles o seu caráter nacional. Portanto, podem ser livremente constituídos por qualquer grupo de pessoas. Tendo em vista estas especificidades, os partidos políticos não atendem ao critério de organização “voluntária”.

SINDICATOS, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES

No Brasil, a Constituição Federal assegura a liberdade de associação sindical ou profissional. Contudo, estabelece o regime da unicidade sindical, ou seja, é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de

categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município. A Constituição Federal estabelece, também, a contribuição sindical oficial, com desconto em folha de pagamento, para custeio do sistema confederativo da representação sindical. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – elenca várias prerrogativas que só podem ser exercidas por organizações sindicais, tal como a participação nas negociações coletivas de trabalho. Diante dessas características, foram excluídas as entidades sindicais, por não atenderem ao critério de organização “voluntária”, na medida em que a sua criação é condicionada a uma categoria profissional específica e à não existência de uma outra entidade sindical na mesma base territorial.

CONDOMÍNIOS

Com o advento do novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), os condomínios em edifícios passaram a ser regidos por essa lei. A Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, ficou restrita à normatização das incorporações imobiliárias e das construções de edificação em condomínio. Segundo os Artigos 1332 e 1333 do Código Civil, institui-se o condomínio edilício por ato entre vivos ou testamento, registrado no Cartório de Registro de Imóveis. A convenção que constitui o condomínio edilício deve ser subscrita pelos titulares de, no mínimo, dois terços das frações ideais, e torna-se, desde logo, obrigatória para os titulares de direito sobre as unidades, ou para quantos sobre elas tenham posse ou detenção. Embora seja uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, o condomínio é criado em razão de uma situação específica, que é a ocorrência fática de uma propriedade comum em edificações. Essa característica exclui os condomínios do critério de organização voluntária, na medida em que não podem ser livremente constituídos por qualquer grupo de pessoas. Eles devem ser criados compulsoriamente. Ademais, as regras da administração do condomínio, as competências do síndico, os principais direitos e deveres dos condôminos e outras regras gerais são definidos em lei, não havendo autonomia organizativa. Embora sejam autoadministrados, essa administração é limitada e condicionada ao disposto em lei.

CARTÓRIOS

Segundo a Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973), os serviços concernentes aos registros públicos ficam a cargo de serventuários privativos nomeados de acordo com o estabelecido na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e nas Resoluções sobre a Divisão e Organização Judiciária dos Estados. Os cartórios não atendem aos critérios de organizações privadas, autoadministradas e voluntárias, pois podem ser organizações públicas ou organizações privadas estabelecidas mediante uma concessão do estado. Ademais, exercem uma função pública delimitada em lei, referente aos registros públicos no país.

SISTEMA S

Os serviços sociais autônomos, embora sejam pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, são criados ou autorizados por lei. São também mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais. Diante dessas características, foram excluídos do grupo das OSCs, por não atenderem ao critério de organizações voluntárias, na medida em que não podem ser livremente constituídos por qualquer grupo de pessoas.

ENTIDADES DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

De acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, as pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis. O árbitro escolhido pode ser qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes. Pode ser escolhido também um órgão arbitral institucional ou entidade especializada. Essas organizações, embora sejam privadas, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias, não atendem plenamente ao critério de “não lucrativas”, pois são criadas, em sua maioria, visando a uma finalidade lucrativa de prestação de serviço de arbitragem.

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

A Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000, facultou às empresas e aos sindicatos a possibilidade de instituir comissões de conciliação prévia, que devem ter composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho. A lei citada, entre outras questões, define o número de membros da comissão, o mandato de seus membros, os procedimentos e os prazos para a resolução dos conflitos trabalhistas. Diante dessas características, foram excluídas as comissões de conciliação prévia, por não atenderem ao critério de organização “voluntária”, na medida em que só podem ser constituídas por empresas e sindicatos a partir de exigências legais específicas.

CONSELHOS, FUNDOS E CONSÓRCIOS MUNICIPAIS

Não atendem ao critério de entidades “privadas”. Essas organizações são pessoas jurídicas de direito público, normalmente criadas por atos normativos emanados por um agente público.

CEMITÉRIOS E FUNERÁRIAS

Estas organizações podem assumir a forma de uma pessoa jurídica de direito público ou de direito privado com ou sem fins lucrativos. Não atendem ao critério de organização privada, sem fins lucrativos e voluntária.

APÊNDICE C

BASES DE DADOS DO MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Na estrutura metodológica do Mapa das Organizações da Sociedade Civil, os dados agrupados representam a caracterização das organizações da sociedade civil (OSCs) e incluem, adicionalmente, as formas de interação entre essas organizações e o estado, por exemplo, por meio de titulações e outorgas, recursos públicos e presença em instituições participativas. Neste *Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil* não se incluiu informações sobre os títulos e os certificados outorgados pelo poder público que caracterizam as organizações, mas que podem ser encontrados no Mapa das Organizações da Sociedade Civil.

Relevante mencionar que até março de 2016 existia o Cadastro Nacional de Entidades Sociais (CNES), gerido pelo Ministério da Justiça (MJ), que continha as organizações qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público (Oscip). O cadastro extinto também reuniu as entidades que detinham a “declaração de utilidade pública federal”, em vigor até dezembro de 2015, quando foi revogada.

As organizações na área de saúde, educação e assistência social podem pleitear para o ministério respectivo a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). A lógica das titulações como chancela de idoneidade tem sido questionada, com base no argumento de que o estado não deve ter atividade cartorial para reconhecer adicionalmente o que seus cadastros originários já fazem.

A seguir constam as bases de dados que hoje compõem o Mapa das Organizações da Sociedade Civil.

RAIS

A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) consiste em um registro administrativo criado em 1975, com periodicidade anual, visando suprir necessidades da gestão governamental para o setor de trabalho e emprego, por meio de informações que auxiliam: *i*) no controle da atividade trabalhista no país; *ii*) no provimento de dados para a elaboração de estatísticas de trabalho; e *iii*) na disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

CNES-OSCIP

A qualificação de Oscip é titulação prevista em lei e é conferida somente:

às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das finalidades (...) tais como, promoção da assistência social, promoção gratuita da educação, defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, entre outras (Brasil, 1999).

O cadastro CNES foi extinto pelo MJ e o banco com as informações atualizadas sobre as Oscips certificadas pelo ministério é quinzenalmente atualizado pelo Mapa das Organizações da Sociedade Civil.

CEBAS

A Cebas é concedida a entidades beneficentes de assistência social, quais sejam, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como requisito para a isenção do pagamento de contribuições para a seguridade social prevista na Constituição Federal, Artigo 195. A certificação dá também, entre pares, prioridade para celebração de parcerias com o poder público. Esta certificação é outorgada pelo Ministério da Saúde (MS), pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), de acordo com a área de atuação preponderante da entidade.

CENSO SUAS

Realizado anualmente, o Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas) consiste no processo de monitoramento de coleta de dados, via formulário eletrônico, preenchido pelas secretarias e pelos conselhos de assistência social dos estados e municípios. A iniciativa é fundamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) – Lei nº 8.742/1993 – e regulamentada pela Resolução nº 145/2004. A coordenação do Suas está também a cargo da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS.

CNES

O Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES) reúne os estabelecimentos de saúde, que consistem em qualquer lugar com a finalidade de realizar ações e/ou prestarem serviços de saúde, seja coletiva, seja individualmente, e independentemente do seu porte ou nível de complexidade. A tabela disponibilizada pelo Datasus permite selecionar organizações com a natureza jurídica “entidade beneficente sem fins lucrativos” que prestam serviços para o Sistema Único de Saúde (SUS) e apresentar informações como esfera administrativa, tipo de gestão, tipo de prestador, tipo de estabelecimento, ensino/pesquisa, número de leitos e tipo de atendimento prestado.

CNEAS

O Cadastro Nacional das Entidades de Assistência Social (CNEAS) é regulamentado pela Lei nº 12.101/2009 e coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS. O CNEAS relaciona as OSCs que desempenham atividades de assistência social e que são acompanhadas por parte do estado.

CNEA

O Cadastro Nacional das Entidades Ambientais (CNEA) foi instituído com o objetivo de manter em banco de dados o registro das entidades ambientalistas não governamentais atuantes no país.

CNIS

Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) é um banco de dados do governo federal criado em 1989 que armazena informações trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores brasileiros. É um relatório de informações do trabalhador e um dos documentos mais importantes no universo previdenciário brasileiro. O CNIS resulta da integração de dez outras bases de informações, entre as quais os dados cadastrais das fichas do CNPJ, sob gestão da Secretaria da Receita Federal.

SALIC

O Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) é o sistema informatizado do Ministério da Cultura (MinC) pelo qual é feito o recebimento, a análise das propostas culturais e também a aprovação, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos projetos culturais elaborados por pessoas físicas e jurídicas sob a égide da Lei nº 8.313/1991. O Salic é regulamentado pela Portaria MinC nº 30/2009 e coordenado pela Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic) do MinC.

SLIE

A Lei nº 11.438/2006 regulamenta o incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que realizem doações ou patrocínio a projetos desportivos e paradesportivos apresentados por órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos. O Sistema da Lei de Incentivo ao Esporte (SLIE) tem plataforma eletrônica para cadastro de propostas relacionadas à lei e é administrado pela Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, dentro do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte do Ministério do Esporte.

FNDCT/FINEP

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Tem o objetivo de desenvolver o Brasil econômica e socialmente por meio do investimento público em ciência, tecnologia e inovação em projetos que abrangem empresas, universidades e outras instituições públicas e privadas.

SIAFI

Trata-se do principal instrumento utilizado pelo Ministério da Fazenda/Tesouro Nacional para registrar, acompanhar e controlar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo federal. Os repasses de recursos para ESFLs podem ocorrer de forma direta ou indireta, por meio de órgão ou entidade da administração pública estadual, municipal ou distrital, com a condição de que as atividades desempenhadas estejam de acordo com o programa de governo ou impliquem realização de projeto, serviço ou evento de interesse recíproco.

SICONV

Sistema que reúne e processa informações sobre as transferências de recursos do governo federal para órgãos públicos e instituições privadas sem fins lucrativos. O Sistema de Gestão de Convênios (Siconv) é administrado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). O repasse sob a égide da Lei nº 13.019/2014 acontece por meio de termos de colaboração, de fomento e acordo de cooperação, que são destinados à execução de programas, projetos e ações que sejam de interesse comum. Todos os procedimentos referentes à seleção, à formalização, à execução, ao acompanhamento e à prestação de contas das parcerias são realizados diretamente no Siconv.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Esta base de dados reúne as informações das OSCs que atuam como representantes em instituições participativas, principalmente os conselhos nacionais de políticas públicas. Esses conselhos atuam no ciclo de importantes políticas públicas, em diferentes áreas. Há quatro papéis previstos em lei e exercidos por eles: consulta, fiscalização, normatização e deliberação. No entanto, os conselhos não exercem necessariamente todas essas funções.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Ipea

Revisão e editoração

Editorar Multimídia

Capa

Editorar Multimídia

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES

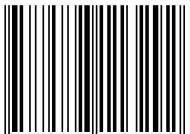
Térreo – 70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

MISSÃO DO IPEA
Aprimorar as políticas
públicas essenciais ao
desenvolvimento brasileiro
por meio da produção
e disseminação de conhecimentos
e da assessoria
ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ISBN 978-85-7811-329-2



9 788578 113292 >

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

